

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ADIVÂNIA FRANCA DE MOURA

TRADIÇÕES DISCURSIVAS: INOVAÇÕES E
CONSERVADORISMOS EM ATAS DE CÂMARAS
PARAIBANAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

João Pessoa
2011

ADIVÂNIA FRANCA DE MOURA

TRADIÇÕES DISCURSIVAS: INOVAÇÕES E
CONSERVADORISMOS EM ATAS DE CÂMARAS
PARAIBANAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING – da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina de Assis

João Pessoa

2011

M929t Moura, Adivânia Franca de.

Tradições discursivas: inovações e conservadorismos em atas de câmaras paraibanas dos séculos XIX, XX e XXI / Adivânia Franca de Moura.-- João Pessoa, 2011.
258f. : il.

Orientadora: Maria Cristina de Assis

Dissertação (Mestrado) – UFPB/PROLING

1. Linguística. 2. Tradições discursivas. 3. Atas das câmaras municipais - Paraíba. 4. Tradição e inovação.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

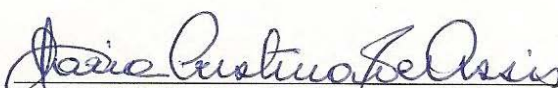
ADIVÂNIA FRANCA DE MOURA

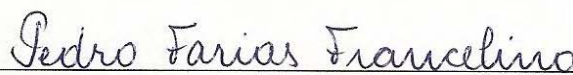
TRADIÇÕES DISCURSIVAS: INOVAÇÕES E
CONSERVADORISMOS EM ATAS DE CÂMARAS
PARAIBANAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

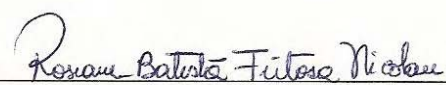
Dissertação apresentada à comissão julgadora,
como exigência parcial para a obtenção do
grau de mestre em Linguística.

Aprovada em 26 / 08 / 2011.

EXAMINADORES:


Prof.^a Dr.^a Maria Cristina de Assis (Orientadora/Proling – UFPB)


Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (Examinador/Proling – UFPB)


Prof.^a Dr.^a Roseane Batista Feitosa Nicolau (Examinadora – UFPB/ Litoral Norte)

Aos meus pais,
por tudo o que sou.

A Anielton José,
pelo amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Javé, por ter permitido a realização deste trabalho.

Aos meus pais Arlindo Pereira de Moura e Maria da Penha Franca de Moura, por terem me deixado a vida como herança e por me mostrarem que a humildade é fundamental para alcançar os objetivos em meus projetos de vida.

A Anielton José do Nascimento, esposo amado, pelo amor e compreensão de minhas ausências, pelos ensinamentos sobre História do Brasil e da Paraíba, pela indicação de bibliografia, pela companhia em algumas viagens na busca do *corpus* e por ter vivido a realização desta pesquisa comigo.

A minha orientadora Maria Cristina de Assis pela atenção, carinho e compreensão das dificuldades de realização deste trabalho e por acreditar em minha capacidade na pesquisa científica desde a graduação em Letras.

Aos professores da graduação mencionada, Amador Ribeiro Neto, por ter me mostrado o prazer pela poesia e por ter me iniciado na pesquisa científica; Milton Marques Júnior, pelo exemplo da profissão que escolhi; Socorro Queiroga, por viabilizar a obtenção das atas da câmara municipal da cidade de Pombal.

Aos professores do Proling: Maria Ester Vieira de Souza, Evangelina Maria Brito de Faria, Rubens Marques de Lucena, pelos ensinamentos transmitidos, em especial, à Maria de Fátima Almeida e a Pedro Farias Francelino, por terem contribuído, desde o início desta pesquisa, com suas sugestões.

À doutoranda e amiga Márcia Bicalho, pelas leituras apresentadas, correções preliminares, sugestões, “orientações” e companheirismo neste trabalho.

As minhas amigas e companheiras de pesquisa Maria Alba Cavalcante, Luciene Patriota, Rafaela Mello e Danielle Gomes do Nascimento, pelo apoio e sugestões dadas.

À amiga Kate Nolan, pelas aulas de inglês durante a graduação em Letras, pelo carinho e amizade desde minha infância e pela elaboração do abstract deste trabalho.

Às amigas queridas Gilza Vera Montezano e Maria de Fátima Ferreira, pela compreensão de minhas ausências e pelas palavras de apoio e de incentivo quando o cansaço principiava aparecer.

À Maria Irlane Soares, amiga leal e atenciosa desde a graduação em Letras, pelo companheirismo na realização dos nossos trabalhos acadêmicos e incentivo na profissão que escolhi.

Aos meus companheiros e amigos de graduação Leonardo Davino, Eduardo Diniz, Raquel Torres, Jânsen Diniz, Simone Silva e Larissa Gadelha pelo apoio e discussões sobre Linguística e Literatura Brasileira.

Ao amigo Josenildo Chaves pelo incentivo desde o início desta pesquisa e pelo exemplo de ética e profissionalismo na Educação.

À amiga Jailene Aquino, pelo apoio na procura das atas na cidade de Guarabira.

Aos meus irmãos Adeilton e Adeilson Franca de Moura e minha cunhada Maria José Pereira de Moura, pelo apoio na conclusão deste trabalho.

A minha prima Clarice Almeida das Neves, pelo auxílio oferecido desde os meus primeiros passos na graduação em Letras e por entender minhas faltas durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Às primas queridas Wedja Guimarães e Geandja Correia, pela amizade e compreensão durante a realização deste trabalho.

Aos meus sogros Rosicleide Maria Egídio e Nivaldo José Nascimento, pelas palavras de encorajamento e o bom humor de sempre.

Ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, pela bolsa recebida no primeiro ano desta pesquisa.

À professora e coodenedora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB Regina Celi Mendes Pereira da Silva, pelo apoio e compreensão dos problemas apresentados no decorrer desses dois anos e oito meses de curso.

Aos presidentes, secretários e demais funcionários das câmaras municipais das cidades de Pombal, Monteiro, Campina Grande, Areia, Guarabira, Mamanguape, Conde e João Pessoa, por terem permitido o acesso às atas das sessões e acreditarem na contribuição desta pesquisa para a história linguística e social das câmaras municipais da Paraíba e do Brasil.

Ao professor José da Silva Simões, da USP, pelo conhecimento transmitido no minicurso sobre tradições discursivas, ocorrido na UFPB, em 2008, pelas sugestões de composição de *corpora* e de leituras acerca do tema do trabalho desenvolvido, como também, pela atenção dada nos corredores dos congressos pelo Brasil afora.

À professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, Regina Célia Gonçalves, pela indicação dos arquivos existentes nas cidades paraibanas mais antigas, pelas sugestões de textos sobre a História da Paraíba e das câmaras municipais no Brasil.

À Luciana Barbalho, mestra em História, pela disponibilidade de sua dissertação de mestrado e sugestões de textos para o contexto histórico deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Paraíba do Espaço Cultural José Lins do Rego, por ajudarem na busca dos documentos utilizados neste estudo.

Ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, pelo interesse nesta pesquisa e por facilitar o acesso às atas da Vila do Conde do século XIX.

À Dona Celina Queiroga, pelo acolhimento, carinho e atenção durante a pesquisa na câmara municipal de Pombal. Aos seus filhos Chiquinho e Elias Queiroga, por permitirem o acesso aos documentos antigos do cartório da família Queiroga, o mais antigo da Paraíba.

À Vilma da cidade de São João do Cariri, pelo auxílio na busca de atas nos arquivos da sua terra natal.

Ao professor Lúcio da Universidade Federal da Paraíba do *campus* do Litoral Norte, pela viabilização das atas da câmara da cidade de Mamanguape.

Ao meu tio Benedito Pereira, pelo auxílio nas dificuldades desde os primeiros anos na UFPB.

A todos aqueles anônimos que ajudaram na indicação das direções a seguir durante a busca do *corpus* e da bibliografia para a realização desta pesquisa.

A “língua” pertence ao indivíduo e, ao mesmo tempo, à sua comunidade, e no próprio indivíduo se apresenta como **alteridade**, como algo que pertence também a outros; é a “objetivação concreta da atividade linguística dum grupo humano no espaço e no tempo”.

Eugenio Coseriu

RESUMO

A partir do pressuposto de que, pela repetição, as tradições discursivas estabelecem um elo entre inovações e conservadorismos, este trabalho, aborda as características linguísticas e textuais que mudaram e que permaneceram nas atas das câmaras municipais paraibanas manuscritas, datilografadas e virtualizadas nos séculos XIX, XX e XXI, quando transcritas do suporte manuscrito para a Rede Mundial de Computadores. Procura-se, nesse estudo, associar o contexto social de produção e utilização das atas à história da língua, por ter-se em vista que os textos mudam conforme as mudanças na sociedade. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa diacrônico-descritiva que utiliza como aporte teórico os pressupostos de Coseriu (1979, 1987, 1988) e dos romanistas da Pragmática Alemã Oesterreicher (1996, 2006), Schlieben-Lange (1993), Koch (2008), Kabatek (2006) e Jungbluth (2006), como também, utiliza os estudos sobre as tradições discursivas no Brasil desenvolvidos por Simões e Kewitz (2009a, 2009b). O *corpus* dessa pesquisa é composto por sessenta e sete atas das câmaras municipais paraibanas das regiões da Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, cujos originais estão conservados em arquivos históricos públicos e privados e nas câmaras municipais da Paraíba. Dentre essas atas camarárias, selecionou-se, para análise, alguns tipos de atas de sessão que aparecem com maior frequência no *corpus*, destacando, entre os séculos XIX, XX e XXI, as estruturas que as constituem. Com base no pressuposto de que as tradições discursivas evocam determinadas formas linguísticas e textuais, utilizou-se essas mesmas atas selecionadas para a análise da voz passiva como elemento gramatical que se repete na estrutura dessas atas. A análise das atas, em comparação entre os séculos citados, revelou que as suas características linguísticas e textuais sofreram alterações quando transcritas do livro de registro manuscrito para o suporte virtual. Algumas informações do texto mudaram de posição na estrutura da ata, foram inseridas outras seções no texto e algumas expressões tradicionais deixaram de existir. Verificou-se também, na análise dos traços linguísticos, que as ocorrências de construções na voz passiva sofreram uma redução nas atas do século atual, porém constatou-se que esse tipo de construção gramatical faz parte da tradição discursiva ata de câmara. Diante dos resultados apresentados, concluiu-se que, apesar das transformações sofridas ao longo do tempo, a ata das sessões das câmaras paraibanas manteve a estrutura que a identifica como uma tradição discursiva.

Palavras-chaves: Tradições discursivas. Atas das câmaras municipais. Tradição e inovação.

ABSTRACT

The assumption of this study is that by repetition, discursive traditions establish a link between innovation and conservatism. The study addresses the linguistic and textual features that have changed and that remained in the minutes of the Paraíba borough council meetings that were handwritten, typed and virtualized in the nineteenth, XX and XXI, when the manuscripts were transcribed to the World Wide Web. The study tries to associate the social context of elaboration and utilization of the minutes to the historical context of language, keeping in mind that the texts change with changes in society. It is therefore a diachronic, descriptive and theoretical approach that uses the assumptions of Coseriu (1979, 1987, 1988) and of the German Romanist pragmatists German Romanists Oesterreicher (1996, 2006), Schlieben-Lange (1993), Koch (2008), Kabatek (2006) and Jungbluth (2006) and also looks at Brazilian discursive traditions developed by Simões Kewitz (2009a, 2009b). The corpus of this research is composed of sixty-seven minutes from various boroughs of the state of Paraíba: Zona da Mata, Agreste, Borborema and the Sertão. The originals are kept in private and public historical archives in the boroughs of Paraíba. From these city council minutes, the ones that appear more frequently were selected in the corpus, the structures that constitute them analyzed, with particular emphasis on the XIX, XX and XXI centuries. Based on the assumption that the discursive traditions evoke certain textual and linguistic forms, we used the same proceedings for the analysis of the passive voice as a grammatical element that is repeated in the structure of these minutes. The analysis of the minutes, compared between the centuries cited, showed that their linguistic and textual features changed when transcribed from the record book manuscripts to virtual support. Some information from texts changed their position in the structure of the minutes, other sections have been inserted in the texts and some traditional expressions no longer exist. The analysis also verified some linguistic traits where instances of passive constructions were reduced in the minutes of this century, but it was found that this type of grammatical construction is part of the traditional discursive camera minutes. Given the results, we concluded that, despite the transformations undergone over time, the minutes of the Paraíba camera meetings maintained the structure which identifies it as a discursive tradition.

Keywords: discursive traditions, minutes of the borough councils, tradition and innovation.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Ilustração 1 – Ata da câmara da vila do Conde (página 1) – século XIX.....	70
Ilustração 2 – Ata da câmara da vila do Conde (página 2) – século XIX.....	71
Ilustração 3 – Ata da câmara da vila do Conde (página 3) – século XIX.....	72
Ilustração 4 – Ata da câmara da vila de Independência (Guarabira) – século XIX.....	73
Ilustração 5 – Livro de atas da vila de Independência (Guarabira) de 1876 a 1886.....	74
Ilustração 6 – Ata da câmara municipal do Conde (página 1) – século XX	75
Ilustração 7 – Ata da Câmara Municipal do Conde (página 2) – século XX.....	76
Ilustração 8 – Ata da câmara municipal de Campina Grande (página 1) – século XX	77
Ilustração 9 – Ata da câmara municipal de Campina Grande (página 2) – século XX	78
Ilustração 10 – Ata da Câmara Municipal de João Pessoa (página 1) – século XXI	79
Ilustração 11 – Ata da Câmara Municipal de João Pessoa (página 2) – século XXI	80
Ilustração 12 – Duplicação das letras <i>s</i> e <i>l</i>	81
Ilustração 13 – Duplicação da letra <i>n</i>	81

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Tradições discursivas	42
Esquema 2 – Evocação.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os três planos do saber linguístico	40
Quadro 2 – Níveis e domínios linguísticos	41
Quadro 3 – Tipos de atas do <i>corpus</i>	82
Quadro 4 – Estrutura do cabeçalho das atas de câmara dos séculos XIX, XX e XXI	93
Quadro 5 – Abertura das atas dos séculos XIX, XX e XXI	94
Quadro 6 – Expressões que iniciam os tópicos expediente e ordem do dia nas atas dos séculos XIX, XX, e XXI.....	99
Quadro 7 – A retextualização nos tópicos expediente e ordem do dia nas atas dos séculos XIX e XX	101
Quadro 8 – Fechamento do texto das atas das câmaras municipais dos séculos XIX, XX e XXI	104
Quadro 9 – Casos de voz passiva na abertura das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI	111
Quadro 10 – Casos de voz passiva nos tópicos expediente e ordem do dia nas atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI.....	112
Quadro 11 – Casos de voz passiva no fecho das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
01 REFLEXÕES ACERCA DA LINGUAGEM ORAL E DA LINGUAGEM ESCRITA NA ELABORAÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS	19
1.1 Relações entre texto oral e o texto escrito: o <i>continuum</i> entre fala e escrita	19
1.2 Características do processo de retextualização: da fala para a escrita	23
1.3 Sobre o conceito de ata: algumas considerações sobre a estrutura e a linguagem escrita desse gênero	27
02 O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS	33
2.1 As considerações de Coseriu sobre a atividade do falar	33
2.1.1 Sistema, norma e fala	33
2.1.2 Determinação e entorno: a técnica e o contexto de produção do discurso	36
2.1.3 Os níveis de linguagem propostos por Coseriu	38
2.2. A origem do conceito das tradições discursivas	41
2.3 O conceito de tradições discursivas	43
2.6 As tradições discursivas na era digital	47
03 A CÂMARA MUNICIPAL NO BRASIL E NA PARAÍBA DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: SOBRE O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DAS ATAS	51
3.1 As Câmaras Municipais no Brasil Império e República	51
3.2 A Câmara Municipal na Paraíba nos séculos XIX, XX e XXI: atribuições e funcionários	55
3.3 Aspectos sócio-históricos da Paraíba no Império e República	61
04 LENDO AS ATAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI	66
4.1 Metodologia	66
4.2 Normas utilizadas para transcrição do <i>corpus</i>	67
4.3 Descrição do <i>corpus</i> da pesquisa	68
4.3.1 Tipos de atas que compõem o <i>corpus</i> :	82
4.4 Características da linguagem das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI	87
4.5 Análise	92
4.5.1 Comparação dos elementos estruturais das atas dos séculos XIX, XX e XXI: entre inovações e conservadorismos	92

4.5.2 A voz passiva nas atas das câmaras municipais da Paraíba.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
ANEXOS – Atas das câmaras municipais da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI.....	122

INTRODUÇÃO

A afirmação de que as línguas mudam com o passar do tempo já se tornou algo corriqueiro. Já afirmava Coseriu (1979) que a natureza da língua é movimento, pois essa se faz continuamente por não estar pronta. Dessa forma, oferece as possibilidades para que o falante a utilize criando e recriando. Entretanto, as mudanças na língua normalmente não são percebidas pelos falantes por se tratar de um processo lento e, além disso, as modificações ocorrem em partes e não no todo da língua, num jogo contínuo de mudanças e permanências (FARACO, 2005).

Nesse processo de mudança linguística, a correlação entre língua e sociedade é um fato imprescindível. As mudanças não ocorrem apenas por motivações estruturais da língua, mas igualmente por motivações sociais e históricas, ou seja, “o movimento histórico das línguas está correlacionado com alterações nas relações sociais: há uma história social que precede as mudanças linguísticas.” (FARACO, 2005, p. 66). Dessa forma, determinadas formas de falar e escrever que são muito usadas num determinado momento podem deixar de existir com o passar do tempo, ou outras formas, antes desconhecidas, podem passar a vigorar na língua para atender as suas necessidades comunicativas.

Por ser uma das modalidades de uso da língua, a escrita registra essas mudanças, haja vista que é fruto das ações sociais, das necessidades sociais e do curso natural da história. Devido às mudanças na interação verbal, em consequência das relações sociais e culturais, os textos refletem as alterações ocorridas na língua e se tornam maleáveis e mutáveis (MARCUSCHI, 2005). Essa instabilidade dos gêneros textuais ocorre, principalmente, pela ação criativa dos falantes como afirma Coseriu (1979) que os modelos estabelecidos na língua são criados com base em atos linguísticos precedentes que são registrados e acumulados na memória do falantes. É nesse constante processo de adaptações que as estruturas linguísticas e textuais perdem sua significação anterior e adquirem novas funções ou permanecem inalteráveis no decorrer do tempo.

Diante dessas considerações, analisamos, neste estudo voltado para a mudança linguística, atas de câmaras municipais da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI. Esta pesquisa é de caráter diacrônico, pois descreve como se apresentam as atas das câmaras ao longo do tempo. Está inserida na vertente *latu senso* da Linguística Histórica, do ponto de vista de Mattos e Silva (2008), por se tratar de um estudo baseado num *corpus* datado e localizado no tempo e no espaço. Esse estudo trata das tradições discursivas entendidas como formas de falar e escrever que possuem um elo de ligação entre inovação e tradição através da análise

dos aspectos linguísticos e textuais que mudaram e permaneceram na tradição discursiva ata de câmara da Paraíba, nas regiões da Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, entre os séculos citados.

Para essa finalidade, transcrevemos e organizamos, em ordem cronológica, 67 atas das câmaras que abrangem o período do Brasil Imperial, a partir de 1822, passando pela República, desde 1892 até 2008. As atas originais encontram-se conservadas em arquivos públicos e privados da Paraíba e nos arquivos das câmaras municipais. Essa busca nos arquivos históricos da Paraíba aguçou a nossa curiosidade sobre a história dos textos em questão.

O interesse pela Linguística Histórica partiu da experiência como monitora, em 2005, na disciplina História da Língua Portuguesa na graduação em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e da participação como bolsista entre os anos de 2007 e 2008 no projeto *O português brasileiro através de documentos oficiais da Paraíba nos séculos XVIII e XIX*, financiado pelo CNPq, sob a orientação da professora Maria Cristina de Assis, na instituição mencionada. Nesse projeto analisávamos as características linguísticas e textuais de ofícios, requerimentos, cartas de lei, cartas régias, avisos dos séculos XVIII e XIX.

A participação nesse projeto nos fez perceber que alguns fenômenos textuais e linguísticos dos gêneros textuais de épocas passadas ainda permanecem na atualidade enquanto que outras características dos textos desapareceram ao longo do tempo ou adquiriram novas funções. A partir dessas observações, buscamos organizar um *corpus* do gênero ata de câmara por ainda ser muito utilizado nos dias atuais e por pertencer a uma esfera social que ainda não havia sido abordada no projeto mencionado, no caso, as câmaras municipais da Paraíba, com a finalidade de verificar como era escrito do ponto de vista linguístico e textual no percurso do tempo. Diante disso, realizamos alguns questionamentos que buscamos responder ao longo deste estudo:

- a) Como se caracterizam as atas quanto aos aspectos formais e linguísticos?
- b) Quais as características que identificam o gênero *ata de câmara* ao longo do tempo?
- c) O que mudou e o que permaneceu nas atas de câmaras da Paraíba, quando transcritas do livro manuscrito para o suporte *online*?
- d) De que maneira as condições de produção da tradição discursiva destacada afetam a sua estrutura textual e linguística?

Ao fazer esses questionamentos, levantamos a hipótese de que nas atas das câmaras da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI algumas marcas linguísticas e textuais permanecem na medida em que outras desaparecem, mas que se tornam traços fundamentais para

identificação desse gênero ao longo do tempo. Para comprovar tal hipótese, elencamos os seguintes objetivos:

Geral:

Analisar as características linguístico-textuais que mudaram e permaneceram ao longo do tempo nas atas de câmaras da Paraíba, a partir de documentos manuscritos, datilografados e virtualizados dos séculos XIX, XX e XXI, procurando discutir as questões das tradições discursivas elencadas no gênero proposto.

Específicos:

- a) organizar um *corpus* diacrônico delimitado no espaço e no tempo da produção dos textos selecionados;
- b) descrever a organização interna do gênero ata, observando os fenômenos textuais e linguísticos a partir de uma perspectiva histórico-diacrônica;
- c) descrever as condições sócio-históricas da Paraíba em que se inserem tais documentos;
- d) identificar nas atas dos séculos XIX, XX e XXI o que foi alterado e o que permaneceu ao longo do tempo, comparando as atas de câmara da Paraíba dos séculos anteriores com as atas atuais do suporte *online* da Câmara Municipal de João Pessoa.

A partir dos objetivos geral e específicos e da hipótese mencionados, organizamos a metodologia da nossa pesquisa da seguinte forma:

- a) classificação da pesquisa quanto à forma de abordagem dos dados a serem analisados e a sua forma de obtenção e aos objetivos do estudo;
- b) escolha do método de abordagem para obter a comprovação dos dados;
- c) escolha do método de procedimento para analisar as possíveis inovações e conservadorismos nas atas de câmara ao longo do tempo;
- d) descrição da forma de organização do *corpus* e de como foi feita a seleção das atas em relação ao tempo e espaço para a análise dos aspectos linguísticos e textuais que mudaram ou permaneceram na atualidade.

Para a análise dos aspectos linguísticos e textuais das atas de câmara, tomamos por embasamento os pressupostos teóricos de Kabatek (2006), segundo os quais as tradições discursivas são formas de falar e escrever que formam um elo entre tradição e inovação, evocando determinadas formas linguísticas e textuais. Também utilizamos os conceitos de Coseriu (1979, 1987, 1988) que são fundamentais para a definição das tradições discursivas elaborada por Kabatek. Foram utilizados, ainda os teóricos da Filologia Pragmática alemã Koch (2008), Oesterreicher (1996, 2006), Schlieben-Lague (1993), Jungbluth (2006), como

também utilizamos os estudos desenvolvidos por Simões e Kewitz (2009a, 2009b) sobre o tema do nosso trabalho.

Tendo em vista a organização textual, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, conforme a descrição abaixo:

- a) no primeiro capítulo tratamos da relação entre oralidade e escrita como práticas sociais, da atividade de retextualização da fala para escrita, levando em consideração a relação entre meio e concepção dos textos e, ainda, apresentamos o conceito de ata, suas regras de lavratura e linguagem estabelecidas pelos manuais de redação, como também sua estrutura;
- b) no capítulo seguinte, abordamos o modelo das tradições discursivas partindo das considerações de Coseriu (1979, 1987, 1988) sobre a atividade do falar; em seguida discutimos o conceito das tradições discursivas defendido por Kabatek (2006), a partir da concepção tripartida da linguagem estabelecida por Coseriu e os pressupostos teóricos de Schlieben-Lange (1993), Oesterreicher (1996, 2006), Kock (2006) e Junghbluth (2006). Na sequência, trazemos algumas considerações sobre as tradições discursivas na era digital;
- c) o terceiro capítulo corresponde ao contexto sócio-histórico de produção das atas das câmaras da Paraíba, relacionado à história do Brasil e da Paraíba. Trazemos as considerações sobre o funcionamento das câmaras municipais no Brasil nos períodos Imperial e Republicano; em seguida, apresentamos as atribuições das câmaras paraibanas e de seus funcionários nos períodos citados, enfatizando a função do secretário; no último tópico, abordamos alguns fatores históricos e sociais que interferem na elaboração do texto da ata;
- d) por fim, o quarto capítulo trata da análise das atas. Para esse fim, apresentamos a metodologia desta pesquisa, do *corpus* de análise, das normas de transcrição das atas dos séculos XIX, XX e XXI e da tipologia do *corpus*. Neste capítulo, tratamos também das características da linguagem das atas. Na análise, fazemos uma comparação entre a estrutura das atas de câmara dos séculos XIX, XX e XXI observando as características textuais que permaneceram e as que sofreram mudanças ao longo desses séculos, como também, analisamos a presença da voz passiva como uma das características da linguagem escrita dessa tradição discursiva.

Pretendemos com essa pesquisa trazer novas considerações sobre as tradições discursivas e contribuir para a história dos textos, bem como para a explicação de fenômenos linguísticos e textuais presentes na redação dessa tradição discursiva que ainda faz parte do cotidiano da sociedade dos nossos dias.

01 REFLEXÕES ACERCA DA LINGUAGEM ORAL E DA LINGUAGEM ESCRITA NA ELABORAÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Neste capítulo, tratamos da relação entre oralidade e escrita na construção do texto oral e do escrito, considerando a fala e a escrita como duas modalidades da língua utilizadas em contextos específicos e que possuem suas próprias formas de organização. Essas modalidades da língua, na era moderna, entrecruzam-se com mais frequência, dando origem a uma infinidade de textos que vão desde situações mais informais até as mais formais, constituindo um contínuo entre fala e escrita. Trazemos, em seguida, algumas considerações sobre o processo de retextualização, conforme os pressupostos de Marcuschi (2001), tendo em vista que o texto da ata parte da oralidade para a escrita envolvendo várias modificações no texto final. Abordamos ainda, na sequência, o conceito do gênero ata, sua estrutura, regras de elaboração e as características de sua linguagem.

1.1 Relações entre texto oral e o texto escrito: o *continuum* entre fala e escrita

No mundo moderno, são muitas as práticas sociais que englobam a fala e a escrita, pois escrevemos bilhetes, listas de supermercado, *e-mails*, recontamos a outros indivíduos capítulos de novelas, de livros, ou até mesmo notícias de jornal, como também, falamos ao telefone, conversamos face a face com um(a) amigo(a) ou pela Internet, através das redes sociais de relacionamento, sobre os mais variados assuntos. A necessidade comunicativa na sociedade contemporânea promove o uso constante dessas modalidades da língua no cotidiano das pessoas. Dessa forma, a relação entre oralidade e escrita não pode ser vista apenas sob o prisma do código escrito, uma vez que ambas as práticas são utilizadas de acordo com cada situação comunicativa e tanto uma quanto a outra são imprescindíveis na sociedade atual.

Nem sempre essa foi a forma de se perceber a relação entre fala e escrita¹. Até os anos 80 do século passado, prevaleceu, nos estudos linguísticos do Brasil, a superioridade da escrita em relação à fala, pois atribuía-se a escrita o lugar da organização da língua e do *status* social e a fala era considerada como o lugar do caos. De acordo com Marcuschi (2001), essa perspectiva é consequente de uma metodologia inadequada em que prevalece a análise imanente ao código; assim, a escrita é considerada pelos estudiosos em sua estrutura como

¹ Neste trabalho, tomamos a fala e a escrita como todas as manifestações textuais-discursivas da modalidade oral e da modalidade escrita respectivamente. Assim, essas práticas são tomadas como processo e não como produto, conforme postula Marcuschi (2005).

organizada, contextualizada, mais elaborada, complexa e formal. Já a fala passou a ser compreendida como simples, informal e menos complexa que a outra modalidade, havendo entre ambas uma realidade dicotômica.

De acordo com Marcuschi (2001), essa dicotomia estabelecida entre língua e fala não passa de um equívoco já superado nas pesquisas linguísticas da atualidade por tratar-se de modalidades diferentes de realização da língua que são dinâmicas e que não representam dois sistemas distintos, mesmo com formas de aquisição diferentes. Conforme afirma o autor, a fala é adquirida de maneira informal, nos contextos de interação social do cotidiano desde o primeiro momento interativo entre mãe e bebê, sendo a fala uma disposição biogenética e uma forma de socialização. Já a escrita, na condição de letramento formal, é adquirida na escola, o que reforça o prestígio da linguagem escrita na sociedade.

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá o seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização. Por outro lado, a escrita (enquanto manifestação formal do letramento), em sua faceta institucional, é adquirida em contextos formais: na escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável. (MARCUSCHI, 2001, p. 18-19).

Segundo esse autor, apesar de serem parte da língua, fala e escrita são distintas na sua forma de representação da realidade da língua. A escrita não representa a fala, pois na escrita não é possível registrar os gestos, a prosódia, o movimento do corpo; por outro lado, a fala não possui os elementos significativos da escrita como o tamanho das letras, o formato e cores dos elementos pictóricos. Fala e escrita, apesar de suas características próprias, não se caracterizam como duas realidades opostas, ambas produzem textos coesos e coerentes, permitem o raciocínio abstrato, exposições formais e informais da língua, bem como as variações estilísticas, sociais e dialetais.

Koch (2007), ao discutir a construção do texto falado e do escrito, afirma que as características atribuídas à fala como não-planejada, contextualizada, redundante, incompleta, *versus* a escrita como planejada, descontextualizada, condensada, completa etc, são estabelecidas a partir do paradigma da escrita, mas não são exclusivas de uma ou outra modalidade, porque o texto falado e o texto escrito possuem suas formas de organização próprias e nenhuma das duas modalidades é melhor que a outra. A autora explica que as repetições, inserções, hesitações, digressões, formulações são inerentes à fala, servem como

organizadores do texto, dando a esse seu sentido próprio. Essas estratégias têm a função de reforçar, persuadir ou ganhar tempo para formular um pensamento. “Assim sendo, o texto falado não é absolutamente, caótico, desestruturado, rudimentar. Ao contrário, ele tem uma estruturação que lhe é própria, ditada pelas circunstâncias sócio-cognitivas de sua produção.” (KOCH, 2007, p. 81).

Acerca da elaboração do texto escrito, a autora explica que a coesão e a coerência são fundamentais na construção do sentido e acrescenta que essas estratégias não são realizadas apenas por conectores como pronomes ou grupos lexicais como na coesão, mas também pela união das partes no todo criando uma lógica do texto que se estabelece em diversos níveis: sintático, semântico, temático, estilístico e ilocucional. Isso também não quer dizer que o texto falado seja ilógico ou incoerente, pois também existem na fala os mecanismos que estabelecem esta conexão entre os elementos da fala no ato comunicativo.

Quanto à presença dessas duas práticas sociais na sociedade atual, como vimos anteriormente, ambas são imprescindíveis por serem usadas em paralelo em vários contextos: o trabalho, a escola, o dia a dia, a família, a vida burocrática, a atividade intelectual etc. Entretanto, há contextos que, devido aos objetivos comunicativos, dão preferência à fala ou a escrita, mas ambas as práticas, nessas situações, cumprem sua função comunicativa. Podemos usar como exemplo o cotidiano da linguagem burocrática das câmaras municipais que ocorre tanto na modalidade oral como na escrita.

Na esfera do Poder Legislativo, são muitas as situações comunicativas regidas pela linguagem escrita: relatórios, projetos de lei, requerimentos, ofícios, atas de reunião etc; todavia, a linguagem oral se faz presente de forma corriqueira nessa área, pois há os discursos no plenário das câmaras referentes ao conteúdo desses documentos burocráticos e aos temas gerais relacionados à administração pública. Sendo assim, ambas as práticas convivem nessa mesma área, porém, são as situações comunicativas que determinam o uso do texto oral ou escrito, nas quais são observados o grau de formalidade e informalidade de cada contexto.

No entanto, nem todas as situações comunicativas possuem uma das modalidades da língua de forma isolada. Marcuschi (2001) explica que há situações em que oralidade e escrita se entrecruzam formando gêneros mistos (entre o oral e o escrito). Podemos observar tal fenômeno nos textos escritos como o noticiário de tv e o texto teatral que se aproximam da oralidade e uma entrevista publicada numa revista científica que se aproxima do texto escrito.

De acordo com o autor mencionado, “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica entre dois pólos opostos.” (MARCUSCHI, 2001, p. 37). Esse pressuposto justifica

a mutabilidade dos gêneros textuais tanto na oralidade como na escrita, que se transformam conforme as necessidades comunicativas. Assim, as conversas *online* nas salas de bate-papo na Internet são produzidas pelo meio gráfico, mas há um entrecruzamento da fala, havendo um contínuo entre fala e escrita.

Ao discutir sobre a presença de elementos característicos da oralidade em textos escritos, Oesterreicher (1996) estabelece uma distinção entre o meio de comunicação de um enunciado, ou seja, a forma de realização dos textos fônico e gráfico e a sua concepção oral e escrita, isto é, sua verbalização subjacente. Essa distinção constitui uma dicotomia entre o meio fônico e gráfico; porém, no caso da concepção dos textos, há um *continuum* entre a oralidade e a escrita delimitado por duas extremidades que parte do mais informal ao mais formal. Entretanto, esse *continuum* depende de alguns parâmetros, conforme Oesterreicher (1996, p. 318-319):

- privacidade de comunicação;
- conhecimento mútuo dos interlocutores e saber compartilhado;
- participação emocional;
- interação do discurso no contexto situacional e acional;
- tipo de referenciação;
- posição local e distância temporal dos interlocutores;
- cooperação e dialogicidade;
- espontaneidade;
- fixação;
- determinação do tema.

A esses parâmetros estão associadas algumas estratégias discursivas como grau de planificação, de elaboração sintática e diversos tipos de progressão semântica e implicam determinadas regulações pragmáticas do discurso. Esses pressupostos são muito importantes para traçar o perfil das tradições discursivas² no estudo dos textos. Oesterreicher (1996, 2006) destaca ainda a imediatez comunicativa que apresenta uma afinidade com a realização fônica que é passageira e a distância comunicativa em afinidade com a realização gráfica perdurável; todavia, esclarece que existem tradições discursivas que mesclam as duas formas de realização como, por exemplo, uma carta pessoal que combina a concepção falada com o meio gráfico e uma conferência que combina a concepção escrita com o meio fônico.

² O conceito de tradições discursivas é explicado no capítulo segundo deste trabalho.

Nesse entrecruzamento entre o meio e a concepção dos textos, observamos que a língua evolui diariamente através da quantidade de gêneros textuais escritos e falados que surgem, desaparecem ou se transformam ao longo do tempo, tendo em vista que a língua é um fenômeno histórico e social, pois fala e escrita são duas modalidades existentes em vários contextos de uso na sociedade. Em relação aos gêneros que mesclam as duas formas de realização citadas, ocorrem entre eles alguns processos de transformação de uma prática social para outra que modificam a natureza do texto original. É o que veremos na seção a seguir.

1.2 Características do processo de retextualização: da fala para a escrita

A partir do pressuposto de que língua e fala não representam uma dicotomia por serem duas atividades sociointerativas no cotidiano da sociedade moderna, Marcuschi (2001) apresenta um modelo para tentar identificar o grau de consciência dos usuários acerca da relação fala e escrita na transformação de uma modalidade para outra. Esse processo de transformação do texto falado para o escrito o autor denomina de retextualização³. No entanto, de acordo com Marcuschi, não se trata apenas de uma passagem do oral para o escrito, mas de uma mudança que envolve operações complexas que afetam tanto o sentido do texto como o código, bem como não se trata da passagem de um texto caótico para um texto bem-formado ou de uma atividade que transforma um pensamento concreto em um pensamento abstrato, pois como já foi esclarecido, não há entre fala e escrita uma relação de superioridade.

Essa atividade de retextualização não é realizada apenas no contexto acadêmico, mas frequentemente no cotidiano das pessoas das formas mais diversas: a secretária que anota as informações orais do (a) chefe e com elas redige uma carta; o (a) secretário (a) de uma câmara encarregado de elaborar a ata da sessão, passando para a escrita as falas das pessoas presentes ou mesmo as anotações da fala do professor feitas por um estudante durante a realização de uma aula expositiva.

Marcuschi diferencia o processo de retextualização da atividade de transcodificação, que consiste na passagem do texto sonoro para o escrito, na qual é realizada uma série de procedimentos convencionais que passam *da forma e substância oral para a forma e*

³ Marcuschi (2001) explica que essa expressão foi empregada por Neusa Travaglia em sua tese de doutorado em relação à tradução de uma língua para outra e acrescenta que o uso do termo recobre parcialmente o utilizado por Travaglia, ao tratar-se também da passagem de uma modalidade para outra dentro de uma mesma língua.

substância da escrita (REY-DEBOVE apud MARCUSCHI 2001), porém essas mudanças não podem interferir na natureza do texto falado, tanto do ponto de vista da linguagem como do conteúdo. No processo de transcodificação são eliminadas hesitações, repetições de palavras, vogais ou conectivos, segmentos de palavras iniciadas e não concluídas, sobreposições de palavras e inserção de pontuação, porém, segundo Marcuschi (2001), ainda não pode ser considerado uma retextualização.

Já na atividade de retextualização ocorrem mudanças mais globais, como estratégias de reformulação da estrutura sintática da oração, condensação de ideias, eliminações e inserções que modificam quase por completo o conteúdo do texto-base, como podemos perceber no exemplo a seguir adaptado de Marcuschi (2001, p. 99-100):

Texto original para transformação

1 Ela _ o que eu acho engraçado é que toda vez que um biólogo
2 começa falá em controle de natalidade e programação
3 da sociedade... ele é taxado imediatamente de nazista e facista...
4 porque essa ressalva que eles fazem... essa reação que o povo
5 tem em geral até hoje eu num entendi... porque olhe... se nós
6 Vivemos numa sociedade em que as camadas mais pobres da
7 população... apresentam um índice de natalidade mais alto...
8 significa o quê?... que a:: ... daí a um determinado tempo...
9 o índice mental dessa sociedade vai cair... então se a gente
10 faz um controle científico dessa dessa natalidade eu acho que
11 vai repercutir para o BEM da sociedade... e não para o mal...[...]

Texto transformado

1 *Sempre que os biólogos abordam o assunto Controle da Natalidade e*
2 *programação da sociedade, são taxados imediatamente de nazistas*
3 *e facistas. Essa é uma reação que não entendemos. Porque se vivemos*
4 *numa sociedade em que as camadas mais pobres da população apresentam*
5 *um índice de natalidade mais alto, significa que, daqui a um determinado*
6 *tempo, o índice mental dessa sociedade vai cair, então se é feito um controle*
7 *científico dessa natalidade, naturalmente que será para o BEM da sociedade.[...]*

No texto original para transformação aparecem algumas características peculiares à fala como a ocorrência de hesitações, autocorreções, repetições e quebra de orações. Já no texto transformado essas marcas da fala são eliminadas e a estrutura sintática das orações é alterada, havendo uma mudança significativa no conteúdo do texto original que tinha 128 palavras e passou a ter 86 após a atividade de retextualização. Esse processo de redução de conteúdo do texto não ocorre na atividade de transcodificação.

De acordo com o autor referido, além dos processos complexos de transformação que serão esclarecidos neste tópico, são relevantes algumas variáveis nessa atividade de retextualização:

- a) **o propósito ou objetivo da retextualização:** o nível de linguagem do texto sofrerá alterações diferenciadas dependendo da finalidade da transformação, pois um texto que será publicado e as notas feitas em sala de aula terão um tratamento diferenciado;
- b) **a relação entre produtor do texto original e o transformador:** as modificações realizadas pela retextualização são maiores quando feitas pelo próprio autor do texto, uma vez que o mesmo pode fazer alterações não só na forma, como também no conteúdo. Entretanto, as marcas de oralidade não são totalmente eliminadas. O contrário ocorre quando não é o autor do texto que faz a retextualização, tendo em vista que não serão feitas muitas intervenções no conteúdo, embora elas ocorram na forma do texto original;
- c) **a relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização:** a transformação de uma narrativa oral para uma narrativa escrita sofre menos intervenções que uma entrevista jornalística passada para um artigo de divulgação científica publicado em jornal;
- d) **os processos de formulação típicos de cada modalidade:** trata-se das estratégias de produção textual. Um texto escrito à mão, à máquina ou no computador pode sofrer correções que não são percebidas pelo receptor. O mesmo não ocorre com o texto falado, cuja neutralização é feita pela metalinguagem. Dessa forma, fala e escrita possuem estratégias de formulação características de cada modalidade que recebem soluções diferentes no texto final.

Quanto ao modelo de operações das atividades de retextualização, Marcuschi esclarece que não se trata de uma fórmula mágica que deve produzir resultados imediatamente a sua aplicação. O modelo é uma forma simplificada das operações de passagem do texto oral para o escrito, pois o mesmo não comporta todos os processos de retextualização, apenas faz uma indicação de que existem operações especiais nas etapas finais do processo. Esse esquema de transformações mencionado corresponde a uma sequência de nove operações agrupadas em dois conjuntos:

1. **as operações de regularização e idealização:** correspondem às estratégias de eliminação e de inserção que consistem, respectivamente, na retirada de hesitações, marcas interacionais, redundâncias, repetições e na inserção da pontuação e da paragrafação. Durante essa primeira etapa de modificação, em que estão inseridas a 1ª e 4ª operações do modelo, não há uma alteração do conteúdo do texto-base, pois o texto permanece no âmbito da transcodificação.

2. as operações relacionadas às regras de transformação: abrangem da 5ª a 9ª operações e as operações especiais que envolvem o aspecto cognitivo citado anteriormente. Essas operações consistem nas estratégias de substituição, acréscimo, reordenação e condensação, caracterizando, dessa forma, o processo de retextualização.

Entre esses conjuntos de operações, destacamos as etapas oito e nove por exigirem uma maior compreensão e por tratarem de modificações mais globais no texto sem atenção para detalhes informacionais. O que difere as duas etapas é que a de número nove engloba modificações globais de natureza macro. Nessa etapa do processo, Marcuschi chama atenção para a diferença entre resumir e transformar. No resumo, há uma predominância de eliminação de informações secundárias para a condensação mais generalizada das informações do texto.

Na transformação a que se refere à nona etapa do processo citado, há apenas a eliminação de elementos exclusivos da fala, ocorrendo a preservação do volume de informação do texto original: “Transformar fala em escrita pode acarretar diminuição do texto, mas não necessariamente por razões de seleção das informações mais importantes e sim pela regularização linguística que implica redução do volume de linguagem.” (MARCUSCHI, 2001, p. 87).

Embora sejam dois processos de transformação diferentes, resumir e transformar são atividades de retextualização, porém com objetivos diferentes. A manutenção do conteúdo do texto original não é uma condição da retextualização, posto que é impossível não haver nenhuma modificação do texto-base para o texto-alvo (MARCUSCHI, 2001). Uma modificação na forma também atinge o conteúdo, não há como realizar uma transformação sem que haja interferência, por mínima que seja.

Como já foi mencionado, o modelo apresentado não comporta todas as etapas do processo de retextualização. Para complementar tal modelo, Marcuschi organizou um subconjunto de operações que tratam da transformação dos turnos na passagem do texto oral para o escrito, sendo esse subconjunto composto por três técnicas:

- **Técnica I:** os turnos são transcritos tal qual foram produzidos, sendo realizadas inserções de comentários que evidenciam o diálogo, como por exemplo: ((apontando com o dedo)), ((falando em voz alta)) etc. Esta técnica está inserida nas operações de 1 a 5 do modelo;

- **Técnica II:** a estrutura dialógica dos turnos é eliminada, porém a autoria das falas é mantida através da citação de fala ou discurso direto; está situada nas operações de 1 a 6;
- **Técnica III:** as falas são neutralizadas por completo, mas estão inseridas na citação de conteúdo, na forma de discurso indireto. Envolve todas as operações do modelo proposto, por isso é a mais complexa.

Ao descrever essas técnicas, o autor menciona a questão das atas de reunião como um caso interessante que precisa ser estudado. Embora não seja um dos objetivos desta pesquisa estudar a retextualização na fala dos participantes das sessões camarárias da Paraíba, discutiremos sobre o referido processo neste estudo por ser o gênero ata elaborado a partir do assunto que foi discutido oralmente numa reunião, ou seja, existe a passagem da oralidade para a escrita na redação do texto final da ata.

Nesse processo, ocorrem várias alterações na atividade de transformação dos textos do oral para o escrito, havendo uma relação íntima entre o *meio* e a *concepção* de produção do texto conforme os pressupostos de Oesterreicher (1996) citados no tópico anterior. Nesse processo de passagem do meio fônico para o gráfico, as etapas de retextualização propostas por Marcuschi são de fundamental importância para esclarecer a natureza desse gênero discursivo ainda muito utilizado por instituições públicas e privadas do século atual.

1.3 Sobre o conceito de ata: algumas considerações sobre a estrutura e a linguagem escrita desse gênero

O gênero ata “é um registro em que se relata pormenorizadamente o que se passou em uma reunião, assembleia ou convenção. Várias são suas espécies: ata de assembleia geral extraordinária, de assembleia geral ordinária, de condomínio.” (MEDEIROS, 2010, p. 64). Sua função é historiar a vida administrativa de uma determinada instituição pública, privada, religiosa ou filantrópica. Em algumas instituições, como, por exemplo, nas câmaras municipais, a ata é lida e aprovada pelos participantes da reunião para poder ser arquivada e, a partir desse procedimento, servir como um documento oficial para posterior consulta.

Nos dias atuais, a ata é redigida e arquivada em suportes variados. Algumas instituições seguem a tradição de lavrar a ata manualmente em livros específicos para o registro desse tipo de documento. Outras lavram suas atas à máquina de escrever (casos raros) em folhas soltas, em formulários com a estrutura pronta a ser preenchida, por tratar-se de um

registro de um ato rotineiro ou lavram-nas no computador, para depois imprimir e arquivar em pastas específicas para tal finalidade, como podemos observar em alguns arquivos das câmaras da Paraíba. A maioria das câmaras paraibanas não segue mais a tradição de lavrar as atas das sessões de reunião em livros de registro de forma manuscrita devido à rapidez e eficiência do computador.

Essa facilidade propiciada pelo meio eletrônico e a rapidez com que se processam as informações no mundo moderno fizeram surgir a ata *online*. O documento é lavrado e exposto no *site* da instituição na Rede Mundial de Computadores para consulta da população, podendo ser lido na tela do computador ou impressas sem restrições de conteúdo. Este é o caso das atas do século XXI da Câmara Municipal da cidade de João Pessoa, que fazem parte do *corpus* dessa pesquisa.

Dependendo da forma de lavratura da ata, algumas normas textuais e linguísticas são estabelecidas pelos manuais de redação, sendo algumas dessas regras generalizadas para a organização do texto. Por tratar-se de um documento de valor jurídico, a ata possui caráter oficial, por isso essas normas devem ser seguidas para que o documento tenha o seu valor determinado. É necessário salientar que algumas instituições seguem suas normas próprias para redação da ata, porém, mesmo com possíveis variações na estrutura, geralmente seguem as normas gerais estabelecidas nos manuais. As regras a seguir para lavratura do gênero ata são uma adaptação do Manual de redação empresarial de João Bosco Medeiros (2010) e do Manual de comunicação escrita oficial do estado do Paraná (2005):

- Deve-se lavrar a ata em livro próprio ou em folhas soltas. Deve ser lavrada de tal modo que impossibilite a introdução de modificações. Quando redigida em livros específicos, estes devem ser autenticados, suas páginas rubricadas pela mesma pessoa que tiver feito os termos de abertura e encerramento do livro, o que lhes dá cunho oficial. Esse procedimento evita fraudes posteriores e o extravio do documento. Nesse tipo de redação de ata, recomenda-se ainda preencher os espaços em branco com pontos ou outros sinais convencionais.
- Devem ser sintetizadas de maneira clara e precisa as ocorrências verificadas.
- A ata é um documento que não possui alíneas, o texto deve ser compacto, sem parágrafos ou com parágrafos numerados.
- Emprega-se, nos casos de erros verificados no momento de redigí-la, a partícula corretiva “digo”.

- Quando o erro for notado após a redação de toda a ata, recorre-se à expressão: “em tempo”, que é colocada após todo o escrito, seguindo-se então o texto emendado.
- Ao serem feitas emendas, ou alguma contestação oportuna, a ata só será assinada após aprovadas as correções.
- Os números devem ser grafados por extenso.
- A ata é redigida por um secretário efetivo ou por outro secretário (ad hoc) nomeado para essa ocasião, no caso da ausência, do secretário da reunião.
- A assinatura da ata é somente para aqueles que presidiram a sessão. Seu conteúdo é dado à publicidade para conhecimento do público.

A ata digitada possui algumas dessas normas citadas, entretanto existem algumas regras específicas para a formatação do texto, porém variam conforme cada instituição. No geral, utilizam-se as fontes ARIAL, COURIER NEW, TIMES NEW ROMAN no tamanho 12, espaço de 2 centímetros das margens e não se imprime no verso das folhas. As atas impressas em papel ou digitadas *online*, assim como já foi ressaltado, possuem o formato estabelecido pela instituição.

Além dessas normas estruturais, a ata exige uma apresentação formal na sua linguagem, assim como outros documentos de caráter oficial dos poderes públicos no Brasil. O Manual de Redação Oficial da República afirma, com base no artigo 37 da Constituição Brasileira de 1988, que a redação oficial da administração pública dos três poderes da União deve ser impessoal, objetiva, formal, uniforme e conter o uso da linguagem padrão:

A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (BRASIL, 2002, p. 5).

O referido manual acrescenta ainda que a redação oficial não é árida às mudanças na língua, pois como sua finalidade é comunicar com clareza e formalidade, é necessário impor parâmetros que diferenciem sua linguagem da literatura ou de uma correspondência particular. Sobre as qualidades da redação do Poder Legislativo, Rodrigues, Reston e Reis no Manual do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (2001) afirmam que, no geral, deve possuir: “[...] coerência, pureza, eufonia, propriedade, ordem, conveniência, harmonia, unidade e originalidade [...]. As palavras devem ter seu sentido próprio, deve-se traduzir o que exatamente pretende dizer.” (RODRIGUES, RESTON, REIS, 2001, p. 61).

Outra recomendação dos manuais é a correção dos vestígios da oralidade na linguagem oficial, a partir do pressuposto de que há uma distância entre a língua falada e a língua escrita, tendo em vista que a fala, por ser dinâmica e refletir imediatamente qualquer alteração, utiliza de outros recursos auxiliares na compreensão como os gestos e a entonação. O mesmo não acontece com a escrita, que incorpora as transformações mais lentamente e não possui os recursos citados da fala, valendo de si mesma para comunicar.

Ressalte-se que há necessariamente uma distância entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica, reflete de forma imediata qualquer alteração de costumes, e pode eventualmente contar com outros elementos que auxiliem a sua compreensão, como os gestos, a entonação, etc., para mencionar apenas alguns dos fatores responsáveis por essa distância. Já a língua escrita incorpora mais lentamente as transformações, tem maior vocação para a permanência, e vale-se apenas de si mesma para comunicar. (BRASIL, 2002, p. 5).

Essas recomendações tem a finalidade de evitar interpretações duvidosas provocadas por possíveis ambiguidades e pela inserção de palavras supérfluas. Todas essas características da redação oficial exigem que o redator detenha o domínio da linguagem padrão escrita e conhecimento das normas estabelecidas nos manuais. No caso da ata, sua estrutura é fixa, embora existam tipos diferentes e, como já foi explicitado, ocorram algumas variações na sua forma. Os elementos básicos predominantes numa ata, conforme Medeiros (2010, p. 65), são:

- Dia, mês, ano e hora da reunião.
- Local da reunião.
- Relação e identificação das pessoas presentes.
- Declaração do presidente e secretário.
- Ordem do dia.
- Fecho.

Nos diversos tipos de ata, são comuns as formas de abertura e encerramento, apesar de existirem em pequenas variações nos manuais, essas formas são fixas e caracterizam esse tipo de texto. Vejamos os exemplos dessas formas de acordo com Medeiros (2010, p.65-66):

Exemplo de abertura de ata:

Após cabeçalho:

Ata da Assembleia Geral Ordinária (ou Extraordinária) de ... / ... / ...

coloca-se:

Aos dias do mês de de 200X, às horas, na sede social da, na Rua
....., nº, São Paulo (SP), reuniram-se

Exemplos de fecho de ata:

1)

... Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e convocou outra sessão para o dia, às horas e minutos, quando serão examinados os assuntos da pauta. E, para constar, lavrei a presente ata que subcrevo e vai assinada pelo Sr. Presidente depois de lida.

São Paulo, ... de de 20....

- a) Manoel da Silva,
Presidente.
- b) Joaquim de Sousa,
Secretário.

2)

..... A sessão encerrou-se às horas. Eu, ...
....., Secretário em exercício, lavrei, transcrevi e assino a presente ata.

São Paulo, ... de de 20....

- a) Sebastião Medeiros,
Presidente.
- b) Paulo Arcanjo,
Secretário.

Devido a essas recomendações estabelecidas nos manuais de redação oficial, os gêneros textuais oficiais possuem fórmulas fixas de elaboração e uma linguagem formal, não só por recomendação, mas sobretudo pelas relações de formalidade existentes entre os participantes da situação comunicativa. O mesmo ocorre com a linguagem do Poder Legislativo presente na redação das atas e de toda documentação burocrático-administrativa, pois é frequente o uso de jargões e de um vocabulário formal específico, como também estruturas peculiares que identificam os gêneros como as formas de abertura e fechamento da ata de reunião citadas acima. Essa rigidez da estrutura dos documentos burocráticos no Brasil e na Paraíba não é recorrente apenas no século XXI, uma vez que pode ser observada em documentos de séculos anteriores.

Vieira (2008) em seu estudo sobre um Auto de Penhora do século XIX⁴, selecionou 4 peças das 188 que integram o processo em questão e comparou com peças jurídicas dos dias atuais. Os documentos comparados são: *termo de autuação*, *mandado de penhora*, *certidão* e *procuração*. O autor revela em sua pesquisa que esses gêneros sofreram algumas alterações ao longo do tempo tanto do ponto vista da estrutura quanto da linguagem, uma vez que alguns documentos atuais sofreram redução nas expressões antigas ou incorporaram novas palavras e algumas estruturas mudaram conforme o propósito comunicativo.

O autor concluiu em sua pesquisa que, apesar das mudanças sofridas, as peças desse autoamento obedecem a formas fixas, por se tratar de uma tradição escrita da área jurídica que se repete com o passar dos séculos. Essa demonstração de Vieira (2008) indica que essas formas se repetem nos textos como maneiras de escrever específicas, identificando-os como tal gênero, caracterizando, dessa maneira, as tradições discursivas, cuja definição veremos no capítulo seguinte.

⁴ É um processo jurídico, que trata da penhora de uma escrava chamada Gertrudes Maria, datado em 1828 e redigido na Paraíba. O autoamento teve origem a partir da cobrança feita por Frei João da Encarnação da dívida de Carlos José da Costa, que tomou fulga. Para não perder o valor da dívida, o credor recorreu a justiça, através de uma petição de embargo para penhora da escrava. Após poucos dias do início desse processo, José Francisco das Neves também reclamou a dívida do mesmo devedor com a penhora da negra em questão.

02 O MODELO DAS TRADIÇÕES DISCURSIVAS

Neste capítulo, abordamos o modelo das tradições discursivas (TD) a partir da tripartição da atividade do falar em *sistema*, *norma* e *fala* proposta por Coseriu (1974) e os três níveis dessa atividade: *universal*, *histórico* e *particular*. Discutimos ainda a noção de determinação e entorno desenvolvida pelo referido autor e seus desdobramentos estabelecidos por Schlieben-Lange (1993), Oesterreicher (1996, 2006) e Kock (2008), para a fundamentação do modelo das tradições discursivas. Apresentamos também a origem do conceito das TDs, os seus pressupostos e o conceito de TDs defendido por Kabatek (2006) e suas consequências para a referência discursiva, as variedades linguísticas, significação e caráter composicional das TDs. Encerramos o capítulo com algumas considerações sobre as TDs na era digital, fazendo uma relação entre o suporte, o texto manuscrito e o texto na tela do computador.

2.1 As considerações de Coseriu sobre a atividade do falar

Abordaremos, neste tópico, a teoria da linguística do falar estabelecida por Coseriu (1979) que, ao afirmar que a realidade da linguagem é *movimento*, opõe-se à visão de língua autônoma defendida por Ferdinand de Saussure e propõe uma realidade tripartida da atividade do falar em *sistema*, *norma* e *fala* que se desdobra nas três perspectivas ou níveis de se perceber a linguagem: *universal*, *histórico* e *particular*. Além dessa tripartição, o autor desenvolve os conceitos de *determinação* e *entorno* na atividade linguística como as circunstâncias da língua. Essas considerações de Coseriu sobre a atividade linguística são cruciais para fundamentar a definição das TDs defendida por Kabatek como uma forma de falar e escrever que se repete ao longo do tempo, uma vez que falar é uma atividade universal criada a partir de modelos estabelecidos historicamente por indivíduos numa determinada comunidade linguística.

2.1.1 Sistema, norma e fala

Coseriu (1979) discute a possibilidade de uma tripartição da realidade unitária da linguagem, a partir de um posicionamento crítico da dicotomia estabelecida por Saussure entre *langue* e *parole* que permanece nos estudos estruturalistas pós-saussurianos. Para tal finalidade, esse estudioso da linguagem aponta algumas insuficiências da teoria saussuriana:

- 1ª – A falta de uma identificação nítida entre as distinções individual e concreto, social e formal (funcional);
- 2ª – A rigidez da dicotomia saussuriana ao ignorar o ponto onde se encontram e se combinam a língua e a fala, ou seja, o ato verbal;
- 3ª – A concepção de um indivíduo separado da sociedade, não sendo ele mesmo coletividade.

Baseado no pressuposto de Humboldt de linguagem como atividade (*energéia*) e não produto (*érgon*) e na ideia de língua como determinação histórica da linguagem, desenvolvida por Pagliaro, Coseriu propõe uma *tripartição da realidade unitária da linguagem* nos aspectos *sistema*, *norma* e *fala* como uma forma de explicar as insuficiências mencionadas anteriormente.

Ao sistema corresponde um conjunto de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais que se manifesta no falar concreto. Apresenta-se “como um conjunto de imposições, mas também e talvez melhor, como um conjunto de liberdades, pois admite infinitas realizações.” (COSERIU, 1979, p. 74).

A norma consiste nas estruturas tradicionais de um grupo, sendo a realização coletiva do sistema onde se encontram os elementos funcionalmente não-pertinentes, porém esses elementos são normais de uma comunidade. Dos elementos não-pertinentes no sistema podemos citar o exemplo da troca entre os verbos *ter* e *haver*, uma característica do português brasileiro: *Hoje tem aula* (CASTILHO, 1992). Sabemos que na norma culta da língua portuguesa o verbo *haver* é usado no sentido existencial e o verbo *ter* no sentido de posse, mas no falar coloquial dos brasileiros, a permuta entre esses verbos é algo corriqueiro. Sendo assim, a norma não compromete o sistema, nem é uma forma imposta como o que deve ser dito, mas como é que se diz, nem é a forma correta de se falar numa comunidade, é um falar precedente a sua própria codificação.

Esclarecemos, ademais, que não se trata da **norma** no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros de uma comunidade linguística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade (COSERIU, 1979, p. 69). (Grifo do autor)

Segundo esse autor, a norma contém a repetição dos modelos convencionais de uma comunidade⁵, possui tudo o que é momentâneo e individual, como também se impõe ao indivíduo limitando sua liberdade expressiva por ser um sistema obrigatório estabelecido por imposições culturais e sociais de uma comunidade. Acerca da fala, acrescenta que esta é uma atividade criadora concreta, individual e convencional, na qual está contida a norma que serve de base para a criação das estruturas linguísticas modelo utilizadas por determinada comunidade social.

Essa tripartição da realidade linguística de Coseriu apresenta uma concepção de língua dinâmica que permanece em contínua criação, sendo essa contrária à visão de língua estática e imutável de Saussure. Para o linguista genebrino, a língua é um todo por si, não pode ser criada ou modificada, o significado das palavras ou signos ocorre apenas nas relações do sistema e não importa a realidade exterior da língua. Na visão coseriana, a língua viva não é estática, pois permanece em contínua transformação, seu resultado nunca é definitivo na medida em que o processo de mudança linguística é contínuo. A língua muda porque “não está feita e sim faz-se continuamente pela atividade linguística concreta.” (COSERIU, 1979, p. 63).

Nesse sentido, o linguista romeno explica que a compreensão da mudança linguística se dá no plano do falar como norma de todas as outras manifestações da linguagem. E acrescenta que tudo o que é sincrônico é também diacrônico e só o é pela língua falada, haja vista que o falar existe somente na língua. Dessa forma, a língua aparece como uma determinação histórica que não é apenas sincrônica como postula a concepção de língua saussuriana.

Dentro dessa concepção dinâmica de língua, Coseriu distingue ainda dois fatores que condicionam a linguagem como atividade criadora: a *linguagem virtual* como aspecto psíquico e outro, propriamente linguístico, a *linguagem realizada*, ou seja, o falar concreto. No aspecto psíquico, o autor faz uma distinção entre o *saber* como condição do falar anterior ao ato linguístico, ou seja, o acervo linguístico e o *impulso expressivo*, que é uma intuição particular que requer uma expressão concreta, o falar.

É esse *saber expressivo* do falante a condição para a elaboração de novas estruturas através dos moldes estabelecidos pela norma. Assim, o falante aparece como um agente

⁵ Bakhtin (1992) também defende o pressuposto de que falamos a partir dos enunciados dos outros no convívio social, porém do ponto de vista dialógico. Coseriu leva em consideração a alteridade nesse aspecto da linguagem, mas discute a criação das estruturas da língua na perspectiva da norma.

criador da língua, porém permanece nessa atividade criadora dentro das possibilidades do sistema:

O falante utiliza, para expressão de suas intuições inéditas, modelos, formas ideais que encontra no que chamamos “língua anterior” (sistema precedente de atos linguísticos). Ou seja, o indivíduo cria sua expressão numa língua, fala uma língua, realiza em seu falar moldes, estruturas da língua de sua comunidade. (COSERIU, 1979, p. 72).

O indivíduo, a partir das possibilidades do sistema, cria e recria a norma adaptando-a as suas necessidades comunicativas, o que pode causar um desequilíbrio entre sistema e norma, pois “o indivíduo altera a norma, a norma reflete o equilíbrio do sistema até um determinado momento, alterando a norma, altera-se o equilíbrio, até pender para um lado ou para o outro.” (COSERIU, 1979, p. 80). Esse desequilíbrio caracteriza o processo de mudança linguística, posto que o equilíbrio se estabelece após a mudança. Todavia, é um processo lento e gradual que precisa ser aceito pelos membros da comunidade social (FARACO, 2005).

2.1.2 Determinação e entorno: a técnica e o contexto de produção do discurso

Coseriu (1979) explica que há algumas distorções nos estudos da linguagem baseados na concepção estruturalista de língua desenvolvida por Saussure. Esses estudos pós-saussurianos, apesar de atribuírem certa importância ao falar, permanecem observando a fala do ponto de vista da língua, devendo esta ser vista como um fenômeno distinto daquela justificando-se pelas limitações impostas pelo esquema *langue* e *parole*. Coseriu defende que não se deve explicar o falar apenas do ponto de vista da língua, e sim, vice-versa, porque o falar é uma atividade mais ampla que a língua, sendo essa contida totalmente no falar, mas o falar não sendo contido em sua totalidade na língua.

[...] não há que explicar o falar do ponto de vista da língua, e sim, vice-versa. Isso porque a linguagem é concretamente falar, atividade e porque o falar é mais amplo que a língua; enquanto que a língua se encontra inteiramente contida no falar, o falar não se encontra inteiramente contida na língua. (COSERIU, 1979, p. 213).

O falar possui maior amplitude que a língua, mesmo sendo uma ação de falar uma língua em sua acepção histórica, devido aos seus recursos não-verbais, como a gestualidade, expressões faciais, suspensão da própria fala que contém seus significados próprios. A língua contém apenas as circunstâncias, nas quais os signos adquirem significação na atividade concreta do falar. Nessa atividade do falar, alguns elementos da expressão verbal que não são

permanentes podem adquirir funções ocasionais em determinadas circunstâncias que acabam ultrapassando os limites da língua. Coseriu (1979) explica que essa técnica geral do falar diz respeito à *determinação* e as circunstâncias do falar correspondem ao *entorno*. Ao mencionar essa técnica geral do falar, o linguista romeno se detém à determinação nominal no âmbito da linguagem enunciativa e explica que corresponde à determinação as operações que se realizam na linguagem como atividade para *dizer algo acerca de algo com os signos da língua*. À determinação correspondem os processos de *atualização*, *discriminação*, *delimitação* e *identificação*.

A atualização consiste em trazer para a realidade concreta da língua um conceito virtual, isto é, transformar um significado nominal em sua *essência* para a sua *existência*, por exemplo, o conceito virtual *homem* para o atualizado o *homem*; a discriminação corresponde aos entes denotados que se apresentam como exemplos de uma classe, em outras palavras, quando se denota um ente de um grupo que é composto pelos entes em particular, ou ainda, representa uma porção de um objeto extenso: *um homem*, *este homem*; a operação de delimitação parcializa a designação do conceito de forma a orientar a referência para uma parte do particular denotado: o *vasto* oceano, sol *matutino*, menino *louro*; a identificação especifica o significado de formas multívocas desfazendo qualquer equívoco entre elas: língua *idioma* [não língua anatômica], o sol *moeda* [não o astro]. Essas operações de determinação possuem algumas subdivisões, entretanto, não vamos entrar em sua particularidades porque para este estudo, interessa apenas os conceitos referentes aos entornos para justificar o contexto da escrita das atas das câmaras municipais da Paraíba.

Essas operações da determinação citadas não ocorrem de forma isolada das circunstâncias da língua, uma vez que o discurso necessita de um contexto para completar sua significação e, por esse motivo, falamos mais do que queremos dizer. Isso acontece porque os entornos, ou seja, as circunstâncias da língua, servem como um “pano de fundo” para o discurso, mas vão além dessa função ao orientar todo o discurso para que este tenha sentido. Coseriu (1979) divide os entornos em: *situação*, *região*, *contexto* e *universo de discurso*.

A situação se caracteriza pelas relações espaço-temporais criadas no discurso, pois quando alguém fala algo para uma outra pessoa, realiza essa ação de falar num determinado espaço e num momento do tempo. Coseriu chama de região o espaço em que, dentro dos seus limites, um signo funciona em determinados sistemas de significação. Essa segunda circunstância se subdivide em: *zona*, *âmbito* e *ambiente*. A primeira é a região em que se emprega corretamente um signo conhecido, ou seja, quando é utilizado nos seus limites de significação. Ao âmbito corresponde a região em que o signo pertence ao domínio cultural

dos falantes ou de sua experiência orgânica, como por exemplo, *iglu* e *casa* possuem âmbitos diferentes, pertencem a conceitos de moradia em culturas diferentes. A última subdivisão da região é estabelecida social ou culturalmente em espaços como a família, a escola, as comunidades profissionais, as castas etc.

Sobre a noção de *contexto*, Coseriu explica que “é toda realidade que rodeia um signo, um ato verbal ou um discurso, como presença física, como saber dos interlocutores e como atividade.” (COSERIU, 1979, p. 231). Sendo assim, o contexto é a situação na qual um signo se insere na atividade concreta do falar. O contexto se subdivide em: *idiomático*, *verbal* e o *extraverbal*. O contexto idiomático é a própria língua como contexto. No falar, só uma parte da língua se manifesta, ficando a outra parte submersa, no dizer de Coseriu (1979, p. 231) “esta parte significa toda a língua, a todo saber idiomático dos falantes.” O contexto verbal é o discurso enquanto entorno e o contexto extraverbal é toda circunstância não-linguística conhecida pelo falante que se distingue em diversos contextos:

- **físico:** abarca os objetos que estão à vista dos falantes ou as coisas a que um signo adere (um signo impesso, gravado ou escrito);
- **empírico:** é constituído por um estado de coisas conhecido por quem fala num determinado momento e lugar, mas que não está à vista do falante. Exemplo: *Vou à praia*, mas não se vê a praia no momento do discurso;
- **natural:** é todo o universo empírico conhecido pelos falantes, no qual palavras como o sol, a lua, a terra são singularizados;
- **prático** ou **ocasional:** é a ocasião do falar. Toda expressão falada ou escrita que produzimos só tem sentido numa determinada ocasião;
- **histórico:** é constituído pelas circunstâncias históricas conhecidas pelos falantes;
- **cultural:** é uma das formas do contexto histórico. Abarca todo o cenário cultural de uma comunidade.

O universo do discurso, último tipo de entorno destacado por Coseriu, é um sistema universal de significação a que o discurso pertence e que determina o seu sentido e validade. Assim, uma frase utilizada no âmbito da literatura não tem o mesmo sentido nas ciências aritméticas, pois pertencem a universos discursivos diferentes.

2.1.3 Os níveis de linguagem propostos por Coseriu

Coseriu (1979), partindo de uma distinção aristotélica, afirma que uma atividade pode ser considerada *como tal*, *como atividade em potência* e *como atividade realizada em seus produtos* e dispõe tal proposição para a linguagem enquanto atividade. Para o autor, a atividade linguística como tal é o *falar como saber falar*; como atividade em potência é a *língua como acervo idiomático*; e como atividade em seus produtos é o *discurso particular*. Tal proposta se justifica por ser o falar “uma atividade universal que se realiza por indivíduos particulares, enquanto membros de comunidades históricas.” (COSERIU, 1979, p. 43).

Ao partir desse pressuposto, o linguista romeno distingue três perspectivas de se perceber a língua: uma *universal*, outra *histórica* e outra *particular*. O nível ou aspecto universal, é o falar concreto, considerado em geral; o histórico é o saber falar segundo a tradição de uma comunidade; e o particular é o discurso como ato ou série de atos de um indivíduo na atividade do falar concreto.

O falar é no universal, simplesmente o falar: atividade linguística concreta, considerada em geral; no particular é o discurso (o ato ou série de atos) de tal indivíduo em tal oportunidade; e no histórico é a língua concreta, ou seja, um modo de falar peculiar a uma comunidade, que se comprova na atividade linguística como seu aspecto essencial. (COSERIU, 1979, p. 43).

O autor acrescenta que essa distinção não se trata de realidades diferentes, mas de três modos de considerar a mesma realidade que formam um todo. Afirma ainda que o saber linguístico é um *saber fazer*, um *saber técnico* que existe na comunidade histórica e no indivíduo. Esse cria as expressões, enquanto indivíduo histórico, conhece várias tradições e as utiliza de acordo com as circunstâncias, ambiente de fala e intenção comunicativa. A essa atividade do falar, Coseriu (1988) contrapõe três planos do saber linguístico:

- a) o *saber elocutivo* ou *competência linguística geral* corresponde ao plano universal, ou seja, ao falar em geral em cada língua;
- b) o *saber idiomático* ou *competência linguística particular* é o saber falar uma língua histórica determinada e corresponde ao plano histórico;
- c) o *saber expressivo* ou *competência textual* refere-se à maneira de produzir textos em situações comunicativas determinadas e corresponde ao falar individual.

Quadro 1 – Os três planos do saber linguístico

PLANO	PONTO DE VISTA		
	atividade enérgeia	saber dínamis	produto érgon
Plano universal	falar em geral	saber elocutivo	totalidade das manifestações
Plano histórico	língua particular	saber idiomático	(língua particular abstrata)
Plano individual	discurso	saber expressivo	texto

Fonte: (COSERIU, 1988, p. 92)

Alguns estudiosos da linguagem como Schlieben-Lange (1993) discutem esses níveis coserianos. Segundo essa autora, no nível das línguas históricas importa saber como o plano do conteúdo é articulado no nível dos textos e do seu sentido. Sobre tal questão, na concepção de Schlieben-Lange, pode-se atribuir três tipos de semântica que correspondem aos níveis mencionados: *designação* (referência ao mundo extralinguístico), *significação* (conteúdo linguístico como valor de língua) e *sentido* (significação própria de cada texto). Dessa forma, os três aspectos da atividade linguística propostos por Coseriu correspondem a diferentes tipos de objetos do saber: *saber elocucional*, *saber idiomático* e *saber expressivo*.

Sobre a questão da norma nos níveis estabelecidos por Coseriu, Schlieben-Lange faz uma distinção entre as *normas-de-ser* e *normas-de-dever*. No nível histórico, quando numa comunidade uma norma é tomada como padrão ou exemplar, no dizer coseriano, as demais normas são restritas ou marginalizadas como um obstáculo para a imposição da norma padrão. O mesmo ocorre no nível dos textos, ou discurso, pois as formas usuais da comunidade também são desvalorizadas quando contrapostas às formas textuais padrão. Por fim, no nível da fala, a forma padrão se sobrepõe às variedades normais do falar.

Dessa forma, para a autora, não existe o normal sem uma força coercitiva, uma vez que, se o falar é falar como os outros, o indivíduo buscará sempre se fazer entender no seu grupo para não correr o risco de ser excluído. De acordo com Schlieben-Lange (1993, p. 22), “é de interesse de cada membro de um grupo do falar como os outros, para se fazer entender e, portanto, não se transviar da comunidade grupal.” Os linguistas Wulf Oesterreicher e Peter Koch, também discutem esses níveis, especificamente o nível histórico. Os autores acrescentam, no aspecto histórico da linguagem, as tradições discursivas em paralelo à língua

enquanto sistema gramatical e normal. Esse pressuposto é fundamental para a formulação do conceito de TDs que veremos no próximo tópico com maior propriedade.

2.2. A origem do conceito das tradições discursivas

O conceito de tradições discursivas nasceu na linguística românica alemã, a partir dos ensinamentos de Eugeniu Coseriu que, como já foi visto, faz a distinção da realidade do falar nos níveis *universal* (o falar geral comum ao ser humano), *histórico* (o saber historicamente dado numa determinada comunidade) e *particular* (o discurso concreto ou atos de fala individuais). Essa tripartição da realidade da linguagem, passou a ser aceita pela romanística alemã com o desenvolvimento dos estudos da linguística do texto na década de oitenta do século passado.

Nesse florescer dos estudos do texto, Brigitte Schlieben-Lange, em 1983, em Tübingen, na Alemanha, propôs uma pragmática histórica que combinava a teoria coseriana com alguns aspectos da sociolinguística e da pragmática. Essa perspectiva, nas palavras de Kabatek (2006, p. 507), “relacionava a discussão sobre oralidade e ‘escrituralidade’ com uma visão histórica e ofereceu o fundamento para o que mais adiante se chamaria o estudo das TDs.” Em tal proposição, a autora parte do princípio de que “quando falamos, nós o fazemos também segundo o ‘modus’ de uma língua histórica [...] sempre com determinados objetivos.” (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p. 18).

Com o passar dos anos, especificamente em 1997, essa perspectiva foi sendo ampliada por pesquisadores como Kock e Oesterreicher. Kock (2008) reconhece uma subdivisão que modifica o nível histórico do falar proposto por Coseriu, baseado na independência entre as tradições históricas dos textos e as tradições das línguas particulares demonstradas por Schlieben-Lange. O resultado dessa reflexão se encontra no esquema a seguir:

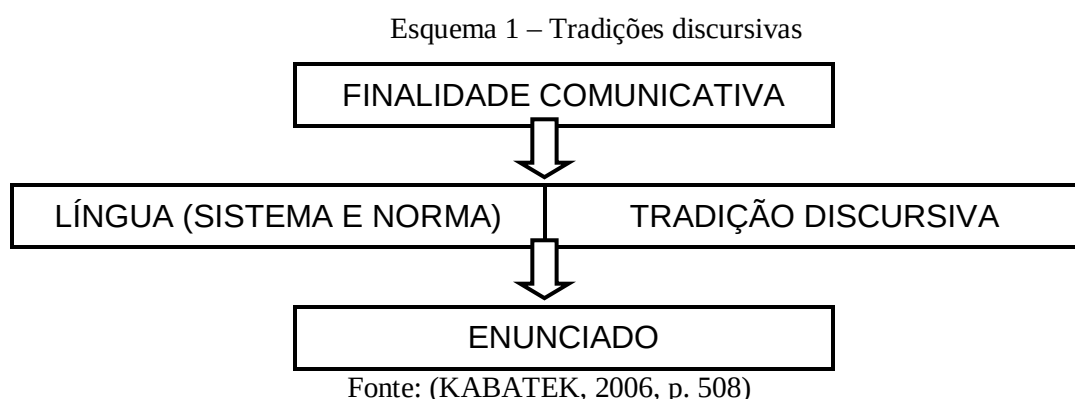
Quadro 2 – Níveis e domínios linguísticos

NÍVEL	DOMÍNIO	TIPO DE REGRAS
Universal	atividade do falar	regras elocucionais
histórico	língua histórica particular	regras idiomáticas
	tradição discursiva	regras discursivas
atual/individual	discurso	

Fonte: (KOCK, 2008, p. 54)

Kock (2008), ao estabelecer uma subdivisão do eixo histórico, explica que a historicidade das TDs e das línguas particulares são diferentes uma da outra porque os grupos que constituem as TDs são grupos profissionais como correntes literárias, movimentos religiosos ou políticos. Já os grupos constituintes da tradição das línguas são as comunidades linguísticas a que pertencem as línguas particulares como a francesa, a alemã, a inglesa etc. Oesterreicher, em 1997, em conformidade com as ideias de Kock, ao discutir o fenômeno da oralidade concepcional, recorre à definição tripartida da linguagem de Coseriu e demonstra que no nível histórico devemos reconhecer, em primeiro lugar, as línguas individuais com suas técnicas e normas, como sistemas gramaticais e lexicais e, em segundo, as TDs independentes das línguas particulares.

Kabatek (2006) esclarece, conforme Kock e Oesterreicher (1997), que na atividade do falar, a finalidade comunicativa atravessa o duplo filtro do nível histórico, que corresponde à língua como sistema e norma e às TDs, produzindo o enunciado.



Dessa forma, tomando o exemplo de Kabatek (2006), o uso de um determinado ato de fala, como a saudação *bom dia*, tem como finalidade comunicativa expressar a saudação matinal que não possui solução apenas no léxico da língua, mas também na tradição estabelecida que, levando em consideração as várias circunstâncias ou entornos da língua, produz um enunciado concreto. Essa mesma saudação numa situação diferente dessa perde seu sentido, como por exemplo, dar um *bom dia* ao entardecer.

Sobre essa relação entre a saudação *bom dia* e as circunstâncias da língua que a evocam, Kabatek explica que numa primeira abordagem pode-se entender as tradições discursivas como formas tradicionais de dizer as coisas que pode ir desde uma expressão simples, como a saudação em questão, até um gênero ou uma forma literária complexa e acrescenta que todos os tipos de texto são TDs e não unicamente as formas mais complexas,

pois a evocação de uma simples expressão ou de formas gramaticais num evento comunicativo é que determina as TDs. Além da saudação citada, Kabatek traz como exemplo o uso do imperfeito do subjuntivo, forma arcaica praticamente morta no francês atual, por um grupo de políticos do parlamento francês que frequentou a Escola Nacional de Administração.

A *repetição* dessa forma verbal no discurso parlamentar *evocava* o passado do grupo, identificando-o entre os demais políticos do parlamento. Para o autor o imperfeito do subjuntivo é uma tradição de falar dentro de um gênero, o discurso parlamentar. A partir dessas considerações, o autor faz uma distinção entre os gêneros textuais e as TDs, afirmando que “os gêneros são tradições de falar, mas nem todas as tradições de falar são gêneros.”⁶ (KABATEK, 2006, p. 509).

No que tange à relação entre línguas particulares e TDs no nível histórico apresentado no esquema anterior, Jungbluth (2006), com base nos pressupostos de Kock (1997), afirma, em seu estudo acerca das construções em voz passiva nas informações de manuais técnicos e bulas de medicamentos, que existe uma interdependência entre formas gramaticais das línguas particulares e as tradições discursivas. Essa informação é relevante para a compreensão de que algumas formas gramaticais fazem parte da constituição das tradições discursivas, como é o caso das construções em voz passiva existentes nas atas de câmara que compõem o *corpus* de pesquisa deste estudo e que serão objeto de análise.

2.3 O conceito de tradições discursivas

No que diz respeito à teoria das TDs, Koch (1997) apud Simões e Kewitz (2009b) aponta ainda duas estratégias distintas para a retomada de enunciados já conhecidos e que são fundamentais para compreensão do modelo das TDs. Trata-se da *intertextualidade* e da *interdiscursividade*. A intertextualidade, muito comum nos textos literários, é a retomada dos conteúdos temáticos narrativos presentes nos textos. Um exemplo disso são os versos da canção *Índia*, retomados da obra *Iracema*, de José de Alencar: *Índia seus cabelos nos ombros caídos,/ Negros como noite que não tem luar;/ Seus lábios de rosa para mim sorrindo / E a doce meiguice desse seu olhar*. Observemos, agora, o texto de Alencar: *Iracema a virgem dos*

⁶ O modelo das TDs possui algumas lacunas, pois conforme Simões e Kewitz (2009a) ainda não há nesse modelo uma metodologia clara, dotada de instrumentos e conceitos claramente definidos. Ainda segundo os autores, essa indefinição ocorre porque o modelo de TD tomou de empréstimo terminologias de correntes de análise como a Gramaticalização, Análise do discurso e da Análise da Conversação. Por esse motivo, não iremos discutir com maior amplitude essa distinção entre gêneros e TDs, bem como não é objetivo deste trabalho abordar esses questionamentos.

lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da Jati não era doce como seu sorriso.

Já a interdiscursividade se caracteriza pela retomada dos elementos que compõem a estrutura dos textos. Podemos tomar por exemplo a estrutura do gênero ofício. Independente do assunto da comunicação oficial, num ofício se repetem estruturas como local e data, vocativo e fecho que identificam esse gênero textual ao passar do tempo.

Outro traço importante que caracteriza as TDs no nível histórico da linguagem é oscilação entre *conservadorismo* e *dinamismo*, *convenção* e *inovação*. Os textos, conforme as necessidades comunicativas, sofrem algumas alterações, nas quais umas permanecem, outras desaparecem, ou mesmo, transformam-se com o tempo, como é o caso do texto jornalístico escrito que, com o advento da Internet, adquiriu outros formatos proporcionados pela inserção de diversos recursos virtuais; porém, essas inovações não descaracterizam sua forma tradicional tanto na linguagem como na estrutura textual. Simões e Kewitz (2009b) afirmam que *todas as tradições culturais oscilam entre esses dois pólos* e acrescentam que as TDs são apenas uma das inúmeras tradições culturais da humanidade.

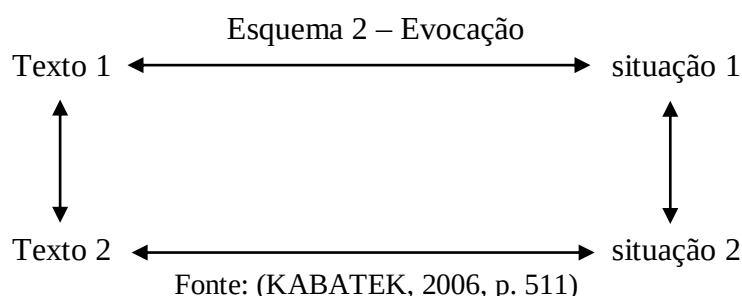
Apesar de a relação entre conservadorismo e inovação ser uma característica importante das tradições culturais, ela não é suficiente para definir as TDs. Para se aproximar de uma definição sistematizada das TDs, Kabatek (2006) apresenta alguns traços que as definem, embora não os considere suficientes:

1- uma TD deve ser discursiva, ou seja, as repetições não-linguísticas estão excluídas de tal categoria. Um exemplo dessa condição é o cantar dos pássaros numa determinada hora da manhã todos os dias, embora haja uma repetição de tal fenômeno, ele não pode ser considerado uma TD;

2- nem todas as repetições de elementos linguísticos formam uma TD, embora seja a repetição uma condição para a definição das TDs. Muitas palavras se repetem inúmeras vezes no cotidiano como no caso de rosa, casa, todo, bola nos mais variados contextos, porém não podem ser consideradas uma TD. Para um texto se inserir numa TD é necessária uma combinação de elementos linguísticos como, por exemplo, a combinação dos elementos formais que caracterizam uma carta pessoal: vocativo, formas de tratamento, fecho e assinatura;

3- a evocação, isto é, a repetição do conteúdo temático dos textos. Assim, a repetição da abertura e o fechamento da ata de reunião não são propriamente uma TD, mas estão ligadas a ela, evocando-a, como no exemplo do requerimento: vocativo (*Excelentíssimo Senhor Governador do Estado*), corpo do texto com apresentação do requerente seguido de endereço e da solicitação, fecho (*Nestes termos, pede deferimento*), local e data.

Segundo Kabatek (2006, p. 511), “a relação de tradição de uma TD tem então duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a evoca.” Assim, Simões e Kewitz (2009a) afirmam que, “uma situação B evoca uma situação A que permite a realização de um texto 2 como repetição de um texto 1” ocorrendo, portanto, uma simultaneidade entre os dois fatores definidores das TDs: *repetição e evocação*.



Satisfeitas essas condições, Kabatek (2006) apresenta o seguinte conceito para as TDs:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever e falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 512).

Essa definição implica ainda algumas questões e consequências que merecem ser discutidas:

- A primeira questão diz respeito à relação entre as TDs e a referência. Uma saudação, por exemplo, possui uma constelação referencial ou situacional relacionada a um texto (a saudação *bom dia*). Já outros textos não são situacionais, como no caso de textos escritos, que são independentes de uma situação pragmática concreta, uma vez que, na evolução das culturas as línguas criam seus textos autônomos que constroem sua

própria referência discursiva, ou seja, geram seus contornos extralinguísticos com meios textuais, internalizando a evocação.

- A segunda questão refere-se a relação entre TDs e variedades linguísticas (variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas). Algumas variedades linguísticas podem funcionar como uma TD. Bicalho (2008) apresenta como exemplo para tal fenômeno, o uso do *falso gerundismo*⁷ pelos operadores de telemarketing. De acordo com a autora, esse tipo de variação diafásica seria a tradição de falar desse determinado grupo de vendedores, pois dentro do grupo de operadores de telemarketing existiria uma unidade de gênero textual, na qual não se utilizaria outra forma de se expressar. Kabatek (2006) explica que a variação linguística não é o mesmo que TD, pois são fenômenos distintos; todavia, acrescenta que essas formas são transmitidas pelas TDs, pois seu emprego pode ser condicionado por estas.

Sobre as consequências do conceito de TDs, Kabatek faz ainda algumas reflexões:

- Na primeira reflexão, o autor enfatiza que uma TD tem valor de signo próprio, por consequência, comunica mais do que um texto sem tradição, pois além do valor proporcional, transmite uma referência. Por isso, “uma TD é mais do que um enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc, mas também relaciona esse texto como outros textos da mesma tradição.” (KABATEK, 2006, p. 513).
- A segunda se refere ao caráter composicional das TDs. O texto de uma TD não se repete de uma mesma maneira, pois tanto pode ser uma forma textual como também uma combinação de elementos. Essa composicionalidade se distingue em dois tipos: a paradigmática e a sintagmática. A primeira consiste nos elementos que definem as TDs; a título de exemplo, o soneto se define como uma TD por conter a forma clássica de quatorze versos, rimas específicas para essa forma e por conter a linguagem poética. Essa composicionalidade se refere à concomitância de referências de outras TDs no mesmo texto. O segundo tipo consiste na inserção de

⁷ O falso gerundismo se caracteriza por construções que empregam ir + estar + gerúndio: *vou estar viajando*. Essa construção é usada pelos brasileiros para substituir o futuro do presente do indicativo no falar coloquial.

subtextos ao longo de um texto. Isso pode ser constatado no romance *Ulisses*, que possui uma sucessão de diferentes TDs num texto longo.

Kabatek (2006) ressalta que a partir da composicionalidade paradigmática surgem as possibilidades de transformações das TDs, posto que alguns textos podem sofrer alterações ao longo do tempo, ao ponto de não mais se identificarem com sua forma inicial, pois alguns elementos permanecem e outros adquirem novas características ou mesmo desaparecem de uma determinada forma textual. Algumas TDs são fixas e resistentes às alterações devido ao caráter formal das instituições nas quais estão inseridas, como é o caso dos textos jurídicos e religiosos. Outras TDs são mais flexíveis à medida que acompanham as expressões do falar na oralidade, como ocorre com os textos produzidos nas salas de bate-papo na Rede Mundial de Computadores.

2.6 As tradições discursivas na era digital

Na pós-modernidade, são variadas as formas de apresentação das TDs, uma vez que as novas tecnologias da era digital, com destaque para o avanço da Rede Mundial de Computadores, possibilitam uma nova estruturação do texto. Assim, textos digitais como *e-mails*, *blogs*, textos dos *chats*, ou mesmo artigos de revistas e de jornais eletrônicos, dentre muitas outras TDs que são disponibilizadas pela rede mundial em *sites* e *homepages*, possuem maior maleabilidade em sua estrutura, se comparados às formas anteriores de texto oral ou impresso de que originam, devido aos recursos de sons e imagens disponíveis no suporte digital, bem como a rapidez de recebimento de informações proporcionada pela Rede Mundial de Computadores.

Vejam os como exemplo, o *e-mail*⁸ como uma mensagem eletrônica de composição e recebimento rápidos. Para Marcuschi (2010), esses dois aspectos caracterizam esse gênero no suporte digital⁹. Ao compararmos o *e-mail* com a estrutura da carta, observamos que os textos são mais curtos, pois, devido à rapidez do cotidiano, as mensagens tendem a ser mais objetivas numa linguagem menos formal, muitas vezes não possuem abertura e fechamento,

⁸ Oliveira e Paiva (2010) explica que o termo *e-mail* em inglês é utilizado tanto para o texto produzido para esse fim como para o endereço eletrônico de cada usuário. Em português, o termo *e-mail* é utilizado para o texto como mensagem eletrônica e o termo correio eletrônico para o canal de transmissão da mensagem.

⁹ Existe na linguística textual uma discussão acerca da classificação do *e-mail* como gênero textual, suporte ou serviço em função de atividades comunicativas, porém, neste estudo, tomamos o *e-mail* como um gênero eletrônico escrito que contém suas características próprias, conforme Oliveira e Paiva (2010).

contêm os *emotions*¹⁰ e, dependendo do programa de mensagens, podem conter sons e imagens. Além dessa semelhança com a carta, conforme Oliveira e Paiva (2010), o *e-mail*, agrega ainda características do memorando, do bilhete, da conversa face a face e da interação telefônica.

Dessa forma, a constatação de que o *e-mail* é uma TD totalmente nova não é exatamente verdadeira, pois, apesar de ser diferente dessas TDs mencionadas, evoca algumas características das mesmas na tela do computador. Conforme foi apresentado na definição das TDs, a evocação é um dos seus traços defidores.

Considerar a Td só desde o seu lado textual unicamente tem em conta só um aspecto dela, precisamente o aspecto que nos interessa, mas que não é explicável sem a contrapartida que o evoca. [...] pode haver tradições evocadas pelo canal ou meio de comunicação, como o telefone, o SMS e o telegrama. (KABATEK, 2006, p. 511).

Assim, o *e-mail*, através do computador conectado à Internet, pode evocar outras tradições que o antecedem, corroborando com o elo entre tradição e inovação das TDs, haja vista que as novas tecnologias permitem essa transformação dos textos. Dessa forma, é ilusório pensar que o mundo se renova por completo, uma vez que as novidades podem aparecer através das novas tecnologias, mas depois se descobre que não era tão novo como pensamos (MARCUSCHI, 2010). Marcuschi afirma ainda que existe uma relação entre a evolução dos textos e os meios tecnológicos que eles se desenvolvem. Tomando por base as ideias de gênero defendidas por Bakhtin (1919), Swales (1990) e Miller (1984), o autor explica que um novo meio tecnológico deve influir na natureza do gênero produzido:

Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana (Bakhtin, 1979), servindo como um instrumento comunicativo com propósitos específicos (Swales, 1990) e como forma de ação social (Miller, 1984), é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido. (MARCUSCHI, 2010, p. 20).

Marcuschi (2010, p. 124) acrescenta ainda que “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele”. Do mesmo modo, uma determinada TD que é publicada em um suporte impresso pode adquirir novas características quando transcritas no suporte digital,

¹⁰ De acordo com Marcuschi (2010), os *emotions* (ícones para sentimentos e emoções) são mais utilizados nos bate-papos virtuais do que nos *e-mails*.

podendo ser bem diferente de sua sua versão impressa quando disponibilizada na Internet, uma vez que o texto é organizado de forma a facilitar as distâncias do mundo moderno. Para Marcuschi (2010, p.174), “isso não significa que o suporte determine o gênero e sim que o gênero exige um suporte especial.”

Essas transformações das TDs são potencializadas pelo computador, porque nos tempos das mídias digitais, o computador tornou-se um suporte que é mais que um simples instrumento de inscrição de textos, tendo em vista que a Internet¹¹ tornou possível o sonho do universal, ou seja, possibilitou a conexão entre os textos sem ter limites entre suas fronteiras. Segundo Pierre Lévy (1996):

O computador não é um centro, mas um pedaço, um fragmento da trama um componente incompleto da rede calculadora universal [...] tornou-se impossível traçar seus limites, fixar seu contorno. É um computador cujo centro está em toda parte e a vivo, pululante, inacabado, virtual, um computador de Babel, o próprio ciberespaço. (LÉVY, 1996, p. 47).

Por ser um potencializador da informação, o computador conectado à Rede Mundial de Computadores proporcionou o surgimento do hipertexto. Todavia, é importante diferenciar o que caracteriza esse tipo de texto digital do texto linear que conhecemos, também encontrado na Internet, como no caso das atas digitais que compõem o nosso *corpus* de pesquisa. De acordo com Pierre Lévy (1996):

A abordagem mais simples do hipertexto que, insisto, não exclui nem os sons nem as imagens, é a de descrevê-lo, por oposição a um texto linear, como um texto estruturado em rede. O hipertexto seria constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais e etc) e de ligações entre esses nós (referências, notas, indicadores, “botões” que efetuam a passagem de um nó a outro. (LÉVY, 1996, p. 44).

Mesmo não tendo as mesmas características do hipertexto mencionadas, um texto inscrito no computador não é o mesmo texto do suporte impresso, porque este não é mais organizado num suporte encadernado, ou seja, a tela em que o texto é lido não é mais um objeto manuseado diretamente pelo leitor como ocorre com o texto impresso. Para Chartier (1999):

¹¹ Marcuschi (2010) explica que a Internet é um caso limite entre serviços de comunicação e suporte, mas afirma que pessoalmente considera a Internet como um suporte que alberga e conduz gêneros de formatos diversos. Com base nessa afirmação do autor, consideramos, neste estudo, a Internet como um suporte.

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. (CHARTIER, 1999, p. 12-13).

Apesar da distância entre a tela do computador e o leitor, o texto eletrônico, disponibilizado pelo espaço virtual, permite que as pessoas estejam mais próximas da informação. No cotidiano dos tempos modernos, o leitor pode ter acesso facilmente à informação pública através das páginas da *Web* e deparar-se com uma quantidade ilimitada de textos que contém sons e imagens em fração de segundos e armazená-los na memória de seu computador, *pen-drives* e CD-Roons, haja vista que o texto eletrônico está disponível na Internet para qualquer indivíduo a quaisquer hora e lugar, basta que, como já foi dito, ele possua um computador conectado à Rede Mundial de Computadores. Em espaços públicos e privados que disponibilizam a leitura em obras impressas é preciso ir até o local em seu horário de funcionamento, esperar que um funcionário localize a obra nas estantes e fazer um registro de empréstimo.

Essas considerações são relevantes para explicar o fenômeno de transformação das atas camarárias que são objeto de análise deste estudo, uma vez que as atas das câmaras municipais de João Pessoa também estão acompanhando as transformações da era digital. As atas que eram escritas à mão ou à máquina de escrever e armazenadas em livros de registro específicos, hoje, estão disponíveis na *homepage* da câmara municipal de João Pessoa de forma acessível a qualquer cidadão que possua um computador conectado à Internet. Precisamos identificar nessas atas *online*¹² até que ponto o novo suporte afetou a estrutura dessa TD em relação a sua versão manuscrita, considerando o que permaneceu e o que se transformou nesse processo.

No próximo capítulo, trazemos algumas considerações sobre o contexto sócio-histórico de produção das atas de câmara que constituem o *corpus* desta pesquisa, tendo em vista a ideia de que, as tradições discursivas, do mesmo modo que os gêneros textuais, refletem as transformações históricas e sociais ocorridas na sociedade na qual estão inseridas.

¹² Mesmo havendo a cópia impressa das atas *online* na câmara municipal de João Pessoa, a ata digital não é a mesma em relação à ata manuscrita ou digitada, pois ela existe num suporte diferente e nem pode ser lida da mesma forma que suas versões anteriores.

03 A CÂMARA MUNICIPAL NO BRASIL E NA PARAÍBA DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: SOBRE O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DAS ATAS

Coseriu (1979, p. 236) afirma que “explicar uma obra significa, antes de mais nada, reconstruir seus entornos”, ou seja, para explicar os textos faz-se necessário associá-lo ao contexto histórico e social de sua produção. Diante disso, neste capítulo, discutimos os fatores históricos e sociais dos períodos imperial e republicano do Brasil e da Paraíba em que estão inseridas as câmaras municipais e as atas das câmaras paraibanas. Abordamos, no primeiro tópico, as mudanças de regime sofridas pelo Brasil, apontando a situação de funcionamento das câmaras municipais no Império e na República. No tópico seguinte, discutimos sobre as atribuições das câmaras municipais paraibanas desde o século XIX até os tempos atuais, como também, destacamos a presença de seus funcionários, dando ênfase aos secretários. No último tópico, fazemos um retrato sócio-histórico da Paraíba, destacando alguns fatores que interferem na forma de escrita das atas das câmaras municipais na Paraíba.

3.1 As Câmaras Municipais no Brasil Império e República

A câmara municipal é uma instituição representante do Poder Legislativo Municipal que existe no Brasil desde que foi instalada pelos portugueses em 1532, conforme o modelo das câmaras de vereadores de Portugal, na vila de São Vicente, em São Paulo. Durante o período colonial, a câmara gozava de amplos poderes, sendo alguns hoje de atribuição das prefeituras, uma vez que era o único órgão de governo representativo da colônia. De acordo com Prado Júnior (2008), no Brasil colonial, cabia à câmara: aforar parte de suas terras, fazer várias nomeações, fiscalizar o comércio local, editar posturas, julgar e processar crimes de injúria e pequenos furtos, taxar e arrematar impostos entre outras atribuições.

No Regime Imperial brasileiro (1822-1899), os poderes atribuídos às câmaras municipais tornaram-se mais restritos devido à Constituição de 1824, na qual foram estabelecidos os quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. Esse último, também denominado Poder Imperial, não era, no Brasil, totalmente separado do Poder Executivo que era exercido pelos ministros do rei. Isso resultou na concentração de poderes nas mãos do imperador. Apesar disso, no Regime Imperial, o Brasil permaneceu ligado à

Igreja Católica e essa, por sua vez, se manteve presente nas decisões políticas locais e na cultura religiosa dos brasileiros.¹³

Além dessa divisão em quatro poderes, no período imperial, o Brasil foi dividido em províncias, cujos presidentes eram nomeados pelo imperador e também foram criadas as Assembleias Provinciais¹⁴, limitando ainda mais o poder local exercido pela câmara municipal. No entanto, ao mesmo tempo que teve suas atribuições reduzidas, a câmara municipal manteve sua “autonomia” local, bem como algumas funções remanescentes do período colonial.

A presença da câmara nas vilas e cidades das províncias estava garantida pela Constituição Imperial. No capítulo II, do artigo 167 da Constituição de 1824, está definido que “em todas as Cidades, e Villas ora existentes , e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, as quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades e Villas.” (BRIGAGÃO E SILVA, 2003, p. 138).

O artigo seguinte da Constituição mencionada determinava que as câmaras seriam eletivas¹⁵ e compostas do número de vereadores determinados por lei; sendo o presidente da câmara aquele que obtivesse o maior número de votos. “As Câmaras serão electivas, e compostas do número de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior número de votos, será Presidente.” (BRIGAGÃO E SILVA, 2003, p. 138). O artigo 169 afirma que o exercício das funções municipais pela câmara, a formação de suas posturas, a aplicação das suas rendas, suas particularidades e atribuições serão decretadas por uma Lei Regulamentar.

O cenário das câmaras municipais brasileiras continuou a ser alterado após a proclamação da República, em 1899, pois o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) decretou o fechamento das câmaras municipais e autorizou a nomeação dos membros dos chamados Conselhos de Intendência pelos governadores dos Estados (AVELAR, 1970). Em 1905, foi criado o cargo de Intendente que permaneceu nos municípios durante a República Velha (1899-1930), haja vista que a figura do prefeito não existia nesta

¹³ A Constituição de 1824 assegura a Religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Império (BRIGAGÃO E SILVA, 2003). A separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro só aconteceu com a Proclamação da República em 1891 (FAUSTO, 1997).

¹⁴ De acordo com Fausto (1997), competia às Assembleias Provinciais “a competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas.” (FAUSTO, 1997, p. 163).

¹⁵ Conforme Fausto (1997), no Regime Imperial o voto era censitário, ou seja, só podia votar quem atendessem alguns requisitos, incluindo os de natureza econômica, denominados censo. As mulheres estavam excluídas dos direitos políticos.

época. Neste período republicano, a câmara continuou a exercer o Poder Executivo local e o Poder Legislativo.

Apesar dessas mudanças, o poder local exercido pelos conselhos obteve uma maior autonomia, pois, conforme Rodrigues, Reston e Reis (2001), na Constituição de 1981, o município aparece como parte do Estado Nacional, uma vez que o Brasil passou a ser uma República Federativa constituída pela união do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

[...] o Brasil adotou, em 1891, uma nova Constituição, a primeira do regime republicano. Deixou de ser um país unitário para tornar-se uma República Federativa constituída pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (RODRIGUES, RESTON, REIS, 2003, p. 16).

Após o fim da República Velha, Getúlio Vargas assumiu o poder em outubro de 1930, pelo voto indireto. Desde o início do seu governo, Vargas adotou medidas centralizadoras, pois, em novembro do mesmo ano, ele assumiu os poderes Executivo e Legislativo, dissolveu o Congresso Nacional e os legislativos estadual e municipal. Para a execução de tal medida, foram nomeados interventores federais para os estados, sendo demitidos os antigos governadores (FAUSTO, 1997).

Através dessa medida, Vargas limitou o poder local concentrando todo o poder em suas mãos. Todavia, segundo Avelar (1970, p. 264), entre o período de 1934 a 1937 “haveria assembleias estaduais e câmaras municipais”, porém os poderes das câmaras foram ainda mais limitados a partir da criação das prefeituras que assumiram o Poder Executivo nos municípios. Dessa forma, restou às câmaras municipais apenas o Poder Legislativo.

Em 1937, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo (1937-1945), um regime de caráter ditador que concentrou a maior soma de poderes até o momento da história do Brasil independente (FAUSTO, 1997). Neste período, as câmaras municipais foram novamente dissolvidas, sendo nomeados interventores para o governo nos estados. As câmaras municipais só foram reabertas com a deposição de Vargas. Em seguida, foram realizadas eleições para prefeitos e vereadores que tomaram posse no ano de 1947. As câmaras reassumiram o Poder Legislativo e começaram a delinear a forma que possuem hoje.

Durante o governo militar (1964-1985), as câmaras municipais passaram por mais um período de perseguições. O ato institucional nº 5 que entrou em vigor no governo de Costa e Silva, estabeleceu plenos poderes para o presidente da República, podendo este dissolver o congresso, as Assembleias Legislativas e as câmaras municipais e assumir o Poder

Legislativo durante o recesso da câmara. Isso promoveu o abuso de poder do governo militar sobre as câmaras; muitos vereadores foram perseguidos e algumas câmaras foram fechadas.

Após o período de redemocratização do Brasil, as câmaras tiveram sua autonomia assegurada, a partir do artigo 1º da Constituição de 1988 que garante aos municípios a união indissolúvel com os Estados e o Distrito Federal na constituição do Estado Democrático.

Além disso, essa autonomia é confirmada, na Constituição citada, nos artigos 18 e 29, tirando todas as dúvidas sobre a autonomia dos municípios e sua integração federativa: “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos [...]” (BRIGAGÃO E SILVA, 2003, p.180). O artigo 29 estabelece que os municípios serão regidos por lei orgânica aprovada e promulgada pela câmara municipal:

O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos Membros da Câmara Municipal que promulgará, atendidos aos princípios estabelecidos nesta Constituição, na constituição do respectivo Estado. (BRIGAGÃO E SILVA, 2003, p.189).

Isso retirou de uma vez a participação do legislativo estadual. Embora a constituição de 1891 já instituisse a união federativa entre Estados, Municípios e o Distrito Federal, somente a Constituição de 1988 garante a autonomia municipal assegurada nos artigos citados. Com a promulgação da Carta Magna de 1988, as câmaras municipais possuem especificamente as funções de legislar no âmbito municipal, fiscalizar o Executivo local e administrar, a partir da elaboração de seu Regimento Interno, sua estrutura de organização e os seus funcionários.

Na atualidade, as câmaras contam com a participação das mulheres no Plenário como Vereadoras, Suplentes e Secretárias de Mesa, contrariando a forte participação masculina nos séculos anteriores. As câmaras passaram a ser o órgão base de representação da democracia nos municípios, pois os seus vereadores são eleitos pelo voto direto do povo no regime de voto proporcional aos partidos a que pertencem. É importante ressaltar que a quantidade de vereadores é proporcional à quantidade de habitantes. Isso é regulamentado pela Constituição de 1988, no artigo 29, parágrafo IV que afirma: “número de Vereadores proporcional à população dos municípios.” (BRIGAGÃO E SILVA, 2003, p.189).

Apesar de terem passado por perseguições e restrições de suas atribuições ao longo de sua história, as câmaras municipais conseguiram sobreviver às mudanças sofridas pelo Brasil, no passar dos séculos, sem perder sua força de representação local. Isso se deve não só

por terem se modernizado ao longo dos anos, mas sobretudo pela participação popular na luta pelo estabelecimento da democracia em nosso país.

3.2 A Câmara Municipal na Paraíba nos séculos XIX, XX e XXI: atribuições e funcionários

Com a centralização do poder nas mãos do Imperador D. Pedro I, as câmaras municipais, como já foi mencionado, sofreram restrições na autonomia que gozavam no período colonial, porém, muitas atribuições que hoje são de responsabilidade das prefeituras, continuaram sendo executadas pelas câmaras nas vilas e cidades brasileiras no século XIX, bem como mantiveram praticamente o mesmo quadro de funcionários do Antigo Regime. No *corpus* desta pesquisa, as atas descrevem com detalhes muitas das atribuições destinadas às câmaras das vilas e cidades paraibanas, como também deixam transparecer o quadro dos funcionários que as compõe. Muitas dessas atribuições e funções são assunto recorrente nas atas.

No século XIX, as câmaras municipais paraibanas, de acordo com suas respectivas atas, eram responsáveis pela arrecadação de impostos: cuia, aferimento, aluguel de medidas, sangue, curral, dízimo de lavoura, gado de consumo, aguardente, licenças de bancos de feira, que consistia numa das atribuições das câmaras municipais oriundas do Brasil colônia. De acordo com Mello (2002), as arrematações de impostos ocorriam porque o sistema de arrecadação no Brasil colonial não era público como hoje: “A feição da administração colonial, contudo, não era pública, como hoje, mas privada. Os impostos, por exemplo, eram leiloados, para arrematação dos contratantes.” (MELLO, 2002, p. 32). Assim, como nos séculos anteriores, eram comuns nas atas das sessões das câmaras paraibanas do século XIX as arrematações de impostos :

*a Camara acordou q.^e se respondece d.^o officio reme=
tendo copia do Termo de Contrato, aisto q.^e p.^r engano deixou
esta Camara declarar no seo [?] citado q.^e forão arrematados –
os impostos de bancos e aguardente (ata-23)*

*Em seguida procedeo-se arrematações
dos impostos Municipais sobre aferição
e a lugues de medidas, Sangue, Licença
e Curral do assogue e postos em (_____) pu
blicos for ar rematados o emposto de aferi
ção e a luguer de medidas pelo Capitão
Manoel Pinheiro de Mendonça pela quan
tia de cento e vinte sete mil reis 12 700
, de Sangue por João Ribeiro Campos e Vas*

*concello pel quantia de vinte e hum mil
21 000 o de Licença pelo mesmo Ribeiro
de vinte e seis mil reis 26 000 e do Curral
a Sogue pela quantia de dois mil e duzen-
tos reis 2200; assim como o emposto de cujo
que foi pelo mesmo modo a rematado pelo
mesmo Ribeiro Campos pela quantia de vinte
cinco mil e quientos reis 25//500 somando
tudo a quantia de duzentos ~u mil e sete
centos reis 201//700 que foi recolhido ao
cofre Municipal. (ata – 30)*

Outras eram as atribuições das câmaras na Paraíba descritas nas atas do século XIX em análise: nomeação de seus próprios funcionários, fiscalização de plantações, arrendamento de terras do seu patrimônio, elaboração de seu código de posturas, alistamento de homens para serviços de paz e guerra, também eram responsáveis por serviços de limpeza e saúde pública, desobstrução de caminhos de trânsito públicos e reforma da cadeia da cidade, concessão de licença para a abertura ou construção de plantações, casas, currais de pescaria etc. Muitas dessas atribuições hoje pertecem às prefeituras das cidades e não aparecem mais no texto das atas.

O cumprimento de tais atribuições era discutido em sessões, aprovadas pelos vereadores e acatadas pelo Presidente da câmara. Além desses membros, de acordo com as atas estudadas, a câmara de vereadores do século XIX, na Paraíba, era composta por fiscal, aferidor, escrivão, procurador, zelador, secretário, tesoureiro e porteiro. O fiscal era responsável pela fiscalização das matas da cidade e plantações dos rendeiros; o aferidor era encarregado das arrematações de pesos e medidas; o procurador contabilizava as contas e despesas da câmara; o zelador pela limpeza do prédio das sessões; o secretário pela redação da ata de reunião, que numa das atas divide essa função com o escrivão; o tesoureiro pelo cofre da municipalidade. Quanto ao porteiro, as atas revelam que era responsável por apregoar os editais de arrematação dos impostos.

Como já foi dito na seção anterior, com a proclamação da República, as câmaras municipais sofreram alterações em sua estrutura. Surgiu a figura do Intendente e seus membros na administração municipal. Na Paraíba, as câmaras também foram extintas para a instalação dos Conselhos de Intendência, sendo exonerados os funcionários das antigas câmaras para nomeação de outros, conforme aparece na ata de 1890 da cidade de Pombal:

*Em seguida
deliberou o Conselho que fossem exonera-*

dos todos os empregados da extinta Câmara Municipal dêste Termo e nomeados outros; eo Presidente ordenou a mim Secretario que passasse a respectiva portaria de exoneração e outros tantos quantos fossem os novos nomeados, que foram os seguintes: (ata – 51)

Entretanto, os documentos não especificam exatamente quais foram os funcionários que permaneceram nos Conselhos. Podemos identificar a permanência do procurador e do secretário, a existência dos suplentes dos conselheiros e que não foram registrados vereadores, pois havia os Intendentes nomeados pelo governador do Estado da Paraíba. Essa estrutura permanceceu até o fim da República Velha.

Durante a primeira República brasileira, as câmaras municipais na Paraíba continuaram com algumas atribuições existentes no Período Imperial, como podemos ver nas atas da cidade de Guarabira, do ano de 1908, que a câmara cobrava o imposto dos bancos de feira e cuidava da organização das vias públicas da cidade.

Em vista da reclamação dos abaixo assignados, contra o voto do Conselheiro Serafim Ferres [?] da Silva, o Consêlho, por acto de hoje, resolve derrogar o artigo, digo, derrogar o § 1º do artigo 8º da Lei orçamentaria do corrente anno, ficando ^{assim} extinto, o imposto respectivo a pratica de bancos de mascate de fazenda nas feiras do Municipio desde já.

[...]

tendo o Conselho nomeado uma commissão composta dos cidadãos Cicero Leal, Leonel da Silva Coutinho e Tibentino de Albuquerque Montenegro, esta depois de verificar o mencionado caminho, opinaram pela existencia delle, dando parecer contrario a opinião do peticionario. Em vista do que o Conselho resolve considerar de servidão publica, o mencionado caminho.
(ata – 54)

No início da era Vargas, em 1930, as câmaras paraibanas, assim como já foi exposto, em todo o Brasil foram extintas e reabertas nos anos de 1934 e 1937. Depois foram fechadas novamente durante o Estado Novo. Isso explica a ausência no *corpus* de atas desses períodos mencionados. Com a reabertura das câmaras municipais, após a ditadura de Vargas, as câmaras municipais paraibanas foram reabertas com as funções de legislar sobre os assuntos

de âmbito municipal e de fiscalizar o Executivo Municipal. Funções que as câmaras municipais no Brasil exercem até hoje. As atas do século XX relatam a presença do prefeito nas sessões da câmara discutindo sobre os problemas na cidade:

*O Sr. Prefeito, pedindo a palavra, diz
ter sciencia das reclamações contra o estado da
(fl3)
luz publica municipal, as quaes, olha absoluta-
mente justas; declara, entretanto, ter se dirigido ao
illustre dr. Governador do Estado, o qual, prometeu fazer
um adiantamento de R\$ 20.000.\$000 (vinte contos de reis)
á prefeitura, (ata – 56)*

A partir dessa nova estruturação das câmaras, após a ditadura de Vargas, os funcionários não são mencionados nas atas. Nessas atas do século XX, só aparecem o presidente da câmara, os vereadores e o secretário que elabora a ata da sessão, ou seja, somente os membros que compõem a mesa de discussão. Quanto à participação popular na câmara, a ata de sessão da cidade do Conde, ano de 1987, menciona a participação do povo no Plenário da Casa Legislativa. Nos séculos anteriores, o povo não aparece como participante das sessões.

*A
seguir o Vereador Arnbio Firmino fez uso da palavra
e disse ao povo que encontrava-se no plenário que
eles deviam sempre reivindicar seus direitos.
(ata – 61)*

No século XXI, as câmaras paraibanas, assim como as de todo país, mantêm suas atribuições definidas pela constituição de 1988, a partir da autonomia dos municípios. A lei orgânica, conforme estabelece a Carta Magna de 1988, traz o conjunto de atribuições das câmaras municipais, sendo a atribuição legislativa a que mais se destaca (RODRIGUES, RESTON, REIS, 2003). Nas atas da câmara de João Pessoa, essa atribuição é registrada com frequência nas atas das sessões, principalmente nas seções ordem do dia e grande expediente, nas quais os vereadores oradores apresentam e discutem seus Projetos de Lei.

*A oradora Vereadora Paula Frassinete lê Projeto de sua autoria que trata do uso
da substituição de sacolas plásticas por sacolas de papel ou de material
biodegradável em pequenos e grandes supermercados [...] (ata – 66)*

Mesmo não sendo a de maior destaque, a atribuição de fiscalizar o Poder Executivo Municipal é frequente no texto das atas do século em questão, especificamente na seção do grande expediente, haja vista que os vereadores solicitam a presença dos secretários para prestar contas dos gastos com saúde, limpeza pública, bem como solicitam a fiscalização de licitações públicas da prefeitura municipal.

Em virtude dos problemas, estarei encaminhando requerimento de Convocação à Secretária de Saúde, para vir prestar esclarecimentos, lembrando que, segundo Lei Federal e Lei Orgânica do Município, os Secretários devem vir à Câmara quatro vezes por ano para prestar informação à população e ao Poder Legislativo. [...]

Outra solicitação é dirigida ao Secretário João Azevedo – SEINFRA – no sentido de encaminhar informação e sobre a Licitação no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e meio de reais) para a locação de máquinas. (ata – 65)

Na Paraíba, essas modificações sofridas pelas câmaras municipais se refletem na organização do seu quadro de funcionários, na quantidade de vereadores e suplentes, nas suas funções e atribuições municipais. Dessa forma, alguns cargos da câmara deixaram de existir como, por exemplo, o de aferidor e tesoureiro; outros foram substituídos por cargos que envolvem departamentos e diretórios de finanças, contabilidade, serviços auxiliares etc, porém outros cargos perderam antigas funções e adquiriram outras, como é o caso dos secretários da câmara da cidade de João Pessoa que elaboravam as atas das sessões diretamente nos livros de registro.

No século XIX e início do século seguinte, os secretários das câmaras eram escolhidos em sessão entre os vereadores¹⁶ da câmara. Precisavam ter o domínio da escrita, para tal cargo. No entanto, não podemos identificar com precisão o nível de escolaridade exigido para os padrões da época, mas sabemos que era uma função exclusiva do sexo masculino, somente na segunda metade do século XX as mulheres passaram a assumir essa função, conforme a ata de 1965 da cidade de Monteiro: *para constar, eu/ Geny Bezerra da Silva, lavrei a presente/ ata que deverá ser lida, aprovada e/ (ata – 59).*

Na câmara de João Pessoa, os secretários eleitos pelos vereadores não são responsáveis diretamente pela redação das atas de reunião, eles apenas orientam sua

¹⁶ Não foi possível adquirir mais informações a cerca desses secretários, principalmente dos séculos XIX, pois muitas câmaras na Paraíba foram destruídas durante as revoltas populares do século XIX, perdendo seus documentos (Freire, 1982). Algumas câmaras do Estado não tiveram seus arquivos preservados no início do século XX, provavelmente esses documentos desapareceram com a dissolução das câmaras na ditadura de Vargas, como é o caso das atas da câmara de Campina Grande. Além desses fatos, fica mais difícil obter informações dos autores das atas por serem desconhecidos na época em que escreveram tais documentos.

elaboração. Para tal responsabilidade, foi criada uma Comissão de Elaboração de Atas que organiza o texto para registro e publicação na Rede Mundial de Computadores. Com isso, as atas deixam de ser registradas manualmente nos livros de ata.

Os secretários da câmara, atualmente, se distinguem como 1º, 2º e 3º secretários da sessão e também aparecem nas atas na relação de composição da mesa juntamente com a relação de vereadores. Assim como nos séculos anteriores, são vereadores escolhidos anualmente pelos próprios colegas de sessão para compor a mesa diretora, conforme apresenta a *homepage* da Câmara Municipal de João Pessoa. Esses funcionários são homens e mulheres que possuem escolaridade entre o Ensino Médio ou Superior, responsáveis pela elaboração das atas e pelos assuntos de ordem da sessão legislativa. Contudo, além dos secretários da mesa diretora, hoje existe a figura do secretário executivo que não é eleito pelo povo, nem pela câmara de vereadores, mas é responsável pelos assuntos administrativos da câmara.

Em relação à função de redator, observamos, nos livros manuscritos e datilografados de atas de cada uma câmaras da Paraíba selecionadas, que esses secretários copiavam o modo de escrever já existente nesses livros. As atas *online*, de acordo com os membros da Comissão de Elaboração de Atas da Câmara de João Pessoa, são elaboradas a partir dos modelos de ata existentes na câmara, depois são postos na *homepage* da Casa Legislativa, porém, por ser digitada, são retirados os assuntos da sessão anterior e colados os da próxima, tudo sob orientação do secretário da mesa diretora.

Esses modelos funcionam como uma espécie de formulário a ser preenchido, pois os redatores não seguem regras de um manual específico. Quanto à redação das atas dos séculos XIX e XX pelos secretários das câmaras, não foi possível confirmar a existência de manuais que regulamentassem a escrita dessas atas, provavelmente, os redatores do século XIX, seguiam os padrões dos documentos oficiais de Portugal.

Esses secretários redigiam as atas como uma maneira de registrar oficialmente as reuniões nas câmaras, uma vez que, principalmente no século XIX, a tradição escrita regia a administração pública do Brasil¹⁷. As atas analisadas, após assinadas pelos membros da mesa, são armazenadas para uma posterior consulta, no caso das atas do século XXI, as atas também podem ser consultadas virtualmente.

¹⁷ No *corpus*, observamos que algumas atas do século XIX foram copiadas e remetidas ao presidente da província ou à Assembleia Provincial da *Parahyba do Norte*, como registro de uma determinada deliberação feita pela câmara.

Apesar dessas mudanças sofridas pelas câmaras municipais ao longo do tempo na sua estrutura e na equipe de funcionários, as câmaras permanecem nos dias atuais como uma instituição pública de grande importância para o Poder Legislativo municipal.

3.3 Aspectos sócio-históricos da Paraíba no Império e República

Após a fundação da cidade da Paraíba do Norte em 1585, os colonizadores passaram a ocupar o território paraibano inicialmente no litoral, depois foram se expandindo para o interior da Paraíba nos séculos XVII e XVIII criando povoados e vilas. No século XIX, o número de freguesias, vilas e cidades, na Paraíba,¹⁸ continuou a crescer, porém ainda eram muito distantes umas das outras, bem como não havia uma integração entre elas. A única forma de comunicação à distância entre essas vilas e cidades era de responsabilidade dos Correios, cujas agências já existiam desde 1829 nas regiões da Paraíba (PINTO, 1977).

A administração dessas vilas e cidades, no século em questão, girava em torno da correspondência oficial, bem como dos registros feitos em cartórios, paróquias e instituições do governo como, por exemplo, as câmaras municipais. Esses documentos eram produzidos manualmente, portanto, testamentos, ofícios, requerimentos, Balancetes da Receita das vilas, e cidades e atas de sessões das câmaras, como as que fazem parte desta pesquisa, eram escritos em folhas de papel almaço ou folhas pautadas, herança do período colonial, encadernados ou mesmo armazenados de forma avulsa.

Na Paraíba do século XIX, os textos impressos que circulavam nas cidades eram os jornais impressos pela *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte* desde 1826, mesmo que de feições artesanais e circulação incerta e transitória (MELLO, 2002). Sendo assim, na província da *Parahyba do Norte*, era significativa a ocorrência do texto manuscrito.

Acerca do desenvolvimento social e cultural, é importante ressaltar que, nesse século citado, a Paraíba ainda apresentava muitos problemas oriundos do período colonial como as constantes secas e epidemias que assolavam toda a província aumentando a crise econômica e social. De acordo com Pinto (1977), em 1845, a Paraíba foi dizimada por uma grande seca que se prolongou até ano seguinte. Segundo o referido autor, a seca dizimou milhares de pessoas em toda província, os cofres públicos estavam completamente vazios e endividados.

Quando ainda se recuperava da seca, em 1856, a epidemia do *cólera morbus* devastou a província matando milhares de pessoas, aumentando o quadro de miséria. Devido

¹⁸ Tomamos por exemplo o surgimento das freguesias de Ingá (1841) e Natuba (1848), das vilas de Patos e Bananeiras (1833), Cabaceiras (1835), Independência (1837) e das cidades de Areia (1840), Sousa (1854) e Mamanguape (1855) (Pinto, 1977).

à falta de profilaxia e assistência da coroa portuguesa, doenças como disenteria, sarampo, malária, febre amarela, câmara de sangue e equistossomose contribuíram para o crescimento dos altos índices de mortalidade nas vilas e cidades paraibanas.

Embora existissem tantos problemas, no século XIX surgem na capital, no século referido, as primeiras construções de teatro, também havia, no colégio das Neves, a primeira escola para mulheres com aulas de francês e piano. No Liceu paraibano, foram criadas cadeiras de Retórica, Latim e Filosofia para uma pequena parte da população, como também em outras regiões da Paraíba. Além disso, para facilitar as comunicações, já havia, na Paraíba oitocentista, os Telégrafos desde 1876 (FREIRE, 1982). Nesse período, a população paraibana era constituída de pequenos agricultores, escravos, índios concentrados nas vilas do Conde, Alhandra e Baía da Traição, profissionais liberais como jornalistas, funcionários da administração pública, comerciantes e a elite rural que irão ganhar prestígio na República Velha (1899-1930).

No início do século XX, o advento da República promoveu na Paraíba a circulação do capital nas cidades, pois a política escravagista deu lugar ao comércio e ao desenvolvimento da urbanização. A população de costumes aristocráticos, nesta época, era composta por comerciantes, latifundiários representados pelos coronéis, funcionários públicos, sendo os operários as classes mais desfavorecidas. Os eventos sociais não ocorriam mais no pátio das Igrejas, mas nos cinemas, teatros, pic-nics, bailes recreativos, havia jogos de futebol, concursos de Miss. Todos sob o olhar de repúdio da Igreja, que via na República uma ameaça aos bons costumes (MELLO, 2002).

Também, nesse período, os paraibanos assistiram a chegada da eletricidade, fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas, bondes elétricos, bondes puxados a burro e ao avanço da linha ferroviária da *Great Western Railway* que passava por várias cidades paraibanas como Itabaiana, Campina Grande, Mulungu, encurtando as distâncias entre as cidades. As atas das sessões das câmaras paraibanas registram essas transformações como, por exemplo, na ata da cidade de Mamanguape de 1937 que constitui o *corpus* deste estudo, temos uma referência aos problemas de iluminação pública da cidade, revelando que o sistema de iluminação elétrica ainda não atendia à demanda da sociedade e ainda, na mesma ata, é mencionada a existência de firmas negociantes de artigos eletrônicos, ou seja, já havia, neste período, o consumo de aparelhos elétricos na Paraíba.

Ainda nessa primeira metade do século referido, apareceram os primeiros textos datilografados, a partir da utilização da máquina de escrever no Estado da Paraíba. Esse novo modo de escrever acompanhava as transformações sociais e tecnológicas sofridas no país e no

Estado no final do século XIX e início do século XX, contudo, a escrita mecânica não teve uma aceitação imediata quando chegou ao Brasil. A máquina de escrever foi inventada pelo padre paraibano João Francisco de Azevedo em 1861, mas foi patenteada com o nome de Christopher Latham Scholes nos EUA em 1873 e produzida em escala industrial no ano seguinte (GOUVÊA, 2009)¹⁹. Ao chegar no Brasil, foi vista com certa desconfiança e somente nos anos vinte, que a máquina de escrever ganhou sua popularidade, inicialmente, tinha a escrita manual, mas na mesma década, passou a existir o modelo elétrico que era mais leve e eficiente.

Na Paraíba, a máquina de escrever era utilizada nas câmaras municipais, Assembleia Legislativa do Estado e outras instituições públicas e privadas. Podemos observar na escrita de uma ata da cidade de Areia de 1947 que compõe o *corpus* de pesquisa a existência de atas datilografadas na câmara municipal, havendo assim uma nova maneira de escrever tal documento. Na segunda metade do século, as atas da cidade de João Pessoa e Campina Grande, pesquisadas para a constituição do *corpus* de análise deste estudo, só aparecem na versão datilografada, todavia existiam as câmaras em que a escrita manual ainda era a mais utilizada para a redação das atas das sessões.

Apesar do desenvolvimento obtido, a Paraíba, no século XX, continuou apresentando quadros de involução social e econômica, problemas como a fome, falta de abastecimento d'água, altas taxas de mortalidade infantil, altos índices de analfabetismo e desemprego e movimentos de disputa pela terra colocavam o Estado como um dos mais pobres do Nordeste brasileiro (MELLO, 2002).

Entretanto, no mesmo século, os investimentos em Educação e Cultura promoveram o crescimento no número de escolas públicas e privadas e também o surgimento de novos cursos superiores, a criação da UEPB e a federalização da atual UFPB com os *Campi* de João Pessoa e Campina Grande e depois nas outras cidades da Paraíba, havendo um maior desenvolvimento cultural das elites e de classes menos favorecidas (FREIRE, 1982).

Esse crescimento das universidades, principalmente da UFPB, foi fundamental para a implantação da Internet na Paraíba. Sendo, o nosso Estado, o pioneiro do Norte e Nordeste a

¹⁹ Gouvêa (2009), com base nas afirmações do biógrafo do padre João Francisco de Azevedo Athaliba Nogueira, afirma que o criador da máquina de escrever foi vítima da espionagem do norte-americano Christopher Latham Scholes. Tal invenção foi apresentada na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1861, na qual estavam expostos todos os inventos das províncias brasileiras, o paraibano foi o primeiro colocado. Alguém teria se apropriado dos desenhos e patenteado a invenção. Treze anos depois, a máquina foi patenteada por Scholes nos EUA, sendo que o modelo apresentado pelo norte-americano, antes da invenção do padre, era muito diferente da versão patenteada. Para saber mais acessar: http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=21712&Itemid=39

implantar essa tecnologia. A Internet chegou à Paraíba através da UFPB, assim como ocorreu em todo Brasil, as universidades foram responsáveis pela implantação dessa tecnologia. Em 1967, o *campus* II da Universidade Federal da Paraíba na cidade de Campina Grande, já havia obtido o primeiro computador da região Nordeste, fato que impulsionou os estudos na área das ciências da computação no Estado.

De acordo com SILVA (2009), no ano de 1989 já existiam evidências de que a Tecnologia Internet apresentava soluções adequadas para a construção de uma rede nacional, pelo menos para a pesquisa nas universidades. No final de 1992 a UFPB e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba conseguiram uma conexão provisória com a Internet a partir do patrocínio da RNP – Rede Nacional de Pesquisa e do CNPq, para ser demonstrada numa Feira de tecnologia em Campina Grande, a FETEC. É importante ressaltar que desde 1989 a Paraíba já tinha um ponto de conexão com a Binet, a primeira versão de conexão de computadores e a primeira do Norte e do Nordeste, todavia, era uma tecnologia que apresentava problemas de conexão. Em 1992 já tinha um ponto de distribuição com a universidade de Campina Grande e já possuía serviços de mensagens instantâneas, correio eletrônico e até serviços de acesso remoto depositados em outros computadores.

Com o patrocínio do CNPq, apoio do DSC a Internet chegou à Paraíba, através da conexão com a RNP em março de 1993. Sendo assim, a Paraíba tinha seu primeiro POP, Ponto de Presença. Nesse período, a Internet estava disponível para as instituições acadêmicas de pesquisa, no caso da Paraíba, estava disponível apenas para a UFPB. Só depois outras instituições como a UEPB, EMBRAPA e CEFET-PB tiveram acesso à nova tecnologia. Os serviços disponíveis inicialmente eram o correio eletrônico, serviços de transferências de arquivo via FTP, acesso a computadores remotos e às salas de bate-papo. Com a implantação da Internet, a Binet foi sendo desativada aos poucos. A Rede só foi disponibilizada para empresas comerciais após 1995.

Atualmente, a Internet encontra-se disponível em todas as regiões da Paraíba, do litoral ao sertão, facilitando o acesso a vários serviços disponíveis na Rede que promovem a interação entre os paraibanos e o mundo, minimizando as distâncias entre as pessoas em fração de segundos. Algo incomparável ao tempo gasto pelos Correios terrestres da Paraíba no século XIX, tendo em vista que as correspondências passavam semanas para serem entregues num itinerário que atendia às regiões de norte a sul da província²⁰.

²⁰ De acordo com Pinto (1977), o regulamento de funcionamento dos Correios na Paraíba do século XIX estabelecia o seguinte: “o Correio terrestre desta Província da Paraíba deve ter três direcções, partindo da Cidade Capital da Província, uma para o sul até a cidade do Recife, de Pernambuco, outra para o norte até Mamanguape

Hoje, empresas privadas e instituições públicas estão conectadas à Rede Mundial de Computadores nas várias regiões da Paraíba. No caso das câmaras municipais do Estado, as câmaras de Picuí, no curimatau paraibano, Campina Grande, Cabedelo e João Pessoa possuem uma página na Internet com informações da câmara, publicação de leis aprovadas ou projetos de lei em tramitação, serviços de correio eletrônico e até mesmo a Tv câmara que transmite as sessões via Internet.

A partir do uso do computador, a escrita digital se espalhou pelo Estado, muitas instituições aderiram ao uso da máquina, abolindo o texto manuscrito que era abundante na administração pública e no cotidiano dos paraibanos dos séculos anteriores. Algumas câmaras municipais paraibanas, mantêm seus registros de sessão manuscritos em livros ou digitados armazenados em caixas, fugindo da forma tradicional de registro de atas. A câmara de João Pessoa, além do registro impresso, possui a versão *online*²¹ na Internet. Sendo esta uma nova forma de interação entre o poder público e o cidadão, bem como uma revolução na forma de registro e armazenamento de um documento de extrema importância que é a ata de sessão.

e outro para o centro do poente até a villa de Souza, ultima, e mais distante da Provincia, cujo termo se limita com a Provincia do Ceará.” (PINTO, 1977, p. 107).

²¹ A câmara de Picuí também possui atas *online*, assim como a câmara de João Pessoa, mas suas atas são uma versão escaneada dos registros impressos digitados no computador. Outras câmaras municipais de cidades como Campina Grande e Cabedelo têm *homepage*, porém não dispõem as atas das sessões para a população. A maior parte das câmaras municipais do Estado não possui *homepage* na Rede Mundial de Computadores.

04 LENDO AS ATAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA PARAÍBA DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

Neste capítulo, apresentamos como as atas das câmaras paraibanas se organizam na sua estrutura textual e linguística ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Para isso, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, as normas para a transcrição das atas, a caracterização do *corpus*, a sua tipologia e as características da linguagem da tradição discursiva mencionada. Na análise, abordamos especificamente as estruturas textuais que compõem a ata, bem como discutimos o uso da voz passiva como uma característica peculiar a sua linguagem escrita.

4.1 Metodologia

Quanto à forma de abordagem da nossa pesquisa, podemos classificá-la como qualitativa por preocupar-se com a compreensão e interpretação dos dados. No que tange à forma de obtenção dos dados, a pesquisa em questão é de caráter documental, pois são utilizadas fontes primárias, isto é, fontes que ainda não receberam tratamento analítico. No que se refere aos objetivos, esta pesquisa é de caráter descritivo, por ter como objetivo principal a descrição do fenômeno de mudança e permanência das características linguísticas e textuais da tradição discursiva ata ao longo do tempo.

Em relação ao método de abordagem, utilizamos nesta pesquisa o método dedutivo, pois partimos da premissa geral de que a repetição de determinados elementos nas TDs, apesar das possíveis mudanças, estabelecem um laço entre atualização e tradição. As atas que analisamos são uma tradição discursiva que possuem características peculiares ao gênero que podem se repetir ou desaparecer com o passar do tempo.

Para a análise das inovações e conservadorismos do gênero proposto para este estudo, usamos o método de procedimento comparativo. Assim, poderemos comparar as atas paraibanas manuscritas dos séculos XIX e XX com as digitadas na página *online* da Câmara Municipal de João Pessoa na Internet, verificando o que permaneceu e o que mudou entre elas com o passar dos anos.

A coleta dos dados para análise foi realizada a partir da pesquisa em arquivos históricos da cidade de João Pessoa, como também nos arquivos de câmaras municipais das regiões da Paraíba: Mata paraibana, Agreste, Borborema e Sertão, especificamente nas cidades mais antigas do Estado: João Pessoa, Conde, Mamanguape, Guarabira, Serra da Raiz,

Araruna, Caiçara, Areia, Pilar, Ingá, Campina Grande, Monteiro e Pombal. A busca por documentos de várias regiões do Estado tinha por objetivo encontrar variações tanto na estrutura como na linguagem escrita, principalmente nas atas do século XIX, tendo em vista as observações de Fonseca (2003) de que no Brasil e na Paraíba Colonial e Imperial muitos cargos públicos eram distribuídos por parentela ou favores prestados à Coroa Portuguesa sem haver uma preocupação com a escolaridade dos funcionários para cargos que lidavam diretamente com a escrita, como é o caso do cargo de escrivão. No entanto, descobrimos, durante essa busca, que eram os próprios secretários das câmaras que redigiam as atas.

Durante a primeira fase de pesquisa, os documentos passaram por uma rápida seleção antes de serem fotografados, eram muitos os livros de ata e pouco tempo disponibilizado pelas câmaras para a escolha, que algumas vezes aconteceu sob os olhos desconfiados dos secretários. Os documentos encontrados nos arquivos foram fotografados para transcrição e digitação e depois organizados em CD-room.

Para a composição do *corpus*, foram selecionadas cinquenta e três atas de câmaras paraibanas do século XIX, nove do século XX e cinco do século XXI, num total de sessenta e sete. Para a análise das mudanças e permanências, selecionamos as atas por décadas; nos séculos XIX e XX. As atas do século XIX se apresentam numa maior quantidade por décadas, já as que pertencem ao século XX foram selecionadas uma unidade por década e as atas do século XXI contemplam os anos de 2007 e 2008, sendo duas do ano de 2007 e três do ano de 2008. No caso das atas dos séculos XIX e XXI, dependendo da característica a ser analisada, tomamos mais de uma ata por década para observar maiores variações do gênero ata. O *corpus* é composto por atas de sessões ordinárias, extraordinárias, posse de vereadores, eleição e nomeação de presidentes e vereadores, sendo a maior parte constituída pelos dois primeiros tipos mencionados.

4.2 Normas utilizadas para transcrição do *corpus*

Para a transcrição dos documentos, tomamos por base as normas para transcrição de documentos manuscritos, elaboradas pela comissão presidida pelo professor Heitor Megale, constituída para essa finalidade, durante o *II Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado de 10 a 15 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo. Essas normas são citadas por Fonseca (2003), de cujo trabalho extraímos tais normas, porém, com algumas adaptações:

- a) as abreviaturas não foram desenvolvidas e a divisão das linhas permaneceu conforme o manuscrito;
- b) a marca de nasalização, til ou m, a acentuação foram respeitadas;
- c) manteve-se a pontuação original;
- d) as maiúsculas e minúsculas permanecem conforme o manuscrito;
- e) a ortografia foi conservada na íntegra, não se efetuando qualquer mudança;
- f) mantiveram-se os reclusos, repetições no início das páginas, das palavras finais da página anterior, técnica que servia para evitar interpolações, fraudes e extravios do fôlio;
- g) quando a leitura paleográfica foi duvidosa, colocou-se uma interrogação entre colchetes depois da mesma [?];
- h) os parênteses (_____) indicam palavras que, por algum motivo, não puderam ser lidas;
- i) as palavras que se apresentaram parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permitia sua reconstituição, foram colocadas entre colchetes;

4.3 Descrição do *corpus* da pesquisa

O *corpus* utilizado neste trabalho é constituído por 67 atas de câmaras municipais da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI, que pertencem às regiões da Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Desse número de documentos, cinquenta e três são datados do século XIX, nove são do século seguinte e cinco são da centúria atual, conforme foi exposto anteriormente. Os textos originais encontram-se distribuídos em arquivos pertencentes às câmaras do estado da Paraíba, no arquivo do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, localizado em João Pessoa e no Arquivo Histórico da Paraíba, situado no Espaço Cultural José Lins do Rego, também em João Pessoa.

Nesse arquivo do Espaço Cultural encontram-se as atas do século XIX referentes à província da Paraíba do Norte e vilas de Mamanguape, Ingá, Araruna e Sousa²². As atas são conservadas em caixas numeradas e identificadas por séculos, num espaço reservado em estantes. Apesar dessa organização, as atas são misturadas a outros documentos do arquivo, como cartas, ofícios, requerimentos, balancetes e receitas das vilas paraibanas, recibos de

²² Mesmo não sendo identificada na ata como a vila de Sousa, podemos afirmar que se trata dessa vila, porque entre as demais povoações do sertão do século XIX, era a única que já existia no início desse século na categoria de vila, além da vila de Pombal (PINTO, 1977).

armazéns etc. Muitos desses documentos, incluindo algumas dessas atas mencionadas, possuem cópia manuscrita e/ou datilografadas em português contemporâneo.

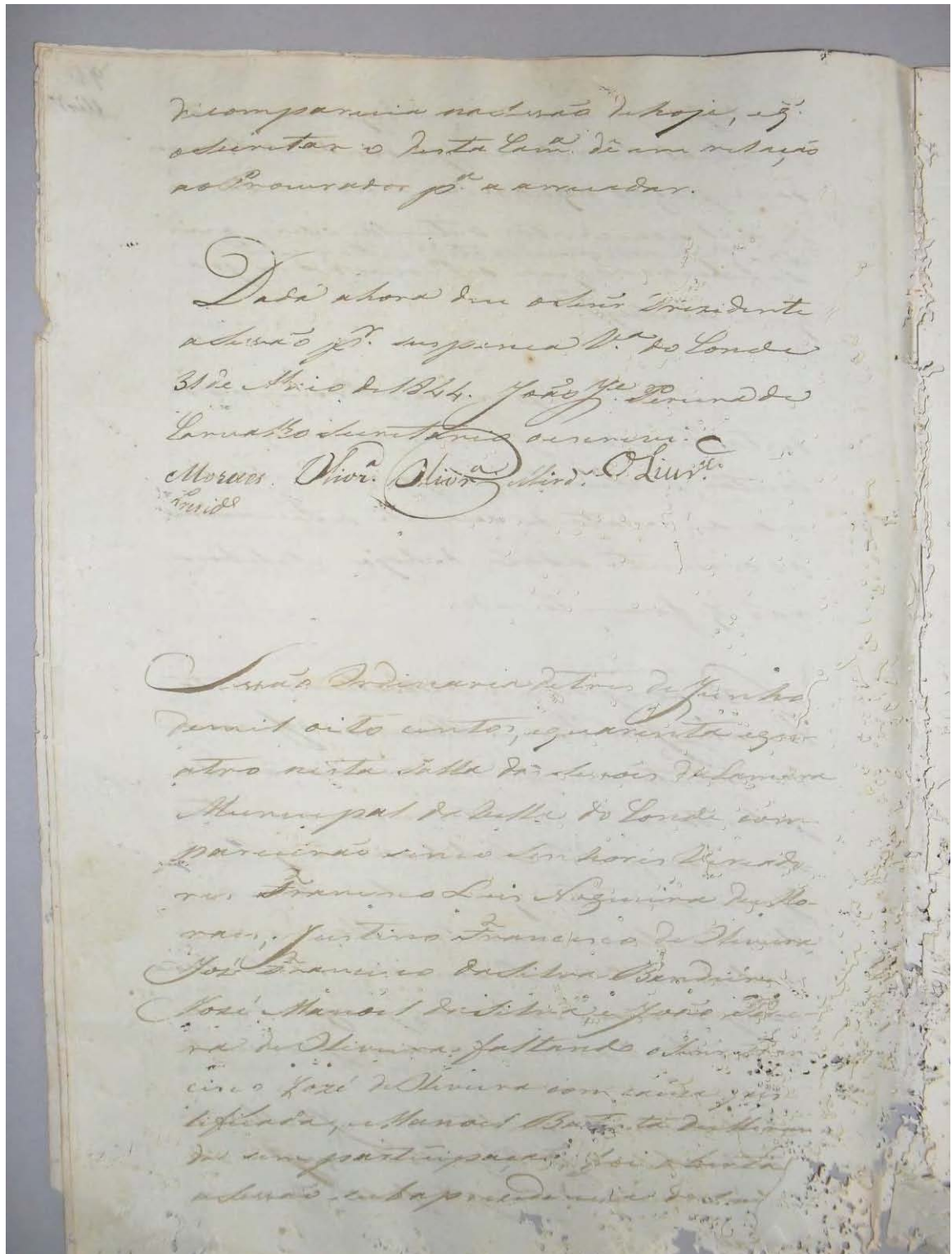
As atas referentes às cidades de Pombal e Guarabira, desde o século XIX, estão conservadas nos arquivos das respectivas câmaras em livros específicos para redação de ata manuscrita. Na primeira cidade, os livros são guardados em caixas identificadas pelo século e ano, dispostas em estantes. Em Guarabira, os livros são acondicionados em estantes, num prédio anexo à câmara. Esses livros são encapados com papel madeira ou tecido, alguns contêm termo de abertura e fechamento, são identificados pelos séculos de uso e possuem tamanhos variáveis.

Os manuscritos da Vila Conde do século XIX estão localizadas no IHGP, cujo acervo possui ofícios, cartas, jornais paraibanos do início do século XIX aos dias atuais, livros raros, cadernos de notas etc. As atas da vila do Conde estão arquivadas em pastas que possuem a numeração da gaveta, da estante e da pasta em que são guardadas. Essas atas estão organizadas em livro, porém esse não possui capa e as folhas estão soltas e fora de ordem, apenas numeradas e rubricadas na parte superior do documento.

As atas do século XX das câmaras das cidades de Guarabira, João Pessoa, Mamanguape, Areia, Pombal, Monteiro, Campina Grande e Conde que compõem o *corpus* dessa pesquisa estão armazenadas, nos seus arquivos, em livros manuscritos ou datilografados e rubricados pelos secretários das câmaras. As atas do século XXI são referentes à cidade de João Pessoa e estão disponíveis na *homepage* da Câmara Municipal da cidade, no endereço <http://www.cmjp.pb.gov.br/Inicio/default.aspx>. Como se trata de um texto virtual, essas atas são arquivadas em pastas na página referida e identificadas por ano e data de redação.

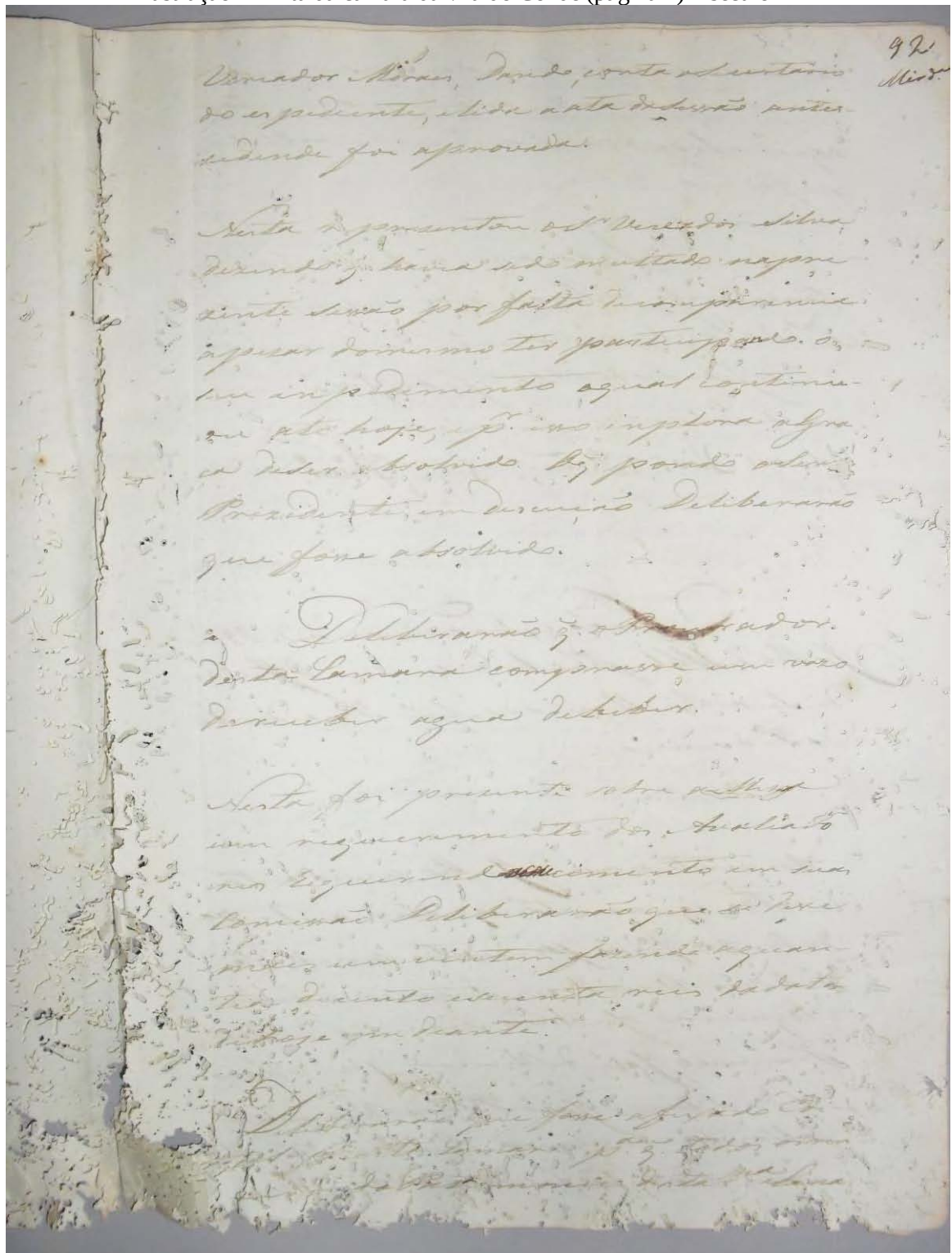
Quanto aos aspectos físicos, as atas apresentam-se em bom estado de conservação. Apenas as atas do Conde do século XIX estão num estágio mais avançado de deterioração, pois contêm manchas e orifícios em algumas páginas do livro, por isso algumas páginas estão se desfazendo.

Ilustração 1 – Ata da câmara da vila do Conde (página 1) – século XIX



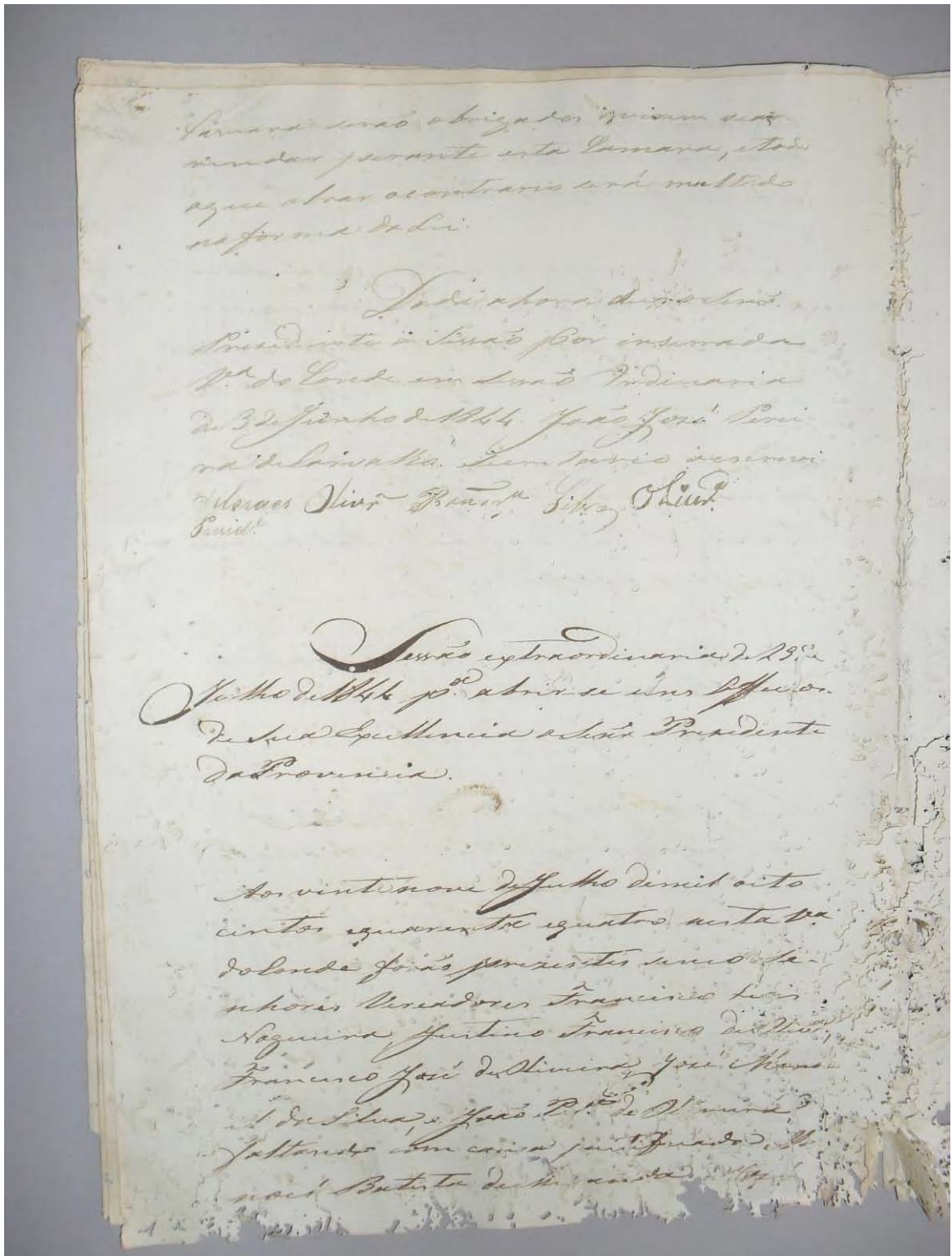
Fonte: ata nº 18 do corpus organizado para este estudo

Ilustração 2 – Ata da câmara da vila do Conde (página 2) – século XIX



Fonte: ata nº 18 do corpus organizado para este estudo

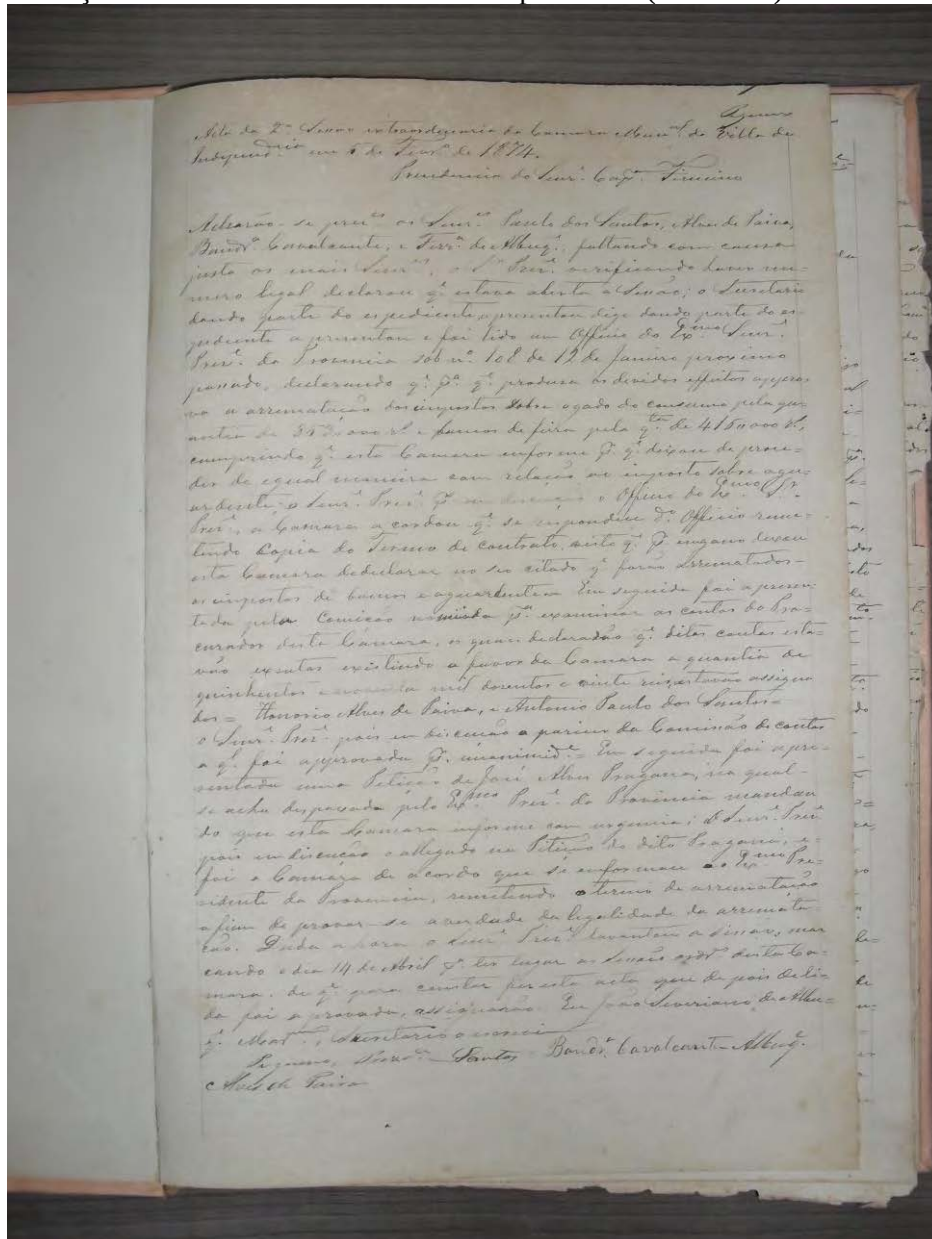
Ilustração 3 – Ata da câmara da vila do Conde (página 3) – século XIX



Fonte: ata nº 18 do corpus organizado para este estudo

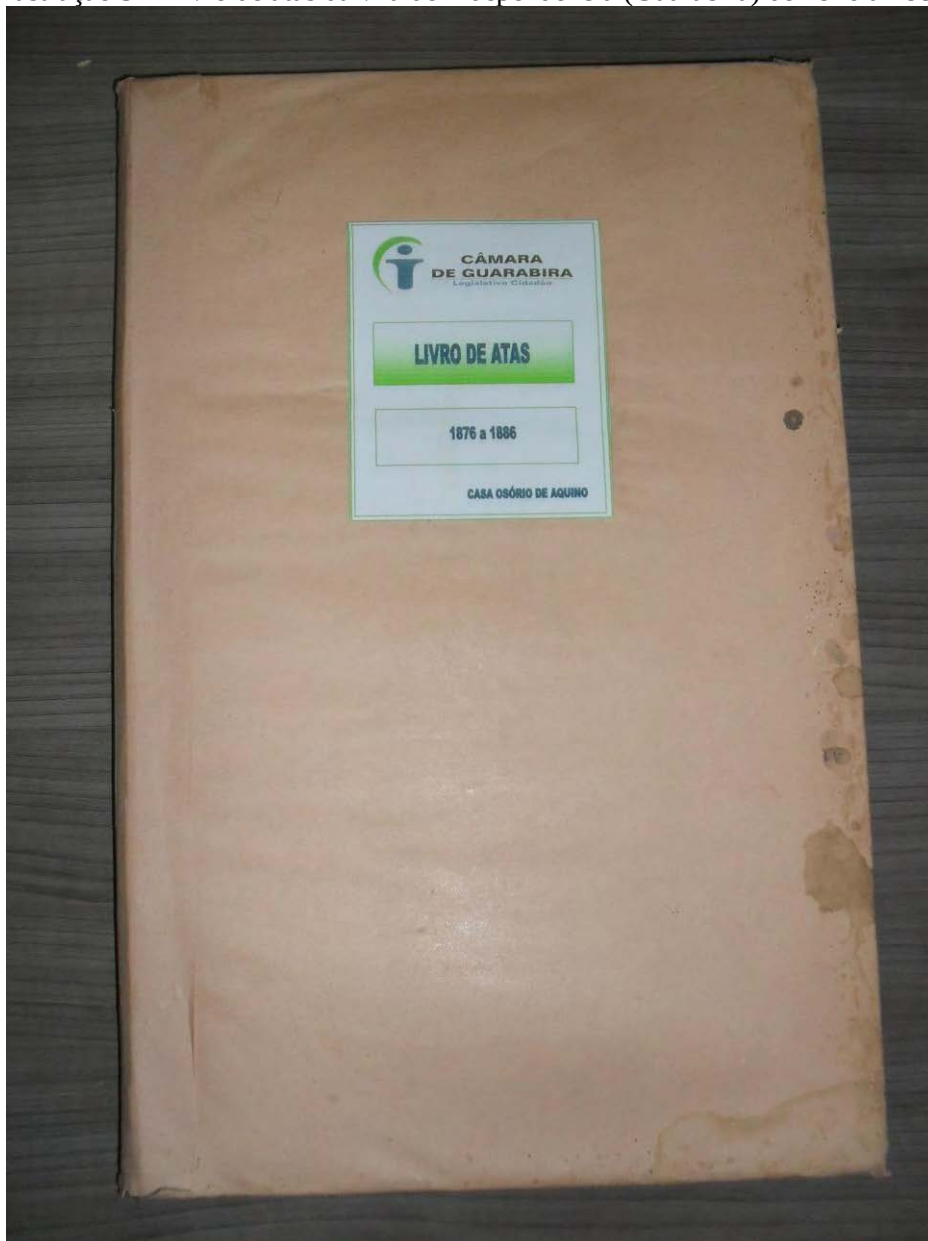
As atas da câmara da vila do Conde, Sousa, Paraíba do Norte e Areia do século XIX foram escritas em folhas de papel almaço, de cor amarelada, e armazenadas de forma avulsa, ou seja, não há encardenação, com exceção das atas da vila do Conde, que como já foi dito, apresentam-se num livro sem capa e com folhas fora de ordem. Já as atas das câmaras das vilas e cidades de Pombal, Independência, Serra da Raiz, Caiçara, Ingá, Mamanguape e Araruna do século XIX foram escritas em folhas de papel pautado e armazenadas em livros de registro de atas; sendo algumas dessas atas amareladas pelo tempo. No século XX, todas as atas são escritas em livro de papel pautado, porém, dessas atas, somente as das câmaras de Campina Grande e Areia são datilografadas em papel ofício na cor branca.

Ilustração 4 – Ata da câmara da vila de Independência (Guarabira) – século XIX



Fonte: ata nº 23 do corpus organizado para este estudo

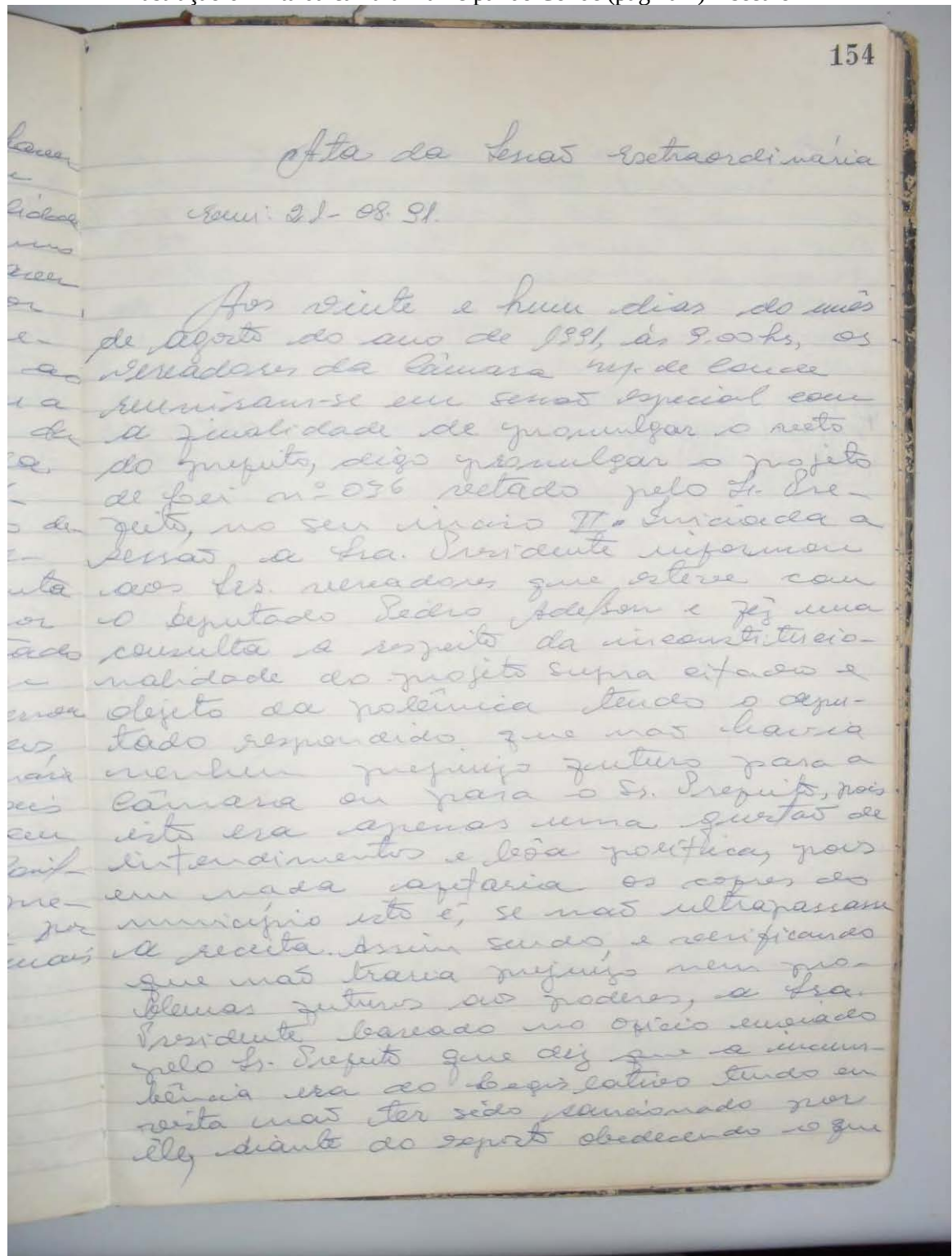
Ilustração 5 – Livro de atas da vila de Independência (Guarabira) de 1876 a 1886



Fonte: acervo pessoal de fotografias dos arquivos pesquisados

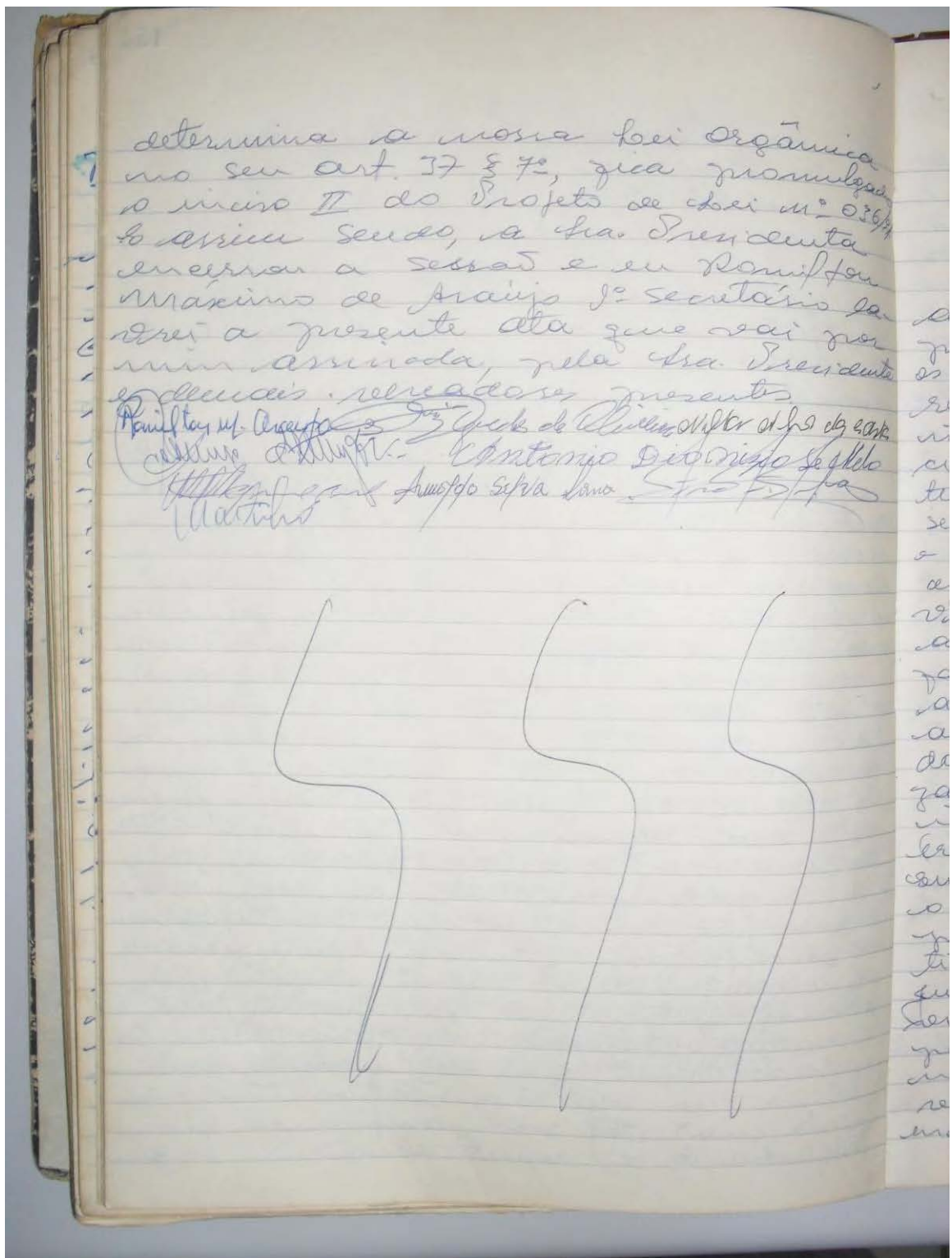
Os manuscritos do século XIX e início do XX são escritos com tinta marrom, porém os da segunda metade desse século em diante apresentam tinta azul ou preta de caneta esferográfica. Em algumas atas do século XIX há tinta em excesso transbordando o verso e o reverso do papel. Isso dificulta um pouco a leitura das atas. Os textos datilografados apresentam letra preta e vermelha e os digitais possuem apenas a cor preta, exceto o destaque em azul para os *links* do texto.

Ilustração 6 – Ata da câmara municipal do Conde (página 1) – século XX



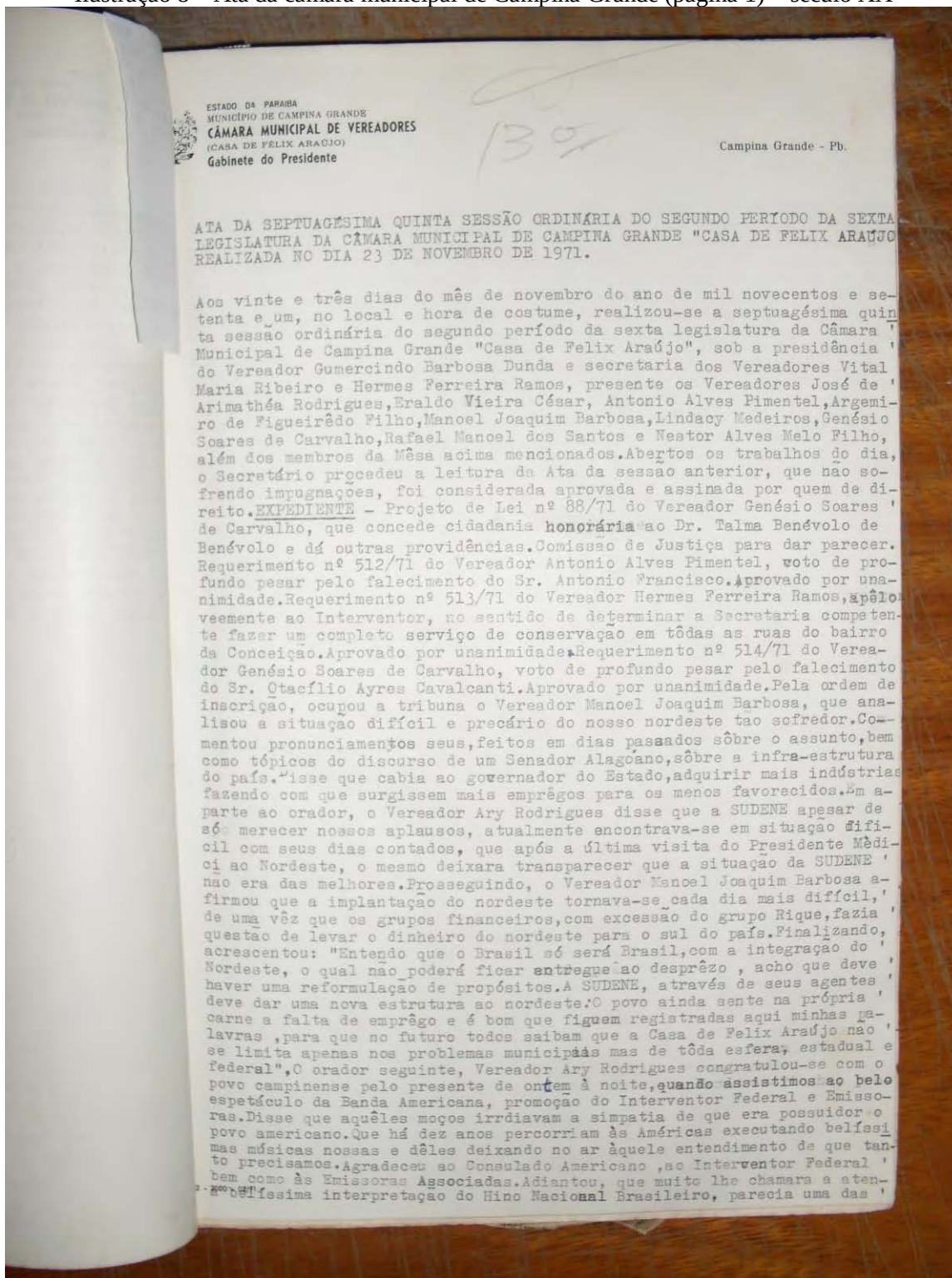
Fonte: ata nº 62 do corpus organizado para este estudo

Ilustração 7 – Ata da Câmara Municipal do Conde (página 2) – século XX



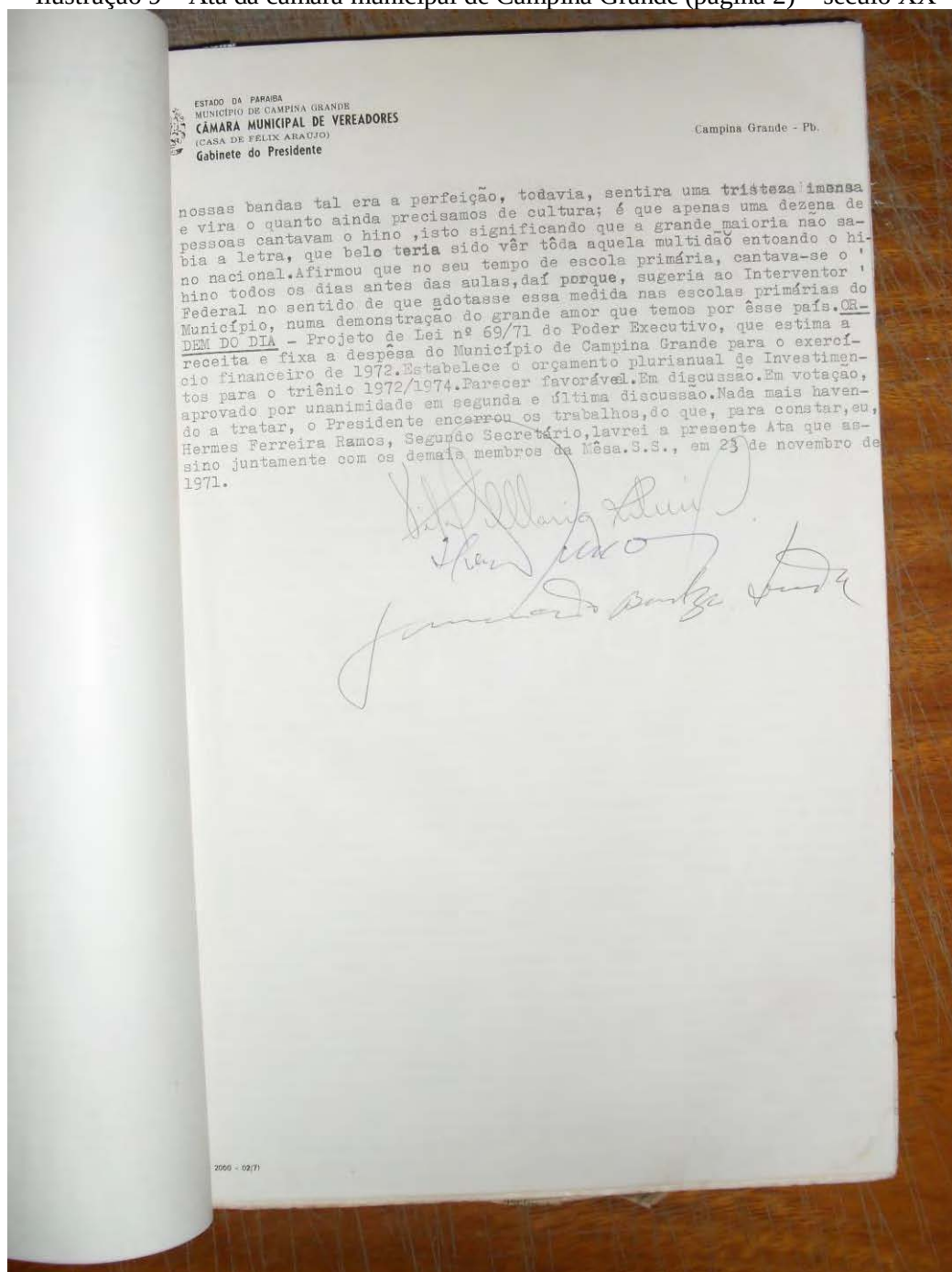
Fonte: ata nº 62 do corpus organizado para este estudo

Ilustração 8 – Ata da câmara municipal de Campina Grande (página 1) – século XX



Fonte: ata nº 60 do *corpus* organizado para este estudo

Ilustração 9 – Ata da câmara municipal de Campina Grande (página 2) – século XX

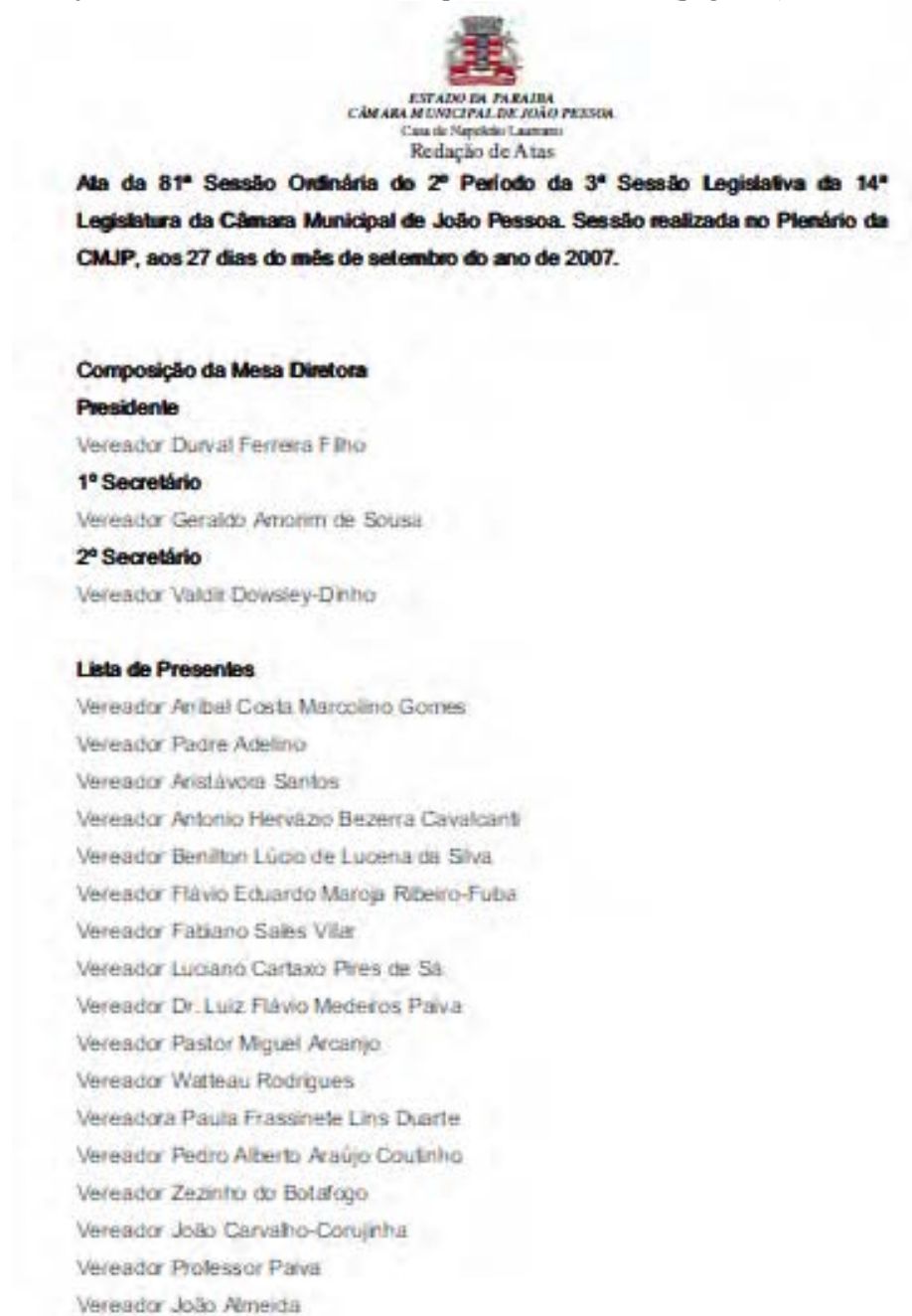


Fonte: ata nº 60 do *corpus* organizado para este estudo

No que diz respeito à disposição do texto na folha de papel e no espaço digital, as atas possuem margem, espaço inferior e superior das páginas, porém outras não têm esse espaçamento como podemos ver nas ilustrações 8 e 9 da ata de Campina Grande. Algumas atas manuscritas, como a ata da câmara municipal de Guarabira, de 1874, na ilustração 4, não ultrapassam as margens da folha. Do ponto de vista estrutural, algumas atas dos séculos XIX

e XX apresentam uma certa variação na sua estrutura; algumas não possuem cabeçalho, outras só possuem o cabeçalho sem abertura do texto da ata, algumas apresentam uma estrutura de ata tradicional dividida em abertura, expediente, ordem do dia e fecho. Em outros casos, há apenas uma sequência de fatos sem separação entre expediente e ordem do dia. As atas dos séculos XXI não apresentam essa confusão estrutural, todas possuem uma separação das seções de forma clara.

Ilustração 10 – Ata da Câmara Municipal de João Pessoa (página 1) – século XXI



Fonte: ata nº 64 do *corpus* organizado para este estudo

Ilustração 11 – Ata da Câmara Municipal de João Pessoa (página 2) – século XXI



Libença médica: Vereador Potengi Lucena

Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente, abre os trabalhos desta Sessão Ordinária, determinando leitura das Atas 79ª e 80ª Sessões Ordinárias, apreciadas e aprovadas sem restrições.

Expediente em Mesa

Do Executivo Municipal:

Mensagem nº 053/07 – Autorização de abertura de crédito especial na Secretaria Municipal de Saúde, para fins que especifica.

Of. Câmara dos Deputados – Orçamento Fiscal e Seguridade Social – recursos do Orçamento da União destinados aos municípios em 2007.

TELEGRAMAS nºs 006244 e 006392/07/MS/FNS – liberação de recursos nos valores respectivos. R\$ 2.322,28 e R\$ 67.924,45.

Of. 285, 295 e 296/07/OI; Of. 0200/07/PROGEM; Of. 0285/07/CGS; Of. 27 e 28/07/GVHB – justificando ausência do Vereador Hervázio Bezerra nas Sessões das Ordinárias dos dias 26 e 27/09; Of. 051/07/GVPA – justificativa de ausência do Vereador Padre Adelino, no dia 26 do corrente; Memo 84/07/GVJA – justificativa do Vereador João Almeida para essa Sessão Ordinária; Of. 76/07/GVAM – justificativa para ausência do Vereador Aníbal Marcolino no dia 27/09.

Aprovados os ROPs do nº 8894 ao 8945/07.

Inversão da pauta.

Grande Expediente

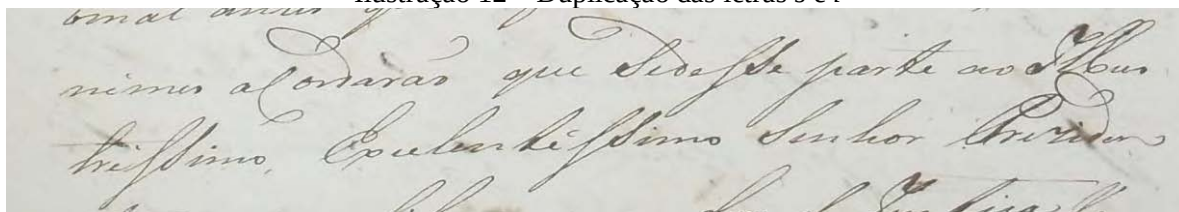
1º Orador

O orador Vereador Padre Adelino, saudou a todos os presentes e diz: "Nessa manhã registramos o julgamento ontem do ex-Deputado Aécio Pereira, no caso Márcia Barbosa. Em 1998 aconteceu o brutal assassinato da jovem Márcia Barbosa, moça

Fonte: ata nº 64 do *corpus* organizado para este estudo

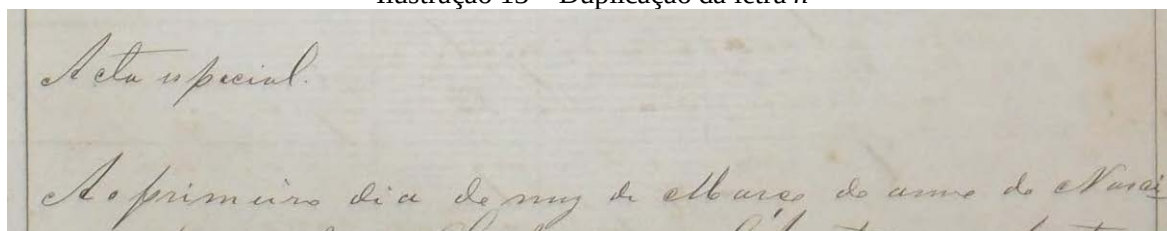
No que tange à grafia²³ das atas selecionadas, as atas do século XIX apresentam letra cursiva de leitura corrida que pouco difere da atual. Conforme Acioli (2003), os manuscritos do século XIX apresentam poucas diferenças em relação à grafia atual, sendo mais representativas as diferenças na ortografia e na paleografia dos textos. Quanto à ortografia, podemos tomar como exemplo nas atas do século XIX as letras dobradas *r*, *s*, *l*, *n* e *t*. No que diz respeito aos aspectos paleográficos, temos o exemplo da letra *s*, que quando duplicada possui a primeira letra longa e a segunda curta. Além dessas diferenças em relação à grafia atual, essas atas possuem letras ornamentadas como mostram as ilustrações 1, 2 e 3 neste tópico. As atas do século XX, possuem uma grafia mais próxima da atualidade, porém contém algumas diferenças ortográficas.

Ilustração 12 – Duplicação das letras *s* e *l*



Fonte: ata nº 2 do corpus organizado para este estudo

Ilustração 13 – Duplicação da letra *n*



Fonte: ata nº 32 do corpus organizado para este estudo

Em relação à linguagem, as atas analisadas possuem uma escrita formal, pois a apresentam registros de leis, pronomes pessoais de tratamento, expressões peculiares à administração pública e frases clichês específicas da tradição discursiva em questão, haja vista que são textos que registram a movimentação administrativa e burocrática das cidades e vilas da Paraíba. Embora a escrita formal seja predominante nas atas, algumas trazem traços que demonstram influência da língua falada como, por exemplo: palavras sem segmentação, troca de letras, uso de expressões que revelam sensação de medo ou angústia, algo que não é comum nos documentos de caráter oficial. Para a análise dessas atas, buscamos fazer uma

²³ Fonseca (2003) também aponta essas características gráficas nas Cartas Oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX.

transcrição conservadora, a partir das regras de transcrição citadas na seção anterior. A ordem cronológica dos textos transcritos é feita a partir da ata mais antiga, de 1822 até a mais recente do ano de 2008.

4.3.1 Tipos de atas que compõem o *corpus*:

De acordo com a indicação do tipo de sessão feita pelos secretários das câmaras municipais da Paraíba, identificamos a seguinte tipologia no *corpus* desta pesquisa:

Quadro 3 – Tipos de atas do *corpus*

Tipos de atas	Quantidade
Ata de eleição	1
Ata de instalação de câmara	2
Ata de posse de vereadores	1
Ata de sessão especial	1
Ata de sessão extraordinária	13
Ata de sessão ordinária	46
Atas sem identificação	3

Fonte: *corpus* selecionado para este estudo

Apresentam-se em maior quantidade as atas de sessão ordinária e extraordinária. Os demais tipos de atas aparecem em número menor. Outras não apresentam o tipo da sessão da câmara. Essas atas possuem basicamente a seguinte estrutura: cabeçalho, abertura, expediente, ordem do dia e fechamento. No entanto, dependendo do tipo de ata, ocorrem algumas variações nessa estrutura.

A ata de eleição corresponde ao século XIX e trata da eleição de três membros para compor a junta provisória do governo civil da província da Paraíba do Norte, em 1822. A ata relata o porquê da eleição, o número de votos recebidos pelos candidatos e o juramento dos empossados.

As atas de instalação também apresentam a estrutura referida e, sem muitos detalhes, relatam os acontecimentos da primeira sessão das câmaras: eleição do presidente e do vice-presidente, a posse de vereadores e a escolha dos demais membros da câmara. A ata de posse não apresenta uma estrutura diversa dos demais tipos apresentados, porque também relata a posse de vereadores e eleição do presidente e do vice-presidente da câmara e os demais acontecimentos da sessão.

Quanto à ata especial, aparecem, na sua estrutura, listas contendo dados sobre homens obrigados aos serviços de paz e guerra do século XIX, uma vez que uma junta revisora e os membros da câmara municipal se reúnem para a revisão dos trabalhos de alistamento. Por tratar-se do registro de uma sessão em que se discute um assunto que foge às discussões cotidianas da câmara, não aparecem os tópicos expediente e ordem do dia.

<i>Nº de ordem</i>	<i>Nº de alistamento</i>	<i>Nomes e Sobrenomes</i>	<i>Observações</i>
1º	4	1º Quarteirão Manoel Francisco	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavradores (art. 5º§ 3º do Regul.)
2º	7	2º Quarteirão Fenellon Rodrigues dos Santos	Tem isenção só condicional, por ser vaqueiro de fazenda de gado, com mais de 50 crias anualmente (art. 5º§ 5º do Regul.)
3º	10	Joaõ Ferreira de Carvalho	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
4º	13	Joaõ Rodrigues dos Santos	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
5º	17	Pedro d' Alcantra Bispo	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
6º	18	Valentin (_____) de Souza	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)

(fl5)

7º	24	Manoel Pedro de Mattos	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
8º	26	Roger d' Oliveira Tristão	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
9º	27	Raymundo (_____) de Lucena	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)

(ata – 32)

No que diz respeito às atas de sessão extraordinárias dos séculos XIX e XX, aparecem entre elas algumas variações no texto. Em algumas atas do século XIX ocorre a repetição de estruturas frasais que registram os valores e o nome dos arrematantes dos impostos das câmaras.

As deis horas da manha feita a chamada comparecerão os veriadores Assis, Arruda, Trigueiro, Santos, Pereira, e Santana, deixando de comparecer os de mais Veriadores por motivo justo, E deo ce para os trabalhos da arrematação dos dizimos de lavouras.

Posto empraça o riacho de São José appareceo Miguel Cavalcanti de Lacerda e arrematou pela quantia de 64//000

Posto empraça o riacho Canôa Pao ferrado appareceo João Gualberto Luiz de Souto e arrematou pela quantia de 22//5000

Posto empraça o riacho São Braz e Madrugá appareceu João Gualberto Luiz de Souto e arrematou pela quantia de 23//000

Posto empraça o riacho Carnauba appareceu Gonçalo Trigueiro da Costa e arrematou pela quantia de 11//500

Posto empraça o riacho Maniçoba appareceo Raímundo Vieira de Torres Bandeira , e arrematou pela quantia de 12//100

Posto empraça o riacho São Joaquim appareceo o Cap.^m João Jeronimo Pereira e arrematou pela quantia de 20//100

Posto empraça o dizimo desta Cidade appareceo Francisco A'delino Pereira e arrematou pela quantia de 20//100

Posto empraça o riacho Santa Maria appareceo Francisco Adilino Pereira e arrematou pela quantia de 10//100

Posto empraça o Riacho Borge appareceo Ignacio, Fernandes de Almeida e arrematou pela quantia de 33//000

[...]

A Camara Municipal ordenou aos fiscal que feze executar as des poziço~es contidas no codi-go de Posturas provizoriamente approvada pela lei Provincial do anno proximo passado passando-se os Editaes, como he de estilo.

E para constar mandou o Presidente lavrar a prezente acta que vai pela meza assigna-

*da Eu Manoel Antonio Vieira Secretario
a escrevi.
(ata – 43)*

Além dessas características, as atas dos séculos XIX e XX contêm, ainda, outros gêneros textuais inseridos de forma explícita na sua estrutura: ofício, termo de juramento de vereadores e outros membros da câmara e telegrama.

*Nomeou a Camara
para peritos para ofim de procederem ao
Orcamento das despesas com os reparos da
Cadeia desta cidade, o Senhores Tenente
Coronel Luis Antonio de Souza Capitão
João Baptista de Arruda, que de pois
de examinarem a refirida Cadea deram
os seos laudos em combinata, e por escri-
ta a maneira de officio, e que são os seguin-
te Ill^{mos} Senhores Prezidente e mais
membros da Camara Municipal.
Comonico que em desempenho aComissão
de que fui encarregado por esta Camara
orcei as despêzas com os reparos da Cadeia
desta Cidade pelo modo seguinte:
servisso de pedreiro hum conto e seis e
centos em materiaes e mão dobra; servisso
de carpina, e ferreiro quientos mil reis
e mão dobra. E por nada mais terexaminar
digo avaliar dei por findo meo exame as-
signando o laudo que asima exarei
Deos Guarde aVS.^{os} Senhores Prezidente e
mais membros da Camara Municipal
Luis Antonio de Souza
(ata – 41)*

*Tr.^o deJuram^{to} ao Pro.^{or}
Aos dois de Abril demil oito centos, qu-
arentadois nesta Villa doConde em Ses-
saõ Ordinaria apresentouse Mano-
el Lourenço deOliveira que avia
sido chamado p.^a tomar posse,epres-
tar juramento de Procurador desta Ca-
mara pelo q̃. amesma Camara lhe-
deferiu ojuramento dos Santos Evan-
gelhos em um livro delles emque
por sua mão direita elhe foi inca-
regado q̃. bem fiel everdadeiramen^{te}
desempenhasse os deveres de Procu-*

*rador desta Camara, esendo recebi-
do por elle dito juramento assim
oprometeu cumprir sub sua res-
ponsabilidade , e estando presen-
te Joaõ Per.^a deOliveira disse que
ficava p.^r fiador do mencionado
Procurador naforma daLei deque
para constar mandou aCamara
fazer este termo em que aSinaraõ
e eu Joaõ Jozé Pereira de Carvalho
Secretario o escrevi.*

*Francisco Luiz Nogr.^a de Moraes
Presid.^e*

*Francisco Jozé d Oliveira
(fl3)*

Justino Francisco de Oliveira

Joze Fran.^{co} da S^a Bandr^a

Manoel Lour.^{co} de Olivr.^a

Joaõ Per.^a de Olivr.

(ata – 11)

aprovação unânime o

Sr. Presidente redigiu um telegrama no

Seguinte teor: Exo Sr. Presidente Castelo Branco

Palácio Planalto

Brasília-DF.

*Tenho grata satisfação comunicar Vossência Câ-
mara Vereadora deste Município em Máгна Sessão
realizada hoje por unanimidade de votos aprovou req. g [?]
congratulando-se iminentes presidente decretação medi-
da salvadora concretização benéficos e sadios objetivos revolu-
ção p.[?] O Sr. Presidente submeteu o telegrama
a apreciação ficando o mesmo aprovado.*

(ata – 59)

As atas de sessão ordinária do século XXI não apresentam gêneros textuais expostos no seu texto; por ser digital, apresentam *links* que levam aos documentos recebidos pela câmara, embora, atualmente, esses *links* não estejam disponíveis para os cidadãos porque o aplicativo desenvolvido para tal fim só permite o acesso à rede interna de computadores da câmara. Depois de cada *link*, há um resumo do conteúdo do documento.

Ofício Nº. 08/2008 – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA

Assunto: ACUSA O RECEBIMENTO DOS OFÍCIOS 3798/2007, 3800/2007 (VEREADOR VALDIR DOWSLEY) E 3854/2007 (VEREADOR DR. LUÍS FLÁVIO), E COMUNICA O

ENCAMINHAMENTO DOS REFERIDOS EXPEDIENTES À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO, POR SE TRATAR DE ASSUNTO DE SUA COMPETÊNCIA.

[...]

[REQUERIMENTO Nº 10585/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, JARDIM SÃO PAULO.
(ata – 66)

Existem no *corpus* algumas atas que não apresentam identificação do tipo de sessão, como é o caso da ata da cidade de Pombal, do ano de 1875, cujo conteúdo trata de pedidos de isenção no alistamento das tropas da cidade e dos pareceres da junta responsável por tais alistamentos na câmara.

Entra em discussão a reclamação de José Alves Pinheiro, no qual pede a isenção de seu filho Caetano Alves Pinheiro, no qual a junta mandou lavrar o presente desfecho é do Theor seguinte. A junta concorda em não receber a allegação de José Alves Pinheiro em que pede isenção de seu filho Carlos Alves Pinheiro alistado sob o numero duzentos e quinze do decimo Segundo quarteirão de Nossa Senhora do Bom Sucesso desta Freguezia do Pombal por ter sido a apresentado ao prazo fixado no artigo trinta e dous do Regulamento de vinte sete de Fevereiro deste ano para apresentação e desizão das reclamações. Sala das sessões da junta em dezechete de Dezembro de miloito centos e Setenta cinco. Eu, Secretario o Subscrevo Jozé Henriques Virgulino, Moraes, Aquino, Pontes O rela Torio é do theor seguinte: examinando apetição do/ Supplicante foi do parecer que não tem lugar a sua/ reclamação requerida a autoridade competente. Pombal dezechete de Dezembro de mil oito cento e Setenta cinco. O pro/ motor [?] Publico interino João Viriato Maria de Souza. (ata – 26)

4.4 Características da linguagem das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI

As tradições discursivas possuem características linguísticas e textuais que as determinam como pertencente a um determinado grupo. Conforme Kock (2008, p. 55), “são os grupos profissionais, religiosos, correntes literárias, movimentos políticos que definem as tradições discursivas”, isto é, cada um desses grupos possui uma linguagem peculiar distinguindo-os dos demais. Um exemplo disso é a linguagem dos sermões religiosos que

utilizam um vocabulário que remete ao sagrado, existem, nesse tipo de texto, alusões a outros textos bíblicos, as construções textuais são elaboradas a partir de uma linguagem lógica para o convencimento do receptor²⁴. O mesmo ocorre com a tradição discursiva ata, pois contém suas características linguísticas e textuais próprias, conforme o grupo social a que pertence; sendo assim, uma ata de reunião dos diretores de uma empresa de comercial não apresenta as mesmas características linguísticas e textuais de uma ata de reunião de igreja²⁵ ou de uma sessão da câmara de vereadores.

A ata de sessão da câmara municipal, assim como qualquer outra TD, apresenta em sua composição marcas que a identificam como pertencente ao grupo do Poder Legislativo Municipal, não só pelas características da linguagem, como também pela textualidade apresentada. Vejamos, a seguir, algumas características da linguagem das atas das câmaras municipais da Paraíba.

a) Uso de abreviaturas:

As abreviaturas são uma característica da linguagem burocrático-administrativa do século XIX. Fonseca (2003) aponta em cartas oficiais do século XVIII e XIX o uso das abreviaturas. As atas seguem essa tradição por ser um documento de cunho oficial. As abreviaturas que aparecem nas atas até a década de 80 do século XIX ocorrem nas seguintes classes de palavras: substantivos próprios e comuns, advérbios, pronomes de tratamento, preposições e verbos;

- Mun.^{al} (ata – 25) = municipal
- V.^a (ata – 19) = vila
- p.^r (ata – 10) = por
- p.^a (ata – 7) = para
- Pres.^e (ata – 25) = presidente
- Cav.^{te} (ata – 27) = Cavalcante
- 7br.^o (ata – 16) = setembro

²⁴ O receptor, neste estudo, é utilizado conforme Bronckart (1999) que estabelece uma distinção entre emissor/receptor como aquele que produz e recebe o texto e enunciador e destinatário, ou seja, que corresponde ao papel social dos participantes da situação comunicativa.

²⁵ No estudo desenvolvido por Simões e Costa (2009) intitulado *As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos*, são apontadas pelos respectivos autores características linguísticas e textuais peculiares às atas paroquiais dos séculos XVIII e XIX. Esse estudo revela que as atas paroquiais apresentam estrutura e fórmulas fixas que evocam os registros do Concílio de Trento (1545-1563) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (primeiro código de leis eclesiásticas criado no Brasil colonial em 1707), bem como apresentam características linguísticas inerentes ao gênero discursivo ata paroquial como, por exemplo: orações infinitas (sem se descobrir impedimento, para constar), verbos performáticos conjugados no modo indicativo (se receberão por marido e mulher), alto grau de adjetivação, de uso de orações subordinadas adverbiais e adjetivas reduzidas de gerúndio etc.

- Albuq.^e (ata – 24) Albuquerque
- m.^{to} (ata – 13) = muito
- S. Ex.^{cia} (ata – 20) = Sua Excelência
- Senr.^o (ata – 28) = Senhor
- md.^{ar} (ata – 4) = mandar

b) Expressões próprias da linguagem burocrático-administrativa:

Para dar valor de um documento oficial, os secretários registram nas atas algumas expressões comuns à linguagem burocrático-administrativa.

- *a vista de conformidade* (ata – 42)
- *dou fé* (ata – 46)
- *Estar conforme* (ata – 2)
- *limites de Sua Jurisdição* (ata – 3)
- *com as formalid.^{es} do Dir.^{to}* (ata – 10)
- *deferir o juramento do estylo* (ata – 46)
- *Conferi e concertei* (ata – 28)
- *na forma da Lei* (ata – 11)

c) Palavras e expressões do cotidiano das câmaras municipais paraibanas:

Todos os grupos da sociedade possuem suas formas peculiares de linguagem, por isso é frequente o uso de jargões em grupos de um mesmo meio profissional. Esse aspecto também aparece nas atas devido às práticas rotineiras exercidas pelos vereadores nas câmaras, bem como à função das mesmas no cotidiano das vilas e cidades da Paraíba do Império e da República.

- *deliberaraõ despaixar* (ata – 4)
- *recolher ao Cofre da Municipalidade* (ata – 37)
- *por em arrematação* (ata – 9)
- *apregoar em prassa* (ata – 13)
- *posto emprassa* (ata – 43)
- *a hora regimental* (ata – 58)
- *submete-se à apreciação Plenária* (ata – 63)
- *falta de quorum* (ata – 66)

d) Presença de frases clichês:

Essas frases se repetem nas atas dos séculos XIX, XX e XXI identificando essa tradição discursiva. Algumas deixaram de existir nas atas do século atual, mas outras ainda continuam presentes como nos documentos mais antigos que registram sua utilização com pouca ou quase nenhuma alteração.

- *lida a ata da Sessão antecessora foi aprovada* (ata – 9)
- *verificando haver número legal declarou que estava aberta a Sessão* (ata – 24)
- *que para constar se fez a presente acta* (ata – 27)
- *foi indeferida por unanimidade de votos* (ata – 37)
- *E por nada mais haver a tratar o Senhor Presidente levantou a sessão* (ata – 47)
- *em nome do povo pessoense, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão* (ata – 67)
- *lavrei a presente ata que vai por mim assinada pelo Sr. Presidente e pelos Vereadores presentes* (ata – 61)

e) uso frequente de verbos *discendi*:

Esses verbos aparecem com frequência introduzindo a fala dos vereadores e do presidente da câmara, porque as atas possuem em sua estrutura o discurso direto e indireto como um registro das falas desses participantes nas sessões.

- *edisse o Snr^o Presidente* (ata – 3)
- *o Snr. Prefeito, pedindo a palavra, diz* (ata – 56)
- *O Vereador Luciano Cartaxo corrobora* (ata – 60)
- *Em aparte, a Vereadora Paula Frassinete, ressalta* (ata – 63)
- *Finaliza o orador Vereador Padre Adelino* (ata – 64)
- *Em aparte, o Vereador Marconi Paiva declara* (ata – 67)

f) Palavras e expressões que se aproximam da oralidade:

Embora seja mais frequente nas atas o uso da linguagem formal e impessoal, algumas atas do século XIX que compõem o *corpus* de análise deste estudo apresentam palavras e expressões que fogem a esse tipo de linguagem. Apesar de não ser uma característica específica das atas, essa variação na escrita de textos oficiais ocorre em outros gêneros do século XIX. Fonseca (2003) aponta essa particularidade na redação de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX, nas quais os autores de tais documentos fazem uso de palavras e expressões comuns na oralidade ou no cotidiano informal, apesar do caráter formal dessa TD. Da mesma forma, o uso de expressões e palavras coloquiais e regionais ocorre nas atas das câmaras paraibanas do século XIX.

- | | |
|---|---|
| • <i>família</i> (ata – 22) | • <i>Assemblea</i> (ata – 35) |
| • <i>cadêa</i> (ata – 22) | • <i>portero</i> (ata – 27) |
| • <i>buato</i> (ata – 22) | • <i>fragrante</i> (ata – 22) |
| • <i>proprietarios</i> (ata – 30) | • <i>no tavel prijuizo</i> (ata – 2) |
| • <i>ao meio dia enponto</i> (ata – 40) | • <i>estando os Povos desta Villa e termo, no ultimo aperto</i> (ata – 2) |
| • <i>te aopé daladeira</i> (ata – 10) | • <i>assogue</i> (ata – 30) |
| • <i>legar</i> (ata – 38) | |

- *eicesso* (ata – 29)

- *nomiro* (ata – 34)

g) correção por meio das expressões *em tempo* e *digo*:

Mesmo havendo a existência do computador que elimina os vestígios da correção realizada pelo redator da ata, a correção por meio das expressões *em tempo* e *digo* ainda é recomendada pelos manuais de redação atuais. Essa norma é seguida por instituições que ainda utilizam a ata manuscrita como forma de registro das suas reuniões. Vejamos os exemplos dessa correção nas atas manuscritas que compõem nosso *corpus* de pesquisa.

Em tempo declaro, que tambem foi despachada a folha para pagamento dos Intendentes e mais Empregados da Intendencia Municipal, da quantia de cento e quarenta e um mil, seicentos e sessenta equatro reis, e para constar, passei a presente. (ata – 52)

contas que elle prestara a sete de ob digo a sete de outubro do anno passado perante a Camara (ata – 29)

d) Fixação das datas dos artigos que compõem as leis e da data de recebimento dos documentos recebidos pela câmara:

Outra prática comum no texto das atas é a citação das leis em seus artigos e parágrafos pelos vereadores para validar as suas afirmações. Essas datas são escritas por extenso ou em algarismos arábicos nas atas dos séculos XIX, XX e XXI. A fixação da data serve para registrar o recebimento de documentos oficiais, como também para reforçar a existência de uma determinada lei que embasa a fala dos vereadores e do presidente.

Nesta foi recebido um officio de Sua Excelencia o Sr. Presidente da Provincia datado de onse de Julho proximo passado, (ata – 20)

edisse Sr. Presidente não me conformo que esta Câmara marque o prazo de oito mezes que deve correr para o fardamento dos Guardas Nacionais deste Município como manda, e que o Vice Presidente, pois he exceder os limites de Sua Jurisdicção, pois os Artigos, 32, 72, 94 da Lei de 18 de Agosto de 1831, só lhes incumbem repartir em Sessões as Companhias, e Batalhões, fixar as paradas dar conta da instrução, nomear Promotor, e Secretario demais he ir despozição do Artigo 57 da mesma Lei (ata – 3)

Todos os dias ouvimos nas rádios várias críticas. Críticas construtivas que solicitam melhorias para diversos aspectos da saúde no Município. Neste sentido, com base na Lei Federal 8689, art. 12, e no RI art. 161, inciso 9º, encaminho convocação da Sra. Secretária de saúde do Município no dia 11 de março, às 10:00h, para prestar esclarecimentos, (ata – 65)

Estas características revelam o alto padrão de formalidade das atas de câmara, como também percebe-se que, desde os séculos anteriores, a norma culta da linguagem é utilizada nos textos do Poder Legislativo brasileiro. Embora existam no texto algumas palavras próximas da oralidade, as atas primam pela norma culta da língua portuguesa, evitando-se gírias ou expressões de duplo sentido, predominando um vocabulário formal e específico da área.

4.5 Análise

Como foi visto nos capítulos anteriores, Coseriu (1974) e Schlieben-Lague (1993) apontam que o falante busca ser compreendido pelo outro e, para atingir esse fim, utiliza modelos já estabelecidos na comunidade linguística. As atas selecionadas para esta análise apresentam uma estrutura que se repete ao longo do tempo, confirmando a tradição discursiva na comunidade linguística a que pertence. Nesta análise, apontamos as características da estrutura do gênero ata, considerando o conceito das tradições discursivas estabelecido por Kabatek (2006), para quem as tradições discursivas estabelecem um elo entre tradição e inovação. A seguir, apresentamos a estrutura que compõe as atas, destacando os elementos que compõem esse gênero, bem como analisaremos o uso da voz passiva, como um dos aspectos linguísticos do gênero ata.

4.5.1 Comparação dos elementos estruturais das atas dos séculos XIX, XX e XXI: entre inovações e conservadorismos

De acordo com Medeiros (2010), a estrutura de uma ata corresponde ao cabeçalho, abertura, ordem do dia, expediente e fecho. Neste tópico, apresentamos a estrutura das atas das câmaras municipais da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI, observando as mudanças e permanências ao longo do tempo à luz da teoria das tradições discursivas. Para essa finalidade, destacamos, nos quadros seguintes, a estrutura das atas, partindo do cabeçalho, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 4 – Estrutura do cabeçalho das atas de câmara dos séculos XIX, XX e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
Sessão Extraordinária de 9 de Maio de 1826 (ata – 2)	Ata da 2ª Sessão ordinária Conselho Municipal da Cidade de Guarabira em 14 de Agosto de 1908. Presidência do Conselheiro - Tavares Pequeno (ata – 54)	Ata de Sessão Extraordinária no 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2007. (ata – 63)
Cópia Da Sessão de 4 de Outubro de 1834. (ata – 3)	Acta da 4ª Sessão ordinária do anno de mil nove centos e onze. Presidência do Coronel Antonio Soares de Pinho. (ata – 55)	Ata da 5ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2008. (ata – 65)
3ª Sessão Ordinária do dia 9 de Dezembro de 1841. (ata – 4)	Acta da Sessão ordinária realizada em 15 de Junho de 1937 (ata – 56)	—
Acta 4ª da 4ª Reunião da Câmara Muni. ^{al} da V. ^a de Independ. ^{cia} em Sessão ord. ^a de 31 de Dezembro de 1874. Presid. ^{cia} do S. ^r Cap. ^{am} Firmino (ata – 24)	Ata da 1ª sessão ordinária dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal de Areia. (ata – 57)	—
Acta trigesima segunda (ata – 26)	Ata da 3ª sessão ordinária da 1ª reunião annual da Câmara Municipal de Pombal, do ano de 1951. (ata – 58)	—
Sessão extraordinária da Câmara Municipal da Cidade de Pombal em 27 de Junho de 1887. (ata – 43)	ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE “CASA FÉLIX DE ARAÚJO REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1971. (ata – 60)	—
Primeira Acta da Sessão extra-ordinária. (ata – 51)	Câmara Municipal do Conde (ata – 61)	—
Acta de Sessão ordinária da Intendencia Municipal da Cidade de Pombal, sob a Presidência Illustre Cidadão João Leite Ferreira Primo no empedimento do efectivo (ata – 53)	Ata da Sessão Extraordinária Em: 21-08. 91. (ata – 62)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

As atas do século XIX apresentam no cabeçalho o tipo da reunião, a data, o mês e o ano de realização da sessão. Nas atas das cidade de Pombal e Vila de Independência, há a indicação do local da reunião e do nome do presidente da sessão. Apenas as atas 26 e 51 aparecem com o cabeçalho sem indicação de local, ano, data, mês e ano, somente há o número da sessão. As atas do século XX apresentam uma maior uniformidade em relação ao cabeçalho, apresentam o tipo da sessão, a data, o mês e o ano de sua realização, como também o nome do presidente da sessão. Somente a ata 61 da câmara do Conde não possui essas indicações e a ata 58 da câmara da cidade de Areia que só apresenta, no cabeçalho, o tipo e o local da sessão.

Nas atas do século XXI, dispostas na *homepage* da câmara de João Pessoa na Internet, o cabeçalho se apresenta de forma mais extensa, por conter mais informações do que os das atas dos séculos XIX e XX. Nessas atas, existe a indicação do tipo de sessão ordinária ou extraordinária, os números do período legislativo e da sessão legislativa, o número da legislatura em que se insere a câmara. Em conformidade com as atas dos séculos anteriores, no cabeçalho das atas digitais, são inscritos a data, o mês e o ano da sessão e ainda a sala onde ocorreu a reunião entre os vereadores.

De acordo com os manuais de redação, é na abertura da ata que se deve colocar data, mês, ano, local e nome dos participantes da reunião, conforme o modelo apresentado no primeiro capítulo deste estudo. No caso das atas expostas *online*, como demonstra o quadro acima, essas informações são dispostas no cabeçalho. Essa contextualização, denominada *entorno de situação* por Coseriu (1979), situa o discurso, neste caso a ata da sessão da câmara municipal, no tempo e no espaço.

Embora os manuais oficiais atuais recomendem a regra mencionada na abertura, nas atas das câmaras da Paraíba, observamos que algumas formas de iniciar essa tradição discursiva ao longo dos séculos não seguem essa padronização:

Quadro 5 – Abertura das atas dos séculos XIX, XX e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
Aos nove dias do mez de Maio demil oito Centos evinte Seis reunidos ex traordinariamente em Camara OClero mais Cidadoñs empregados Publicos Civis e Militares desta Villa afim de unanimis aCordarem Sobre o aContessido da Povo açãõ do Catho lé (ata – 2)	As dez horas da manhã, presentes os Senhores Conselheiros Municipais Cidadoñs Francisco Tavares pequeno, José Gomes Carneiro Beltraõ, Aleixo Evaristo da Costa, os Supplentes Ernesto Joaquim de Araújo e Antonio Victal dos Santos, e havendo numero legal, o Senhor Presidente abriu a Sessão, (ata – 54)	Às 9:30 horas, sob as benções de Deus, após a leitura de texto Bíblico, em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária, determinando leitura das Atas da 3ª e 4ª Sessões Ordinárias, além da aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária, todas apreciadas sem restrições. (ata – 65)

Prezentes os Senhores Vereadores Fran.^{co} J.^e de Oliv.^a, M.^{el} Bap.^{ta} de Miranda, Justino Francisco de Oliv.^a, Fran.^{co} Nogr.^a de Moraes, E João Per.^a de Oliv.^a; Abriu-se a Sessão Sub Aprezi.^{de} do S.^r Fran.^{co} de Oliveira; lida a Acta da Sessão antecessante foi aprovada (ata – 4)	Aos onze dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e onze no Paço Municipal a uma hora da tarde, presentes os Conselheiros Soares de Pinho, Manoel da Cunha, Clemente Rosas, Rodolpho Espinola, Pedro Silva, Clodomiro Basto, Tito Silva, e Sá Pereira, havendo numero legal, o Senhor Presidente abre a Sessão. Foi lida e aprovada sem debate a acta da Sessão anterior (ata – 55)	Às 9:30 horas, sob as benções de Deus, após a leitura de texto Bíblico, em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária, determinando leitura da Ata 5ª Sessão Ordinaria, apreciada e aprovada sem restrições. (ata – 66)
Aos trinta de Janr.^o de mil oitocentos, equarenta e seis nesta Villa do Conde forão presentes sinco Senr.^{es} Vereadores Fran.^{co} J.^e Lopes-Antonio Pereira da Silva, digo Pereira Lima, Antonio Sabino dos Santos Per.^a Ricardo Ferr.^a da Nobrega e João Firmino Per.^a de Oliv.^a p.^a effeito desfazer uma Sessão extraordinaria afim desedar cumprim.^{to} as Ordens de S. Ex.^{cia} o Senr.[~] Presidente da Provincia foi aberta a Sessão sub aprezidencia do Senr.[~] vereador Lopes. (ata – 21)	Aos quinze dias do mez de Junho de mil novecentos e trinta e sete ás 14 quatorze horas na sala de reunioe~s da Camara Municipal de Mamanguape, achando presentes os veriadores abaixo assignados, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão (ata – 56)	—
Aos dezecete dias do mes de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos e setenta e cinco nesta Cidade de Pombal na Sala da camara Municipal presente o Doutor Antonio Moraes Sodre de Aragaão Juis [de Direito] Presidente da junta o Capitão Joaquim Vieira de Aquino Delegado de Policia, o Capitão Gonçalo Joze (fl2) da Costa Pontes presidente da Camara, presente (_____) o Promotor Publico interino da Camara, Jozé Viriato Maria de Souza, forão declarados abertos os trabalhos	Ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e sete, ás 14 horas, no Paço Municipal desta Cidade, tiveram inicio os trabalhos legislativos da Câmara Municipal deste municipio sob a presidencia do vereador Severino Ciro Dias, secretariado pelos vereadores José Teixeira de Barros e Edson de Moura Machado, primeiro e segundo secretarios, respectivamente. (ata – 57)	—

pelo seu presidente.(ata – 26)		
As deis horas da manhã se feis achamada compariceraõ os Viriadores Assis, Trigueiro, Almeida, Silva, Nobriga, Carrreiro, e Costa Souza deixando de comparecerem os Vereadores Rodolpho, e Freitas por motivo justo. (ata – 37)	Aos vinte sete dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), ás quatorze horas regimental, nesta cidade de Pombal, no prédio onde funciona a sociedade Artista Operaria Beneficente de Pombal e sala das sessões da Câmara Municipal, sob a Presidencia do Snr. Avelino de Queiroga Cavalcanti, Secretariados pelos Snrs. Tertuliano Rodrigues do O' e Aristeu de Sousa Formiga respectivamente 1º e 2º Secretarios, havendo numero legal é aberta a sessão ainda com a presença dos seguintes vereadores: Sady Wanderley, Severino Pedro [?] de Almeida e Sebastião Torquato de Araujo. (ata – 58)	—
Aos sete dias do mes de Julho de mil oito sentos oitenta ecinco, no paço da Camara municipal desta Villa, ao meio dia achando-se presentes os vereadores Tenente Coronel José Maria da Crus Marques Prezi-dente, Tenente Brasileiro Capitão Ferreira Coutinho, Tenente Faustino [Bizerra], e Oliveira Madruga, deixando de comparecer os demais sem motivo comonicação declarou o Prezidente que havendo numero legal estava aberta a Sessão depois de lida a acta passada foi por todos aprovada. (ata – 39)	Aos cinco dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na cidade de Monteiro, no Edifício da Prefeitura Municipal, na Sala de Sessões, a Câmara – reuniu-se extraordinariamente sob a presidência do Sr. Oscar Feitosa Neves, presente os Srs. Vereadores que rubricaram a lista de a lista de comparecimento. Foi lida a ata da sessão anterior a qual mereceu aprovação (ata – 59)	—
Aos dozes dias do mês de Março de mil oito centos e noventa e dois quarto da Republica na (____) da Intendencia da Cidade de Pombal, as deis horas da manhã, presentes os cidadãos João Leite Ferreira Primo 2º Membro do	Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Outubro do ano de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete) esteve reunida a Câmara Municipal do Conde em Sessão Ordinaria. (ata – 61)	—

Prezidente do mesmo conselho, Alvares José Ferreira, Manoel Ferreira de Medeiros primeiro membro substituto, e havendo numero legal foi declarada a Sessão. (ata 53)		
—	Aos vinte e hum dias do mês de agosto do ano de 1991, às 9:00 hs, os vereadores da Câmara M. de Conde reuniram-se em sessão especial (ata – 62)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Ao verificar as atas do século XIX e XX, observamos que existe a indicação dos elementos da abertura citados nos manuais atuais, mas o mesmo não ocorre nas atas do século XXI. As informações que correspondem ao dia da sessão, horário e local não são dispostas na abertura da ata, pois, como foi visto, elas são colocadas no cabeçalho da tradição discursiva em questão, exceto a lista de vereadores presentes na sessão que aparece no início da ata.

Contudo, essa repetição das informações citadas na abertura da ata é uma característica fixa da estrutura desse tipo de texto seguido pelos secretários das câmaras, pois como já dissemos, os secretários seguiam os modelos de atas já existentes nas câmaras municipais. De acordo com Schlieben-Lange (1993, p. 22), “há os textos rituais que devem ser repetidos literalmente” e acrescenta sobre as normas desses textos que “pode-se violá-las, mas ao preço de ser considerado ‘bárbaro’.” Assim, ao romper as regras da comunidade grupal, o indivíduo é considerado um ente estranho, perturbado ou perigoso.

Apesar da regularidade dessa forma de escrever a abertura da ata, algumas alterações ocorreram com o passar do tempo nessa estrutura. No século XIX, algumas atas, como a ata 26 do quadro acima, apresentam a expressão *anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo* ou a indicação dos anos do regime republicano no Brasil, como é possível perceber na ata 53 do quadro 5: *Aos dozes dias do mês de Março de mil oito centos e noventa e dois quarto da Republica*.

Essas expressões não são mais recorrentes nas atas do século XX e XXI, somente são mencionadas as expressões *leitura do texto Bíblico* e *sob as bençãos de Deus* nas atas da câmara de João Pessoa no século XXI. O uso dessas expressões caracteriza o que Coseriu (1974) chama de entorno extra-linguístico que, como vimos no segundo capítulo deste estudo, subdivide-se em histórico e cultural. O entorno extra-linguístico cultural caracteriza-se pela

citação do nome de Jesus nas atas do século XIX pois, naquele século, a Igreja Católica exercia uma presença muito forte nos setores administrativos do Brasil, como também na cultura religiosa da população no período imperial. Esse aspecto religioso ainda permanece na sociedade pessoense, por isso essas expressões de cunho religioso ainda permanecem nas atas, mesmo se tratando de um texto oficial.

Já o entorno extra-linguístico histórico se refere à citação dos anos da República do Brasil, por se tratar de um período vivido pela administração brasileira. Essa citação era muito usada nos documentos administrativos até o início do século XX. O uso dessa expressão é muito comum nos documentos oficiais do início do período republicano, pois registra um momento de forte nacionalismo brasileiro pela proclamação da República. Um outro fator que explica tal uso é a promulgação da Constituição de 1891, na qual a Igreja é separada das decisões do Estado Nacional; a expressão, nas atas, reforça ainda mais essa independência da religião.

Nos séculos XIX e XX, as atas mencionam os nomes dos vereadores presentes na sessões logo na abertura. Atualmente, antes de iniciar o texto, as atas digitais contêm uma lista com os nomes dos vereadores presentes e ausentes, ou seja, esses nomes não são mais inseridos sequencialmente no texto de abertura, como aparece nos exemplos do quadro 5. A informação sobre o presidente da sessão, que era colocada no cabeçalho das atas dos séculos anteriores, nas atas do século atual é separada na primeira seção do texto denominada *Composição da mesa diretora*, na qual são inclusos, além do nome do presidente da câmara, os nomes do primeiro e segundo secretários da sessão.

Composição da Mesa na abertura dos Trabalhos

Presidente

Vereador Durval Ferreira Filho

1º Secretário

Vereador Padre Adelino

2º Secretário

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

1. Lista de Presentes

Vereador Zezinho do Botafogo

Vereador Geraldo Amorim de Sousa

Vereador Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti

Vereador Pedro Alberto Araújo Coutinho

Vereador Valdir Dowsley – Dinho

Vereador Professor Paiva

Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba

Vereador Marconi Paiva
 Vereador Edmilson Soares
 Vereador João Bosco – Bosquinho
 Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá
 Vereador Dr. Luís Flávio
 Vereador Pastor Miguel Arcanjo
 Vereador Watteau Rodrigues
 Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte
 Vereador Aristávora Santos – Tavinho
 Vereador João Almeida

Ausente com justificativa: Vereador Potengi Lucena (ata – 67)

Não podemos deixar de mencionar a oração que comprova a leitura da ata na sessão, uma vez que essa tradição demonstra a dicotomia existente entre o meio de produção sonoro e a concepção escrita da ata (OESTERREICHER, 1996). Essa TD, apesar de ser registrada e arquivada, só é aprovada como uma ata quando lida em voz alta para todos os presentes na sessão, portanto, sua concepção é escrita e o meio fônico. A referência à leitura da ata como condição para sua aprovação aparece na abertura ou no fechamento das atas, no século XIX e apenas na abertura nos séculos XX e XXI, como veremos no decorrer deste trabalho.

No corpo do texto das atas das câmaras da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI, da mesma forma que o cabeçalho e a abertura, aparecem algumas variações na sua estrutura. Assim, como foi visto no capítulo primeiro deste estudo, conforme Medeiros (2010), as atas possuem uma estrutura fixa, mas podem variar de acordo com a instituição que as elabora. Nas atas em questão, constatamos que, no século XIX, há uma mistura das estruturas *expediente* e *ordem do dia*, ou seja, não há uma separação entre a seção de leituras de ofícios, petições, requerimentos e as deliberações da pauta de reunião. Em algumas delas existe a separação desses tópicos pela escrita separada no próprio texto da ata.

Nas atas do século XX, há uma separação entre as partes citadas, pelo uso dos termos *expediente* e *ordem do dia*, embora algumas atas ainda não possuam uma divisão. As atas dispostas *online* possuem esses dois tópicos bem delimitados para uma melhor visualização do leitor na tela do computador. Essas seções são delimitadas nas atas paraibanas, após a abertura, pelo uso dos termos mencionados seguidos de expressões inerentes à tradição da ata.

Quadro 6 – Expressões que iniciam os tópicos expediente e ordem do dia nas atas dos séculos XIX, XX, e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
O Secretario dando conta do expediente mencionou seis requerim. ^{tos} asaber...	O Secretario dando conta do expediente (ata – 54)	Expediente em mesa: Grande expediente Ordem do dia:

(ata – 15)		(ata – 64)
Entrando-se no expediente o Senr~ Prezidente de clarou (ata – 22)	o sr. presidente mandou que fosse lida a materia do Expediente (ata – 57)	—
O Secretario declarou que naõ havia expediente, e passan- do a ordem do dia (ata – 24)	Na hora do espediente, foi procedida pelo 1º Se- cretario a leitura do projeto de lei Passando-se a ordem do dia, foi posto em discussão (ata – 58)	—
O Secre- tario declarando nada haver de espediente passou-se a ordem do dia (ata – 27)	Em seguida, passou-se à ordem (fl2) do dia que constou da seguinte matéria (ata – 59)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

As atas do século XIX não possuem essa divisão entre expediente e ordem do dia de maneira muito clara. A palavra expediente aparece nas atas a partir do ano de 1843. A ordem do dia é mencionada a partir de 1874. Já no século posterior, o texto das atas está dividido em ambas as partes ou apenas em uma delas. Todas apresentam essa divisão. O mesmo acontece com as atas do século XXI, pois todas possuem o corpo do seu texto delimitado pelos termos referidos.

Embora tenha ocorrido nas atas das câmaras da Paraíba a manutenção das estruturas *expediente* e *ordem do dia*, ao longo dos séculos, houve uma inovação nas atas do sistema digital. A seção expediente foi dividida em: *Expediente em Mesa* e *Grande Expediente* que correspondem, respectivamente, à seção de recebimento de ofícios, telegramas e justificativas de ausência dos vereadores e a discussão da pauta de reunião no plenário da câmara.

Além da citação dos assuntos existentes nos textos recebidos na sessão, esses tópicos da ata de câmara são constituídos pela retextualização das falas dos participantes da sessão na citação em discurso direto e indireto, como pela forma de resumo dessas falas e dos acontecimentos ocorridos. O resumo sintetiza o que foi discutido oralmente pelos vereadores na sessão, concomitantemente com os acontecimentos gerais da reunião; porém, nesse processo, muitas informações secundárias são descartadas para a condensação das ideias principais do texto em que os elementos linguísticos originais das falas sofrem alterações muito complexas por envolver *uma compressão textual rumo ao macrotexto* (MARCUSCHI, 2001, p. 87).

Quando as falas são citadas na ata de forma direta ou indireta, como já foi dito no capítulo primeiro deste estudo, as falas dos participantes da sessão passam por técnicas de

retextualização, conforme apresentadas por Marcuschi, que são um subconjunto das etapas de retextualização apresentadas pelo referido autor.

Quadro 7 – A retextualização nos tópicos expediente e ordem do dia nas atas dos séculos XIX e XX

Século XIX	Século XX
Nesta foi recebida uma portaria de Sua Ex.^{cia} o S.^r Presidente da Prov.^{cia} datada de 6 do corr.^e em q[~] pede p.^r copia a acta da ultima Eleição p.^a Vereadores, e Juizes de Paz deste Municipio Deliberaraõ chamar Estevão J.^e Martins (fl2) Martins p.^a servir de Agente do Porteiro ao q[~] selheofereceo aq^{ta} de vinte mil reis ao q[~] não conveio dizendo que serviria p.^r vintecincomil r[~] p.^r anno q[~] pondo o Prezid.^e avotação passou a favor Deliberarão responder a S. Ex.^{cia} Prezid.^e da Prov.^{cia} a Portaria de 6 do corr.^e remetendo a copia da Acta da Elleição de Vereadores, e Juizes de Paz deste Municipio Deliberaraõ prestar juram.^{to} ao Agente do Porteiro Estevão J.^e Martins, o qual se achando presente am.^{ma} Camara lhe deferio Juram.^{to} dos S.^{tos} Evangelhos em q[~]. por sua mão direita subcargou do q.^e lheemcarregou q[~] bem, fiel everdadeiram.^{te} de esse expedien ao serviço desta Camara, sendo recebido do Juram.^{to} pelo juramentado asim opromete se fazer (ata – 6)	Pela ordem de inscrição, ocupou a tribuna o Vereador Manoel Joaquim Barbosa, que analisou a situação difícil e precário do nosso nordeste tão sofredor. Comentou pronunciamentos seus, feitos em dias passados sobre o assunto, bem como tópicos do discurso de um Senador alagóano, sobre a infra-estrutura do país. Disse que cabia ao governador do Estado, adquirir mais indústrias fazendo com que surgissem mais emprêgos para os menos favorecidos. Em a parte ao orador, o Vereador Ary Rodrigues disse que a SUDENE apesar de só merecer nossos aplausos, atualmente encontrava-se em situação difícil com seus dias contados, que após a última visita do Presidente Mèdici ao Nordeste, o mesmo deixara transparecer que a situação da SUDENE não era das melhores. Prosseguindo, o Vereador Manoel Joaquim Barbosa afirmou que a implantação no nordeste tornava-se cada dia mais difícil, de uma vez que os grupos financeiros, com exceção do grupo Rique, fazia questão de levar o dinheiro do nordeste para o sul do país. Finalizando, acrescentou: “Entendo que o Brasil só será Brasil, com a integração do Nordeste, o qual não poderá ficar entregue ao desprezo, acho que deve haver uma reformulação de propósitos. (ata – 60)

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Nestas seções do expediente e ordem do dia das atas dos séculos XIX, as falas dos participantes são diluídas, constituindo-se o macrotexto citado por Marcuschi (2001). A voz dos vereadores é substituída pelo verbo “deliberar” e a fala do porteiro mistura-se aos acontecimentos da sessão. Assim como no século XIX, encontramos atas do século XX que envolvem o resumo das falas e a citação direta ou indireta demonstrado no quadro acima. Nessas falas da ata do século XX, a troca de turnos entre os participantes da sessão, ou seja, quando o interlocutor passa de ouvinte a falante, é eliminada na escrita do texto, mas a autoria do discurso é mantida na citação da fala do vereador em discurso direto, bem como outras falas são totalmente neutralizadas, sendo mantidas na ata pela citação de discurso indireto,

conforme as técnicas I e II de retextualização citadas anteriormente. No século XXI, a estrutura do expediente e a ordem do dia são formadas exclusivamente pela citação direta e indireta.

Em relação a esse processo de citação de fala no discurso direto, é importante esclarecer que não há como identificar exatamente se a retextualização da fala dos vereadores é idêntica ao texto-base, característica do processo de transcodificação, ou se há uma modificação no texto final, pois não foi possível adquirir os apanhados dos discursos para conferir esse processo. Além disso, as atas da Câmara de João Pessoa do século XXI são elaboradas a partir dos apanhados dos discursos, de reprografias e de documentos, por isso não temos um limite exato do que foi transcrito diretamente da fala e do que foi extraído dos documentos escritos.

O mesmo não ocorre com o discurso indireto ou no resumo das falas diluídas no texto das atas ao longo dos séculos, pois existe a retextualização do que foi dito na sessão na elaboração dos textos pelo secretário, uma vez que esses recontam o discurso dos participantes da sessão na ata. Nas atas do século XXI, os tópicos expediente e ordem do dia são estruturados a partir das citações em discursos direto e indireto:

Grande Expediente

Em aparte, a Vereadora Paula Frassinete, ressalta: *“Quando víamos pessoas do quilate de um ex-Deputado ser julgado? Margarida Maria Alves morreu e nunca vimos seus assassinos sendo julgados. E cada vez mais precisamos protestar contra atos como estes. A sociedade organizada precisa levar mais pessoas como o Deputado Aécio Pereira a julgamento”.*

Retomando a palavra o orador Vereador Padre Adelino, enfatiza haver avanço. *“Mas ainda vemos injustiças. Esperamos que os nossos desembargadores, homens justos e experientes, ratifiquem o que o corpo de jurados fez ontem, ou seja, o homem que tirou a vida de Márcia seja julgada como uma pessoa comum”.*

O Vereador Waldir Dowsley – Dinho, no aparte, diz: *“Não me cabe julgar o ex-Deputado Aécio Pereira. Mas hoje de manhã vi na televisão que o acusado das mortes das duas crianças em São Paulo estava no regime semi-aberto. O delegado responsável pelo caso informou que esse criminoso tinha fotos das crianças mortas no seu celular. Não podemos admitir isso. Enquanto sociedade, temos que pensar e exigir dos nossos representantes da bancada federal uma moção cobrando uma reforma penal”.* (ata – 64)

Grande Expediente

6º Orador

O orador Vereador Geraldo Amorim inicialmente diz que o Orçamento Democrático não está atendendo as necessidades dos bairros. Depois comenta

que conversou com alguns policiais civis e diz que as decisões só chegarão à Assembléia, após o Governador ter ouvido a categoria.

Passa, então, a comentar sobre a disputa política entre Oposição e Situação, dizendo que não gosta muito disso e que é contra a reeleição de cargos majoritários. Fala que os melhores sistemas de educação e de saúde do mundo, respectivamente, na Finlândia e em Cuba, não possuem prédios maravilhosos, mas uma política séria e investimento no pessoal. Com isso, diz esperar que o Prefeito, caso se reeleja, viabilize a segunda etapa nos PSFs, que é a consideração da pessoa humana, e não da infra-estrutura.

*Após **aparte do Vereador Benilton**, que o classifica de sério e diz que será bem-vindo na coligação, o orador lembra que já enviara requerimentos pedindo soluções na Av. Pedro II e que fica feliz de ver a obra acontecendo. Por último, faz apelos à STTRANS e à CAGEPA por obras no Jardim Cidade Universitária. (ata – 66)*

Apesar de não termos as falas originais, percebe-se que os discursos inseridos nos tópicos do expediente e ordem do dia passam por uma transformação, conforme Marcuschi (2001), não só pela ausência das hesitações, repetições de conectivos e palavras, orações truncadas, inserção de pontuação para se aproximar da fala e a organização dos turnos entre os oradores, como também pela transformação do discurso indireto. Tal organização do texto da ata, da fala para a escrita, ocorre por tratar-se de um texto que exige uma linguagem formal sem marcas da oralidade e não por ser a fala menos organizada que a escrita; como já é sabido, ambas possuem suas formas de organização (MARCUSCHI, 2001; KOCH, 2007).

Não vamos entrar nos detalhes das etapas de retextualização sofridas pelas falas dos participantes das sessões camarárias por não ser o objetivo desta pesquisa; além disso, é impossível reconstituir a fala dos participantes das sessões das câmaras de séculos anteriores e muito menos identificar as variáveis na atividade de retextualização citadas no primeiro capítulo deste estudo, uma vez que influem neste processo (MARCUSCHI, 2001). No entanto, essa característica não podia ser relegada por fazer parte da estrutura textual da TD ata de sessão de câmara. Essa estruturação textual da ata se conserva até os dias atuais.

Outra característica das atas entre as permanências e conservadorismos é a introdução da seção *Requerimentos e Projetos de Lei, Lidos e Encaminhados, na Presente Sessão Ordinária* inserida após o *grande expediente*, nas atas *online*. Neste tópico, há uma lista com o número dos requerimentos e o resumo desses documentos enviados à sessão em forma de *links* para a leitura; também são apresentados os projetos de lei. Algumas atas dos séculos anteriores possuem ofícios, termos de juramento e telegrama inseridos na íntegra no tópico *expediente*. Houve, então, no século XXI, uma nova organização para a inserção de textos na ata.

REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI, LIDOS E ENCAMINHADOS, NA PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

Autor

Vereador Durval Ferreira

PL - Denomina de Rua Iractan Alves dos Santos

Autor

Vereador Padre Adelino

PL – Autoriza o Poder Executivo a colocar um busto e placa em homenagem ao escritor José Américo de Almeida em área urbana do município de João Pessoa.

PL – Reconhece de utilidade Pública o CEPAS – Centro Pastoral e Social “Senhora Sant’ana”, órgão vinculado a Paróquia Sant’ana no município de João Pessoa.

Autor

Vereador Geraldo Amorim

PL – Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder isenção do TCR – taxa de Coleta de Resíduos ao condomínios residenciais de João Pessoa, oportunidade a inclusão ambiental.

Autor

Vereadora Paula Frassinete

PL – Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas de papel ou sacolas plásticas bio-degradáveis em supermercados, mercados de pequeno porte e lojas de departamento.

Autor

Vereador Padre Adelino

[REQUERIMENTO Nº 10405/2008](#) – APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA ARY BARROSO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10406/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA JOSÉ CLEMENTINO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10407/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA CARLOS ALEXANDRE, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS [...]

(ata – 65)

Da mesma forma que a abertura e o corpo do texto, o fechamento da ata possui algumas semelhanças com os séculos passados, mas apresenta algumas inovações na escrita. Podemos observar essas mudanças no seguinte quadro comparativo:

Quadro 8 – Fechamento do texto das atas das câmaras municipais dos séculos XIX, XX e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
Epou não haver mais que requerer, e concordar, Mandamos (fl2) Mandamos a prezente acta em que todos aSi gnaraõ eu Francisco Rodrigues Camillo Escrivão da Camara Escrevi	Naõ havendo mais couza alguma a tratar-se na pre-zente sessao, o cidadão Prezidente encerrou-a, de que para constar lavrei a prezente acta, a qual depois de lida foi aprovada e assignada pelos Conselheiros prezen-tes. Eu Olympio Nunes Pereira,	Por fim, encerra a presente Sessão Extraordinária. Esta Ata foi elaborada pelo Setor de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária. (*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos; e em

(ata – 2)	Secretario o escrevi. (ata – 54)	documentos e/ou xerox remetidos ao setor. NR. Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2007. (ata – 63)
Deo agora mandou o Snr ^o Presidente levantar a Sessão dando para os trabalhos da Sessão Signarão. Eu Antonio Claudio Virgulino Secretario oescrevi (ata – 3)	E nada (fl3) mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Eu Firmino Jose Mendes Secretario o escreveu. (ata – 55)	Encerrada a presente Sessão Ordinária fica marcada uma outra para este mesmo local, em dia e hora regimentalmente estabelecidos. Esta Ata foi elaborada pelo Setor de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submetese à apreciação Plenária. (*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos; e em documentos e/ou xerox remetidos ao setor. NR. Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 27 dias do mês de setembro do ano de 2007. (ata – 64)
Dada agora deu o Senr ^o Presidente a Sessão p. ^r finda deque para constar mandou lavrar esta ata em que asina raõ aos 18 de maio de 1843 eu João José Pereira de Carvalho secretario oescrevi (ata – 13)	Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Sala das sessões da Camara Municipal de Mamanguape em 15 de Junho de 1937. (ata – 56)	—
Dada a hora o Senhor Presidente levantou a Sessão dando para a ordem do dia a continuação dos trabalhos ordinarios = Procopio Joze Ferreira Secretario o escrevi (ata – 22)	e como nenhum quizesse ocupar a tribuna, foi encerrada a sessão e marcada uma outra para o dia seguinte, às 14 horas. <i>Eu, Edson de Moura Machado, 2º secretário, a escrevi e subscrevo.</i> Sala das Sessões da Camara Municipal de Areia, em 1º de Dezembro de 1947. (ata – 57)	—
Dada agora o Senr. ^o Pres. ^e deu por findo os trabalhos da pres. ^e Sessão, e marcou o dia 9 de Setembro deste corr. ^e , de q. ^e p. ^a constar fiz esta acta q. ^e dep. ^s de lida foi aprovada, E por todos assignada. Eu João Severiano de Albuquerque Mar. ^a [?], Secretario da Camara o escrevi (ata – 25)	Do que para constar foi lavrada a presente ata que vai devidamente assinada pelos membros da mesa. Sala da sessoes da Câmara Municipal de Pombal, em 27 de Junho de 1951. (ata – 58)	—
Estando a hora um pouco adiantada mandou o Presidente levantar a secção.	Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão, para constar, eu	—

Eu Izidro Aureliano de Souza Formiga, Secretario o escrevi (ata – 37)	Geny Bezerra da Silva, lavrei a presente ata que deverá ser lida, aprovada e devidamente assinada pelos Srs. Vereadores desta Câmara. (ata – 59)	
E por esta forma sendo comprida a ordem acima referida o Presidente da Câmara encerrou a Sessão assignando além dos respectivos membros os Senhores Delegado de Pulícia Francisco José de Asis, o Promotor Público D ^{or} Aureliano de Albuquerque E eu Isidro Aureliano de Souza Formiga, [Secretario] (ata – 41)	E como nada mais havia a tratar O Sr. Presidente deu por encerrada a Sessão e eu Maria de Fátima M. de Sousa, servindo de Secretaria lavrei a presente ata que vai por mim assinada pelo Sr. Presidente e pelos Vereadores presentes. (ata – 61)	—
E por seaxar alterada hora, e nada mais haver a tratar, mandou o mesmo Presidente lavrasse esta que vai por mim eos mesmo assignada. Eu Isidro Aureliano de Souza Formiga – Secretario, a escrevi E asigno. (ata – 53)	E assim sendo, a Sra. Presidenta encerrou a sessão e eu Romilton Máximo de Araújo 1º Secretário lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Sra. Presidente e demais vereadores presentes. (ata – 62)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Nas atas dos séculos XIX e XX, o fechamento da ata é marcado pelas expressões *Dada ahora, Não havendo mais couza alguma, Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão* e pela oração em que o secretário se insere como autor da ata: *Eu Izidro Aureliano de Souza Formiga, Secretario o escrevi* ou *para constar lavrei a prezente acta, a qual depois de lida foi aprovada e assignada pelos Conselheiros presentes*.

Nas atas *online* do século XXI, as orações mencionadas não são mais usadas, pois o texto da ata é elaborado pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa de Câmara; dessa forma, o secretário da sessão não se insere em primeira pessoa do singular no texto como demonstra o quadro anterior o fecho das atas dos séculos XIX e XX. Nessas atas *online*, também são explicitadas as fontes para a elaboração do texto da ata da sessão, o que não ocorre nos registros dos séculos anteriores. Observamos também, nessas atas virtuais, que as expressões *digo* e *em tempo* utilizadas na correção do texto da ata manuscrita desapareceram, havendo uma alteração na tradição de lavratura dessa TD. O uso das ferramentas do computador apagar, recortar e colar torna desnecessária a escrita dessas expressões na ata virtual.

Essa mudança na escrita das atas da Câmara Municipal de João Pessoa se justifica pelas transformações históricas e sociais que as casas legislativas municipais passaram ao longo dos séculos desde a sua implantação no Brasil. Por esse motivo, alguns funcionários deixaram de existir, outros persistiram ou mesmo adquiriram novas funções regulamentadas pelo regimento interno da câmara (RODRIGUES, RESTON, REIS, 2001). No caso dos secretários da câmara de João Pessoa, não são eles os responsáveis pela elaboração e publicação das atas das sessões na *homepage* da Casa, apenas dão uma orientação à comissão que as elabora, provocando a alteração mencionada no final da ata.

Outro traço importante definidor das TDs presente na escrita dessas atas é a evocação. O conteúdo temático das atas, ou seja, as formas que se repetem na abertura, no corpo do texto e no fechamento evocam essa TD com o passar do tempo, como mostram os exemplos da estrutura textual das atas nos quadros comparativos apresentados. De acordo com Kabatek (2006, p. 511), “a relação de tradição de uma TD tem então duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a evoca.” Dessa forma, há nas atas analisadas uma concomitância entre a evocação, constelação dos discursos, e a repetição, pois o evento comunicativo no qual a ata está inserida evoca os discursos dessa TD que se repetem ao longo do tempo.

A evocação e a repetição, conforme a definição de Kabatek das TDs, estabelece *um laço de união entre atualização e tradição*. Vimos que as atas *online* do século XXI sofreram algumas alterações na sua forma textual em relação às atas dos séculos XIX e XX: mudanças de localização das informações no texto, como no caso do cabeçalho que contém mais informações do que nas atas dos séculos citados, eram inseridas na abertura da ata ou parte delas eram repetidas tanto no cabeçalho como na abertura do registro; a diferenciação entre grande expediente e expediente em mesa; a existência da lista dos vereadores presentes; a ausência da fala do secretário no final da ata e a inserção da seção de requerimentos aprovados na sessão; porém, essas inovações não descaracterizam a TD ata no século atual.

Neste caso, ocorre o processo esquematizado por Kabatek (2006) mencionado neste estudo, em que uma situação **B**, ou seja, a situação de produção desse texto, evoca uma situação **A** que é anterior a **B** e permite a construção de um texto **2**, isto é, as atas que passaram por modificações, como repetição de um texto **1**, que são as atas dos séculos anteriores usadas nesta análise.

Nessa relação entre repetição e evocação cabe ainda lembrar o conceito de interdiscursividade defendido por Koch apud Simões e Kewitz (2009b). Na TD ata de câmara, são evocadas as estruturas de abertura e fechamento com suas formas de expressão que se

repetem com o passar dos séculos, independentemente do conteúdo comunicativo dessa TD, como podemos comprovar no exemplo da ata 44 que compõe o *corpus*: *Aos vinte e seis dias Sessão de 26 do mes de Setembro de mil oitocentos e oitenta e sete, reunidos a uma hora da tarde no Paço Municipal[...] E não havendo nada mais á tratar o Senhor Presidente levantou a Sessão.*

Em relação à composicionalidade das TDs, as atas apresentam algumas inovações, como já foi demonstrado; no entanto, a mudança do suporte encadernado para o computador se destaca por provocar uma organização diferente do texto para atender às necessidades comunicativas da atualidade. Ao observar os quadros comparativos, percebemos que as mudanças na escrita e na estrutura do texto das atas digitais do século XXI se mostram bem diferentes das formas mais antigas impressas, porém não são transformações tão diversas da inicial.

Kabatek (2006, p. 514) afirma que “da composicionalidade paradigmática derivam diferentes possibilidades de transformação de uma TD: “As TDs podem mudar até se converterem em outra realidade totalmente diferente da inicial.” Sendo assim, as TDs permitem a variabilidade dos textos; entretanto, deve-se observar que existem tradições que são altamente fixadas, como é caso das atas, e outras que são mais suscetíveis à variação como é o caso dos textos dos bate-papos na Internet, por estarem relacionados à criatividade expressiva da fala.

Outro fator importante na constituição dos textos na atualidade é o progresso das novas tecnologias. A tela do computador exige uma nova organização da estrutura dos textos, pois o suporte encadernado dá lugar ao computador conectado à Internet com sua barra de rolagem²⁶ e *mouse*²⁷ para os *cliks* na tela. Dessa forma, as atas *online* da câmara de João Pessoa apresentam uma nova estruturação em suas partes que são delimitadas por títulos e subtítulos, cujas informações são separadas por categoria, para facilitar a busca pelo leitor moderno. Mesmo que as atas digitais analisadas sejam ainda um texto sem os recursos de sons e imagens de um hipertexto, a sua forma de leitura não é mais a mesma, o contato com o suporte também é diferente e, conseqüentemente, a forma de armazenamento também não é mais a mesma. Entretanto, essas transformações não afastam totalmente a ata digital de sua contraparte impressa, já que é a partir dela que surgiu a nova versão publicada na Internet.

²⁶ A barra de rolagem funciona como um utilitário que possibilita a rolagem do documento na tela do computador para cima ou para baixo, apresentando o conteúdo que, por ventura, não pode ser visualizado por inteiro.

²⁷ *Mouse* é um periférico de entrada que permite o envio de informações para o computador.

Mesmo ocorrendo algumas variações na estrutura do texto do manuscrito à tela do computador, as atas seguem uma tradição pela repetição dos elementos textuais ao longo do tempo, como podemos identificar nas amostras das atas apresentadas. Ao comparar a estrutura da ata de câmara entre os séculos, constatamos que essa repetição das estruturas de abertura, corpo do texto e o fechamento caracteriza a tradição discursiva referida, não só pela repetição dos elementos em si, mas por identificarem essa TD ao longo do tempo.

De acordo com os traços que definem as TDs estabelecidos por Kabatek (2006), não é a simples repetição de uma palavra que constitui uma TD, mas uma combinação de elementos formais. Para esse autor, “só uma combinação particular de uma série de elementos produz a inserção de um texto numa TD.” (KABATEK, 2006, p. 155). No caso das atas, a combinação dessas estruturas mencionadas definem a ata como uma TD não somente por ser uma forma peculiar de escrever que possui significação própria, mas também pela sua relação com o evento comunicativo em que é produzida. Para a produção de uma ata é necessário haver um grupo de pessoas reunidas numa determinada hora, local e ano para discussão de um determinado assunto. Essa situação comunicativa evoca o conteúdo temático da TD que se repete durante os séculos.

Outro aspecto importante apresentado nas atas das câmaras paraibanas comparadas entre os séculos é a relação entre *inovação* e *conservadorismo* que evidencia o conceito de tradições discursivas elaborado por Kabatek (2006), com base na tripartição da perspectiva linguística de Coseriu. As atas são escritas por redatores que possuem a capacidade de criar e recriar a língua (nível universal) dentro de um modelo, estabelecido historicamente pela comunidade administrativa a que pertencem (nível histórico) criando e recriando a TD analisada (discurso individual).

Esse aspecto da definição das TDs justifica, ainda, a duplicação do eixo histórico por Koch e Oesterreicher, a partir de Coseriu, esquematizada por Kabatek (2006), uma vez que a finalidade comunicativa da ata, atravessa o eixo histórico da língua no qual também se encontram as TDs, produzindo-a. Desse modo, ao atravessar o eixo histórico da língua, assim como outras TDs, as atas das câmaras da Paraíba transmitem suas formas textuais e linguísticas no tempo, como exemplo, percebemos a frequência de determinadas orações como *Lavrei a presente ata*, sendo até hoje o verbo *lavar* o indicado para falar ou escrever quando nos referimos à escrita desse gênero. Conforme Schlieben-Lange (1993, p. 19), “também no nível dos textos, a historicidade se faz presente na forma de tradições discursivas historicamente transmitidas”, ou seja, modelos de fala e escrita podem ser transmitidos ao longo do tempo pelos textos.

4.5.2 A voz passiva nas atas das câmaras municipais da Paraíba

Além da evocação de formas textuais como as apresentadas anteriormente, o conceito de tradições discursivas defendido por Kabatek (2006) aponta que a repetição de uma finalidade expressiva ou conteúdo linguístico também evoca certos elementos linguísticos na constituição de uma TD. Nas atas das câmaras municipais da Paraíba, alguns elementos linguísticos se repetem na sua composição. Para este estudo, destacamos o uso da voz passiva, tendo em vista que essa forma linguística aparece nas estruturas das atas camarárias ao longo do tempo.

O uso frequente dessa forma linguística no texto da ata ocorre devido a sua forma de composição. A ata é uma TD elaborada a partir dos acontecimentos ocorridos numa reunião, cujas falas dos participantes entram na composição do texto, ou seja, ocorre uma retextualização do oral para o escrito, em que essas falas atualizadas são resumidas num processo macrotextual ou são citadas de forma direta ou indireta pelo redator no texto da ata. Sendo assim, quando os acontecimentos da reunião são citados no pretérito, em relação à escrita final do texto da ata, é inevitável o uso da voz passiva para a citação do que foi dito pelos participantes.

Essa característica sintática existente nas atas corrobora as conclusões do estudo desenvolvido por Jungbluth (2006) sobre o uso da voz passiva no castelhano em manuais de instrução e em informações para pacientes, no qual defende, com base nos pressupostos de Koch (1997), que algumas formas gramaticais e a realização de determinadas tradições discursivas são interdependentes.

Se se leva em consideração a vinculação de certas estruturas linguísticas da língua estudada com as tradições discursivas, determinadas tradições discursivas podem revelar-se portanto como especialmente aptas para aportar determinados fenômenos linguísticos em abundância. (KOCH, 1997, p. 59 apud JUNBLUTH, 2006, p. 57, tradução nossa).

Jungbluth (2006) explica que as tradições discursivas instruções de uso e informação para pacientes possuem um uso destacado da voz passiva, mesmo sendo o castelhano uma língua em que o uso dessa forma sintática não é muito frequente. A autora apresenta, como exemplos que confirmam a interdependência de formas gramaticais e as tradições discursivas, o estudo de Zifonun (2000) que analisa a interdependência de formas textuais e a voz passiva em alemão e o de Karasch (1982) que estuda essa interdependência em francês e

alemão, cujos resultados revelam uma alta ocorrência de voz passiva em textos literários, periodísticos e jurídicos.

Neste tópico, selecionamos alguns exemplos de orações na voz passiva como elemento linguístico das atas de câmara dos séculos XIX, XX e XXI. No quadro a seguir, estão inseridas algumas formas da voz passiva de acordo como aparecem na abertura dessas atas:

Quadro 9 – Casos de voz passiva na abertura das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
a leitura da ata antecedente foi aprovada (por todos) (ata – 4)	foi lida e aprovada (por todos) sem debate a acta da Sessão anterior (ata – 55)	—
a ata passada foi por todos aprovada. (ata – 39)	Pelo 2º Secretário é procedida a leitura da ata da sessão anterior. (ata – 58)	—
pelo presidente foi aberta a Sessão. (ata – 49)	a leitura da Ata da sessão anterior [...], foi considerada aprovada e assinada por quem de direito. (ata – 60)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Na abertura, ocorrem vinte e um casos de voz passiva nas atas do século XIX e nas do século XX há cinco ocorrências. Essas orações marcam a estrutura de abertura da ata por serem repetidas ao longo dos séculos citados; todavia não aparece a voz passiva na abertura das atas do século XXI, somente orações no particípio passado: *a leitura das Atas 79ª e 80ª Sessões Ordinárias, apreciadas e aprovadas sem restrições* (ata 64).

Bechara (2009), ao definir a voz passiva, apresenta exemplos dessa forma do verbo com a seguinte estrutura: *sujeito + verbo auxiliar + particípio + agente da passiva*; porém, nas atas, algumas ocorrências da voz passiva não colocam o agente da passiva de forma explícita, sendo possível reconstituí-lo no texto da ata a partir de outros casos em que o agente é explícito como podemos observar nos exemplos das atas 4 e 39 do século XIX e da ata 55 do século XX. Tal aspecto revela que o autor da ata entendia que o leitor já compreendeu esse agente e, por isso, sendo desnecessário repeti-lo no texto. É importante ressaltar que o agente da passiva implícito ocorre em toda estrutura das atas.

Nos tópicos, expediente e ordem do dia também aparece a voz passiva, incluindo a fala dos participantes da sessão. Nesses tópicos, existem trinta e uma ocorrências da voz passiva nas atas do século XIX, oito no século XX e cinco no século XXI. Nas seções em questão, a voz passiva aparece, no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI, intercalada entre

várias orações como ocorre nos exemplos das atas 44 e 45 do século XIX. Em outros casos do século XIX, a voz passiva marca a escrita do expediente com a repetição dessa forma gramatical exemplificada na ata 50 do quadro seguinte.

Quadro 10 – Casos de voz passiva nos tópicos expediente e ordem do dia nas atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI

Século XIX	Século XX	Século XXI
foi recebida (pela câmara) uma portaria (ata – 6)	Tal ideia foi aprovada pelos vereadores presentes. (ata – 56)	Foram debatidos, por mais de quinhentas pessoas temas (ata – 66)
os atestados [...], são fornecidos pelo arrematantes dos anos anteriores (ata – 44)	Foi procedida pelo 1º Secretário a leitura do projeto de lei nº 33 (ata – 58)	Ele foi atendido pela (TIM e Telemar) (ata – 66)
o suplente [...] não foi encontrado pelo respectivo Porteiro (ata – 45)	Pelo Sr. Presidente foi submetida a discussão única a matéria em mesa. (ata – 59)	Este requerimento está assinado pela maioria dos Vereadores desta Casa (ata – 67)
Foi apresentado pelo Secretário um maço do Diário Oficial (ata – 46)	o Vereador Charles Gomes Pereira foi indicado pelo diretório (ata – 61)	Este tema foi discutido por 500 pessoas. (ata – 66)
o Riacho São Domingos que foi remato pelo Senhor João Dantas d'Assis (ata – 50)	O referido ante projeto foi aprovado (por todos) (ata – 61)	a ata foi aprovada (pela câmara) com restrição (ata – 67)

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

A voz passiva também aparece no fecho das atas ao longo dos séculos como frases clichês, da mesma forma como ocorre na abertura. É interessante ressaltar que a oração que confirma a aprovação da ata tanto se encontra na abertura como no fecho, mas ambas identificam o gênero ao longo do tempo. Nas atas do século XIX, há cinco casos desse tipo de oração, no século XX ocorre um caso e no século seguinte existem cinco casos. Apesar do número menor de ocorrências da voz passiva nas atas do século XXI, a oração que indica a autoria da ata aparece como um elemento fixo que caracteriza o encerramento do documento. Tal forma, conforme o exemplo do século XXI do quadro seguinte, é idêntica nas atas das sessões ordinárias e extraordinárias, por isso, foi selecionada apenas uma ocorrência da voz passiva no fechamento.

Quadro 11 – Casos de voz passiva no fecho das atas de câmara da Paraíba dos séculos XIX, XX e XXI

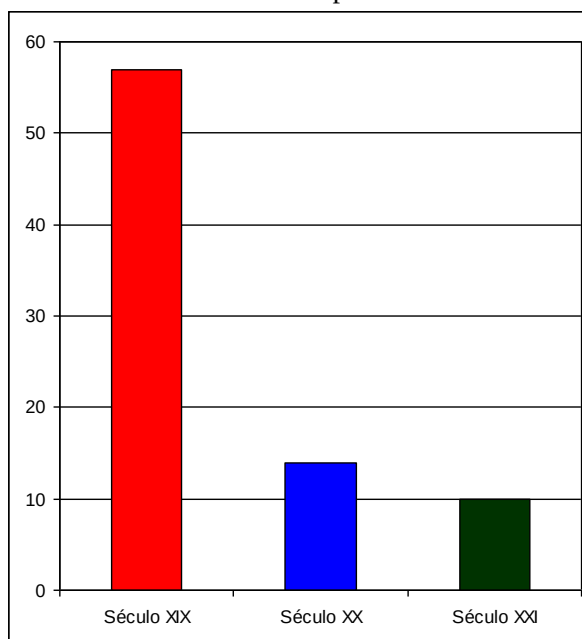
Século XIX	Século XX	Século XXI
fis esta acta que depois de lida foi aprovada (por todos ou pela Câmara) (ata – 23)	lavrei a presente acta, a qual depois de lida foi aprovada e assignada pelos Conselheiros presentes (ata – 54)	Esta Ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa, (ata – 65)
fiz esta acta q.e dep.s de lida	foi encerrada a sessão (pelo	

foi aprovada, Epor todos assignada. (ata – 25)	presidente) (ata – 57)	—
a presente acta que depois de lida foi assinada pela Camara (ata – 27)	foi lavrada a presente ata que vai devidamente assinada pelos membros da mesa. (ata – 58)	—
foi encerrada a Secção (pelo presidente) (ata – 31)	lavrei a presente ata que vai por mim assinada pelo Sr: Presidente e pelos Vereadores presentes. (ata – 61)	—
a presente ata vai pela meza assinada (ata – 43)	a presente ata que vai por mim assinada, pela Sra. Presidente e demais vereadores presentes. (ata – 62)	—

Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Somando todas as ocorrências da voz passiva na abertura, corpo do texto e fecho das atas dos séculos citados temos: 57 casos no século XIX, 14 no século XX e 10 no século XXI. Esses resultados revelam que há um número maior de ocorrências da voz passiva nas atas do século XIX em relação aos séculos seguintes.

Gráfico 1 – Ocorrências da voz passiva nas atas de câmara



Fonte: atas do *corpus* organizado para este estudo

Essa diminuição de casos da voz passiva se justifica não só pela quantidade menor de atas selecionadas dos séculos XX e XXI, mas pela forma de escrita atual dessas atas, haja vista que, no texto da ata virtual da câmara municipal de João Pessoa em que aparece a voz da Comissão de Redação de Atas, existe a preferência por verbos no presente, mesmo quando são relatados os acontecimentos passados na sessão, ao invés do uso recorrente de verbos no

pretérito perfeito, dando ao texto uma ideia de presente imediato, tal como ocorre no espaço virtual.

Vejamos o exemplo desses verbos no presente na abertura na ata 65: *Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto bíblico, em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária determinando leitura das Atas da 3ª e 4ª Sessões Ordinárias, além da aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária, todas apreciadas sem restrições.* O uso do verbo *abrir* no presente, no lugar do pretérito perfeito *abriu*, transmite ao leitor o imediatismo do mundo moderno, bem como a utilização do particípio passado em vez da voz passiva *a ata passada foi por todos aprovada* (ata – 39), reforçam a ideia de tempo presente, diminuindo a possibilidade de uso da passiva. Entretanto, como já foi dito, essa forma gramatical é utilizada como uma forma fixa no fechamento das atas *online* quando há a identificação da autoria do documento.

Esse aspecto confirma que mesmo havendo uma diminuição dos casos de voz passiva na ata virtual da câmara de João Pessoa, essa forma gramatical ainda permanece como parte constituinte da estrutura da ata, estabelencendo o elo entre tradição e inovação das tradições discursivas proposto por Kabatek (2006). Mesmo não existindo a voz passiva na abertura como frases clichês, permanecem as ocorrências no corpo do texto e no fecho, uma vez que a ata é um relato de fatos ocorridos numa reunião, no qual o discurso indireto abre possibilidades para o uso da passiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propomos analisar as características linguísticas e textuais nas atas das câmaras da Paraíba manuscritas, datilografadas e virtuais, dos séculos XIX, XX e XXI, observando as inovações e conservadorismos de acordo com o modelo das tradições discursivas. Para a análise desses aspectos, organizamos um *corpus* delimitado no espaço e no tempo, descrevemos as características linguísticas e textuais das atas e seu contexto de produção, bem como identificamos essas mudanças e permanências nas atas.

O embasamento teórico utilizado para a análise das inovações e conservadorismos partiu de Coseriu (1979; 1987; 1988), passando pelos seus discípulos da primeira e segunda geração da Filologia Pragmática Alemã: Schlieben-Lague (1993), Oesterreicher (1996; 2006), Koch (2006), Kabatek (2006) e Jungbluth (2006). Também foram utilizados os estudos de Simões e Kewitz (2009a; 2009b).

A organização do *corpus*, ainda inédito, resultou da seleção das fotografias e da transcrição das atas das câmaras mais antigas do Estado da Paraíba, levando em consideração a estrutura do gênero, de acordo com os manuais de redação atuais e a finalidade comunicativa, descritas no início deste trabalho. Buscamos, ainda, fazer uma associação entre as atas e contexto histórico de produção, tendo em vista a relação entre os gêneros textuais e as mudanças socio-históricas na produção dos textos.

A análise das características linguísticas e textuais revelou, conforme os manuais de redação de atas atuais, que as atas *online* da câmara de João Pessoa sofreram algumas mudanças em relação às atas dos séculos XIX e XX, mas que outras características se conservaram. Na estrutura das atas, constatamos que no cabeçalho se conservou data, mês e ano de realização da sessão e o tipo das sessões, mas houve inovações no acréscimo de informações como o período da sessão e local de realização e o número da legislatura da sessão e da câmara. Houve como traço inovador, nessa seção, a organização de uma lista com os nomes dos integrantes da mesa diretora e dos nomes dos participantes no início da ata virtual. Nas atas dos séculos XIX e XX esses elementos eram inscritos entre as outras informações contidas na abertura.

No corpo do texto, ocorreu, nas atas do século XXI, uma divisão do tópico expediente em grande expediente e pequeno expediente para separar a seção de recebimento dos documentos oficiais pela câmara e a seção destinada à fala dos vereadores. Na seção do grande expediente, o redator da ata transcreve o que foi dito oralmente para a escrita, no processo de retextualização descrito por Marcuschi (2001). Além disso, foi criada uma seção

intitulada *Requerimentos e Projetos de Lei Lidos e Encaminhados na Presente Sessão* que através de uma outra inovação, a inserção de *links* seguidos dos resumos dos respectivos documentos, organiza todos o requerimentos e projetos de lei. Conservou-se da estrutura das atas dos séculos XIX e XX, os tópicos expediente e ordem do dia e a transcrição dos discursos oral por meio da retextulização.

No fecho da ata, constatamos como traço inovador a declaração da elaboração da ata por uma comissão de redação da câmara municipal, desaparecendo, dessa forma, algumas expressões marcantes do fechamento, como *Dada a hora, Não havendo nada a tratar* e também a oração em que o secretário se declara autor do texto da ata; porém, conservou-se as informações do local, data, mês e ano da sessão, conforme as atas dos séculos anteriores mencionados.

A análise revelou ainda que as construções na voz passiva, de acordo com os pressupostos de Koch apud Jughbluth (2006) e Kabatek (2006), fazem parte da estrutura das atas ao longo dos séculos. Vimos que o uso da voz passiva nas atas dos séculos XX e XXI ocorre numa frequência menor do que nas atas dos séculos XIX. Das estruturas analisadas nas atas virtuais, as construções na voz passiva desapareceram apenas na abertura, mantendo-se presentes nas outras seções do texto. Observamos, ainda, que a diminuição das ocorrências da voz passiva nas atas *online* da câmara de João Pessoa, é resultado da forma como as atas são redigidas atualmente. Os redatores dessas atas dão preferência às formas verbais no presente do indicativo, mesmo quando relatam os acontecimentos ocorridos num passado anterior à escrita, criando a ideia de presente imediato, conforme a velocidade do mundo virtual.

Esses resultados apresentados na análise corroboram o conceito das TDs defendido por Kabatek (2006), uma vez que, as atas analisadas não são apenas uma mera repetição de estruturas e formas linguísticas, mas representam o elo entre *tradição* e *inovação* que evoca uma determinada forma textual e elementos linguísticos empregados que identificam, ao longo dos séculos, a TD estudada como uma ata de câmara.

Um fator fundamental para essas inovações apresentadas, é a inserção da ata no ambiente virtual. Essas atas adquiriram uma nova organização das estruturas já existentes em séculos anteriores, bem como obtiveram uma nova forma de armazenamento e consulta de suas informações. Isso implica numa nova forma de leitura por parte do leitor, que antes tinha um livro de atas folheado por suas mãos e hoje possui na tela do computador conectado à Internet, a barra de rolagem e o *mouse* para a leitura desses textos.

O novo suporte alterou também a escrita do texto da ata. Como foi visto na análise, alguns gêneros textuais que eram escritos no corpo do texto da ata, passaram a ser

organizados em *links*. Essa nova forma de escrever também fez desaparecer a correção do texto da ata pelas expressões *digo* e *em tempo*, alterando a escrita dessa TD. Um outro traço observado nesse novo suporte, é a escrita dos acontecimentos ocorridos na sessão no presente do indicativo. Esse aspecto parece aproximar mais o leitor do que aconteceu realmente na sessão.

Diante desses resultados apresentados, é importante destacar que as conclusões obtidas nesta pesquisa são relativas apenas às atas das sessões das câmaras municipais da Paraíba, pois existe uma grande variedade de atas de reunião nas instituições públicas, privadas, filantrópicas e religiosas no Brasil que ainda conservam as regras de lavratura para o texto manuscrito ou mesmo algumas atas digitadas, nessas instituições, podem apresentar apenas algumas das características citadas no nosso trabalho. Para observação desses fenômenos são necessários outros estudos que aprofundem essas características em atas de outras instituições.

Esperamos que outros trabalhos possam trazer mais contribuições acerca do modelo das tradições discursivas, através de textos diversos, orais e escritos, ou mesmo, do *corpus* organizado para este estudo, uma vez que ainda há muitas lacunas a serem esclarecidas sobre o processo de produção dos textos em épocas passadas.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colonial**. São Paulo. Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2003.
- BAKHTIN, M. Os Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 279-326.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37^a ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BICALHO, Márcia Amélia de Oliveira. **Conglomerados gráficos**: influência da oralidade na escrita de cartas oficiais da Paraíba dos período Colonial e Imperial. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**; 5 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 1998.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- CASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora da Unesp/Imprensa oficial do Estado, 1999.
- _____. As revoluções da leitura no ocidente. In: **Leitura, história e história da leitura**. ABREU, Márcia (org.). Campinas, SP. Mercado de Letras, ALB. Fapesp, 2005. p. 19-31.
- COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e lingüística geral**: cinco estudos. 2. ed. Tradução Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- _____. **Competencia lingüística: elementos de la teoria del hablar**. Madrid: Editorial Gredos, 1988.
- _____. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/USP, 1979.
- COSTA, Alessandra Castilho da; SIMÕES, José da Silva . As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos. In: Bassanezi, Maria Silvia C. Beozzo; Botelho, Tarcísio R. (Org.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos**. 1 ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009. p. 35-58.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5^a ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

FONSECA, Maria Cristina de Assis. Pinto. **A Escrita Oficial**: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. Recife: UFPE, 2003.

_____. **A escrita oficial**: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. Recife: PPGL/UFPE, 2005.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba** (para uso didático). 4ª ed. João Pessoa: A União, 1982.

GOUVÊA, Hilton. A máquina de escrever do padre Azevedo. **A União**, João Pessoa-PB, 29 março. 2009. Disponível em: <http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=21712&Itemid=39>. Acesso em: 20 mar. 2011.

KABATEK, Johannes. Tradiciones Discursivas y cambio lingüístico. In: CIAPUSCIO, G., KAISER, D. & JUNGBLUTH, K. (orgs.). **Sincronía y diacronía**: tradiciones discursivas en Latioamerica. Frankfurt: Vervuert/Biblioteca Ibero-Americana, 2006. p. 149-172.

KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e construção dos sentidos**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCK, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el exemplo del tratamiento vuestra merced em español. In: KABATEK, Johannes. **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico**: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 53-88.

JUNGBLUTH, K. La voz passiva em la lingua castelhana y las tradiciones discursivas. In: CIAPUSCIO, G., KAISER, D. & JUNGBLUTH, K. (orgs.). **Sincronía y diacronía**: tradiciones discursivas en Latinoamerica. Frankfurt: Vervuert/Biblioteca Ibero-Americana, 2006. p. 51-70.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

MANUAL de comunicação da escrita oficial do estado do Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/arquivos/File/manual_comunicacao.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais & ensino**. DIONISIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora. 4ª ed. Rio de Janeiro. Lucerna, 2005. p. 19-36.

_____. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. MARCUSCHI, Luiz Antônio, XAVIER, Antonio Carlos.(orgs). 3ª ed. São Paulo. Cortez, 2010. p. 15 – 80.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 7ª ed. João Pessoa-PB: A União, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação empresarial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PINTO, Irineo F. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol II. Reprodução da edição de 1916, com estudo introdutório do prof. José Nicodemos. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. E-mail: um novo gênero digital. In: **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. MARCUSCHI, Luiz Antônio, XAVIER, Antonio Carlos.(orgs). 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 81 - 108.

OESTERREICHER, Wulf. Lo hablado em lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología. In: OESTERREICHER, Wulf, KOTSCHI, Thomas e ZIMMERMANN, Klaus. **El Español Hablado e la Cultura Oral en Española e Hispanoamérica**. Vervuet: Iberoamericana, 1996. p. 317-340.

_____. Mudança linguística e recursos de expressividade na língua falada. In : **Sincronia y diacronia de tradiciones discursivas em Latinoamérica**. CIAPUSCO, Guiomar, JUNGBLUTH, Konstanze, KAISER, Dorothee, LOPES, Célia (eds.). Madrid: Iberoamericana, 2006. p. 253-281.

RODRIGUES, Alcides Redondo. RESTON, Jamil. Gonçalves, REIS. Marcos Flávio (orgs). **O Vereador e a Câmara Municipal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLIEBEN-LAGUE, Brigitte. **História do falar e história da linguística**. Tradução Fernando Tarallo et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SILVA, Aldemir Nicolau da. Cibercultura. In:_____ **Comunicação e nova mídia: as interações dos jovens de João Pessoa no ciberespaço**. João Pessoa, 2009. Disponível em:<<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/interacoes-jovens-joao-pessoa-ciberespaco/interacoes-jovens-joao-pessoa-ciberespaco.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

SIMÕES, José da Silva / KEWITZ, Verena (2009a). “Tradições discursivas e organização de *corpora*”. In: Vanderci Aguilera (Org. no prelo). **Para a história do português brasileiro**. Vol. VII. Londrina: UEL, p. 467-558.

_____(2009b). “Normas lingüísticas, história social, contatos lingüísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de *corpora* diacrônicos”. In: Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). **História do Português Paulista**. Série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas, p. 699-720.

VIEIRA, Jerônimo de Sousa. **Auto de Penhora**: uma abordagem linguístico textual de manuscritos jurídicos do século XIX. Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2008.

ANEXOS – Atas das câmaras municipais da Paraíba dos séculos XIX, XX e
XXI.

Ata nº 01 – Ata da eleição do Presidente, Secretario e hum Membro pa

Câmara da cidade da Paraíba do Norte

Copia

Ata da eleição do Presidente, Secretario e hum Membro pa
ra prehexer á Junta do Governo Civil da Provincia, pro
cedida pelos Eleitores Parochiais da Provincia sob a Pre
sidencia do Senado da Camara desta Cidade = Anno
do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo demil
oito sentos evinte dous aos trinta dias do mes de Outu-
bro dodito annonesta Igreja Matriz de Nossa Se-
nhora das Neves onde veio o Senado da Camara desta
Capital da Parahiba, prezidido pelo Ouvidor pela
Lei o Doutor Francisco de Sousa Paraizos, Junta
Eleitoral os que Prezidia o mesmo Senado convoca
da em observancia de Ordem da Junta do Governo
Provisorio desta Provincia devinte nove de Setembro do
corrente anno afim de elegerem Governo que a
governe provisoriamente em quanto Sua Alteza
Real Regente e perpetuo Defensor deste Reino
do Brasil não providencia e sendo os Eleitores dedi-
verças Parochias da Provincia reunidas ao numero
de setenta e nove propôs-lhes o Senado afim dasua
reunião, foi assentado apluralidade devotos por
escrutinio que se elegeu somente os Membros que
por necessidade faltavaõ completar o numero de
cinco que se compunha á Junta do Governo
por seter retirado o Prezidente o Tenente Coronel
João de Araujo da Crus para Portugal ter cido elei
to Deputado para Assembleia LusoBrasilien-
se, o Secretario Augusto Xavier de Carvalho, e da mes
ma se [?] eleito Deputado outro membro Joa
quim Manoel Carneiro da Cunha e estando as
sim, assentado por não se julgar a Junta Eleito
ral com poderes para demitir os dois Membros
restantes e estarem os povos satisfeitos com sua con-
ducta no actual Governo se procedeu a votação in
dividual e sahio Eleito para Prezidente com a
pluralidade de quarenta voctos o Tenente Coro
nel. Estevão José Carneiro [da Cunha] para [Secretario]
(fl2)

Secretario com apluralidade devinte sete votos o Re
verendo João Barbosa Cordeiro; e para terceiro Mem
bro com apluralidade de trese votos Manoel Car
neiro da Cunha. E sendo logoa Eleição parti
cipada á Junta do Governo compari-
cerão no mesmo acto para receberem (_____)
pelos Senadores a forma do costume, e estes una

nimente [?] eleitos o Presidente que se achava presente, edepois deSelebrarse o Sublime T. Deum em ação de Graças conferiu o Senador a posse aõ Governo nos seus Membros presentes áos quaes o Reverendo Vigario desta Freguesia apresentou o livro dos Santos Evangelhos pelos quais lhes juraraõ firme [?] adhezão a boa causa do Brazil (?) dos auspissios de sua Altêsa Real Regente, e Perpetuo Defençor déste Reino, (_____) Fidilidade aSua Magestade constitucional Rey dos Reinos unidos de Portugal, Brasil, Alagaves, e as Cortes LusoBrasilienses, que se não instalo para [?] tudo constar mandou o Senado Lavar esta Acta em que se aSignam com o Governo, e Eleitores. Eu Jozé Lucas e Souza Rangel o escrevi = Elogo neste mesmo acto foi dito pelos Reverendos Senhores Galdino da Costa Villar, e João Marinho Falcaõ, que elles não Sejulgavam pessoas legitimas para continuarem como Membros do Governo unidos áos tres novamente eleitos, e que por isso protestavam denão continuarem no Exercicio do Governo, ficando só outros Membros Eleitos lhe quer [?] Sua Altêsa Real o Principe Regente, ePerpetuo Defençor do Brasil Ordenasse o que for Servido, e para constar Mandou o Senado faser este termo em que todos aSignaraõ. Jozé Lucas deSousa Rangel o escrevi = Francisco de [Sousa] Pereira = Joaõ (_____) (_____)

Ata nº 02 – **Aos nove dias do mez de Maio demil oito Centos**

Câmara da vila de Sousa

Sessão Extraordinária de 9 de Maio de 1826

Aos nove dias do mez de Maio demil oito Centos evinte Seis reunidos extraordinariamente em Camara Oclero mais Cidadãos empregados Publicos Civis e Militares desta Villa afim deunanimemente aCordarem Sobre o aContestado da Povoação do Catho lé do Termo da Villa de Pom-bal vizinha aesta apartando-se da obediencia de Sua Magestade Imperial edaCapital da Provincia ficando esta Villa Sem recurso oCapital por lhe ser cortado o passo com a sublevação daquella Povoação, estando os Povos desta Villa e termo, no ultimo aperto Hé evidente Crize perigoza a que estamos reduzidos e no tavel prijuizo da Cauza Publica do Im

perio e conhecida ruina desta Villa com a inSur
gencia daquella Povoação Sendo pois a Salvação
publica a primeira Lei econvindo a talhar
omal antes que Sefassa inremediavel uma
nimes aCordaraõ que Sedesse parte ao Illus
trisSimo, Excelentissimo Senhor Preziden
te, para de liberar como for de Justiça re
metendo-Se aCopia daprezente Sessão para
que o mesmo Excelentissimo Senhor fique
inteirado do motivos que nos obrigaõ ataõ
extraordinarias medidas, Epor não haver
mais que requerer, econcordar, Mandamos
(fl2)

Mandamos a prezente acta em que todos aSi
gnaraõ eu Francisco Rodrigues Camillo
Escrivão da Camara Escrevi = Oliveira
Juiz Ordinario Prezidente = Vereadores = (?)iz =
Dantas = Silva = Procurador doConselho
Souza = O Vigario Claudio Alvares da Costa,
Coadjutor Joze Rodrigues Valença = OComan
dante Geral Joze Ferreira da Silva = OSar
gento Mor Justino Luiz Joze da Cunha =
o Capitaõ Pedro de Alcantra Dantas = Oco
mandante de Pulicia Eugenio Joze de Al
meida=oComandante de Pulicia Joze
Dantas (____) = o Alferes Joaõ Fer
reirada Silva = Thomas Gomes dos Santos
Francisco Caetano de Carvalho, = o Juis
de Orfaos Vicente Ferreira Alvares = Joa
quim Ferreira deMello = Braz Fragozo =
Joaõ Goncalves Neponuceno = Joaõ daSilva
Mendes = Antonio Pinheiro de Araujo =
Francisco Theotonio de Paula = Joze
Caetano deCarvalho = Valerio Martins
deSouza = Marianno da Silva de Al-
meda = Joze Feliciano Primo = Ven
ceslaõ Roiz Tinoco = Joze Grigorio dos
Santos = Francisco Rodrigues Camillo
Junior o Alferes Vicente Vieira Mello =
Antonio Alvares da Nobriga = Francisco
Ferreira daNobriga = Bento Joze Alvares =
Manoel Joze de Oliveira = Antonio Ferrei
rada Silva = Joaquim Joze de Santa
(fl3)

Santa Anna = Joze Jacinto da Silva =
Joaquim Uiliam de Mello = o Alferes An
tonio de Quadro do Sacramento = Joaquim
Bizerra Cavalcante = Vicente Vieira de
Mello =Jo Luiz Alvares da Silva = Joze
Antonio da Silva Lemos = Joze Joaquim

de Mello = Francisco Manoel de Carvalho
 João Rodrigues Valença = Antonio Alva
 res da Silva = Manoel Antonio de Olivei
 ra = Miguel Vieirade Mello =

Esta Conforme

O Escr^{am} de Camara

Francisco Rodrigues Camillo

Ata nº 03 – As nove horas fuisse achamada axaraõ-se presentes oSñr Presidente Mello eos

Câmara da cidade da Paraíba do Norte

Cópia Da Sessão de 4 de Outubro de 1834.

As nove horas fuisse achamada axaraõ-se presentes oSñr Presidente Mello eos Sen^{res} Veriadores, Jacome, Pereira, Silva, Silva Pereira, Nobriga, Pessoa = Fuisse aleitura da acta antessedente foi aprovada. = Tornousse afazer aleitura do officio do Ex.^{mo} Snr[~]. Presidente desta Provincia de 12 de Setembro passado = OSñr Veriador Passos, pediu apalavra, edisse Sñr Presidente não me conformo que esta Camara marque oprazo de oito mezes que dere correr para ofardamento dos Guardas Nacionaes deste Municipio como manda, eque o Vice Presidente, pois hé exceder os limites deSua Jurisdicção, pois os Artigos 32, 72, 94 da Lei de 18 de Agosto de 1831, só lhes incumbe repartir em Sessões as Companhias, e Batalhões, fixar as paradas dar conta da Instrução, nomiar Promotor, e Secretario demais he ir despozição do Artigo 57 damesma Lei, que bem positivamente dis, os officiaes que Senaõ apresentarem fardados, e prontos nas cidades no prazo dequatro mezes em demais lugares no deoitodoocorrido depois deSua nomiação Seraõ Substituidos por outros, epor tanto requieiro que Seenvie Somente copia do Decreto de 23 de Dezembro de 1831, eafigurinho junto as Autoridades que devem apurar neste negocio para avista do referido Decreto Sefardarem os mencionados Guardas Nacionaes OVeriador Francisco de Barros Passos,= OSñrs Veriador Jacome, pediu a apalavra, e disse Sñr. Presidente o Imperio (_____) la quando o Magistrado não Se Sujeita a Lei, e o Povo os Magistros, epor isso tenho a dizer sobre aindicacção do Ilustre Veriador que Suposto não seja expreço da Lei de 18 de Agosto de 1831, que as Camaras possaõ marcar o dia emque devem decorrer oito mezes para ofardamento dos Guardas, toda via não encontro outra que expressamente lhesproiba de ofazer, Sim encontra naitada Lei no fim do Artigo 32, que o Govern, e os Presidentes examinaraõ Seaprezente Lei foi executada, pelas Camaras que Seinclui que as Camaras odevem cumprir literalmente dos mais antigos que o Governo, e os Presidentes e mandaraõ os erros que possaõ aver naixecussaõ e darão as ulteriores providencias, que julgarem necessario, por acazo aprezente (fl2) aprezente Lei estará cumprida nesta parte? Enaõ terá auido esse erro enSana-vel, eque oPresidente não estava autorizado por esse mesmo Artigo,

que esta Camara os remedeie marcando o dia que devem decorrer os oito mezes para o fardamento por acazo Sñr Presidente? oPresidente da Provincia deixará de ser Autoridade legitima para não serem cumpridas as Suas ordens, pelas Camaras de Sua Provincia; eque esta Camara deixando deofazer Será marcado com offerrete doInSurbodinado; proponho que o citado officio do Exm.^o Sñr. Presidente Seja cumprido literal, e religiosamente notado, enão emparte devendo esta Camara por Editaes declarar debaixo da ordem domesmo Exm.^o Sñr; as Eleições (_____) nullas, eo dia emque principia a correr os oito mezes para ofardamento dos Guardas, e pesso aurgencia donegocio. OVeriador Antonio Jacome de Araujo, = oSñr Presidente pôs amateria avotação, e os Snr.^{es} Veriadores Joaõ da Penha Silva, e Joaõ da Silva Pereira, foraõ do voto que senão cumprir-se ao officio do Sñr. Vice Presidente naparte que dis respeito aque esta Camara marque o dia que deve decorrer ofardamento para os Guardas, porque não julgaõ que esta Camara opossa fazer, por naoSer deSua atribuição, e por isso votavaõ pela proposta do Sñr. Veriador Passos, os Veriadores Joaquim Jeronimo de Passos, e votavaõ a favor da proposta do Sñr Veriador Jacome osVeriadores Joaquim Jerônimo Pereira, e Jozé Álvares = o Sñr. Presidente julgando o impate damateria discutida, evendo aurgencia do negocio desimpatou que Sedevera cumprir o officio do Exm.^o Sñr Prezidente, notado, enão emparte, emandou que Seexpedisse as ordens. Deo agora mandou o Sñr Presidente levantar aSessão dando para os trabalhos daSessão Siguinte, oexpediente que aparecer, e Signaraõ. Eu Antonio Claudio Virgulino Secretario oescrevi = Mello, Presidente = Jacome = Nobriga = Pereira = Silva, vencido = Silva Pereira = Vencido = Passos, Convencido.

Está Conforme
O Secretr.^o
Antonio Claudio Virgulino

Ata nº 04 – **Prezentes os Senhores Vereadores Fran.^{co} J.^e de**

Câmara da Vila do Conde

3^a

Sessão Ordinaria do dia 9 de Dezembro de 1841.

Prezentes os Senhores Vereadores Fran.^{co} J.^e de Olivr.^a, M.^{el} Bap.^{ta} deMiranda, Justino Francisco de Olivr.^a, Fran.^{co} Nogr.^a de Moraes, E Joaõ Per.^a de Olivr.^a; Abriu-se aSessão Sub Aprezi.^{de} doS.^r Fran.^{co} deOliveira; lida a Acta da Sessão antessedente foi aprovada

Deliberaraõ que oSecretario desta Camara tirasse copias da Acta das Eleições de Juizes de Paz, eVeriadores daCamara Municipal desta V.^a

Deliberaraõ md.^{ar} avizar ao Pro.^{cor} desta Camara
p.^a prestar suas contas em Sessão d'amanhã
10 do corr.^e

Deliberaraõ despaixar um requerim.^{to} de Ma.^{el}
Ferr.^a Passos, emque pedialicença p.^a levantar
uma morada decazas narua dereita desta V.^a
teve despaixo afavor sendo d.^a caza coberta
de telha, eno alinham^{to} da rua q.[~] será fiscali-
zado pelo Fiscal desta Camara

Deliberaraõ que o Procurador desta Camara Joaõ
Firmino Per.^a cumprisse adeliberação da Ses-
saõ de 5 de Julho do corr.^e, sobre otronco [?] desta V.^a
(fl2)
Deliberaraõ q[~] o Secretario desta Camara
participasse aos demitidos Fiscal e avali-
adores

Dada a hora deu o Senr[~] Prezid.^e a Sessão
p.^r feixada p.^r ser ja o meio dia
V.^a do Conde em Sessão Ordinar.^a de 9 de
Dezbr.^o de 1841. O Secretario Joaõ J.^e Per.^a de Car.^o
Francisco Jozé d'Oliveira
Prezid.^e Miranda Moraes Oliveira
Olivr.^a

Ata nº 05 – **Prezente os Senhores Vereadores Fran**

Câmara da Vila do Conde

4^a

Sessão Ordinaria do dia 10 de Dezbr.^o de 1841.

Prezente os Senhores Vereadores Fran-
cisco J.^e de Oliveira, Manoel Bap.^{ta} de Mir-
randa, Justino Fran.^{co} de Olivr.^a; Fran.^{co} Lu-
is Nogr.^a de Moraes, e Joaõ Per.^a de Oliveira.
Abriu-se a Sessão sub a Presidencia
do S.^r Fran.^{co} J.^e de Olivr.^a, elida a acta
da Secção antessedente foi aprovada

Deliberaraõ determinar ao Fiscal Nar-
cizo Gomes trantes p.^a (_____) a fonte des-
ta V.^a fazer dar lhe toda alimpeza necessa-
ria.

Deliberaraõ tomar contas ao Pro.^{cor} Joaõ
 Firmiano Per.^a cotando-se as contas.
 (fl2)
 as contas principiadas atomar em
 16 de Setembro do corr.^e p.^r se achar o auto
 de contas sem assinatura da Camara isto
 feito pelo Secretario q[~] entaõ servia, M.^{el}
 Per.^a de S. Tiago as quaes ficaõ adiadas p.^r a Sessão
 seguinte d'amanhã p.^r naõ se poder ultimar
 hoje

Dada agora deu o Senr[~] Prezid.^e
 a Sessão p.^r feixada p.^r ser o meio dia
 V.^a do Conde 10 de Dezbr.^o de 1841.
 O Secretario
 João J.^e Per.^a de Car.^o

Olivr.^a Miranda Moraes Oliveira
 Prezid.^e
 Olivr.^a

Ata nº 06 – **Prezente os Senr.^{es} Vereadores Francisco Jozé**

Câmara da Vila do Conde

5^a

Sessão Ordinaria de 11 de Dezembr.^o de 1841.
 Prezente os Senr.^{es} Vereadores Francisco Jozé
 de Olivr.^a, Manoel Bap.^{ta} de Miranda, Justi-
 no Fran.^{co} de Olivr.^a Fran.^{co} Luis Nogr.^a de Moraes
 Joaõ Per.^a de Oliveira, Abriu-se a Sessão sub-
 a Presidencia do Señr Fran.^{co} Jozé de Olivr.^a
 Lida a acta da Sessão antecedente foi apro-
 vada

Nesta foi recebida uma portaria de Sua
 Ex.^{cia} o S.^r Presidente da Prov.^{cia} datada de 6 do corr.^e em q[~] pede p.^r
 copia a acta da ultima Eleição p.^a Vere-
 adores, e Juizes de Paz deste Municipio

Deliberaraõ chamar Estevaõ J.^e Martins
 (fl2)
 Martins p.^a servir de Agente do Porteiro ao qe
 selheofereceo a q^{ta} de vinte mil reis ao q[~] naõ con-
 veio dizendo que serviria p.^r vintecincomil r[~] p.^r
 anno q[~] pondo o Prezid.^e avotação passou a favor
 Deliberarãõ responder a S. Ex.^{cia} Prezid.^e da
 Prov.^{cia} a Portaria de 6 do corr.^e remetendo a copia
 da Acta da Eleição de Vereadores, e Juizes de

Paz deste Municipio

Deliberaraõ prestar juram.^{to} ao Agente do
Porteiro Estevão J.^e Martins, o qual se achando
prezente am.^{ma} Camara lhe deferio
Juram.^{to} dos S.^{tos} Evangelhos em q[~]. por sua
maõ direita subcargado doq.^e lheemcarregou
q[~] bem, fiel everdadeiram.^{te} de esse expedien
ao serviço desta Camara, sendo recebido
do Juram.^{to} pelo juramentado assim
opromete se fazer deque consta se-
lavrou o prez.e tr.^o em q[~] asinou e eu
Joaõ J.^e Pes.^a de Carv.^o Secretario o escre-
vi.

Oliveira Mir.^{da} Moraes Oliveira. Joaõ Per.^a
Prezid.^e
Arogo de Estevao Joze Matio [?]
Joaõ Vitorino deAguiar
(fl3)
Dada agora deu o Snr[~] Prezid.^e aSessão p.^r feixada
p.^r ser ja aomeio dia Villa do Conde em Sessão
ordinaria de 11 de Desembro de 1841. Osecretario
Joaõ J.^e Per.^a de Carv.^o
Oliveir.^a Miranda Moraes Oliveira
Prezid.^e

Ata nº 07 – **Prezente os Senr.^{es} Vereadores Francisco Jo-**

Câmara da Vila do Conde

6^a

Sessão Ordinaria do dia 13 de Dezbr^o de 1841.

Prezente os Senr.^{es} Vereadores Francisco Jo-
zé de Oliveira, Manoel Baptista de Miran-
da Justino Francisco de Oliveira, Francisco
Luis Nogueira de Moraes, Jozé Manoel
da Silva, Joaõ Per.^a de Oliveira, Abriu-se
aSessão subaprezidencia do Senr[~]. Fran.^{co}
Jozé deOlivr.^a, e lida a acta daSessão na-
tessedente foi aprovada

Deliberaraõ des paixar tres requerim^{tos}
de Fran.^{co} deSales Peixoto, Manoel Coelho
deVas.^{cos}, e Joaõ Bap.^{ta} de Vas.^{cos} em q[~]. pedem
licença p.^a fazerem curraes de apanhar
peixe foraõ deferidos q[~] informado pe-

lo Fiscal, epagos os Impostos Provinciaes
serião deferidos.

Dada a hora deu o Senr[~] Prezid.^e

(fl2)

Prezidente a Sessão p.^r feixada V.^a do Con-
de 13 de Dezbr.^o de 1841. O Secretario João Jozé
Per^a. de Carv.^o
Oliveira Miranda Moraes Silva Olivr.^a
Prezid.^e Olivr.^a

Ata nº 08 – **Prezente os Senr.^{es} Vereadores Justino Fran.^{co}**

Câmara da Vila do Conde

7^a

Sessão Ordinaria do dia 30 de Março de 1842.

Prezente os Senr.^{es} Vereadores Justino Fran.^{co}
de Olivr.^a, Jozé Fran.^{co} da S.^a Bandeira, Fran.^{co}
Jozé de Olivr.^a, Manoel Bap.^{ta} de Miranda, sub-
prezidencia do Snr[~] Vereador Francisco
Luis Nogueira de Moraes; q[~] deu a Sessão p.^r
aberta.

Nesta apresentou-se o S.^r Reverendo Vigario
Jozé Pedro Bandeira de Mello, com oseu compe-
tente titulo datado de 8 de Fevr.^o do corr.^e anno, Deli-
beraraõ aver por bem e verdad.^o

Nesta pello Rr.^o Vigr.^o o S.^r Jozé Pedro Bandeira
de Mello foi dado uma sua Petição em que
requeria lheattestarem asua conduta Deliber-
(fl2)

Deliberaraõ q[~] se passasse attestação reque.^{da}

Deliberaraõ nesta Sessão q[~] o Secretario desta
Camara ficasse de ora emdiante encarregado
aos ajustes, dearrendamem.^{tos} p.^a plantações, nas
terras do patrimônio dam.^{ma} Camara recoli-
os

Dada a hora deu o Sn.^r Presidente a Sessão p.^r
feixada V.^a do Conde 30 de Março de 1842.
Moraes Oliveira. Olivr.^a Bandr.^a Mird^a
Prezid.^e

Ata nº 09 – Sessão Ordinaria de 31 de Março de 1842.

Câmara da Vila do Conde

Sessão Ordinaria de 31 de Março de 1842.

Prezente os Snr^{es} Vereadores Fran.^{co} Luis Nogr.^a de Moraes Justino Fran.^{co} de Olivr.^a Fran.^{co} J^e de Olivr.^a J^e Fran.^{co} daS.^a Bander.^a, e Manoel Baptista de Miranda foi aberta a Sessão sub-aprezidencia do S.^r Veriador Moraes, q^u lida a ata da Sessão antessedente foi aprovada em 31 de Março de 1842

Deliberaraõ por em arrematação o contrato de aferição, e passar se Edital p.^a o dia 5 de Abril proximo vindouro se efetuar a arrematação

Deliberaraõ continuar as contas do Procurador João Firmiano Per.^a principiadas em (fl2)

em 10 de Dezbr^o do anno findo.

Dada a hora deu o Senr[~] Presidente a Sessão por finda V.^a do Conde 31 de Março de 1842 o Secretario João Jozé Per.^a de Carv.^o Moraes Oliveira Olivr.^a Bandr.^a Mird.^a

Ata nº 10 – Prezente os Senhores Vereadores Francisco

Câmara da Vila do Conde

3ª Sessão Ordinaria do 1º do Abril de 1842.

Prezente os Senhores Vereadores Francisco Luis Nogueira de Moraes, Justino Francisco de Oliveira digo Jozé Francisco da Silva Bandeira, Manoel Bap^{ta} de Miranda, e J.^e Manoel da Silva, foi aberta a Sessão Sub aPrezi d.^e do S.^r Vereador Moraes, que lida a ata da Sessão antessedente foi aprovada, no primeiro de Abril de 1842.

Nesta foi apresentada uma petição do Procurador João Firmiano Per.^a em q^u. pedia asua escuza visto estar adiantado em idade, foi deliberado que dada as contas selhedesse sua escuza.

Nesta foi apresentado uma supplica de Felipa Maria, Viuva de Ant.^o Fragozo em que pedia licença p.^a eregir uma caza narua dalid.^e Acordarão q^u. sendo alinhada pelo

Fiscal desta V.^a sendo conforme as Posturas (fl2)
as posturas desta Camara selhe concede alicença pedida.

Nesta pos em descução oSenr[~] Prezid.^e p.^a sepor em prassa por arrendam.^{to} anual os Patrimonios da Camara, e Indios o que sendo discutido por avotação votaraõ pella negativa

Nesta requereu Manoel Bap.^{ta} de Miranda um arrendameto anual noSitio Jacoquinha, q[~] foi de Jozé Rofino, e hoje delles sup.^e p.^r compra q[~]. fizera, com oterreno não só dositio; como taõ bem um pequeno terreno q[~]. tem alem dorio Jacoquinha daparte doSul e aopoente da estrata publica que seque p.^a Mataredonda, te aopé daladeira servindo de limites uma pequena estrada ate oRiacho utinga, oq.[~] sendo discutido foi deliberado, q.^e oSecretario desta Camara lavre tr^o dearrendam.^{to} do terreno, e Sitio q[~]. pede oSup.^e pelo preço dequatro mil reis anual com asformalid.^{es} doDir^{to} dandose p.^r suspeito oSup^e p.^r seaxar nolugar de Veriador nesta Sessão

Dada agora deu oSeñr Prezid.^e aSessão p.^r feixada V.^a do Conde 1º de Abril de 1842 oSecretario Joaõ Jozé Per^a deCarv.^o Secreta (fl3)

Secretario o escrevi

Moraes Oliveira Silva Silva Olivr.^a Band.^a Mird.^a

Ata nº11 – **Presente os Senr^{es} Vereadores**

Câmara da Vila do Conde

4ª Sessão Ordinaria de 2 de Abril de 1842.

Presente os Senr^{es} Vereadores

Francisco Luis Nogueira deMoraes, Justino Francisco deOliveira, Francisco Jozé de Oliveira, Jozé Francisco daSilva Bandeira, eManoel Batista de Miranda foi aberta aSessão antecedente, oSecretario dando conta do espe diente foi provada em 2 de abril de 1842

Nesta deliberaraõ conseder escusa ao Procurador Joaõ Firmiano Per.^a p.^r ser pedida, epropondo o Prezidente que propu-

nha p.^a o Procurador a Manoel Lourenco de Oliveira, a qual foi aprovada esendo nesta mesma Sessão sedeferio ojuramento do estilo, p.^r elle seachar presente.

(fl2)

Tr.^o de Juram^{to} ao Pro.^{or}

Aos dois de Abril demil oito centos, quarentadois nesta Villa do Conde em Sessão Ordinaria apresentou Manoel Lourenço de Oliveira que avia sido chamado p.^a tomar posse, epresentar juramento de Procurador desta Camara pelo q[~]. a mesma Camara lhe deferiu ojuramento dos Santos Evangelhos em um livro delles emque por sua mão direita elle foi encarregado q[~]. bem fiel everdadeiramente desempenhasse os deveres de Procurador desta Camara, esendo recebido por elle dito juramento assim oprometeu cumprir sub sua reste João Per.^a de Oliveira disse que ponsabilidade, e estando presentificava p.^r fiador do mencionado Procurador na forma da Lei deque para constar mandou a Camara fazer este termo em que a Sinaraõ e eu João Jozé Pereira de Carvalho Secretario o escrevi.

Francisco Luiz Nogr.^a de Moraes
Presid.^e

Francisco Jozé d Oliveira
(fl3)

Justino Francisco de Oliveira

Joze Fran.^{co} da S^a Bandr.^a

Manoel Lour.^{co} de Olivr.^a

João Per.^a de Olivr.^a

Nesta foi indicada pelo Presidente, que de ora em diante deveriaõ os rendeiros e plantadores das terras do Patrimonio desta Camara, e Indios pagar aquantia de quinhentos reis p.^r cada mil cova q[~] plantasse ou m.^{mo} o terreno q[~]. for rossado apezar denaõ ser tratada a lavoura, nem plantada, oque pondendo em descução depos de varios debates

pondo avotação votaraõ pela afirmativa.

Dada agora deu o Señr Presidente aSessão p.^r feixada Villa do Conde 2 de Abril de 1842. Joaõ J.e Per^a deCarvalho, Secretario o escrevi.

Olivr.^a Oliveira Bandr.^a Mird.^a

Moraes

Presid.^e

Ata nº 12 – Aos 16 de Maio de 1843 as nove horas

Câmara da Vila do Conde

4^a

Sessão Ordinr.^a de 16 de Maio de 1843.

Aos 16 de Maio de 1843 as nove horas damanhã presente sinco Senhores Vereadores Francisco Luis Nogueira de Moraes Justino Francisco de Oliveira, Francisco Jozé deOliveira, Manoel Baptista de Miranda, eJoaõ Pereira de Oliveira, foi aberta aSessão subaprezidencia do Snr[~] Vereador, Moraes, faltando dous Senhores Vereadores com participação, edando oSecretario conta do expediente, lida a ata daSessão Antecedente foi aprovada

Nesta compareceraõ Manoel Vicente Santiago, m.^{or} na Jacoquinha, Ignacio Jozé de Oliveira, m.^{or} no Arrapé, Jozé Mendes, Antonio Rodrigues, Severino Jozé Rodrigues, Vicente Nazario, Vitorino Dantas, moradoris, neste Municipio dizendo que vinhaõ chamados p.^r ordem desta Camara (_____) com esta Camara sobre Per.^a deCarvalho Secretario oescrevi Moraes Olivr.^a Miranda Olivr.^a Prezid.^e Olivr

Ata nº 13 – Aos 18 de Maio de 1843 as nove horas damanhã

Câmara da Vila do Conde

6^a

Sessão Ordinr.^a de 18 de Maio de 1843.

Aos 18 de Maio de 1843 as nove horas damanhã
forão presentes os Senhores Vereadores Fran.^{co}
Luis Nogueira de Moraes, Justino Francisco de
Oliveira, Jozé Manoel da Silva, Manoel
Batista de Miranda, e Joaõ Pereira de Olivr.^a
faltando com participação Francisco Jozé
deOliveira, eJozé Francisco da Silva Bandr.^a
foi aberta a Sessão subaPresidencia do
Snr~ Vereador Moraes, e lida a Acta daSe-
saõ antecedente foi aprovada, e dando
oSecretario conta do espediente.

Nesta foi presente, e entregue na
mesa um requerimento de Antonio
Pereira deCarvalho, pedindo licença
para levantar um curral nomar da
Propriedade de Jacomam deste Municí-
pio, pondo o S.^r Presidente em descução
foi Deliberado que informado pelo
Fiscal, epagos os Direitos Provinciaes
voltasse p.^a ser deferido.

(fl2)

Nesta foi presente um requerimento dos
avaliadores do Conselho, Jozé Gomes Bizer-
ra, Thimoteo Lins daPaz requerimento q~eu
visto terem fundado as avaliações das
plantações fossem servidos md.^{ar} pagar
as comincoe~s dos sup.^e avista darelação
apresentada, ipondo oSenr~ Presidente
em descução Deliberaraõ, que oProcurador
pague aos Sup.^{es} realizadas as contas da avalia-
ção

Nesta compareceu Manoel Jeronimo do Sacram.^{to}
Professor, emorador nestaVilla do Conde, e por elle
foi dito que vinha por parte de Severino J.^e
Viana, m.^{dor} na Jacoquinha deste Municipio,
contratar sobre as madeiras destroidas noro
sado daquele, ese obrigava ao pronto paga
m.^{to} Avista doque pondo oPresidente em
descução, eprecedendo varios debates Delibera
raõ que Severino Jozé Viana pagasse pelas
Madeiras destroidas aquantia de desmil
reis, equatro mil reis pella multa dada
pelo Fiscal desta Camara, noque conveyo o mes-
mo Manoel Jeronimo, obrigandose como prin-
cipal pagador doque asinou letra p.^a
omes de Novembro, eneste asinou

Manoel Jeronimo do Sacram.^{to}

(fl3)

Nesta compareceu Antonio Barbosa, Luis da França Barbosa, e Maria Rosa, moradores Em (_____) deste Municipio dizendo que vinhaõ chamados p.^r esta Camara para tratarem sobre opagamentos das madeiras destroidas nos rossados delles comparecentes [?]. Avista doque pondo o Presidente em discussaõ foi deliberado que Antonio Barbosa pagasse pela destroiçaõ das madeiras aquantia denove mil reis, e quatro mil reis pela multa dada pelo Fiscal Noque conveyo om.^{mo} Barbosa, esugaitouse apagar nomes de Janeiro demil oito centos equarenta equatro e a Luis de Franca Barbosa pagar aquantia de dose mil reis incluida amulta do Fiscal e Maria Rosa aquantia de oito mil reis incluindo taõ bem amulta dada pelo Fiscal noque convieraõ, eseobrigaraõ apagar nomes de Outubro do corrente anno, e por naõ saberem escrever asinou arogo dos mesmos Manoel Jeronimo do Sacram.^{to}

Arrogo Manoel Jeronimo do Sacram.^{to}

(fl4)

Nesta Deliberaraõ por em arremataçaõ o-contrato da embira de aretium do patrimonio desta Villa, mandando ao Porteiro desta Camara apregoar em prassa o referido contrato pela quantia de quatorse mil reis, e cumprido o dito Porteiro deu sua fé naõ aver lançados algum Deliberaraõ que ficasse em Administracão desta Camara

Nesta foi presente um requerimento de Nicolaõ (_____) Pereira de Carvalho, reque-
rendo, q[~]. como naõ tivesse auido lançador
contrato da embira de aretium neste corren-
te anno, oferecia elle suplicante aquan-
tia de dose mil reis. Avista doque pon-
do o Presidente em descuaõ, e precedendo
varios debates Deliberaraõ que sepuzesse
empraca pela quantia referida aquem
por elle mais desses e procedendose as
deligencias do estilo foi arrematado
a Nicolaõ (_____) Pereira de Carvalho
pela quantia de dose mil esincoenta
reis deque asinou letra para o ul-
timo de Dezembro do corrente anno
(fl5)

Dada agora deu o Senr[~] Presidente
a Sessão p.^r finda deque para constar
mandou lavrar esta ata em que asina
rao aos 18 de maio de 1843 eu Joao José
Pereira de Carvalho secretario oescrevi
Moraes
Prend.^e Oliv.^a Oliv.^a Silva Mird.^a

Ata nº 14 – **Aos onze de Agosto de mil oito centos, equaren-**

Câmara da Vila do Conde

Sessão extraordinaria do dia 11 de Agosto
de 1843.

Aos onze de Agosto de mil oito centos, equaren-
ta e tres as nove horas da manhã foraõ
presentes sinco Senr^{es} Vereadores Francis-
Luis Nogueira de Moraes Justino Fran-
cisco de Oliveira, Fran.^{co} Jozé de Oliveira
Joze Fran.^{co} da S.^a Bandeira, e Manoel Ba-
tista de Miranda, faltando com cauza
João Per.^a de Oliv.^a sem cauza Jozé Ma-
noel da Silva. O Senr[~] Prezidente abriu
a Sessão, edice q[~]. o motivo de convoca-
ção era p.^a tratar sobre o Balanço
da Receita, Despeza do anno passa-
do de 1842.

O Secretario fes aleitura do
(fl2)
do Balanço do Orcam.^{to} de sua re-
ceita e despeza, e posto em des-
cução não houve alteração
sofreu pelo q. Deliberou que pos-
to alimpo o Senado o Prezid.^e
fosse com off.^{co} enviado ao Gov.^o
da Prov.^{cia} p.^a ser levado a Assem-
bleia Prov.^{al} na conformid.^e da
Lei

Nesta o Senr[~] Prezid.^e fes aleitura de um offi-
cio do ex Prezid.^e da Prov.^{cia} Andre Albuquerque Mor.^{aes}
datado de 18 de Fevr.^o do corr.^e an.^o em q[~]. mandava
facultar a Casa das Sessões desta Camara p.^a apo-
sentadoria do Ten.^e Cor.^{el} do B.^{am} de Guardas Nacional

Dada agora deu o Senr.^o Presi-
dente a Sessão p.^r feixada de
que para constar mandou
fazer este termo em q[~]. asina
naõ eu Joao Jozé Pereira
de Carvalho, Secretario oescrevi.

Moraes Olivr.^a Olivr Bandr.^a Mird.^a
Presid.^e

Ata nº 15 – **Aos onze de St.º de mil oito centos, equ-**

Câmara da Vila do Conde

Sessão Ordinaria de 11 de 7br.º de 1843.

Prezidencia do Snr~ Moraes

Aos onze de St.º de mil oito centos, equ-
arenta etres, as nove horas damanhã
compareceraõ sinco Senhores Vereadores
Francisco Luis Nogueira de
Moraes, Francisco deOliveira, Jozé Manoel
daSilva, Joaõ Pereira de Oliveira fal-
tando dous Senhores Vereadores com
causa justificada.

O Secretario dando conta do espediente mencionou seis requerim.^{tos} asaber deFrancisco de Salis Peixoto, como procurador da Orfã filha do falecido Ant.º Guilherme, outros deManoel Coelho deVasconelos, outro de Vicente Ferr.^a Coelho, outro dom.^{mo}, outro de Antonio Sabino dos S.^{tos} Per.^a outro de Manoel Ribr.º do Nascimento nos quaes pediaõ licensa p.^a levantarem seus curraes depescarianacos-ta domar da propriedade Jacomam e coqueirinhos. Deliberou aCâmara, q~ visto terem pago os Dir.^{tos} Prov.^s concediaõ alicença pidida, a excepção de M.^{el} Ribr.º, q~ depos de fиска (fl2) fiscalizado pelo fиска, e pago os Dir.^{tos} Prov.^{es} voltasse p.^a ser Deferido. Em continuação do expediente oSecretario referiu um officio deSua Excellencia o Señr Presidente daProvincia datado de vinte nove deAgosto proximo findo, com acopia, autentica da Rezo lução do Governo datada de 28 do corr.^e, convocando anova Assembleia Provincial, emarcando os dias p.^a as Elleicoes de Deputados e (_____) a apuração Geral. Igualmente foi recebido um officio do Procurador desta Camara naqual participava q~ encontrou duvida no Thezoureiro Prov.^{al} para

entregar aelle Procurador as Ordinarias desta Camara p.^r não ter auido desta Camara participação alguma para aquela repartição dequal seja, O Secretario, e procurador desta d.^a Camara. Deliberarão que se participasse ao chefe da repartição Prov.^{al} desta Provincia que seja o Secretario, e (fl3)

Procurador.

Nesta foi recebido um off.^o do 1º Secretario da Assembleia Provincial desta Pro.^{cia} no qual comunicava ter sido instalada am.^{ma} Assembleia no dia 4 de Agosto proximo findo, do que ficou inteirado.

E por ser dada agora levantou-se a Sessão, e mandarão para constar fazer aprezentado em que asinarão V.^a do Conde 11 de Sbr^o de 1843. João José Pereira de Carvalho Secretario Moraes. Oliv.^a Oliv.^a Oliv.^a Silva Prez.^d.^e

Ata nº 16 – Aos 12 de 7br^o de 1843 as 9 horas da manhã

Câmara da Vila do Conde

Sessão Ordinaria de 12 de 7br^o de 1843
Prezidencia do S.^r Moraes

Aos 12 de 7br^o de 1843 as 9 horas da manhã comparecerão seis Senhores Vereadores Moraes, Oliveira, Oliveira Silva, Miranda, Oliveira, faltando um Senhor vereador com causa justificada. O Secretario dando conta (fl2)
conta do espediente mencionou um officio do primeiro Secretario da Assembleia Prov.^{al} desta Prov.^{cia} na qual comunica a esta Camara a consseção concedida a esta Camara o aforam.^{to} do terreno Piranga e o Cidadão Bartholomeu Pereira de Carvalho, em Sessão de 27 de Ag.^{to} do corr.^e an.^o q[~]. esta Camara ficou enteirada e Deliberou q[~]. o Secretario afixa-

ce edital p.^a se efetuar o aforam.^{to}
no dia dezaceis docorr.^e perante es-
ta Camara, digo no dia 31 de 8br^o proximo

Nesta compareceu o Cidadão
Ant^o Ramos de Oliveira acuzando
ter tirado vinte quatro paus de
madeira detravejam^{to} tirados nas
matas +⁺ de Maria Ferreira do patrimonio desta Villa
em virtude do do trato feito com
esta Camara em Sessão de onze
de 8br^o de 1842 pagando aquantia de
seiscentos e quarenta reis por cada um pau,
cuja quantia offe-
recia. Deliberaraõ q[~] o Procura-
dor recebeu aquela quantia
(fl3)

passando o competente conheci^{to}
e lançou em receita Digo Delibe-
raraõ receber a q.^{ta} correspondente aos
vinte, e quatro paus; e p.^r q[~]. o dito
Ramos ofereceu uma nota de vinte
mil reis ficando aquantia que es-
cedesse dos vinte quatro paus adi-
antados p.^r conta das madeiras que
ouvesse de tirar Deliberaraõ que o
Secretario desta Camara passasse
o conheci^{to} necessario.

Em continuação do espidiente
Deliberaraõ q[~]. o Procurador desta Cama-
ra ficasse em carregado a o concerto da
Caza de Sessão desta Camara mandan-
do botar as madeiras que forem neces-
sarias, e telhas para o retelham.^{to} fazen-
do lançam.^{to} da despeza para as de-
vidas contas, p.^a o q[~]. o Secretario
passe mandado.

Nesta requereu o Secretario des-
ta Camara q[~]. selhemande pagar o seu
ordenado vencido ate vinte no-
ve de Agosto proximo findo
Deliberaraõ entregar por
(fl4)

por paga a o Secretario aq.^{ta} de vinte
mil reis, recebidos em Sessão de
hoje, e passar mandado ao Procura-
dor p.^a pagar o restante feitas
as devidas contas

Dada agora deu o Senr[~] Prezid.^e
a Sessão por finda, emandaraõ

lavar apresentar a Sinara-
raõ, V.^a do Conde em Sessão Ordi-
naria de 12 de Sbr.^o de 1843. João Jo-
zé Per.^a de Carvalho Secretario oes-
crivi.
Moraes Olivr.^a Olivr.^a Silva Olivr.^a Mirr.^a
Prezid.^e

Ata nº 17 – **Aos 13 de Setembro de mil oito cen-**

Câmara da Vila do Conde

Sessão Ordinaria de 13 de 7br.^o de 1843
Vice Presidencia do Senr.[~] Vereador Olivr.^a

Aos 13 de Setembro de mil oito cen-
tos, equarenta e tres nesta Villa
do Conde e Casas de Sessão da Camara
forão presentes sinco Senhores
Vereadores Justino Francisco de
Oliveira, Francisco de Oliveira,
Jozé Manoel da Silva, Manoel
Batista de Miranda, João Pe-
(fl2)
Pereira de Oliveira, dando o Secre-
tario conta do expediente, elida a
ata da Sessão antecedente foi a
provada, o mesmo Secretario
mencionou um Requerimento de
Manoel Coelho de Vasconcelos no que
pedia licença para fabrica um
curral de pescaria na costa do mar da
propriedade de coqueirinhos onde o
Suplicante e conSenhor na ancia-
da do (_____) grande onde o Suplicante
já fabricou em outro tempo. De-
liberaraõ que excedendo a duzentas
bracas (_____), não causando dan-
no ao ConSenhor Manoel Ribeiro
aquele o Sup.^e vendeu a posse da Socie-
dade que pretendiaõ, fiscalizado
pelo Fiscal, e tendo pago os direitos
Provinciaes voltasse para ser De-
ferido.

Ep.^r ser dada agora levantou
se a Sessão, e mandaraõ para constar
lavar apresentar em que a sinaraõ
e eu João Jozé Pereira de Carvalho Se-
cretar.^o oescrevi.
Olivr.^a Olivr.^a Silva Olivr.^a Mird.^a

V. P.

Ata nº 18 – **Sessão Ordinaria de tres de Junho**

Câmara da Vila do Conde

Sessão Ordinaria de tres de Junho
demil oitocentos, e quarenta qua-
tro nesta Salla das Sessões de Camara
Municipal da Villa do Conde com-
pariceraõ sinco Senhores Vereado-
res Francisco Luis Nogueira de Mo-
raes, Justino Francisco de Oliveira,
Jozé Francisco da Silva Bandeira
Jozé Manuel da Silva e João Perei-
ra Oliveira faltando o Senr~ Fran-
cisco Jozé de Oliveira com causa jus-
tificada, Manoel Batista de Miran-
da sem participaçãõ, foi aberta
a Sessão sub apresidencia Snr~
(fl2)

Vereador Moraes, Dando, conta o Secretario
do espediente, elida a ata da Sessão antes-
sedente foi aprovada.

Nesta apresentou a S.^r Vereador Silva
dizendo q~. havia sido multado na pre-
sente Sessão por falta de comparencia
apezar do mesmo ter participado o
seu inpedimento o qual continu-
ou ate hoje, p^r isso implora a Graça
de Ser absolvido. O q~. pondo o Snr~
Presidente em descução Deliberaraõ
que fosse absolvido

Deliberação q~. o Procurador
desta Camara comprasse um vazo
de receber agua de beber.

Nesta foi presente sobre a Mesa
um requerimento do Avaliado
res requerendo (_____) em sua
comissão Deliberaraõ que se desse
mais um vintem fazendo aquan-
tia de cento e sesenta reis da data
de hoje em diante.

Deliberação que fosse afixado (_____)
(_____) p^r esta Camara p.^a q~ todos os ven-
do (_____) desta V.^a Cam.

(fl3)

Camara serão obrigados virem se arrendar perante esta Camara, e todo o que obrar o contrario será multado na forma da Lei.

Dada agora deu o Snr~

Presidente a Sessão por inserrada V.^a do Conde em Sessão Ordinaria de 3 de Junho de 1844. João José Pereira de Carvalho. Secretario oescrevi. Moraes Olivr^a Bandr.^a Silva Olivr.^a

Ata nº 19 – **Aos quinze de Maio demil oito cen-**

Câmara da Vila do Conde

Sessão ordinaria de 15 de Maio de 1845.

Aos quinze de Maio demil oito centos equarenta esinco nesta Villa do Conde da Provincia da Paraiba do Norte na Salla de Sessão da Camara della foraõ presentes sinco Senhores Vereadores para se fazer a sexta Sessão Ordinaria, os Senhores Francisco Jozé Lopes, Antõnio Pereira da Silva Maroja, Antonio Pereira Lima, Ricardo Ferreira da Nobriga, e Antonio Sabino dos Santos Per.a foi aberta a Sessão subaprezidencia do Snr~ Vereador Lopes, e dando o Secretario conta do espediente, lida a ata da Sessão antecedente foi aprovado

Nesta compareseu o Reveren-
(fl2)

O Reverendo P^e Joaquim Jozé de Menezes apresentando a sua Provisão de Vigario Em comendada desta Freguesia, passada por sua Excelencia Reverendissima o Snr~ Bispo Diossezano do Bispado de Pernambuco, passada a sete de Oitubro demil oito centos equarenta, equatro, requerendo amandasse rezistar no Arquivo desta Camara.

Deliberaraõ pela afirma-

tiva.

Nesta foi presente e lido uma supplica do Rd.^o Vigr.^o desta Freguezia o P.^e Joaquim Jozé de Menezes, reque-
rendo lheatestassem setem, ou não
cumprido com os deveres dese
Ministerio desde odia vinte qua-
tro de Fevereiro do corr.^e ano ao
ultimo de Abril proximo findo

Deliberaraõ pela afirmativa

Nesta foi lido uma supplica do Secre-
tario desta Camara Joaõ Jozé Perei-
ra de Carvalho, pedindo aquantia
de secenta esete mil eseis centos
reis proviniente do resto de seu
ordenado ate vinte nove de Abril
proximo findo. Deliberaraõ
passar Mandado para o actu-
al Procurador desta Cam.^a pagar
aoSup.^e

Nesta deliberaraõ nomear ao
Vereador Francisco Jozé Lopes, p.^a
Inspetor das aulas deprimeiras
(fl3)
primeiras letras deste Municipio
ficando responsavel p.^r todas as faltas
que ouverem arespeito.

Deliberaraõ que o Fiscal desta Cama-
ra, quanto antes saia em comiçaõ afis-
calizar os matos destroidos pelos fogos
noPatrimonio desta V.^a eCamara, oca-
sionados pelos fogos ^{dos rossados} dos rendeiros, plan-
tadores dos m.^{mos} Patrimonios cumprin-
do naforma da lei em vigor como taõ
bem se seaxaõ arrendados os m.^{mos} plantadores
Nesta deliberaraõ q~ os Avaliadores
dêsta Camara saiaõ a avaliar as ros-
sas dos plantadores do Patrimonio
desta V.^a e Camara, caso não estejaõ
arrendados.

Nesta deliberaraõ officiar ao Rd.^o
Vigr.^o desta Freguezia o P.^e Joaquim
Jozé de Menezes, felicitando-o por
ter assumido aadministração Espi-
ritual desta Freguesia.

Dada ahora deo o Presidente
aSessaõ por feixada, do q~ fiz este

termo. V.^a do Conde em Sessão
Ordinaria de 15 de Maio de 1815.
Joaõ Jozé Pereira de Carvalho
Secretario oescrivi.
Lopes Maroja Lima Nobriga Per.^a
P.

Ata nº 20 – **Aos 18 de Setembro de mil oitocentos, e**

Câmara da Vila do Conde

Sessão ordinaria de 18 de 7br.^o do Corr.^e
ano de 1845.

Aos 18 de Setembro de mil oitocentos, e
quarenta e sinco nesta V.^a do Conde
forão presente sinco Senhores vereadores
Francisco José Lopes, e Antonio
Pereira Lima, Ricardo Ferreira da Nobriga,
Antonio Sabino dos Santos
Pereira, para afim de faserse a 2^a Sessão
ordinr.^a do corrente anno, foi
aberta a Sessão subaprezidencia
do S.^r vereador Lopes, e dando o Se
(fl2)
o Secretario conta do expediente
foi aprovado

Nesta foi recebido um officio de Sua
Excelencia o Snr[~] Presidente da Provincia
datado de onse de Julho proximo
passado, acompanhado da copia do
paragrafo sexto, do artigo. 3^o da Lei Provincial
nº 8 de 10 de Julho do corr.^e anno, no qual
manda esta Cam.^a organizar a planta, e orçam.^{to}
da Casa q[~]. deve servir nesta V.^a de prisação
publica, ep.^a as Sessoes desta Cam.^a

Deliberaraõ em cumprir
a ordem de Sua Ex.^{cia}

Em continuação do expediente foi
lido um officio de S.Ex.^{cia} o Snr[~]. Presidente
da Prov.^{cia} q[~] declarava aver sido declarado
de Grd.^e Galla o dia 28 de Fevr.^o em substituição
o dia 11 de (_____) p.^r Decreto de 14 de Julho
p.p.; do q[~] ficaraõ entendidos.

Dada agora deu o Senhor
Prezid.^e a Sessão p.^r finda de q[~] fis este
termo em q[~] assignaraõ V.^a do Conde 18 de 7br.^o
de 1845. Joaõ

Jozé Per.^a de Carv.^o Secretario oescrevi.

Lopes Maroja Lima Nobrega J. Per.^a

Ata nº 21 – **Aos trinta de Janr.^o demil oitocentos, equaren-**

Câmara da Vila do Conde

Sessão extraordinaria de 30 de Janr.^o de 1846.

Aos trinta de Janr.^o demil oitocentos, equaren-
ta eséis nesta Villa do Conde forão presen-
tes sinco Senr.^{es} Vereadores Fran.^{co} J.^e Lopes-
Antonio Pereira da Silva, digo Pereira
Lima, Antonio Sabino dos Santos Per.^a
Ricardo Ferr.^a daNobrega e João Firmi-
no Per.^a deOlivr.^a p.^a effeito desfaser
uma Sessão extraordinaria afim
desedar cumprim.^{to} as Ordens deS. Ex.^{cia}
o Senr~ Presidente daProvincia foi
aberta aSessão sub prezidencia do Senr~
vereador Lopes.

Nesta foi recebido uma Porta-
ria do Senr~ Presidente da Prov.^{cia} da
toda de vinte de Janr.^o corrente naq.^l
determinava q.~ em cumprimto doAvizo
Imperial de31 de Dezbr.^o doanno passado
desse as providencias necessarias p.^a
empedir aderrubada das madeiras deLei
proprias p.^a construção naval; quer
nas matas daNação, qu~er nas particu-
lares Deliberaraõ q.~ oFiscal desta Cam.^{ra}
fiscalize todas as matas deste Mulp.^o, se
nellas à corde[?] demadeiras de Lei, tanto
na, deste Patrim.^o como as dos parti-
culares dando parte aesta Cam.^a dore-
zultado, p.^a oq~ oSecretr.^o dam.^{ma} Lereme-
terá copia desta deleberação; p.^a esta
Camara participar ao Ex.^{mo} Governo Presi-
dencial desta Prov.^{cia} dorezultado
naSessão seg.^{te}, e caso q~ aja alguma
derrubada devera em pedir em
cumprimento da Ordem dom.^{mo} Ex.^{mo}
(fl2)
Governo Presidencial

Em continuação do expidiente foi
recebido uma Portaria de S. Excia o S.^r Pre-
zidente daProvincia datada de 22 de

Novembro de 1845 acompanhada do
 Avizo do Ministro da Marinha
 25 de Abr.^o dom.^{mo} an.^o Deliberaraõ em
 dar cumprim.^{to}.

Nesta mesma Sessão foi recebida uma
 Portaria de S. Excellencia o Senr[~] Presi-
 dente da Provincia naqual ordena-
 va mui positivamente aesta
 Camara q[~]. façaõ immediatamente
 cessar todo o corte demadeira cha-
 madas de Lei, eq[~] (_____) paracons-
 trução naval; nas matas doMump.^o
 desta V.^a pondo sem effeito q.^l q.^r
 contrato q[~]. em contrario aisto
 tenha feito com algum parti-
 cular, por q[~] não pode esta Cama-
 ra permitir q[~] tais madeiras
 sejaõ cortadas como fez no anno
 de 1842. dando semelhante facil-
 dade aAntonio Ramus deOlivr.^a
 eq[~]. pela falta de exato cumpri-
 mento aoq[~] determina ficaõ
 esta Cama ra responsaveis.
 Deliberaraõ em dar cumprim.^{to}
 requizitando ao subdelegd.^o desta
 V.^a, eparticipar aS.Excelencia
 de q.^l q.^r resultado
 (fl3)

Deliberação officiar aoSubdelegd.^o desta V.^a
 requizitandose asuspensão do corte
 demadeiras praticando p.^r Ant^o Ra-
 mus de Olivr.^a ficando denenh^u
 effeito ocontrato feito p.^r elle com
 esta Cam.^a em 1842; participou
 se aom.^{mo} Ramus da extinção daq.^l
 contrato.

Dada agora deu o Senr.[~]
 Presidente aSessão p.^r feixada
 Salla deSessão extraordin.^a daCam.^a
 Mump.^{al} daV.^a do Conde em 30 de
 Janr.^o de 1846.
 Lopes Lima Pr.^a Nobrégua J.^e
 P.

Termo de Juram.^{to} aoVereador

Suplente Manoel Ferr.^a Passos

Aos quatro dias domez de maio demil
oito centos, equarenta eseis nesta
Villa do Conde, Salla de Sessão da Cama-
ra Municipal della foi presente Ma-
noel Ferreira Passos, Vereador Suplen-
te, por ter obtido o numero de
votos que obteve na Assembleia
Parochial desta Freguezia, e estan-
do presente oPrezidente da Cama-
ra Francisco Jozé Lopes lhedefe
(fl4)

deferio ojuramento devereadores em-
carregando o q̃ bem fielmente cum-
prisse as obrigações deVereador, eque
promenteu, assinou com om.^{mo} (_____)
João Jozé Per.^a deCarvalho, Secretario
o escrevi. Fran.^{co} J^e Lopes [?]
Manoel Fr.^a Passos

Ata nº 22 – **Aos vinte seis de**

Câmara da Cidade de Areia

Copia Segunda Sessão Ordinaria de vinte seis de Ju-
nho de mil oito centos equarenta e oito – Pre-
zidencia do Senr[~] Borges = Aos vinte seis de
Junho de mil oito centos e quarenta e oito nes-
ta Cidade d'Areia em caza da Camara Mu-
nicipal a onde se – achava a mesma reunida
composta dos Senhores Vereadores Borges = Chacom =
Senhor Lial = Lisboa=Torres = O Senr[~] Prezidente de
clarou aberta a Sessão; e lida a acta anteced.^e
foi a provada. Entrando-se no expediente oSenr[~]
Prezidente de clarou que os Senhores Lima, e Ma-
cambira derão parte de incommodados. Foi
mais presente o requerimento de Dona Thereza
Maria de Jezus proprietaria da caza em que
esta Cadeia pedindo pagamento dos alugue-
is da quantia de quatro centos e vinte mil r.^s
ser daquella que o cofre pudesse sofrer. Deli-
berou a Camara que o Procurador fosse saptis
fazendo desde já a essa credora com as quan-
tias que o cofre podesse comportar. O Senr[~]
Lisboa representou que de fronte da porta de sua
caza, e no lugar da Cadêa desta Cidade que
serve de prassa ao mercado publico se acha
huã escavação feita por Antonio Joze da Cu-
nha bem prejudicial ao publico o que entran

do em [descucção], foi deliberado: se exigisse do Fiscal para esse obter daquelle Cunha a ordem pela qual procedeu dita excavação, fazendo quanto antes, e a custa da Municipalidade entupia dita excavação em q.^{to}, pela Autho-ridade competente fosse conhecida do acto criminal. O Senr[~] Senhor Lial, obtendo a palavra apresentou os factos Seguintes, do Senhor Delegado Antonio Joze Gonçalves (____), suplente Joze Pereira Copque, e Sub Delegado Joaquim Gomes da Silva na forma exigida pelo Ex.^{mo} Senhor Prezi-dente da Provincia. Os quaes são os seguintes = (fl2)

Seguintes = Quanto ao primeiro Perseguido a Silvano de tal, por tentar a assassinar ao Sub Delegado d'Lagoa Grande, voltou o perseguido e criminozo ao dia seis de sua familia, por ter seu Pai dado a quantia de seis centos mil r.^s para suceso de seu filho. O mesmo prende e manda prender os indiciados em crime affiançaveis sem ser em flagrante, e os conserva em prisão como ao Tenente Manoel Nunes de Berthoes Junior, Francisco Tavares Paes d'Andrade, e outros muitos, i os conserva prezo pelo tempo, que lhe fas conta. Prende e manda para a cadeia a individuos por interesses seus particulares assim como a conteceo com Manoel de Mattos, e outros, por não ter privado a hu' cavallo que cahio na agua com huã carga de fazendas do mesmo Delegado que vinha de Pernambuco. Prende e manda para a Cadeia o individuos sem crimes, e declara que é para ver se há quem os solte como a conteceo com Antonio Gomes da Costa, Luciano Baptista colaça, e outros muitos: passados m.^{tos} dias manda-os soltar, e vão a sua presença e fas-lhi as mesmas declaraçoe~s. O segundo prende por devida sua a Joaquim Joze Candido processa-o, e logo que é pago é solto o mesmo denunciado em crime en affiançavel sem decizaõ alguma Judiciaria Quanto ao terceiro: Prende e conserva na prisão a aqueles que com elle contratando negocio não cumpre como, a conteceo com Marcos de tal por huãs telhas. O mesmo declara prender aquelles que contra qualquer Inspetor de (____) pretendão mover-lhe qualquer ação civil, como a conteceo com Manoel Joaquim, (____) Inspetor Joze Coelho de Lemos, que já tendo dado principio fazendo chamar ao mesmo Inspetor, foi de ordem do mesmo Sub Delegado, e pelo [official] de Justiça Joze Policarpo a sua presença, e avista de sua exposi-ção vio se forçado a bandonar a sua cauza para não dar com sigo na Marinha e deixar sua

(fl3)

sua familia perecer a miseria como lhe prometia o mesmo Sub Delegado. Prende e conserva na prizaõ pelo tempo que lhe parece aquem lhe desagrada a titulo de receita, e depois solta-os. Prende mesmo por negocios particulares dos Inspetores aos individuos que com elle tratando não cumprem no tempo, e conserva-os na Cadêa a titulo de receita e encorrentados, assim como aconteceu com Antonio Manoel Lins, e o Inspector Manoel Nogueira de Carvalho. O Senhor Vereador Torres obtendo a palavra apresentou os factos seguintes do Juis Municipal o D.^{or} Maximiano Lopes Maxado. Cazando-se hu' menor filho do finado Antonio Pinto, mandou ele Juis por emprassa e forão arrematados os bens do mesmo, sendo o gado Vacum logo marcado com o ferro do mesmo Juis; e por menos da metade do seu valor. Sem formalidade, e nem authorização de Lei, foraõ arrematados a titulo de bens vagos por de mumtas quantias e a seu bello prazer duas propriedades dentro d'esta Cidade possuídas por seus legitimos Senhores, dizendo, que a de hu', fazia para o perseguir. Mandou embargar por mandado seu a exofficio cento e cincoenta mil r.^s em mão de Valeriode tal pertencentes a Bento Cavalcante d'Albuquerque por diser que este lhe devia. Ordenou que os officiaes de Justiça passassem certidões falças a requerimento de Manoel Gomes da Cunha Lima. Com o termo de cinco dias estavam em arrematação duas Egoas de Esmael, e por hu' processo todo falcificado; e pelo que hu' portador do mesmo Esmael chamou-o (_____) conrompido, que provava o crime. Recebe custas de inqueritos civis, e outros extraordinariamente oque tudo consta das contas. Suas decisoe~s Judiciarias tem sempre precedido o buato de serem proferidas por

(fl4)

certos preços. Cujas indicaçoe~s sendo a poiadas e entrando em discucção; O Senr~ Veriador Chacon disse que não estando os factos provados, sendo elles. m^{to} feios e caluniozos para serem commetidos pelas Authoridades do Pais, votava contra, para que elle não fosse aprezença do Governo da Provincia os Senhores Santo Leal Torres sustentarão suas indicaçoe~s declarando que ellas não eraõ caluniozas, e que a todo tempo provaveis: as indicações foraõ a provadas, e que se levasse tudo ao conhecimento do Governo da Provincia. Dada a hora o Senhor Presidente levantou a Sessão dando para a ordem

do dia a continuação dos trabalhos ordinarios = Pro-
copio Joze Ferreira Secretario o escrevi = Borges
Presidente = Chacon = Santos Lial = Lisboa = Torres =

Esta conforme

Membr^o da Cam.^a Muc^a Procopio Joze Ferr.^a

Ata nº 23 – **Acharão-se pres.^{es} os Senr.^{es} Paulo dos Santos Alves de Paiva,**

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta da 2ª Sessão extraordinaria da Camara Mun.^{al} da Villa de
Independ.^{cia} em 5 de Fevr.^o de 1874.

Presidencia do Senr.^o Cap.^{am} Firmino

Acharão-se pres.^{es} os Senr.^{es} Paulo dos Santos Alves de Paiva,
Bandr.^a Cavalcante, e Ferr.^a de Albuq.^e, faltando com causa
justa os mais Senr.^{es}, o S.^r Pres.^e verificando haver nu=
mero legal declarou q.^e estava aberta a Sessão, o Secretario
dando parte do espediente, apresentou digo dando parte do es=
pediente apresentou e foi lido um officio do Ex.^{mo} Senr.^o
Pres.^e da Provincia sob o nº 108 de 12 de Janeiro proximo
passado, declarando q.^e p.^a q.^e produsa os devidos effeitos appro=
va a arrematação dos impostos sobre o gado do consumo pela qu=
antia de 353// 00 r.^s e bancos de feira pela q.^{ta} de 416//000 r.^s,
cumprindo q.^e esta Camara informe p.^r q.^e deixou de proce=
der de igual maneira com relação ao imposto sobre agu=
ardente; o Senr.^o Pres.^e p.^r em discussão o officio do Ex.^{mo} S.^r
Pres.^e, a Camara acordou q.^e se respondece d.^o officio reme=
tendo copia do Termo de Contrato, a isto q.^e p.^r engano deixou
esta Camara declarar no seo [?] citado q.^e forão arrematados –
os impostos de bancos e aguardente = Em seguida foi apresen=
tada pela comissão nomiada p.^a examinar as contas do Pro=
curador desta Camara, as quaes declaraõ q.^e ditas contas esta=
vão exsatas existindo a favor da Camara a quantia de
quinhentos e noventa mil dosentos e vinte reis, estavam assigna=
dos = Honorio Alves de Paiva, e Antonio Paulo dos Santos=
o Senr.^o Pres.^e pois em discussão o paricer da Comissão de Contas
a q.^l foi approvada p.^r unanimid.^e = Em seguida foi apre=
sentada uma Petição de José Alves Pragana, na qual=
se acha despaxada pelo Ex.^{mo} Pres.^e da Provincia mandan=
do que esta Camara informe com urgencia; O Senr.^o Pres.^e
pois em discussão o allegado na Pitição do dito Pragana, e=
foi a Camara de acordo que se informace ao Ex.^{mo} Pre=
sidente da Provincia, remetendo o termo de arrematação
a fim de provar-se a verdade da legalidade da arremata=
cão. Dada a hora o Senr.^o Pres.^e levantou a Sessão, mar=
cando o dia 14 de Abril p.^r ter lugar as Sessoe~s ord.^{as} desta Ca=
mara de q.^e para constar fis esta acta que de pois de li=
da foi aprovada, assignarão. Eu Severiano de Albu=
q.^e Mar.^{ão}, Secretario o escrevi.

Pequeno, Presd.^e, Santos= Bandr.^a Cavalcante – Albuquerque.^e
Alves de Paiva

Ata nº 24 – **Acharão-se pre.^s os Senr.^{es} Araujo, Paulo dos Santos, Alves de Paiva,**

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta 4ª da 4ª Reunião da Camara Muni.^{al} da V.^a de Independ.^{cia}
em Sessão ord.^a de 31 de Dezembro de 1874.
Presid.^{cia} do S.^r Cap.^{am} Firmino

Acharão-se pre.^s os Senr.^{es} Araujo, Paulo dos Santos, Alves de Paiva, e Ferr.^a de Albuquerque.^e, faltando com causa justa os mais Senr.^{es}; o D.^r Presid.^e verificando haver numero legal declarou que estava aberta a Sessão; O Secretario declarou que não havia expediente, e passando a ordem do dia, o Senr.^o Veriador Ferr.^a de Albuquerque.^e, pediu a palavra e emdicou q.^e tendo a Camara sofrido grande prejuizo em seus (_____) e no açougue publico desta V.^a pertencente a esta Cam.^a praticando pelos revoltosos q.^e no dia 28 de 9n. p. num entraram nesta V.^a, e p.^r conseguente tinha de em-se grandes despesas – que tal ver exceder de um conto e ceicentos mil reis e que p.^a essa despesa não tinha dr.^o [?], por isso emtendia q.^e se demitisse o Ad. Vogado desta Camara, até que se podece denovo nomiar, quando p.^a isso houveçe um capital suficiente, visto q.^e não havendo questoe~s desta Camara não tinha ella de carregar com despesa, sem necessid.^e; o Senr.^o Pres.^e pois em- discussão a indicação do S.^r Veriador Albuquerque.^e, a qual foi aprovada p.^r unanimidade, ordenando ao Secretario desta Camara q.^e ficou [?] sciente ao Senr.^o D.^{or} João Floripes Dias Barreto, a deliberação desta Camara. A Camara de= liberou q.^e se afixace e ditaes havisando o pôvo q.^e fica remarcado opra= so de trinta dias para prevenirem-se de pesos e medidas. Dada a hora o S.^r Pres.^e deu p.^r findo os trabalhos, e declarou q.^e marcava o dia 26 de Janeiro do anno seg.^e p.^a a primeira reunião ord.^a desta Camara; de que p.^a constar fis esta acta que de pois de lida e aprovada assignarão. Eu João Severiano de Albuquerque.^e Mar.^{ão}, Secretario o escrevi.
Pequeno, Presd.^{cia} Araújo =Alves de Paiva Santos
Ferr.^a d' Albuquerque.^e

Ata nº 25 – **Acharão-se pres.^{es} os Senr.^{es} Araujo, Bandr.^a Cav.^{te}, Paulo dos Santos, e Alves de Paiva,**

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta 6ª da 5ª Sessão ord.^a da Cam.^a Mun.^{al} da V.^a da Independ.^{cia} em 7 de Julho de 1875.

Presidencia do Senr.^o Cap.^{am} Firmino

Acharão-se pres.^{es} os Senr.^{es} Araujo, Bandr.^a Cav.^{te}, Paulo dos Santos, e Alves de Paiva, faltando com causa justa os mais Senr.^{is}; o Senr.^o Pres.^e verificando haver nume=

ro legal declarou aberta a Sessão, o Secretario dando conta do espediente a presen= tou um officio do Fiscal da Prov.^{cia} do Coité no q.^l pedia sua demissão do cargo que occupava segundo seu maú estado de saudi, o q.^e foi aceito pela Camara, e em quanto não aparicesse um outro que fouce nomiado, fou= ce ordinado ao Fiscal desta V.^a p.^a Fiscalisar a quelle districto, e tendo o mes= mo Fiscal remetido nesta mesma data treis termos de multas p.^r infração de Posturas, a Camara ordenou que fossen remettidos ao Procurador desta Camara p.^a faser efetiva a cobrança. Passando a ordem do dia, foi apresentado uma P.^a[?] do Advogado D.^{or} Amaro Gomes Carneiro Beltrão (fl2)

pedindo que esta Camara lhe mande pagar a custas constantes do docu= mento q.^e junto offerece, e posto em discussão o requerim.^{to} do d.^o Advogado, a foi de paricer q.^e se mandasse pagar havendo verba p.^a isso. Dada agora o Senr.^o Pres.^e deu por findo os trabalhos da pres.^e Sessão, e marcou o dia 9 de Setembro deste corr.^e, de q.^e p.^a constar fiz esta acta q.^e dep.^s de lida foi aprovada, Epor todos assignada. Eu João Severiano de Albuquerque Mar.^a [?], Se= cretario daCamara o escrevi

Pequeno, Pres.de – Santos = Bandr.^a Cav.^{te} = Alves de Paiva
Araújo – Santos

Ata nº 26 – **Aos dezecete dias do mes de Dezembro do anno do Nas**

Câmara da cidade de Pombal

Acta trigesima segunda

Aos dezecete dias do mes de Dezembro do anno do Nas cimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito cento e setenta cinco nesta Cidade de Pombal na Sala da camara Municipal presente o Doutor Antonio Moraes Sodre de Aragaão Juis [de Direito] Pre= sidente da junta o Capitão Joaquim Vieira de A= quino Delegado de Policia, o Capitão Gonçalo Joze (fl2)

da Costa Pontes prezidente da Camara, presente (_____) o Promotor Publico interino da Camara, Jozé Viriato Maria de Souza, foraõ declarados abertos os trabalhos pelo seu prezidente. Entra em discussão a reclamação de José Alves Pinheiro, no qual pede a isenção de seu filho Caetano Alves Pinheiro, no qual a junta mandou lavar o prezente desfecho é do Theor seguinte. A junta concorda em não receber a allegação de José Alves Pinheiro em que pede isenção de seu filho Carlos Alves Pinheiro alistado sob o numero duzentos e quinze do decimo Segundo quarteirão de Nossa Senhora do Bom Sucesso desta Freguezia do Pombal por ter sido a prezentado ao prazo fixado no artigo trinta e dous do Regulamento de vinte sete de Fevereiro deste ano para apresentação e desizão das reclamações. Sala das sessoẽs da junta em dezecete de Dezembro de miloito

centos e Setenta cinco. Eu, Secretario o Subscervo Jozé Henriques Virgulino, Moraes, Aquino, Pontes O rela Torio é do theor seguinte: examinando apetição do/ Supplicante foi do parecer que não tem lugar a sua/ reclamação requerida a autoridade competente. Pombal dezeceis de Dezembro de mil oito cento e Setenta cinco. O pro/ motor [?] Publico interino Joaõ Viriato Maria de Souza. Entra em discussão a reclamação de Manoel Francisco dos Santos no qual pede Sua isenção a junta depois de ter ouvido leitura do relatorio apresentado pela promotoria, mandou lavrar o despacho da junta. A junta concorda em não receber a allegação de Manoel Francisco dos Santos alistado sob o numero cento e (_____) do setimo Quarteirão de Nossa Senhora do Bom Sucesso (_____) freguesia do Pombal por ter sido apresentada. Depois de fixado o prazo no artigo trinta e dois do Regulamento de vinte sete de Fevereiro deste ano (fl3)

para apresentação. Sessão das reclamações. Interessa-se ao Promotor e aos interessados. Sala das Sessões da junta em dezecete de Dezembro de mil oitocentos e setenta e cinco. Eu secretario subscervo Jozé Henriques Virgulino, Moraes, Aquino, Pontes. O relatorio é do theor seguinte. Tendo examinado a petição e mais documentos do Supplicante foi do parecer que não pode ter lugar, vindo o Supplicante requerer o seu direito fora de tempo. Recorra a autoridade competente. Pombal dezeceis de Dezembro de mil oitocentos e Setenta e cinco. O Promotor Publico interino Joaõ Viriato Maria de Sousa. Entra em Discussão a reclamação de Jozé Amaro Ramalho, no que pede sua isenção, a junta depois de ter ouvido a leitura do relatorio apresentado pela Promotoria, mandou lavrar o despacho seguinte. A junta concorda em não receber a allegação de Jozé Amaro Ramalho alistado sobre o numero setenta e cinco do quarto quarteirão de Nossa Senhora do Bom Sucesso desta Freguezia do Pombal por ter sido apresentada depois do prazo fixado no artigo trinta=dois do Regulamento de vinte sete de Fevereiro deste ano para a apresentação e desição das reclamações. Interessa-se ao Promotor e aos interessados. Sala das Sessões da junta de zecete de Dezembro de mil oito centos e setenta e cinco. Eu secretario o subscervo. Jozé Henriques Virgulino, Moraes, Aquino, Pontes. O Relatorio é do theor seguinte= Tendo examinado a petição e documentação do Supplicante Sou do parecer que recorra a autoridade competente, visto reclamação fora de tempo o promotor Publico interino João Viriato Maria de Souza. Entra em discussão a reclamação

de Vicente Isidro de Santiago, no que pede sua izen-
(fl4)
izenção a junta depois de ter ouvido a leitura do
relatorio apresentado pela promotoria, mandou la
vrrar o despacho seguinte Ajunta concorda em
não receber a allegação de Vicente Isidro de San-
tiago alistado sob numero trinta do (_____) quar-
teirão de Nossa Senhora do Bom Sucesso desta Fregue-
sia do Pombal por ter sido apresentada depois do
prazo fixado no artigo trinta e dois do Regulamento
de vinte sete de Fevereiro deste ano para apresentação
edesizaõ das reclamaçõe~s. Interessa-se ao Promo-
tores e aos interessados. Sala das Sessoe~s da junta
dezecete de Dezembro de mil oito centos e setenta cinco.
Eu Secretario o subscrevi. Jozé Henriques Virgulino, Mo-
raes, Aquino, Pontes. O relatorio é do theor seguinte
Examinando a Petição e documentos do Supplicante sou
do parecer de que não tem lugar o que requer, por ter
sido fora de tempo. Procura-se autoridade competente
Pombal quinze de Dezembro de mil oitocentos e seten-
ta cinco. O Promotor Publico Virgulino João Viriato Maria
de Souza. E por que nada mais havia a tratar
encerrouce a Sessão do dia e para constar lavrou-se
presente acta, que subscrevo. Eu Jozé Henriques Virgu-
lino Secretario da junta o subscrevo. Jozé Henriques
Virgulino.

Antonio Maria Sodré de Aragão
Joaquim Vieira de Aquino
Gonçalo Jozé da Costa Pontes
João Viriato M.^a de Souza

Ata nº 27 – A horas do costume comparecerão os Senhores Veria-

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta da Secção ordinaria da Camara Municipi-
pal da Villa da Independencia em 1 de Agosto de
1876.

Prezidencia do Snr^o Cap.^m
Firmino Alves Pequeno

A horas do costume comparecerão os Senhores Veria-
dores, Albuquerque, Bandeira, Cavalcante, Paulo
dos Santos, Andrade Moura, faltando os demais
com causa justa, viri cando-se haver numero
legal, o Senr^o Presidente abrir a Secção, O Secre-

tario declarando nada haver de espediente passou-se a ordem do dia. A Camara mandou pelo portero Manoel José do Nascimento a pregoar o dizimo de lavoura deste municipio no [?] coerente exercício, a valiado na quantia de um conto e sete contos e secenta e dois mil reis, o que o dito portero depois de aver feito de clarou ter Francisco Baptista Lima offerecido a quantia de um conto nove centos e noventa e três mil reis sendo este o maior lance, o que sendo vendido [?] pela Camara mandou que fosse entregue o termo a dito arrematante sendo seo fiador o Cap.^{am} José Porfirio de Oliveira, os quaes assinarão o termo de contrato do que para constar se feis a prezente acta que depois de lida foi assinada pela Camara e nada mais avendo a fazer mandou o Senhor Prezidente declarar enserrada Secção e para constar se feis apre-sente acta Eu Avelino Soares d'Almeida Secretario substituto escrevi
Pequeno Pres.^e Bandr.^a Cav.^{te}, Albuq.^e, Santos
Andrade Moura – Albuquerque

Ata nº 28 – Reunidos os Veriadores Bizerra Cavalcante, Belmont

Câmara da Vila de Araruna

Acta da Instalação da Camara Municipal da Villa de Araruna aos 11 de julho de 1877.

Prezidencia do Veriador Bizerra C.^a
Reunidos os Veriadores Bizerra Cavalcante, Belmont
Cassiano Bizerra, Pereira da Costa e Queirós depois prestarem o devido juramento perante o Prezidente da Camara de Bananeiras Manoel da Costa Espínola, Senhor Prezidente declarou que se achava a mesma Camara instalada. – Foi presente e li=do um officio do Exm.^o Senr. Prezidente da Provincia dirigido ao Prezidente desta camara com data de 22 do mes p. passado que depois de respondido ficou archivado. Não havendo mais nada attractar – dada ora o mesmo Senr.^o Prezidente levantou a secção. E eu Manoel de Azevedo Belmont, secretario interino subscrevi e assignei.

Bizerra Cavalcante – Prezidente –
Belmont, Cass.^o Bizerra, Per.^a da Costa
Queirós.
Manoel d'Azevedo Belmont.
Secretario interino.

Conferi e concertei. Paço da Camara Municipal da Villa de Araruna aos 30 de Agosto de 1877. Joaquim da Silva Barboza Junior – Secretario da mesma.
Manoel Januário Bez. d Car.
Presid.

Ata nº 29 – As deis horas da manhã se feis achamada

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipal
da cidade de Pombal 11 de Janeiro de 1883

As deis horas da manhã se feis achamada comparecerão os Vereadores Assis, Nobrega Rodolpho, Freitas Costa e Souza Trigueiro Almeida e Carreiro dexando de comparece o Vereador Silva alegando em sua comonicação o motivo justo e a vendo numero legal o Prezidente declarou aberta a Secção.

Aberta a Secção o Vereador Nobrega [pedio] a palavra e lhe sendo concedida deu conta do parecer da comissão requerida pelo Vereador Pedro Rodolpho Suares Barboza e [posto] envotação foi aprovado por sete votos pelo que a mesma Camara reunida rezou vêo que o paricer da mesma comissão fosse competentemente Archivado e que a mesma Camara fizesse que aquele ex procurador Pedro Rodolpho Suares [Barboza] entrasse para os cofres da Municipalidade com aquantia de trezentos e quarenta e tres mil trezentos e quarenta reis que a Comissão encontrou de eicesso nas contas da quele Procurador, contas que elle prestara a sete de outubro do anno passado perante a Camara em que exercia primeira influencia e Camara que não (_____) o melhor (_____) da Municipal (fl2)

Protestando em Siguida o Vereador Pedro Rodolpho Suares Barboza contra o parecer da comissão e posto seo protesto em votação cahio por sete votos contra um e não aparcendo quem requeresse e dada a hora a inda a pareceu o Vereador Suares Bar

bosa requerendo a Certidão do parecer do comissa o Presidente deferio sua petição mandou que o Secretario lhe a desse; e [nada] mais a vendo levantou a Secção Eu Isidro Aureliano de Souza Formiga Secretario o escrevi

Assis
Presidente
Trigueiro
Freitas Nobrega
Costa e Sz^a [?]

Carreiro Almeida

Ata nº 30 – As deis horas da manhã se feis a chama

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipal
da Cidade de Pombal 12 de Janeiro 1883

As deis horas da manhã se feis a chama da compariceraõ os Viriadores Assis, Freitas Nobrega, Trigueiro, Costa e Souza, Almeida Carreiro deixando de comparicer o Viriador Silva alegando em sua comunicação omotivo justo.

Aberta a Secção compariceraõ o Veriador res Suares Barboza e Silva Eapenas a pareceo Freitas requerendo contra a creação de porco e caes nesta Cidade demodo (fl2)

a provado seo requerimento por unanimidade de votos a Camara mandou fixar e dital marcando oprazo de 15 dias aos proprietarios da dita creação para que dentre destes fizessem retirar das ruas da cidade a criação de cães e porcos Em seguida procedeo-se arrematações dos impostos Municipais sobre aferição e a lugues de medidas, Sangue, Licença e Curral do assogue e postos em (_____) publicos for ar rematados o emposto de aferição e a luguer de medidas pelo Capitaõ Manoel Pinheiro de Mendonça pela quantia de cento e vinte sete mil reis 12 700 , de Sangue por João Ribeiro Campos e Vasconcello pel quantia de vinte e hum mil 21 000 o de Licença pelo mesmo Ribeiro de vinte e seis mil reis 26 000 e do Curral

a Sogue pela quantia de dois mil e duzentos reis 2200; assim como o emposto de cujo que foi pelo mesmo modo a rematado pelo mesmo Ribeiro Campos pela quantia de vinte cinco mil e quinhentos reis 25//500 somando tudo a quantia de duzentos ~u mil e sete centos reis 201//700 que foi recolhido ao cofre Municipal. Enaõ aparecendo quem requeresse o Prezidente deo por findo os trabalhos e levantou a Secção Eu Izidro Aureliano de Souza Formiga Secretario o escrevi

Assis
Prezidente
Freitas Nobriga Carreiro Costa
Trigueiro Almeida
Souza Silva

Ata nº 31 – **As deis horas da manhã se feis a chamada**

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipal
da Cidade de Pombal 9 de Abril de 1883

As deis horas da manhã se feis a chamada comparicerão os Viriadores Freitas , Almeida Nobriga Costa Souza, Trigueiro, Silva, deixando de comparicerem os Veriadores Assis Rodolpho, e Carreiro por motivo justo Aberta a Secção compareceo arrematante de pezo e medidas requerendo a esta Camara para fornecelhe o numero demodo (fl2)

de que caresse para o cupação do Comercio e posto o requerimento em votação requeiro a mesma Camara que o respectivel Procurador mandasse fazer e entregasse ao mesmo arrematante o numero de 14 medidas de um lito e 11 mididas de colito.

Em seguida apareceo o Porteiro desta mesma Camara requerendo que seos vencimento de Porteiro sejaõ pagos de comformidade com o desposto no Art 18 da Lei Provincial nº 334 de 1876 e posto seo requerimento envotação foi rezolvido que por aquela mesmalei foicer [pagos] os vencimentos do Porteiro e Secretario desta mesma Camara assim como os custos decaidos Digo devidos ao Escrivão pelos processos decahidos visto como

no Arquivo não á outra lei que regule ditos pagamentos, e não apparece do quem mais requeresse e dada a hora foi enserrada a Secção. Eu Izidro Aureliano de Souza Formiga Secretario o escrevi.

Antonio Alves de Freitas
Vice Presidente Nobriga
Trigueiro
Souza Silva
Almeida
Costa e Sz^a [?]

Ata nº 32 – **Ao primeiro dia do mez de Março do anno do Nas-**

Câmara da cidade de Pombal

Acta especial

Ao primeiro dia do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil oito centos oitenta e quatro, nesta cidade, de Pombal, na sala da Camara Municipal, presente a junta revizôra, composta do Sr. Presidente, Doutor Francisco Leal de Miranda, Juiz de Dereito da Comarca, o Capitão Jozé Juvinião, Delegado de Policia, o Capitão Antonio Martins da Nobriga, presidente da Camara Municipal (fl2)

Municipal, e mais Luiz Fernandes Campos, Promotor Publico da Camara, comigo Gonçalo Trigueiro da Costa, Escrivão do crime, servindo de Secretario da Junta, pelo presidente foi declarado que, estando concluido todos os trabalhos da revizaõ do alistamento da Parochia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, unica pertecente a esta Comarca, e feita a apuração, passou-se aformar, segundo o acto 43 do Regul. aprovado pelo decreto nº 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, as relações que a baixo se transcrevem

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Primeira Relação da Parochia de Nosso Senhor do Bom Sucesso, contendo os nomes dos cidadãos apurados pela junta revizora da Comarca de Pombal, e que a mesma julga obrigados a todo serviço de paz e de guerra.

Nº de ordem	Nº de alistamento	Nomes e Sobrenomes	Observações
1º	1	1º Quarteirão Joaõ Jozé d' Oliveira Capuxú	Nada reclamou
2º	2	João da Rocha Limeira	Nada reclamou
3º	6	2ª Quarteirão Antonio Januario da Costa	Nada reclamou
4º	14	Lindolpho de Souza Coêlho	Nada reclamou
5º	15	Manoel Vicente Ribeiro	Nada reclamou
		3º Quarteirão	

(fl3)

6º	19	Antonio Thereza	Nada reclamou
7º	20	Justino Thereza	Nada reclamou
8º	22	Joaquim Pereira d' Almeida	Sua reclamação foi indeferida Não interpoz recurso
9º	29	Targino Thereza	Nada reclamou
10º	30	Vicente de Paiva	Nada reclamou
11º	31	8º Quarteirão Estanislá'o Pereira de Maria	Nada reclamou
12º	33	Francisco Tavares Lima	Nada reclamou
13º	34	Joaõ Guedes Bico	Nada reclamou
14º	35	Leandro Pedro (_____)	Nada reclamou
15º	36	Manoel Baptista d'Oliveira	Sua reclamação foi indeferida Não interpoz recurso
16º	37	Manoel Francisco da Silva	Nada reclamou
17º	38	Manoel Januario	Nada reclamou

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Segunda relação da Parochia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, contendo os nomes dos cidadãos, apurados pela (fl4) junta revizora da Comarca de Pombal, e que a mesma junta isento em tempo depóz.

Nº de ordem	Nº de alistamento	Nomes e Sobrenomes	Observações
1º	4	1º Quarteirão Manoel Francisco	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavradores (art. 5º§ 3º do Regul.)
2º	7	2º Quarteirão Fenellon Rodrigues dos Santos	Tem isenção só condicional, por ser vaqueiro de fazenda de gado, com mais de 50 crias anualmente (art. 5º§ 5º do Regul.)
3º	10	Joaõ Ferreira de Carvalho	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
4º	13	Joaõ Rodrigues dos Santos	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
5º	17	Pedro d' Alcantra Bispo	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
6º	18	Valentin (_____) de Souza	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)

(fl5)

7º	24	Manoel Pedro de Mattos	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
8º	26	Roger d' Oliveira Tristão	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)
9º	27	Raymundo (_____) de Lucena	Tem isenção só condicional, por ser filho unico de lavrador (art. 5º§ 3º do Regul.)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terceira relação da Parochia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, contendo os nomes dos cidadãos apurados pela junta revisôra da Comarca de Pombal, e que a mesma julga isenta de todo Serviço

Nº de ordem	Nº de alistamento	Nomes e Sobrenomes	Observações
1º	3	1º Quarteirão Manoel Antonio Gadêlha	Serve de amparo e alimenta a sua irmã nas condições do art. 3º § 4º do Regulamento
2º	5	2º Quarteirão Antonio da Costa Barboza	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)

(fl6)

3º	8	Fortunato Fideles de Souza	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
4º	9	Joaão Leite Ferreira Primo	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
5º	11	Joaquim Pereira d' Oliveira	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
6º	12	Jozé Alexandre	Soffre de epelipsia, o que prova com atestado medico, (art. 3º § 6º do Regul.)
7º	16	Manoel Salustiano de Mello	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
8º	21	3º Quarteirão Juvencio Rodrigues dos Santos	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
7º	23	Justiniano Jozé de Maria	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
10º	25	Ramiro Alves Lima	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)

(fl7)

11	28	Rozendo Alves Marinho	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária (art. 3º § 6º do Regul.)
12º	32	8º Quarteirão Francisco Ferreira da Silva	É filho unico, em companhia de sua mãe viúva e valetudinária

			(art. 3º§ 6º do Regul.)
--	--	--	-------------------------

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E por estarem assim concluidos todos os trabalhos da junta revizôra, tendo se cumprido o desposto no art. 44 do Regulamento citado, incerraraõ-se todos os trabalhos. Do que para constar se lavrou aprezenste acta especial, e foi pormim Gonçalo Trigueiro da Costa, Secretario da junta, feita e subscripta e vai por toda junta assignada, bem como pelo Promotor Publico da Comarca. Eu Gonçalo Trigueiro da Costa, Secretario da junta a lavrei e Subscrevi.

Fran.^{co} Leal de Miranda (_____)

Jozé Juvinião. Delegado

Antonio Martins da Nobriga P da Camara

Luis Fernandes Campos. Prom.^{or} P.^o [?] mtr.^o

Ata nº 33 – **Aos treze dias do mes de Novembro de mil oito sen-**

Câmara da Vila de Serra da Raiz

Sessão ordinaria de 13 de 9br. de 1884

Prezidencia do Ten.^e Coronel Crús Marques

Aos treze dias do mes de Novembro de mil oito sentos oitenta e quatro, achando-se reunida as onze horas do dia no Paço ao Camara Municipal da Villa da Serra da Raiz, o Tenente Coronel José Maria da-Crús Marques, Presidente e os demais Tenente Braziliano José da Costa, Tenente Faustino Fernandes Bizerra, Oliveira Madruga e Miranda e Sá, deixando de compariser Ferreira Coutinho e Soares de Carvalho Sem motivo comunicado, e havendo numero legal abre-se aSessão. Pelo Presidente foi declarado, que não tendo sido aprovado o codigo de posturas organizado eremettido a Assembleia Legislativa desta Provincia, emSessão ordinaria de vinte de Agosto proximo passado; e avendo nescessidade da sua approvaçãõ provizoriamente rezolvia como-nicar por officio ao Presidente da Provincia pedindo dita approvaçãõ, e sôbre tal assumpto os Senhores Veriadores presentes dessem seu paricer oque foi por todos unanimemente approved, mandando-se namesma occaziaõ escrever um officio que foi por todos assignados, doque Eu Antonio Maciel Canavarro Lavrei aprezenste acta que aescrevi.

José Maria da Crus Marques President

Faustino Fernandes Bizerra de Oliveira

Braziliano Jozé da Costa
 Francisco Fernandes Olivr.^a Madruga
 Jose Barboza de Miranda e Sá
 Fran.^{co} Fernandes de Olivr.^a Madruga

Ata nº 34 – **Ao meio dia presentes os viriadores**

Câmara da Vila de Caiçara

Ata da 1ª Secção da Camara municipal de Caicara instalação da nova Villa em 29 de Julho de 1884

Prizidencia do viriador Cruz Marques

Ao meio dia presentes os viriadores Cruz Marques Soares de Carvalho, Coutinho, Olivr.^a Madruga, Miranda e Sá, Braziliano, Bizerra d'Oliveira, e virificando-se a ver nomiro legal, abre-se a ceção, dipois de aver o viriador da Camara municipal da Villa da Independencia, Capitão Antonio Joze da Costa de firido Juramento e dado pose aos viriadores da Camara municipal desta Villa d' Caicara, no impidimento do Prizidente da quella Camara,q' foi tumar a cento na (_____) desta provincia, e do Vise Prizidente, por mutivo demulestia, cuja eleição foi presidida a 24 de Maio do corrente anno, tendo sido criada a mesma villa por Lei Provincial nº 158 de 6 de Dezembro do ano passado. Dipois do que mando o Prizidente en tirino lavral esta acta, de clarando que, por estar a hora a diantada, diziguinava o dia seguinte para se proceder a eleição de Prizidente e vise Prizidente, e bem assim dizigna a mim viriador para servir de Secretario. eú Francisco Fernandes de Oliveira Madruga viriador (_____) (fl2)
 a escrevi

Cruz Marques. P. Soares de Carvalho
 Oliveira Madruga Coutinho
 Brasiliano Jozé SaCosta
 Miranda i Sá

Ata nº 35 – Aos deis horas da manhã se feis a chamada

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipi-
pal da Cidade de Pombal 8 de Julho
de 1884

Aos deis horas da manhã se feis a chamada
compareceraõ os Vereadores Nobriga, Silva,
Rodolfo, Almeida Carreiro, Costa Souza Formiga
Trigueiro, deixando de comparicêr
Freitas por cauza participada Assis
por motivo justo. Comparicendo o Fiscal
trazendo ao conhecimento da Camara axar
se um caminho de transito publico
obstruido por sercas sobre o que a Cama-
ra resolveio nomiar uã comissaõ de
tres dentre seos membros para exa-
minar e dar paricer a serca domes-
mo caminho na proxima secção vin-
dora.

Em seguida a Camara descutio sobre
um Codigo de pusturas quem tem de
remetter a Assembrea Legislativa
e por mais nada aver deo-se por findo
(fl2)

os trabalhos.

Isidro Aureliano de Souza Formiga Secretario o escrivi

Antonio Martins da Nobriga

P. da Camara

José Trigueiro Castello Branco

Joaquim Jozé Carneiro

Ignacio Fernandes de Almeida

José Pedro da Costa (_____)

Benicio de Souza Silva

Pedro Lindolpho (_____)

Ata nº 36 – As deis horas da manhã se feis achamada

Câmara da cidade de Pombal

4ª Secção ordinaria da Camara Municipal
Cidade de Pombal 7 de Outubro de 1884

As deis horas da manhã se feis achamada
compariceraõ os Viriadores, Assis, Nobriga
Almeida, Silva, Carreiro e Costa Souza os
deixaraõ de comparicerem por cauza participa-

dadigodeixarão de comparicerem os Vereadores Trigueiro, Rodolfo, Freitas por cauza participada
 Avendo numero legal o Prezidente abriu a
 secção, dando para a ordem do dia que forem
 aparecendo: comparecêo o Veriador Silva que
 requereo por escrita que vinha pedir agaran
 tia relativamente os dizimos de lavoras na par-
 te consenente mandioca do anno proximo
 findo A camara deliberou por maioria de votos
 que lhe fosse dada a garantia pidida, por nada
 mais constar mandou o Prezidente lavrar apre-
 zente Acta em que todos assignaraõ
 E eu Isidro Aureliano de Souza Formiga, Secretario

Leandro Jozé de Assis
 Prezidente
 Almeida Nobriga
 Costa e Sz^a [?]
 Souza Silva Carneiro

Ata nº 37 – **As deis horas da manhã se feis achamada**

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipal
 da Cidade de Pombal 7 de Janeiro de 1885.

As deis horas da manhã se feis achamada
 compariceraõ os Viriadores Assis, Trigueiro,
 Almeida, Silva, Nobriga, Carrreiro, e Costa
 Souza deixando de comparecerem os Vereadores
 Rodolpho, e Freitas por motivo justo.
 E dando-se comesso a seos trabalhos procedeo
 se a eleição do Prezidente de suas secço~es
 que por unanimidade de votos recahio no
 Veriador Leandro José de Assis, assim como
 a de Vice Prezidente pela mesma unanim-
 idade recahio no Vereador José Pedro da Costa
 e Souza. E deo-se para os trabalhos das ar-
 remataço~es de Cuia, afirimento, Sangue e Cur-
 ral os que se derão pelo modo seguinte
 Apareceo o mesmo Capitaõ Manoel Pinheiro de Mendonça
 lançando em um do ramos de cuia e afirimento
 pela quantia de cento e um mil reis 101//000
 Apareceu o mesmo Capitaõ Manoel Pinheiro de
 Mendonça arrematou o Sangue pela quantia
 de trinta e sete mil e quientos reis 37//500
 Apareceu o mesmo Capitaõ Manoel Pinheiro de
 Mendonça lançou e arrematou o Curral pela
 quantia de dois mil e duzentos 2200

E sendo posto em arrematação as licenças e cujo
 Não aparecendo pretendente alguém fica o Pro-
 curador encarregado de arrecadar seos produtos
 e recolher ao Cofre da Municipalidade
 Em seguida appareceo Cosme Vieira da Silva
 requerendo por escrita providencia a serca
 (fl2)
 de criação de gado suino no Mororó deste ter-
 mo a qual petição sendo posta em votação
 foi indeferida por unanimidade de votos
 visto não avêr Lei que reja amatearia em
 questaõ Estando a hora um pouco adiantada
 mandou o Prezidente levantar a secção.
 Eu Izidro Aureliano de Souza Formiga, Secretario o escrevi
 O Prezidente Assis
 Almeida Nobriga
 Sousa Silva
 Costa e Sz^a [?]
 Carreiro
 Trigueiro
 Arematante
 Manoel (_____) (_____)

Ata nº 38 – **As deis horas da manhã se feis a chamada com-**

Câmara da cidade de Pombal

Secção ordinaria da Camara Municipal da Cidade
 de Pombal 8 de Janeiro de 1885

As deis horas da manhã se feis a chamada com-
 pareceram os Vereadores Assis, Nobrega Almeida
 Carreiro, e Trigueiro, deixaraõ de comparecer
 os Vereadores Rodolpho, Freitas, e Costa Souza
 por motivo justo, avendo numero legar o Pre-
 zidente abrio a Secção dando para ordem do [dia]
 que forem aparecendo
 Apidido foi exonerado do cargo de procurador
 desta Camara o Cidadão Francisco Adelino Pereira
 que prestara juramento, digo e foi nomiado [para]
 substituiu o Cidadão João Inacio Cardozo (_____) (fl2)
 que prestara juramento e entrara em exer-
 cicio do respectivo cargo. Aparecêo mais o conta-
 dor Egidio Vieira Torres requerendo por escrito
 as custas da contagem de processo decahido
 o que ouvido foi deferido unanimemente que se
 pagasse somente as custas da quele estava den-
 tro do prazo legal. Apareceu mais o Alferes

Gonçalo Trigueiro da Costa requerendo por escrito as custas de processos decahidos, deo-se mais aresposta do officio Circular de chefe de Policia de 25 de Novembro proximo passado Sendo requerido pelo Porteiro o pagamento deseos vencimento de 7 de Julho a 7 de Janeiro fica pago a Camara deliberou que se passe 20//00 ao Fiscal assim como o aluguer da casa de suas Secções 90//000, ao Secretario 250//000 Ficando saldo em favor da Camara aquantia 14060 reis que foi entregue ao respectivo procurador para ser recolhida ao Cofre da Municipalidade e por nada mais aver deo se por findo os trabalhos da presente Secção lavrando-se a competente acta que todos assigna-se Eu Isidro Aureliano de Souza Formiga Secretario o escrevi.
O Prezidente Assis Nobriga
Trigueiro Joaq.ⁿ Joze Carreiro
Almeida

Ata nº 39 – Aos sete dias do mes de Julho de mil oito sentos

Câmara da Vila de independência (Guarabira)

Acta da 1ª Secção de 7 de Julho de 1885
(fl2)

Aos sete dias do mes de Julho de mil oito sentos oitenta e cinco, no paço da Camara municipal desta Villa, ao meio dia achando-se presentes os vereadores Tenente Coronel José Maria da Cruz Marques Presidente, Tenente Brazilliano Capitão Ferreira Coutinho, Tenente Faustino [Bizerra], e Oliveira Madruga, deixando de comparecer os demais sem motivo comunicado declarou o Presidente que havendo numero legal estava aberta a Sessão depois de lida a acta passada foi por todos approvada. Depois do que declarou o mesmo Presidente que hera este o tempo que se devia mandar affixar editaes para serem rematados os dizimos das lavouras plantadas no Municipio, o que foi por todos respondido que sim, do [?] que foi ffixado referido edital para ter lugar a arrematação nos dias cete, oito e dez do proximo mes de Agosto sobre abaze de quientos mil reis pelo prazo de um anno. Então havendo mais trabalhos declarou o Presidente estar em serrada a

Sessão, depois de dada agora de costume, do que lavrei apresente acta
Eu Antonio Maciel Canavarro [?] Secretario a escrevi.

José Maria da Crus Marques
Fran.^{co} Fernandes de Olivr.^a Madruga
Faustino Fernandes Bizerra de Oliveira
(fl3)
Braziliano Jozê da Costa

Ata nº 40 – Aos oito dias do mes de Janeiro demil

Câmara da Vila de Serra da Raiz

Acta da 2ª Sessão ordinaria de 1886

Aos oito dias do mes de Janeiro demil
oito sentos oitenta iceis nesta Villa
da Serra da Raiz, ao meio dia enponto
na salla das Sessoe~s, achando-se reunida aCamara, comparicendo, Tenente Coronel (_____) Marques, Capitão Soares [?] de Carvalho, Tenente Bizerra de Oliveira,
(fl2)

Oliveira Madruga e Miranda e Sá,
sobre a Prezidencia do Tenente Coronel Crus Marques, ao que havendo numero legal declarou este estar aberta aSessão, do que [sendo] lida acta antessedente foi approvada econtinuando aser apregoado a arrematação dos impostos sóbre Sangue das rezes abatidas no-municipio para oconsumo não houve licitantes, emcontinuação foi apregoado o imposto sóbre toldos [?] de fazenda, aguardentes e outras cargas, tambem não houve licitantes, doque dada agora declarou o Presidente estar enSerrada aSessão eadiada para o dia Nove do corrente agora do costume, doq~lavrei apresente acta. Eu Antonio Marciel Canavarro Secretario aescrivi.

JoséMaria da Crus Marques P.
Francisco Fernandes d' Olivr.^a Madruga
Faustino Fernandes Bizerra de Oliveira

Ata nº 41 – As deis horas da manha se feis acha

Câmara da cidade de Pombal

Secção extraordinaria da Camara Municipal da Cidade de Pombal 1º de Fevereiro de [1886]

As deis horas da manha se feis achamada compariceraõ os Veriadores Assis, Nobriga, Almeida, Carreiro e Silva os mais deixaraõ de comparicerem por motivo justo

De pois de aberta a Secção pelo Presidente da mesma Camara presentes os vereadores asima mencionado, apresentou o Presidente para trabalho o cumprimento da [ordem] que foi transmettida a mesma Camara (fl2)

pelo Ex^{mo} Senhor Presidente da Provincia um officio de 30 de Dezembro de 1885, eque foi desempenhada dita ordem pela maneira seguinte: Nomeou a Camara para peritos para ofim de procederem ao Orcamento das despezas com os reparos da Cadeia desta cidade, o Senhores Tenente Coronel Luis Antonio de Souza Capitão João Baptista de Arruda, que de pois de examinarem a refirida Cadea deram os seos laudos em combinata, e por escrita a maneira de officio, e que são os seguintes Ill^{mos} Senhores Presidente e mais membros da Camara Municipal.

Comonico que em desempenho aComissão de que fui encarregado por esta Camara orcei as despêzas com os reparos da Cadeia desta Cidade pelo modo seguinte:

servisso de pedreiro hum conto e seis e centos em materiaes e mão dobra; servisso de carpina, e ferreiro quientos mil reis e mão dobra. E por nada mais terexaminar digo avaliar dei por findo meo exame assignando o laudo que asima exarei Deos Guarde aVS.^{os} Senhores Presidente e mais membros da Camara Municipal

Luis Antonio de Souza

Ill^{mos} Senhores Presidente e mais

Membros da Camara Municipal

Comonico que em desempenho a comissão de que fui encarregado por esta camara orcei as despezas com os reparos da cadeia desta cidade pelo modo seguinte

[fl3]

servisso de pedreiro hum conto e seis contos

reis, materiaes e mão dobra, serviço de [car-
pina] e ferreiro quientos mil reis [mater
ais] e mão dobra. E por nada mais [ter]
que avaliar, dei por findo o meo exa
me assignando o laudo que acima e [?]
zareí

Deos Guarde a VS^{as} Senhores Prezidente
mais membros da Camara Municipal
João Baptista de Arruda.

E por esta forma sendo comprida a ordem
acima referida o Prezidente da Camara
enserrou a Secção assignando alem dos
respectivos membros os Senhores Delegado de
Pulicia Francisco José de Asis, o Promotor
Publico D^{or} Aureliano de Albuquerque
E eu Isidro Aureliano de Souza Formiga, [Secretario]

Presidente da Camara
Leandro Joze de Assis
Antonio Martins da Nobriga
Benicio de Souza Silva
Joaquim Jozé Carneiro
Ignacio Fernandes de Almeida
Francisco Joze de Assis
Aureliano de Albuq. Lima

Ata nº 42 – **Aos doze dias do mez**

Câmara da Vila de Ingá

Copia

Acta da Sessão do dia doze de Ja-
neiro de mil oitocentos e oitenta e se-
te, para posse dos novos Veriados-
res, Presidência do Senhor Alferes Far-
rias Braga. – Aos doze dias do mez
de Janeiro do anno do Nascimento de Nos-
so Senhor Jezus Christo de mil oito cen-
tos e oitenta e sette, n'esta Villa do
Ingá, termo e Comarca do mesmo no-
me da Província da Parahyba do Nor-
te, no Paço da Camara Municipal, pre-
zentes o Veriador Presidente Farias Bra-
ga, e os Veriadores Souza Campos, Cas-
tello-Branco, Lacerda Cavalcante e
os Veriadores Supplentes Davino de
Souza, Costa Travasso e Baptista
Guedes; havendo numero legal, o
mesmo presidente declarou aberta

a secção. Foi lido um officio do Ill^m Senhor Presidente da Provincia para esta Camara dar execução ao avizo Circular do Ministerio dos Negocios da Justiça de vinte e nove de Outubro d'este anno, sobre os termos-que se faz necessaria na criação se faz necessaria a criação de varas Municipaes, e pedindo o Presidente da Provincia diversas informações a respeito. Foi lido ainda em officio da Circular da Camara Municipal da Capital datado de dose de Novembro proximo passado sob o numero sessenta e dois, dando sciencia a esta Camara de haver prestado ju- (fl2)

juramento perante a mesma Camara o Excellentissimo Senhor Doutor Girminiano Brazil d'Oliveira Góes nomeado Presidente desta Provincia ficou a Camara inteirada. Tendo sido proposto pelo Veriador Davino de Souza um requerimento verbal para ser arrematado o imposto relativo a pesos e medidas das freguesias deste Municipio, sendo desta sob a baze de quinhentos mil réis e o de Natuba sob a baze de duzentos, fundamentando o mesmo Veriador seu requerimento com allegação de que sendo hoje arrematação dos impostos desta Camara ádinheiro a vista de conformidade com o artigo cincoenta e seis das disposições geraes do vigente orçamento; posto pelo Presidente da Camara a discussão o referido requerimento, indo a votos foi aprovado por unanimidade de votos, e assim mandou que se affixasse hoje mesmo o competente edital, marcando o dia tres de fevereiro do corrente anno para serem feitas as ditas arrematações. Foi igualmente proposto pelo Veriador Lacerda Cavalcante um requerimento propondo que fosse arrematado o imposto relativo (fl3)

relativo a cada vez que fosse abatida no Municipio para o consumo. Sendo desta freguesia sob a baze de oitenta mil réis, o de Natuba sob a baze de vinte mil réis, o de Mogeiro sob a baze de vinte mil réis; assim como tambem o imposto relativo a cada carga d'agoardente que viece de outra provincia para si vender n'este Municipio, sendo o desta freguesia sob a baze d'oitenta mil réis, o de Natuba por quarenta mil réis e o de Mogeiro por vinte cinco mil réis. O Presidente da Camara pos em discussão o requerimento que foi aprovado por unanimidade, e ordenou o mesmo Presidente a mim Secretario que contemplasse (____) ultimos impostos nos editaes já mencionados. O Presidente da Camara mencionou que ia deferir juramento aos novos Veriadores eleitos para o quatrienio corrente, aos quaes achando-se todos presentes a excepção do Veriador Antonio Fiel Teixeira que deixou de comparicer por se achar doente, sendo que estão effectivamente presentes os de nomez Tenente Coronel Francisco Gongorra d'Albuquerque, Tenente Francisco Carneiro Cabral de Vasconcellos, Tenente Manoel Gon-

(fl4)
Gonçalves de Britto Virgolino Rodrigues de Sousa Campos, Capitão Francisco Alexandrino da Veiga Torrez, Antonio d'Athaide Cavalcante, o mesmo Presidente em plena secção lhes deferiu e prestaram o competente juramento como consta do respectivo livro e lhes deu posse de Veriadores d'esta Camara designando o Veriador Tenente Coronel Francisco Grangeiro d'Albuquerque= que como o mais velho de todos para presidir a eleição do Presidente desta mesma Camara de conformidade com o avizo de vinte e um de Outubro do anno passado. E as-

sim impossada a mesma Camara passa [?] o Presidente a proceder a eleição de Presidente por votação nominal como foi requerido pelo Veriador Veiga Torres e approved e posto a votos o requerimento, verificou-se terem obtido votos o Tenente Coronel Francisco Grangeiro d'Albuquerque, três votos, o Capitão Francisco Alexandrino da Veiga Torres, um voto, o Tenente Francisco, digo, Francelino Carneiro Cabral de Vasconcellos, um voto, e Virgolino Rodrigues de Sousa Campos, um voto, sendo assim eleito o mais votado que immediatamente assumindo a Presidencia effectiva pro (fl5)

procedeo a eleição de Vice Presidente pelo mesmo modo e foram votados o Capitam Francisco Alexandrino da Veiga Torres, tres votos, Virgolino Rodrigues de Sousa Campos, um voto; Tenente Francelino Carneiro Cabral de Vasconcellos, um voto, pelo que foi declarado Vice Presidente o mais votado Capitão Francisco Alexandrino da Veiga Torres que pedindo apalavra e obtendo, requereo ao Presidente que consultasse aos Veriadores adispensa d'elle do lugar que acabava de ser eleito. Consultada a casa, rezolveo negativamente. Tendo comparecido os cidadãos eleitos Juizes de Pas d'esta freguesia, da do Mogeiro e do Distrito da Serra Redonda, Tenente João Carneiro de Mesquita Camara, segundo Juis de Pas d'este districto, Francisco Davino de Souza, Manoel Cabral da Silva, Alferes Lourenço Ferreira Borges e Alferes Manoel Antonio de Sá passa para prestarem juramento dos referidos cargos, o Presidente da Camara deferiu-lhes os juramentos do estylo. E nada mais havendo a fazer, o Presidente declarou que continuava a manhã nos trabalhos da

primeira secção ordinaria do cor= (fl6)
 corrente anno, e que a Camara ia commonicar ao Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do resultado das eleições de Presidente e Vice Presidente d'esta Camara, como também a sua posse, e tendo dado a hora levantou a secção e addiou para a manhã ás dez horas do dia, assignando esta acta todos os Veriadores presentes, quer da Camara (____) quer da actual; do que para constar lavrei a presente acta. Eu Cicero Carneiro de Mesquita, Secretario a escrevi. Francisco Grangeiro d' Albuquerque, Presidente Francisco Alexandrino da Veiga Torrez Vice Presidente Virgolino de Sousa digo, Virgolino Rodrigues de Sousa Campos, Antonio Athayde Cavalcante, Manoel Gonçalves de Britto, Francelino Carneiro Cabral de Vasconcellos, José Severino digo Jôzé Silverio de Lacerda Cavalcante, Joaquim Francisco de Farias Braga e Domingos Trigueiro Castello Branco. Estar conforme. Eu Cicero Carneiro de Mesquita Secretario de Camara Municipal do Ingá a subscrevi.

Ata nº 43 – As deis horas da manha feita a chamada

Câmara da cidade de Pombal

Sessão extraordinaria da Camara Municipal da Cidade de Pombal em 27 de Junho de 1887.

(fl2)

As deis horas da manha feita a chamada comparecerão os veriadoris Assis, Arruda, Trigueiro, Santos, Pereira, e Santana, deixando de comparecer os de mais Veriadores por motivo justo, E deo ce para os trabalhos da arrematação dos dizimos de lavouras.

Posto empraça o riacho de São José appareceo Miguel Cavalcanti de Lacerda e arrematou pela quantia de 64//000

Posto empraça o riacho Canôa Pao ferrado appare-

ceo João Gualberto Luiz de Souto e arrematou pela quantia de 22//5000

Posto empraça o riacho São Braz e Madrugá appareceu João Gualberto Luiz de Souto e arrematou pela quantia de 23//000

Posto empraça o riacho Carnauba appareceu Gonçalo Trigueiro da Costa e arrematou pela quantia de 11//500

Posto empraça o riacho Maniçoba appareceu Raímundo Vieira de Torres Bandeira, e arrematou pela quantia de 12//100

Posto empraça o riacho São Joaquim appareceu o Cap.^m João Jeronimo Pereira e arrematou pela quantia de 20//100

Posto empraça o dizimo desta Cidade appareceu Francisco A'delino Pereira e arrematou pela quantia de 20//100

Posto empraça o riacho Santa Maria appareceu Francisco Adilino Pereira e arrematou pela quantia de 10//100

Posto empraça o Riacho Borge appareceu Ignacio, Fernandes de Almeida e arrematou pela quantia de 33//000

(fl3)

Posto empraça o riacho Queimado, appareceu Francisco Adilino Pereira, e arrematou pela quantia de 10//100

Posto empraça a Ribeira de Piranhas appareceu Miguel Antonio Pereira e arrematou pela quantia de 10//100

Posto empraça o riacho Alagoas Bellas, appareceu João Dantas de Assis e arrematou pela quantia de 5//100

Posto empraça o riacho Alagôa appareceu Antonio Justino Oliveira Filho e arrematou pela quantia de 71//000

Posto empraça o riacho Timbauba, appareceu Francisco Antonio de Assis e arrematou pela quantia de 21//000

Posto empraça o riachão do Lima appareceu João Antonio Correia de Oliveira, e arrematou pela quantia de 25//100

Posto empraça o riacho Gongorra, appareceu Antonio Justino de Oliveira Filho, e arrematou pela quantia de 21//000, cujas quantia

(_____) emportaõ e quatro centos e nove mil e [nove] centos reis que foi entregue a o respectivo Procurador João Ignacio Cardozo Daraõ, como (_____) costume, mandado tambem a Camara se passase os conhecimentos nessecarios aos

rematantes. Enceguida foraõ apprezentadas cinco petiço~es enque se pediaõ pagamentos ordenados os quais foraõ deferidas, e (_____) de Manoel Antonio Carreiro e Tertuliano (fl4)

lho Severo, que foraõ deferidos
A Camara Municipal ordenou aos fiscal que fezece executar as des poziço~es contidas no codi-go de Posturas provizoriamente aprovada pela lei Provincial do anno proximo passado passando-ce os Editaes, como he de estilo.
Epara constar mandou o Prezidente lavrar a presente acta que vai pela meza assignada Eu Manoel Antonio Vieira Secretario a escrevi.

Joaquim Jose d' Assis

Prezidente

Joaõ Baptista de Arruda

Joaõ Martins Pereira

Candido Ferreira dos Santos

Joaõ Joze de Santa Anna

Antonio Trigueiro da Costa

Gonçalo Trigueiro da Costa

Joaõ Geronimo Per.^a

Antonio Justino d' Oliveira Filho

Joaõ Antonio d'Oliveira Correia

Francisco Antonio de Assis

Joaõ Galberto Luis de Souto

Francisco Adilino Pereira

Raymundo Vieira d' Torres Bandeira

Francisco Dantas d' Assis

Miguel Antonio Pereira

Ignacio Fernandez de Almeida

Ata nº 44 – **Aos vinte e seis dias Sessão de 26**

Câmara da cidade de Mamanguape

Observação: no original, as atas da cidade de Mamanguape são dispostas numa sequência sem separação de linha ou páginas. Nesta transcrição, optamos por fazer a separação dessas atas de 44 a 46 para efeito de organização do *corpus*.

Cópia – Acta do quarto dia da terceira Sessão ordinaria da Camara Municipal da cidade de Mamanguape –
Presidencia de Senr. Veriador Tenente –
Coronel Espinola. – Aos vinte e seis dias Sessão de 26
do mes de Setembro de mil oitocentos e oitenta e sete, reunidos a uma hora da tarde no Paço Municipal os senhores veri-

adores Tenente-coronel Espinola, Irinêo, Vicente Ferres [?], João Baptista, Carolino de Brito, Rodrigues de Mello, Francisco Peixôto e Paulo Barboza, sendo numero legal o senhor Presidente declarou aberta a Sessão. Deixou de comparecer com causa justificada o senhor veriador Pergentino Madruga. Lida e approvada a acta da sessão anterior foi assignada. – Expediente. – uma petição de João Thomé daSilveira requerendo o pagamento de vinte cinco mil reis, correspondentes ao seu ordenado do mes de Agosto, proximo passado, que vencêo na qualidade de Porteiro aposentado. – Pague-se em termos (_____) dita de José Pedro Baptista, Carneiro, arrematante do disimo de Lavouras do Curral Grande, requerendo que, dando-se duvidas entre elle supplicante e o arrematante do quarteirão do disimo de lavouras de São João, Manoel Ventura da Silva, sobre limites d’aqueles quarteirões, a (fl2)

a Camara mandasse certificar quaes os limites do quarteirão, que o mesmo supplicante arrematou, offerecendo apreciação da Camara a demarcação constante dos atestados, que juntou. –

A Camara considerando que os atestados fornecidos pelo peticionario José Pedro Baptista Carneiro, referentes arrematação dos dizimos de lavouras do Curral Grande, são fornecidos pelos arrematantes dos annos anteriores, resolve que o mesmo peticionario effective a respectiva cobrança de acordo com os limites mencionados nos referidos atestados. – Votaraõ á favor os senhores Vicente Ferres[?], Rodrigues de Mello, Francisco Peixôto, Paulo Barbosa, Irenêo, João Baptista e Carolino de Brito, e contra o S.^r Veriador Tenente Coronel Espinola por não achar-se o despacho de acôrdo com requerido na petição, visto tratar-se de certidão, e mesmo porque entende que a Camara não pode dar limites depois de arrematados os quarteirões de seus

dizimos de lavouras, devendo arre-matal-os depois de feita a demarcação. Em seguida a comissão de contas apresentou o seguinte parecer: - Illustrissimos Senhores Presidente e mais membros da Camara Municipal – A comissão de contas, abaixo (fl3)

abaixo assignado, tendo convenientemente examinado o balancête apresentado pelo respectivo procurador = de abril á Junho do corrente anno, é de parecer que sejaõ tomadas as suas contas por se achar o respectivo balancête regularmente organizado e documentado. Dá igualmente a mesma comissão parecer favoravel para que sejaõ igualmente formadas as contas do aferidos, referentes ao balancete apresentado dos meses já mencionados por achal-o tambem conveniente e em termos regulares. – Sala das Comissões em quinze de Setembro de mil oitocentos e oitenta e sete. Vicente Ferres [?] – João Baptista – Carolino Toscano. Submetido á discussão foi approved em debate, ordenando a Camara que fossem lançadas as contas. Ficou ainda addiado o officio do administrador da Mesa de Rendas Provinciaes por não achar-se bem elucidada a materia d'elle constante. E não havendo nada mais á tratar o Senhor Presidente levantou a Sessão. Eu Francisco Xavier Serrão [?] de Andrade, secretario o escrevi. Declaro em tempo que o senhor Presidente votou contra o despacho na petição de José Pedro Baptista Carneiro não só pelas rasões declaradas, como porque entendia que as cobranças de (fl4)

deviaõ ser feitas pelo anno anterior. Eu Francisco Xavier Serrão de Andrade, Secretario a escrevi. – B Espínola – Presidente – Irinêo – Joaõ Baptista - Toscano – Soares de Mendonça.

Ata nº 45 – **Aos vinte e oito dias do**

Câmara da cidade de Mamanguape

Acta do sexto dia da terceira
 Sessão ordinaria da Camara Municipal da Cidade de Mamanguape –
 Presidencia do Señr. Veriador Tenente Coronel Espinola – Aos vinte e oito dias do mes de Setembro de mil oitocentos e oitenta e sete, reunidos no Paço Municipal os senhores Veriadores, digo, reunidos à uma da tarde no Paço Municipal os Senhores Veriadores Tenente-Coronel Espinola, Irinêo, João Baptista e Carolino de Brito, e deixando de comparecer sem causa participada os Senhores Veriadores Ferres [?], Pergentino Madruga, Rodrigues de Mello, Francisco Peixoto e Paulo Barbosa e bem assim o supplente José Carlos Rabelo Junior que de ordem do Senr. Presidente foi convidado em data de hontem, e que não foi encontrado pelo respectivo Porteiro constando à este funcionario achar-se o mesmo senhor Veriador supplente mudando para a capital d'esta Provincia como tudo certificou no officio de convite, o mesmo senhor Presidente que, havendo urgencia de reunir-se a Camara para assignar-se o balanço, orçamento e mais papeis, que têm de ser remettidos á Assembléa Provincial na sua proxima reunião, designara o dia (fl2)

o dia seguinte para ter lugar uma sessão extraordinaria para o fim acima mencionada, e que em vista de terem faltado os Veriadores effectivos e o supplente constante da presente acta, ordenava que expedisse officios aos dois supplentes com igual numero de votos, cidadãos José Soares de Mendonça e José Vicente Diniz para comparicerem n'aquelle dia afim de verificar-se qual dos dois deve tomar assento; e não havendo numero legal, foi encerrada a Sessão, do que para constar lavrei a presente acta, que assignaraõ os Veriadores comparecidos. Eu Francisco Xavier, Serrão [?] de Andrade, Secretario o escrevi. B. Espinola – Presidente – Iri-

Sessão de 28

nêo – João Baptista – Toscano. –

Ata nº 46 – **Aos vinte e nove dias do**

Câmara da cidade de Mamanguape

Sessão de 29 Acta de uma Sessão Extraordinaria da Camara Municipal da Cidade de Mamanguape. – Presidencia do Senhor Veriador Tenente – Coronel Espinola. Aos vinte e nove dias do mes de Setembro de mil oitocentos e oitenta e sete, reunidos no Paço Municipal á uma hora da tarde, os senhores Veriadores Tenente - Coronel Espinola, Irinêo, Carolino de Brito e João Baptista, e faltando sem causa participada os senhores Veriadores Pergentino Madruga, Vicente Ferres [?], Francisco (fl2)

Francisco Peixôto, Paulo Barbosa e Rodrigues de Mello, e bem assim o suplente, cidadão José Vicente Diniz, e comparecendo o suplente com igual numero de votos, José Soares de Mendonça, o Senr. Presidente deferir o juramento do estylo ao mesmo suplente, e completando assim numero legal, declarou aberta a sessão. – Lida e approvada a acta da sessão de vinte eses do corrente com a respectiva declaração final, foi assignada. Expediente. – Foi apresentado pelo Secretario um maço do Diario Official – Arquite-se – Foraõ igualmente apresentados o balanço da receita e despesa do anno passado, o orçamento da receita e despesa para o anno de mil oitocentos e oitenta e oito, officios e diversas posturas, que têm de ser remetidos à Assembleia Provincial na proxima reuniaõ. Em seguida o senhor Presidente submettêo-os á apreciação da Camara, que os achou conformes e assignou-os, ordenado que tudo fosse remettido sem perda de tempo á mesma Assembleia. E não havendo nada mais à tratar o membro Presidente designou o dia tres de Ou-

tubro, proximo vindouro para dar-se principio á quarta Sessão ordinaria do corrente anno; depois do (fl3)

do que levantou a Sessão. Eu Francisco Xavier Serrão [?] de Andrade; Secretario a escrevi. B. Espinola, Presidente – Irineo – João Baptista – Toscano – Soares de Mendonça. E nada mais se não continha nos Actos acima, que extrahi-as do proprio original Dou fé – Secretario da Camara Municipal da cidade de Manguape, em 18 de Novembro de 1887.

O Secretario
Francisco Xavier Serrão de Andrade

Ata nº 47 – Aos seis de Março de mil oito centos oitenta e

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta da Sessão extraordinaria em 6 de Março de 1888. Presidencia do Alferes Francisco Manoel da Costa Queiroz.

Aos seis de Março de mil oito centos oitenta e oito, no Paço da Camara municipal d'esta Villa, presentes os Senhores vereadores José Barbosa de Miranda e Sá, Capitão Manoel Ferreira Coutinho, Targino Augusto de Freitas Pessôa, Capitão Antonio José da Costa, sob a Presidencia do Senhor Alferes Francisco Manoel da Costa Queiroz o Senhor Presidente (fl2)

declarou que deixava de tomar parte na Camara o Viriador Costa, por ter se apresentado fardado com o bonet., na cabeça. Em seguida o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e disse que havia convocado a Camara extraordinariamente para responder a representação que o Veriador Capitão Costa fez ao Presidente da Provincia contra esta mesma Camara, mandando em seguida ler o original da dita representação que foi remettido pelo mesmo Excelentissimo Senhor, e bem assim mandou ler a resposta que esta Camara deu ao mesmo Excelentissimo Senhor; cuja resposta ficou transcripta no livro competente, cuja resposta foi approvada pelos Vereadores de que se compunham a Sessão. Em seguida o Senhor Pre=

sidente lembrou o alvitre de se dirigir esta Camara ao Excelentissimo e Reverendissimo Prelado Diocesano pedindo a volta para esta Freguesia como Vigario o Reverendo Emygdio Fernandes d' Oliveira, o que foi por todos approved e feita a dita representação foi assignada, bem como a resposta acima declarada Epor nada mais haver a tratar o Senhor Presidente levantou a sessão; mandando lavar esta acta que todos assignaram. Eu Manoel Gonsalves Campos, Secretario a escrevi.

Costa Queiróz Pres.^d

Targino Augusto de Freitas Pessôa

José Barboza d' Miranda e Sá

Manoel Ferreira Coutinho

Ata nº 48 – Aos nove dias do mez de Janeiro de mil oito cen-

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta do 3º dia de trabalho da 1ª Sessão ordinaria do corrente ano de 1889.

Aos nove dias do mez de Janeiro de mil oito centos e oitenta e nove no Paço da Camara Municipal d'esta Villa, presentes osvereadores – Capitans – Antonio José da Costa, Manoel Ferreira Coutinho, Affonso Gomes Cavalcante, sob a Presidencia do Alferes Francisco Manoel da Costa Queiróz; havendo numero legal o mesmo Presidente abriu a sessão. Em seguida foi pela Camara mandado apregoar pelo respectivo Porteiro, os impóstos sobre diversos generos expostos á venda nas feiras d'este Municipio, sob a base de quinhentos mil reis, e o imposto sobre sangue das rezes e suinos abatidos para o consumo publico, sob a base de dusentos mil reis; conforme o edittal affixado na porta da casa da mesma Camara. Dados os pregões na formalidades da lei, deu o respectivo Porteiro sua fé, de não ter comparecido licitantes. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente addiou a sessão para o dia seguinte. Eu Manoel Gonsalves Campos, Secretario a escrevi. Costa (_____)

Pres.^e

Manoel Ferreira Coutinho

Antonio J.^e da Costa

Affonço Gomes Cavalcante

Ata nº 49 – Aos dose dias mes de Janeiro do anno do Nas-

Câmara da cidade de Pombal

Acta da Sessão ordinaria do dia 12 de Janeiro de 1889.

Aos dose dias mes de Janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos oitenta e nove, no Paço da Camara Municipal, a hi presentes o Presidente deste o Senhor Joaquim Jose de Assis, e mais membros de que se compom a mesma, Arruda, Santos, Pereira, Santa Anna, pelo Presidente foi aberta a Sessão. Pedio a palavra o a tual Secretario desta Camara, o Senhor Manoel Antonio Vieira, pedindo sua exoneração do referido lugar e foi concedido pela Camara de pois de findos os trabalhos da presente Sessão, em seguida a palavra o Veriador Arruda, a presentando o Cidadão Benedicto Cavalcante de Torres Bandeira, para ocupar o lugar de Secretario desta Camara e foi a ceito pela Camara entrando en exercicio de pois de prestar o juramento de estilo, mandou a inda o Presidente que se officiace ao Ex m Senhor Presidente da Provincia dando sciencia dos trabalhos da Presente Sessão. Ecomo nada mais ouve a de liberou em serrou o Presidente os trabalhos da presente Sessão. Eu Manoel Antonio Vieira Secretario a escrevi.

Joaquim Joze d' Assis
Prezidente
João Baptista deArruda
Candido Ferreira dos Santos
João Martins Pereira
João Joze di Santa Anna

Ata nº 50 – Aos 15 dias do mes de Julho de mil oito centos e oiten-

Câmara da cidade de Pombal

Sessão extraordinaria do dia 15 de Julho de 1889.

Aos 15 dias do mes de Julho de mil oito centos e oitenta e nove do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo, no Paço da Camara Municipal da Cidade de Pombal, a hi presente o Senhor Presidente Joaquim José de Assis, e o Capitão João Baptista

de Almeida, João Martins Pereira, João José de Sant' Anna, Luiz J.^e Xavier de Azevedo, deixando de comparecer os demais veriadores por causa participada e pelo Presidente foi aberta a Sessão Pro seguindo em seus trabalhos deliberou que se procedesse a arrematação dos dizimos de lavouras do Municipio pelos Riachos na ordem do costume o prazo (_____) porteiro em vos alta para que todos ouvissem (_____) mais desse, sahindo em primeiro lugar o Riacho do Lima, o qual foi rematado pelo Senhor Raymoceis do do Vieira de Torres Bandeira pela quantia de trez mil e seis centos. Em segundo lugar o Riacho São José o qual foi rematado pelo Senhor José Cavalcante de Lacerda, pela quantia de vinte oito mil reis. Em terceiro lugar os Riachos Canôa e Pau Ferrado rematado pelo Senhor Miguel Cavalcante de Lacerda, pela quantia de dezesseis mil e quinhentos, Em quarto lugar sahio os Riachos S. Bras e Madrugá os quais foram rematados pelo Senhor Lindolfo Vicente de Paula Leite pela quantia de quatorze mil reis, em 5º lugar sahio o Riacho São Domingos que foi remato pelo Senhor João Dantas d'Assis pela quantia de nove mil reis, E 6º lugar sahio o Riacho sexto que se domina por (_____) Gongorra [?] que foi rematado pelo Senhor José Martins (fl2)

Pereira de Almeida pela quantia de dois e sem. Em 7º lugar sahio o Riacho Carnauba que fora rematado por Gonçallo Trigueiro da Costa pela quantia de tres mil e cem Em 8º lugar sahio o Riacho Aguas Bellas que fora rematado pelo Senhor João Dantas de Assis pela quantia de dois mil e cem. Em 9º lugar sahio a Cidade que foi rematada pelo Senhor Lindolfo Vicente de Paula Leite pela quantia de tres mil reis. Em 10 lugar Sahio o Riacho Santa Maria que fora rematado pelo Senhor João Dantas Assis pela quantia de tres mil e cem. Em 11 lugar sahio o Riacho São Joaquim rematado pelo Senhor João Ribeiro Campos Vasconcellos, pela quantia de dois mil e cem. Em 12 segundo lugar sahio o Riacho Queimada que foi rematado pelo Senhor João Dantas de Assis pela quantia de dois mil e cem. Em 13 lugar sahio o Riacho Borges que foi rematado pelo Senhor Lindolpho Vicente de Paula Leite, por dois mil e cem. Em 14 lugar sahio o Riacho Ri

beira de Piranhas que foi rematado pelo Senhor Ribeiro Campos por dois mil e cem. Em 15 lugar sahio o Riacho Maniçoba que foi, rematado pelo referido Vieira pela quantia de dois ^(mil) e cem. Em 16 lugar sahio o Riacho Alagôa que foi rematado Senhor ^(Benedito) Correia de (_____) por cinco mil e cem Assim concluida a arrematação verificou-se ter dado em resultado a quantia (fl3) (_____) mil e duseiscentos [?] a qual deliberou a Camara que fosse recolhida a o cofre da mesma. Nesta mesma Sessão appareceu uma petição de denuncia apresentada pelo Senhor Benedicto Correia de Queiroga [?] contra José Antonio de Andrade se (_____) posta em votação foi aceita por unanimidade, pelo que a Camara deliberou ao seu procurador promovesse a cobrança na forma da Ley. E por nada haver mais (_____) pessoa alguma requerer mandou lavrar a presente Acta em que eu Benedito Calvalcante de Torres Bandeira Secretario escrevi e assinei.

Joaquim Jozé de Assis
 Prezidente
 João Baptista de Arruda
 João Jozé de Santa Anna
 Luis José Xavier de Andrade [?]
 João Martins Pereira

Ata nº 51 – Aos dezenove dias do mes de Fevereiro de mil

Câmara da cidade de Pombal

Primeira Acta da Sessão extraordinaria.

Aos dezenove dias do mes de Fevereiro de mil oito centos e noventa, digo, de Fevereiro do Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e noventa nesta Cidade de Pombal em Sala dos trabalhos do Conselho de Intendencia Municipal (fl2)

Municipal deste Termo as des horas da manhã, reunido o Conselho de Intendencia Municipal composto dos Cidadãos João Dantas de Assis, como Prezidente Antonio Ferreira

Lima e Enéa Pedro de Souza, comigo Secretario interino, abaixo nomeado, foram declarados abertos os trabalhos da mesma Intendencia pelo seu Presidente. Em seguida deliberou o Conselho que fossem exoneros todos os empregados da extinta Camara Municipal d'este Termo e nomeados outros; eo Presidente ordenou a mim Secretario que passasse a respectiva portaria de exoneraçã e outros tantos quantos fossem os novos nomeados, que foram os seguintes: Nestor Aureliano Arnou [?] Secretario; Matheus Bizerra da Luz, Procurador; Joã Alves de Almeida Sobrinho Fiscal e Aferidor e Zelador, Florencio Placido Pereira Porteiro; e eu Secretario, na forma ordenada, passei a respectivas portarias, depois do que o Presidente do Conselho convidou aos Cidadãos novamente nomeados, que estavam presentes, a prestarem os devido juramento, como, digo, que foram deferidas, como consta do respectivo livro. Deliberou ainda o mesmo Consêlho, que se convocasse [?] por Edital os ex-arrematantes Capitaõ Antonio Vieira de Torres Bandeira, Jozé Virgolino de Souza Urtiga, Francisco Dantas de Assis, José Roque da Silva e Antonio da Costa Barboza (fl3)

Barboza para virem prestar suas contas no dia vinte e quatro do corrente, das arrecadaçõe~s por elles feitas, o que se fez. Deliberou ainda o Consêlho, que se procedesse ao inventario do ar- (_____) pertencente a esta Intendencia, pelo respectivo Secretario que dará recibo de entrega, e procedeo a tomadas de contas ao ex-procurador da extincta Camara Municipal. Achando=^{se}a hora adi-antada, o Presidente declarou que encerrava os trabalhos d'hoje e adiava a Sessão para o dia seguinte, e mandou lavrar apresente acta que vai assignada pelos membros da Intendencia. Eu Nestor Arelio Arnau [?], Secretario a escrevi.

João Dantas de ASSis
Antonio Ferreira Lima
Eneas Pedro de Souza

Ata nº 52 – Aos quatro dias do mez de Dezembro de

Câmara da Vila de Independência (Guarabira)

Acta da 1ª Sessão ordinaria do mez de 10br.º de 1890.

Aos quatro dias do mez de Dezembro de mil oito centos e noventa, no Paço da Intendencia Municipal d'esta Villa, presentes os Cidãos Coronel Luis Francelino da Crus Marques Presidente, Sivio da Costa Queiróz, e João Fernandes de Oliveira Madruga. Havendo numero legal, o Presidente declarou aberta a Secção , Foi presente uma petição do Escrivão do Jury, Epaminondas Tavares de Araujo requerendo custos de proessos decahidos, aqual teve o seguinte despacho,, Dentro da verba, dê-se lhe aquantia de setenta mil reis por soldo.,, Em seguida foram presentes mais duas dos officiaes de justiça, requerendo tambem custos [?] oque tinham direito, as quaes tiveram os seguintes despachos,, dê-se lhe aquantia de dez mil reis por soldo.,, Em acto continuo, foi tambem presente uma (fl2)

petição da Viuva Anna Joaquina de Carvalho, requerendo para lhe ser paga, a quantia de treze mil e oito centos reis, proveniente dos alugueis de sua casa, que serve de cadeia nesta Villa, a qual teve o seguinte despacho,, Virificando-se, paga-se,, E não o mais havendo a tratar, deu-se por findo os trabalhos ficando marcado a sessão seguinte para o dia de-soito do mez corrente. Eu Manoel Gonsalves Campos Secretario, a escrevi.

Luis Francelino da Crus Marques Pres.º

Silvio da Costa Queiroz

João Fernandes d. Oliveira Madruga

Em tempo declaro, que tambem foi despachada a folha para pagamento dos Intendentes e mais Empregados da Intendencia Municipal, da quantia de cento e quarenta e um mil, seicentos e sessenta equatro reis, e para constar, passei a presente. Eu Manoel Gonsalves Campos, Secretario a escrevi.

Luiz Francelino da Crus Marques Pres.º

Silvio da Costa Queiroz

João Fernandes de Oliveira Madruga.

Ata nº 53 – Aos dozes dias do mês de Março de mil oito cen-

Câmara da cidade de Pombal

Acta de Sessão ordinaria da Intendencia Municipal da Cidade de Pombal, sob a Prezidencia Illustre Cidadão João Leite Ferreira Primo no empedimento do efectivo

Aos dozes dias do mês de Março de mil oito centos e noventa e dois quarto da Republica na (____) da Intendencia da Cidade de Pombal, as deis horas da manhã, presentes os cidadãos Joaõ Leite Ferreira Primo 2º Membro do Prezidente do mesmo conselho, Alvares José Ferreira, Manoel Ferreira de Medeiros primeiro membro substituto, e havendo numero legal foi declarada a Sessão. Em siguida com pareceu o Procurador da Intendencia Joaõ Alves Sobrinho Digo de Almeida Sobrinho, e aprezen tou o Balancete e despeza desta municipalidade, que, sendo visto e examinado pelos intendentes, foi unanimemente aprovado, e ordenaram os mesmos intendentes que transcrevesse o balancête do competente livro. Em siguida Prezidente submeteo a discussão na representação dos principais habitantes do riexo São Domingos na qual os referidos habitantes [alegaram] a inconviencia da criação do gado (____) naquele riaxodito, visto prestasse este com melhores fundamentos a agricultura, por ser (____) não só a istoapropriada, como cortadas (apagado) (fl2) e falta de madeiras suficientes para construção de cercas solidas terminava por pedir a este conselho adcretação de medida sabias que empetando fielmente os interesses dos habitantes das quelas zonas, puzece em termo aos prejuizos que alegaõ sofrer o signatario da dita representação conselheando ao mesmo tempo os interesses do Municipio com os dos habitantes das quelas somas. O que sendo ouvido, submetêo a discussão, dando em rezultado amediada que se vê do Decreto – numero tres C desta data que passou contra ovoto do Intendente Alvaro José Ferreira. E por seaxar alterada hora, e nada mais haver a tratar, mandou o mesmo Prezidente lavrasse esta que vai por mim eos mesmo assignada. Eu Isidro Aureliano de Souza Formiga – Secretario, a escrevi E asigno. João Leite Ferreira (____)

Alvaro Jozé Ferr.^a [?]
Manoel Firmino de Medeiro

Ata nº 54 – **As dez horas da manhã, presentes os Senhores Conselheiros**

Câmara da cidade de Guarabira

Ata da 2ª Sessão ordinaria Consêlho Municipal
da Cidade de Guarabira em 14 de Agosto de 1908.

Prezidencia do Conselheiro - Tavares Pequeno

As dez horas da manhã, presentes os Senhores Conselheiros Municipais Cidaãos Francisco Tavares pequeno, José Gomes Carneiro Beltraõ, Aleixo Evaristo da Costa, os Supplentes Ernesto Joaquim de Araújo e Antonio Victal dos Santos, e havendo numero legal, o Senhor Presidente abriu a Sessão, depois do que compareceu o Conselheiro Supplente – Serafim Ferrers [?] da Silva, que tomou parte nos trabalhos da Sessão de hoje.

Não houve expediente.

Passando-se a ordem do dia. Em tempo. O Secretario dando conta do expediente, leu um abaixo assignado de diversos moradores da Povoação de Alagoinha, em numero de vinte, pedindo o, este Consêlho a extinção de bancos de mascates nas feiras do Municipio, em vista do prejuizo que causam no commercio local, ditos bancos de mascates de fazendas nas feiras do Municipio. Em vista da reclamação dos abaixo assignados, contra o voto do Conselheiro Serafim Ferres [?] da Silva, o Consêlho, por acto de hoje, resolve derrogar o artigo, digo, derrogar o § 1º do artigo 8º da Lei orçamentaria do corrente anno, ficando ^{assim} extinto, o imposto respectivo a pratica de bancos de mascate de fazenda nas feiras do Municipio desde já.

Em seguida leu uma petição do cidadão Veriato Alves de Paiva, requerendo a este Consêlho para tapar um ca-
(fl2)

minho em sua propriedade que segue para o rio Umary [?], cuja petição foi apresentada em sessão deste Consêlho de 27 de Janeiro ultimo, para o que tendo o Consêlho nomeado uma commissão composta dos cidadãos Cicero Leal, Leonel da Silva Coutinho e Tibentino de Albuquerque Montenegro, esta depois de verificar o mencionado caminho, opinaram pela existencia delle, dando parecer contrario a opinião do peticionario. Em vista do que o Consêlho resolve considerar de servidão publica, o mencionado caminho.

Naõ havendo mais couza alguma a tratar-se na presente sessão, o cidadão Prezidente encerrou-a, de que para constar lavrei a presente acta, a qual depois de lida foi aprovada e assignada pelos Conselheiros presentes. Eu Olympio Nunes Pereira, Secretario o escrevi.

Francisco Tavares Pequeno Presidente
 Jose Gomes Carneiro Beltraõ
 Thiago Evaristo daCosta
 Serafim Ferres da Silva
 Ernesto Juaq.^m de Araújo
 Antonio Victal dos Santos

Ata nº 55 – **Aos onze dias do mez de Agosto do anno de mil nove**

Câmara da cidade da Paraíba do Norte

Acta da 4ª Sessão ordinaria do anno de mil
 nove centos e onze.
 Presidencia do Coronel Antonio Soares dePinho.

Aos onze dias do mez de Agosto do anno de mil nove
 centos e onze no Paço Municipal a uma hora
 da tarde, presentes os Conselheiros Soares dePinho,
 Manoel da Cunha, Clemente Rosas, Rodolpho Es-
 pinola, Pedro Silva, Clodomiro Basto, Tito Silva,
 e Sá Pereira, havendo numero legal, o Senhor Presi-
 dente abre a Sessão.

Foi lida e aprovada sem debate a acta da
 Sessão anterior

Expediente

Foi presente uma petição do commerci-
 ante João Mantos, pedindo despesa [?] de im-
 postos por seis annos de sua fabrica de
 espartilhos e suspensorios, a qual submettida
 a discussão foi approvado somente quando
 a fabrica. Uma petição da comissão in-
 carregada da creação [?] de um monumento
 para receber os restos mortais do falecido
 fl(2)

Doutor Antonio Alfredo da Gama de
 Mello, pedindo para lhe ser consido
 um auxilio da quantia de duzentos
 mil reis, submettida a discussão foi
 por unanimidade authorizada o Pre-
 feito a mandar entregar a mesma
 comissão a quantia de duzentos mil
 reis. Uma petição do Hegeiro [?] da Pre-
 feitura cidadão Joaquim da Silva Bar-
 boza Junior, requerendo abono da
 terça parte de seus vencimentos a con-
 tar de Janeiro do corrente anno, visto
 contar mais de trinta e tres annos de
 serviço publico. O Senhor Presidente man-

dou dar vista a commissão de fazenda e como só se achava presente um membro da mesma comissão o Presidente nomeou para completar os conselheiros Manoel José da Cunha, Clemente Rosas, suspendendo a sessão por des minutos para que a comissão desse parecer. Reaberta a sessão a comissão apresentou o seguinte parecer. A comissão de Fazenda reunida na sala das sessões, atendendo ao que requereu o Hege erro da Prefeitura Municipal desta Capital Tenente Coronel Joaquim da Silva Barboza Junior, é de parecer que selhe conceda o abono da terça parte dos seus vencimentos a contar do dia primeiro de Setembro vindouro Sala das sessões em 21 de Agosto de 1911. Tito Silva Manoel José da Cunha Clemente Rozas. E nada (fl3) mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Eu Firmino Jose Mendes Secretario o escreveu.

Manoel José da Cunha
Clemente Rozas
Tito (_____) da Silva
Clodomiro de Paula Basto
Fran.^{co} de Sá Pereira
Pedro da Silva Maia

Ata nº 56 – **Aos quinze dias do mez de Junho**

Câmara da cidade de Mamanguape

Acta da Sessão ordinaria realizada
em 15 de Junho de 1937

Aos quinze dias do mez de Junho de mil novecentos e trinta e sete ás 14 quatorze horas na sala de reuniões da Camara Municipal de Mamanguape, achando presentes os veriadores abaixo assignados, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, em seguida dando a palavra ao vereador Edgard Henrique da Silva, que mais uma vez reclama dos poderes publicos Municipaes, contra o estado da luz publica da cidade. Em seguida, o Senhor presidente nomeia uma commissão de dois membros para introduzirem o Senhor Prefeito no recinto

da sessão. O Snr. Prefeito, pedindo a palavra, diz ter sciencia das reclamações contra o estado da (fl2)

presidente nomeia uma comissão de dois membros para introduzirem o Senhor Prefeito no recinto da Sessão. O Sr. Prefeito, pedindo a palavra, diz ter sciencia das reclamações contra o estado da (fl3)

luz publica municipal, as quaes, olha absolutamente justas; declara, entretanto, ter se dirigido ao illustre dr. Governador do Estado, o qual, prometteu fazer um adiantamento de R\$ 20.000.\$000 (vinte contos de reis) á prefeitura, por conta do imposto de Industria e Profissão, recadado pelo Estado, no municipio tal adiantamento será descontado parcelladamente no exercicio de mil novecentos e trinta e oito, deixava, entretanto, ao criterio dos senhores vereadores o acceite de tal proposta, allegou, porem, ser aquelle o unico caminho acceitavel, quando as firmas negociantes de artigos eletricos só faria o negocio á vista. Tal idéa foi aprovada pelos vereadores presentes. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão.

Sala das sessões da Camara Municipal
de Mamanguape em 15 de Junho de 1937.

Manoel Leopoldino de Paiva

1º Secretario

Paulo Monteiro Carneiro da Cunha

Presidente

Miguel Soares da Silva

Edgard Henriques da Silva

Ata nº 57 – Ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e

Câmara da cidade Areia

Ata da 1a. sessão ordinaria dos trabalhos legislativos
da Câmara Municipal de Areia.

Ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e sete, ás 14 horas, no Paço Municipal desta Cidade, tiveram inicio os trabalhos legislativos da Câmara Municipal deste municipio sob a presidencia do vereador Severino Ciro Dias, secretariado pelos vereadores José Teixeira de Barros e Edson de Moura Machado, primeiro e segundo secretarios, respectivamente. Aberta a sessão, o sr. presidente mandou que fosse procedida a chamada dos membros constitutivos desta Casa, tendo respondido os nomes Ed-

son de Moura Machado, José Leal dos Santos, José Teixeira de Barros, Antonio Pessoa da Rocha, Severino de Azevedo Maia, Manoel Maia de Azevedo, João Barreto e Dr. Francisco Xavier Sobrinho. Em seguida, o sr. presidente ordenou que fosse xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx feita a leitura da ata da posse do Vice-Prefeito, Sr. José Castor Gondim, pondo-a em seguida em votação, tendo a mesma sido aprovada. Ato continuo, o sr. presidente mandou que fosse lida a materia do expediente, o que foi feito pelo primeiro secretario, constando de um officio do secretario particular do Governador do Estado [agrade] cendo a comunicação da posse desta Câmara, bem como de um [officio do] Chefe do Executivo deste municipio, solicitando a abertura [de] crédito xxxxx suplementar de Cr\$ 29.960,00 á diversas ver[bas de or] çamento de despesa em vigor. Em seguida, o presidente nomeou [uma] comissão constituída dos vereadores Manoel Maia de Azevedo, Dr. Francisco Xavier Sobrinho e José Teixeira de Barros, para elab[orar] o Regimento Interno desta Câmara. Após isto, o vereador Edson de Moura Machado, pediu a palavra e apresentou á Mesa um esboço de regimento, que por ordem do presidente, xxxxx foi encaminhada a [res-] pectiva comissão, a quem o aludido presidente concedeu o prazo 5 dias para oferecer as emendas e sugestões de julgar neces[sarias] Nesta altura, o vereador Dr. Francisco Xavier Sobrinho [pediu] (fl2)

palavra, ponderou que achava conveniente a Camara adotar, provisoria- mente, o Regimento Interno da antiga Câmara de 1935, pedindo que a sua sugestão fosse posta em votação. O que xxxxxxxxxxxxxxxxx atendido pelo presidente e consultada a Casa a respeito,foi a mesma aprova- da por unanimidade de votos. Em seguida, o sr. presidente nomeou, provisoriamente, secretario e porteiro da Camara, Simeão Fernandes Cardoso Cananea e Bento Almeida, respectivamente, independentemen- te de qualquer remuneração, vez que os mesmos são funcionarios da Prefeitura deste municipio. Ato continuo, o sr. presidente facul- tou o uso da palavra aos srs. vereadores, e como nenhum quizesse ocupar a tribuna, foi encerrada a sessão e marcada uma outra para o dia seguinte, ás 14 horas. *Eu, Edson de Moura Machado, 2º secretário, a escrevi e subscrevo.*

Sala das Sessões da Camara Municipal de Areia, em 1º de De- zembro de 1947.

_____	PRESIDENTE
_____	1º SECRETARIO
_____	2º SECRETARIO.

Ata nº 58 – **Aos vinte sete dias do mês de Ju-**

Câmara da cidade de Pombal

Ata da 3ª sessão ordinaria da 1ª reu-
nião annual da Câmara Municipal de Pombal,
do ano de 1951.

Aos vinte sete dias do mês de Ju-

nho do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), ás quatorze horas regimental, nesta cidade de Pombal, no prédio onde funciona a sociedade Artista Operaria Beneficente de Pombal e sala das sessões da Câmara Municipal, sob a Presidencia do Snr. Avelino de Queiroga Cavalcanti, Secretariados pelos Snrs. Tertuliano Rodrigues do O' e Aristeu de Sousa Formiga respectivamente 1º e 2º Secretarios, havendo numero legal é aberta a sessão ainda com a presença dos seguintes vereadores: Sady Wanderley, Severino Pedro [?] de Almeida e Sebastião Torquato de Araujo. Pelo 2º Secretario é procedida a leitura da ata da sessão anterior e, em seguida facultada a palavra e ninguém dela quiz usar, foi a mesma aprovada sem restrições. Na hora do expediente, foi procedida pelo 1º Secretario a leitura do projeto de lei nº 33 que autorisa o poder executivo a abrir o credito especial cr\$ 19.500,00 destinado ao reajustamento dos vencimentos dos funcionarios municipais. Passando-se a ordem do dia, foi posto em discussão e votação o relatorio e prestação de contas (fl2)

do Chefe do executivo referente ao exercicio de 1950; 1ª discussão e votação do projeto de lei nº 32 que autorisa o Prefeito Municipal a abrir o credito especial de cr\$ 6. 600,00 para ocorrer a diversas despesas os quais foram aprovados unanimes. Continua facultada a palavra e como ninguém quisesse mais fazer uso, declarou o Snr. Presidente encerrada a sessão, ficando outra marcada para o dia seguinte a hora regimental com a seguinte ordem do dia: 2ª discussão e votação do projeto de lei nº 32, e discussão e votação do projeto de lei nº 33 que autoriza o poder executivo a abrir o credito especial de cr\$ 19.500,00 destinado ao reajustamento dos vencimentos dos funcionarios Municipais. Do que para constar foi lavrada a presente ata que vai devidamente assinada pelos membros da mesa.

Sala da sessão da Câmara Municipal de Pombal, em 27 de Junho de 1951.

Avelino de Queiroga Cavalcante
Tertuliano Rodrigues do 'O
Aristeu de Sousa Formiga

Ata nº 59 – **Aos cinco dias do mês de Novembro do a-**

Câmara da cidade de Monteiro

Aos cinco dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na cidade de Monteiro, no Edifício da Prefeitura Municipal, na Sala de Sessões, a Câmara – reuniu-se extraordinariamente sob a presidência do Sr. Oscar Feitosa Neves, presente os Srs. Vereadores que rubricaram a lista de comparecimento.

Havendo número legal de vereadores na lista de presença, às 19 horas, o sr. Presidente declarou “aberta a sessão”.

Foi lida a ata da sessão anterior a qual mereceu aprovação, ficando devidamente assinada.

Em seguida, passou-se à ordem (fl2)

do dia que constou da seguinte matéria: um requerimento da autoria do Sr. Vereador Manoel Ferreira de Vasconcelos: Para enviar ao Presidente da República Castelo Branco voto de congratulações pelo ato institucional Nº 2.

Pelo Sr. Presidente foi submetida a discussão única a matéria em mesa.

Realizou-se a discussão num clima de harmonia, passando o Sr. Presidente a determinar o trabalho de votação, da qual resultou o seguinte: aprovação unânime o Sr. Presidente redigiu um telegrama no seguinte teor: Exo Sr. Presidente Castelo Branco Palácio Planalto Brasília-DF.

Tenho grata satisfação comunicar Vossência Câmara Vereadora deste Município em Máxima Sessão realizada hoje por unanimidade de votos aprovou req. g [?] congratulando-se iminentes presidente decretação medida salvadora concretização benéficos e sadios objetivos revolução p.[?] O Sr. Presidente submeteu o telegrama a apreciação ficando o mesmo aprovado.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão, para constar, eu Geny Bezerra da Silva, lavrei a presente ata que deverá ser lida, aprovada e devidamente assinada pelos Srs. Vereadores desta Câmara. (Fiz as entre-linhas)

Sala das sessões da Câmara Mu-

municipal de Monteiro, 5 de Novembro de 1965

Oscar Feitosa Neves
Manoel Ferreira de Vasconcelos
Francisco Batista de Freitas
Adalberto Ferreira Sousa

Ata nº 60 – **Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos de se-**

Câmara da cidade de Campina Grande

ESTADO DA PARAIBA
(Brasão) MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)
Gabinete do Presidente

Campina Grande – PB.

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO
DA SEXTA
LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE “CASA FÉLIX
DE ARAÚJO
REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1971.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos de setenta e um, no local e hora de costume, realizou-se a septuagésima quinta sessão ordinária do segundo período da sexta legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande “Casa Félix Araújo”, sob a presidência do Vereador Gumercindo Barbosa Dunda e secretaria dos Vereadores Vital Maria Ribeiro e Hermes Ferreira Ramos, presente os Vereadores José de Arimathéa Rodrigues, Eraldo Vieira César, Antônio Alves Pimentel, Argemiro de Figueirêdo Filho, Manoel Joaquim Barbosa, Lyndaci Medeiros, Genésio Soares de Carvalho, Rafael Manoel dos Santos e Nestor Alves Mello Filho, além dos membros da Mesa acima mencionados. Abertos os trabalhos do dia, o Secretário procedeu a leitura da Ata da sessão anterior, que não sofrendo impugnações, foi considerada aprovada e assinada por quem de direito. EXPEDIENTE – Projeto de Lei nº 88/71 do Vereador Genésio Soares de Carvalho, que concede cidadania honorária ao Dr. Talma Benévolo de Benévolo e dá outras providências. Comissão de Justiça para dar parecer. Requerimento nº 512/71 do Vereador Antonio Alves Pimentel, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Francisco. Aprovado por unanimidade. Requerimento nº 513/71 do Vereador Hermes da Ferreira Ramos, apelo veemente ao Interventor, no sentido de determinar a Secretaria competente fazer um completo serviço de conservação em todas as ruas do bairro da Conceição. Aprovado por unanimidade. Requerimento nº 514/71 do Vereador Genésio Soares de Carvalho, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Otacílio Ayres Cavalcanti. Aprovado por unanimidade. Pela ordem de inscrição, ocupou a tribuna o Vereador Manoel Joaquim Barbosa, que analisou a situação difícil e precário do nosso nordeste tão sofrido. Comentou pronunciamentos seus, feitos em dias passados sobre o assunto, bem como tópicos do discurso de um Senador alagoano, sobre a infra-estrutura do país. Disse que cabia ao governador do Estado, adquirir mais indústrias

fazendo com que surgissem mais emprêgos para os menos favorecidos. Em a-
 parte ao orador, o Vereador Ary Rodrigues disse que a SUDENE apesar de
 só merecer nossos aplausos, atualmente encontrava-se em situação difí-
 cil com seus dias contados, que após a última visita do Presidente Mèdi-
 ci ao Nordeste, o mesmo deixara transparecer qua a situação da SUDENE
 não era das melhores. Prosseguindo, o Vereador Manoel Joaquim Barbosa a-
 firmou que a implantação no nordeste tornava-se cada dia mais difícil,
 de uma vêz que os grupos financeiros, com exceção do grupo Rique, fazia
 questão de levar o dinheiro do nordeste para o sul do país. Finalizando,
 acrescentou: “Entendo que o Brasil só será Brasil, com a integração do
 Nordeste, o qual não poderá ficar entregue ao desprezo, acho que deve
 haver uma reformulação de propósitos. A SUDENE, através de seus agentes
 deve dar uma nova estrutura ao Nordeste. O povo ainda sente na própria
 carne a falta de êmprego e é bom que fiquem registradas aqui minhas pa-
 lavras , para que no futuro todos saibam que a Casa de Féliz Araújo não
 se limita apenas nos problemas municipais mas de tôda esfera, estadual e
 federal”, O orador seguinte, Vereador Ary Rodrigues congratulou-se com o
 povo campinense pelo presente de ontem à noite, quando assistimos ao belo
 espetáculo da Banda Americana, promoção do Interventor Federal e Emissor-
 ras. Disse que aqueles môços irrdiavam a simpatia de que era possuidor o
 povo americano. Que há dez anos percorriam às Américas executando belíssi-
 mas músicas e dêles deixando no ar aquele àquele entendimento de que tan-
 to precisamos. Agradeceu ao Consulado Americano , ao Interventor Federal
 bem como às Emissoras Associadas. Adiantou, que muito lhe chamara a aten-
 a belíssima interpretação do Hino Nacional Brasileiro, parecia uma das
 (fl2)

nossas bandas tal era perfeição, todavia, sentira uma tristeza imensa
 e vira o quanto ainda precisamos de cultura; é que apenas uma dezena de
 pessoas cantavam o hino , isto significando que a grande maioria não sa-
 bia a letra, que belo teria sido vêr tôda aquela multidão entoando o hi-
 no nacional. Afirmou que no seu tempo de escola primária, cantava-se o
 hino todos os dias antes das aulas, daí porque, sugeria ao Interventor
 Federal no sentido de que adotasse essa medida nas escolas primárias do
 Município, numa demonstração do grande amor que temos por êsse país. Or-
 dem do Dia – Projeto de Lei nº 69/71 do Poder Executivo, que estima a
 receita e fixa a despêsa do Município de Campina Grande para o exercí-
 cio financeiro de 1972/1974. Parecer favorável. Em discussão. Em votação,
 provado por unanimidade em segunda e última discussão. Nada mais haven-
 do a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, do que, para constar, eu,
 Hermes Ferreira Ramos, Segundo Secretário, lavrei a presente Ata que as-
 sino justamente com os demais membros da Mêsa. S.S., em 23 de novembro de
 1971.

Vital Maria Ribeiro
 (_____)
Gumercindo Barboza Dunda

Ata nº 61 – **Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Outubro**

Câmara da cidade do Conde

Câmara Municipal do Conde

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Outubro do ano de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete) esteve reunida a Câmara Municipal do Conde em Sessão Ordinaria. Iniciando os trabalhos não foi feita a leitura de ata em virtude da mesma não ter sido concluída. O Sr. Presidente determinou a leitura do Expediente que constou do: Ofício nº 005/87 datado de 20 de outubro de 1987 do Presidente do Partido Liberal – PL Antonio de Souza Santos Júnior ao 1º Secretário da Câmara Municipal: Petrônio Filgueiras de Atayde, comunicando o Vereador Charles Gomes Pereira foi indicado pelo diretório para Líder de Bancada Junto a essa casa Legislativa. No pequeno expediente foi feita a leitura do Ante-Projeto de Lei nº 02/87 que define área urbana de área rural no município do Conde. A seguir o Vereador Arnbio Firmino fez uso da palavra e disse ao povo que encontrava-se no plenário que eles deviam sempre reivindicar seus direitos. No ensejo o Vereador Everildo Alves pediu um Aparte e disse não deveria Surgir loteamentos com nome de Expansão. A seguir fez uso da palavra o Vereador Petrônio Athayde dizendo que loteamentos não seriam mais aprovados, finalizou parabenizando o povo e dizendo que no Conde não haveria mais retalhamento. A seguir fez uso da palavra o Vereador Romilton Maximo falando da falta d'água do loteamento Nossa Senhora da Conceição. A seguir o Vereador Charles Gomes fez uso de palavra falando também sobre desapropriação de terras. A seguir o Sr. Presidente falou ao público que encontrava-se (fl2) presente e disse que o Ante-projeto 02/87, havia sido aprovado. A seguir o Vereador Charles Gomes fez a leitura do Ante projeto 01/87 e leu o parecer da comissão de Justiça. A seguir o Presidente suspendeu o andamento do processo e facultou a palavra ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rural, Sr: Pedro Victor. O referido Srº. falou Sobre desapropriação de Terras e extinção do INCRA, A seguir fez uso da palavra o Agricultor Paulo Joaquim, também falando Sobre Terras. A seguir o Sr. Presidente pôs em 1ª e 2ª discussão o Ante- projeto Nº 01/87, o referido Ante Projeto foi aprovado. A seguir o Vereador Petronio Athayde fez uso de palavra e falou

sobre o discurso do Sr. José Antonio de Souza Maranhão, Ex Presidente da JUCEP, que foi divulgado no Jornal O Norte e lamentou o fato do mesmo não ter podido fazer sua prestação de contas no ato (____) que transpunhe Seu cargo. No ensejo o Vereador Everildo Alves pediu um aparte e lamentou o incidente. Continuando o Vereador Petrônio leu um poema de Augusto dos Anjos em homenagem a José Maranhão e solicitou ao presidente que colocasse o recorte do Jornal nos arquivos da Casa. Continuando apresentou requerimento nº 35/87, requerendo voto de desagravo em favor do Senhor José A- de S. Maranhão. A seguir o Vereador Arnobio Firmino, apresentou um requerimento verbal solicitando quebra mola para o Conde. No ensejo o Vereador Everildo Alves acostou-se ao requerimento do Vereador e solicitou que colocassem também quebra-molas em Jacumã.
(fl3)

A seguir o Vereador Romilton fez uso da palavra e disse que o requerimento que fez na reunião passada já vai ser atendido pelo Sr: Prefeito. A seguir o Vereador Charles Gomes fez uso de palavra falando sobre o Ante projeto 81/87 Continuando o Sr. Prefeito Municipal que se fez presente na reunião, fez uso da palavra falou de saudade da Câmara e reverenciou aos vereadores pois um Prefeito não governa Sozinho. E como nada mais havia a tratar O Sr. Presidente deu por encerrada a Sessão e eu Maria de Fátima M. de Sousa, servindo de Secretaria lavrei a presente ata que vai por mim assinada pelo Sr: Presidente e pelos Vereadores presentes.

Luis Batista da Fonseca
Josinaldo Ribeiro

Ata nº 62 – **Aos vinte e hum dias do mês de**

Câmara da cidade do Conde

Ata da Sessão Extraordinária

Em:21-08. 91.

Aos vinte e hum dias do mês de agosto do ano de 1991, às 9:00 hs, os vereadores da Câmara M. de Conde

reuniram-se em sessão especial com a finalidade de promulgar o veto do prefeito, digo promulgar o projeto de Lei nº 036 vetado pelo Sr. Prefeito, no seu inciso II. Iniciada a sessão a Sra. Presidente informou aos Srs. vereadores que esteve com o Deputado Pedro Adelson e fez uma consulta a respeito da inconstitucionalidade do projeto supra citado e objeto da polêmica tendo o deputado respondido que não havia nenhum prejuízo futuro para a Câmara ou para o Sr. Prefeito, pois isto era apenas uma questão de entendimentos e boa política, pois em nada afetaria os cofres do município isto é, se não ultrapassasse a receita. Assim sendo, e verificando que não traria prejuízo nem problemas futuros aos poderes, a Sra. Presidente baseado no ofício enviado pelo Sr. Prefeito que diz que a incumbência era do Legislativo tendo em vista não ter sido sancionado por êle, diante do exposto obedecendo o que (fl2)

determina a nossa Lei Orgânica no seu art. 37§7º, fica promulgado o inciso II do Projeto de Lei nº 036/71 E assim sendo, a Sra. Presidenta encerrou a sessão e eu Romilton Máximo de Araújo 1º Secretário lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Sra. Presidente e demais vereadores presentes.

Romilton Máximo de Araújo Luiz [?] Guedes de Oliveira (_____) da Costa
 (_____) Antonio Dionisio de Melo
 (_____) Silva Lima (_____) Martinho



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Ata nº 63 – Às 09:30h, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do

Câmara da cidade de João Pessoa

Ata de Sessão Extraordinária no 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2007.

Composição da Mesa Diretora

Presidente

Vereador Durval Ferreira Filho

1º Secretário

Vereador João Almeida

Lista de Presentes

Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro-Fuba

Vereador Pedro Alberto Araújo Coutinho

Vereador Valdir Dowsley - Dinho

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

Vereador Fabiano Sales Vilar

Vereador João Carvalho-Corujinha

Vereador Zezinho do Botafogo

Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá

Vereador Pastor Miguel Arcanjo

Vereador Watteau Rodrigues

Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte

Vereador Aristávora Santos - Tavinho

Vereador Padre Adelino

Ausente com justificativa: Vereador Aníbal Costa Marcolino Gomes.

Às 09:30h, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Extraordinária, convocada conforme preceitua o art 98, inciso III do Regimento Interno deste Poder, através de requerimento, subscrito por 15 Vereadores, ou seja, a maioria.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, passa a palavra ao Vereador Benilton Lucena para leitura e encaminhamento da matéria a ser apreciada.

O Vereador Benilton Lucena, líder do Prefeito, expõe: “É com extrema alegria que apresentamos e apreciamos hoje este projeto que vem somar junto com a Secretaria de Transparência Pública, criada pela administração Ricardo Coutinho e que tem como objetivo possibilitar maior transparência às atividades do governo, visto os problemas enfrentados por esta administração, em relação à administração passada” O Vereador faz uma breve leitura da Mensagem do Executivo, que encaminha o projeto, PL 1207/07 - Dispõe sobre o Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate a Corrupção – CMTPPCC - a fim de que todos tenham conhecimento. Depois, lê-lo na íntegra e fala da importância deste projeto, cuja linha é o combate à corrupção. Isso, de acordo com o Vereador, mostra o compromisso do Prefeito com a cidade, abrindo a diversos órgãos, para terem conhecimento dos recursos que estão



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

sendo aplicados, desde sua origem até o processo de execução. Parabeniza também a Secretária de Transparência Pública, Sra. Estelizabeth.

O Vereador Watteau Rodrigues parabeniza a Administração Municipal, em nome do Líder do Prefeito, Vereador Benilton Lucena, por este projeto, que é muito pertinente e mostra o desprendimento do Prefeito. De acordo com o Vereador, João Pessoa vive um novo jeito de governar. O Conselho é um elemento do qual a sociedade civil se apropria.

A Vereadora Paula Frassinete diz: “Ressalto a importância da lisura dos atos praticados pelos agentes políticos para que a classe readquira o respeito. Quero parabenizar a Prefeitura de João Pessoa e esta Casa. Inclusive hoje é o dia internacional contra a corrupção, e porém muito oportuna para aprovação do referido projeto.”

O Vereador João Almeida aproveita o momento para parabenizar o Prefeito, dizendo que tal Conselho é um avanço para a cidade, já que as pessoas estão vendo uma onda de corrupção em vários lugares.

O Vereador Aristávora Santos – Tavinho – também parabeniza, ressalta que a corrupção, infelizmente, não acabará. Lamenta que ela exista em todo o mundo e mais ainda que, no Brasil, haja também impunidade. Valoriza o projeto, dizendo que é um grande passo para a melhora.

O Vereador João Almeida registra: “quero aproveitar o momento para parabenizar o Prefeito Ricardo Coutinho e dizer que essa questão de corrupção está tão em moda quanto as ambientais e raciais. Fico muito feliz de ver que a gestão Ricardo Coutinho não tem medo de transparência. Tem que realmente haver um conselho para que esta onda de denúncias não venham macular a honra de pessoas de bem.”

O Vereador Aristávora Santos - Tavinho - ressalta que este projeto é mais um instrumento aprovado por esta Casa para o combate a corrupção. Diz o Vereador: “E que a sociedade possa cobrar a seriedade de seus políticos e suas ações no desenvolvimento de políticas públicas”.

O Vereador Luciano Cartaxo corrobora: “Não poderia deixar de ressaltar a importância de tal projeto para a apreciação desta Casa, bem como acho que a criação deste Conselho Municipal é de fundamental importância. É lamentável notar que alguns Vereadores que defendem o combate à corrupção não estejam aqui para esta votação. Acredito que esta iniciativa do Prefeito Ricardo Coutinho irá se espalhar nos demais Municípios deste Estado.”

O Vereador Watteau Rodrigues enaltece o elevado espírito público do relator, Vereador Pedro Coutinho, por suas sugestões, como as devidas correções e a inclusão do FOCCO no Conselho. Ressalta ainda que nem o Estado socialista está livre da corrupção, mas que, diferentemente do capitalista, foge da impunidade.

Ordem do Dia

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação, Salvo Emendas, e em 1ª e 2ª Discussão para o seguinte projeto:

Autor

Executivo Municipal

PL 1207/07 - Dispõe sobre o Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate a Corrupção - CMTPEC.

O Vereador Pedro Coutinho, relator da matéria, tece os seguintes comentários: “Agradeço de público ao Vereador Padre Adelino, presidente da CCJR, por ter me escolhido como relator da matéria em pauta. Não ficarei contra o projeto, inclusive, uma das funções pilares do Legislativo é a fiscalização. Mas, tenho algumas ressalvas no que diz respeito à equívocos na



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

digitação de alguns artigos, como por exemplo, a repetição da mesma letra nas alíneas do art. 3º. Visando sanar estes equívocos encaminho as seguintes Emendas que passo à apreciação”.

Aprovado o projeto, salvo emendas, por 14 votos.

Emendas:

Autor

Vereador Pedro Coutinho

1ª Emenda - Aditiva - Incluir a alínea “e” ao inciso III do artigo 3º do Projeto de Lei nº 1207/07, que passa a ter a seguinte redação:

Art 3º (...)

III - Entre as instituições públicas convidadas:

a)...

“e) 01 (um) representante da Câmara Municipal de João Pessoa”.

2ª Emenda - Modificativa – Modifica o art. 4º do Projeto de Lei nº 1207/07:

“Art 4º A Presidência do conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CMPCC), será exercida por um dos representantes dos órgãos governamentais eleitos pelos demais representantes para mandato de 02(dois) anos não podendo haver recondução e se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente quantas vezes forem necessárias para o cumprimento de sua pauta de trabalho.

Parágrafo Único – a posse do Presidente eleito ocorrerá na reunião seguinte à eleição”.

3ª Emenda - Modificativa - Modifica o art. 5º do Projeto de Lei nº 1207/07:

“Art. 5º Os representantes tanto titular como suplente dos órgãos governamentais e não governamentais terão mandatos de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 1º O mandato dos representantes dos órgãos governamentais tanto titulares como suplentes, serão extintos automaticamente quando ocorrer o termino do mandato do Prefeito que o nomeou”.

Aprovadas as presentes emendas pela unanimidade dos presentes.

Aprovado o projeto como um todo por 14 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação e em Discussão e Votação Única para o seguinte projeto:

Autor

Vereadora Paula Frassinete

PDL 191/07 – Concede a Comenda Educador Darcy Ribeiro à Sra. Zilda Cabral de Vasconcelos.

Após encerrada a apreciação das matérias, o Vereador Padre Adelino lembra aos Srs Vereadores que ainda têm projetos que os encaminhem, juntamente com os pareceres, para que sejam apreciados na próxima Sessão. Lembra também aos pares que o RI determina que cada Vereador tem direito, por Sessão Legislativa, a conceder três comendas, entretanto alerta que existem Vereadores com quase 10 proposituras neste sentido, devendo, portanto, a Presidência da CCJR, devolver aos respectivos autores para serem apresentados no próximo ano.

O Vereador Benilton Lucena parabeniza o Vereador Padre Adelino, Presidente da CCJR, acrescentando: “Acho válido apelo para que todos tragam os projetos para apreciação na quarta-feira, inclusive, votando a LOA. Hoje, às 14:00h, o Prefeito Ricardo Coutinho sancionará, no auditório da Reitoria da UFPB, o PL 1207/07 - Dispõe sobre o Conselho



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Municipal de Transparência Pública e Combate a Corrupção – CMTTPCC em comemoração ao Dia Internacional de Combate a Corrupção.

A Vereadora Paula Frassinete pede ao Presidente que encaminhe aos relatores das Comissões uma exigência para que eles mandem os projetos, pois muitos estão em trâmite há muito tempo. Ressalta que, se as Sessões Ordinárias fossem realizadas de segunda a sexta-feira, os Vereadores não ficariam votando atabalhoadamente diversos projetos nos últimos dias da Sessão Legislativa.

O Vereador Aristávora Santos – Tavinho – registra Voto de Pesar à família de Socorro Valadão.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, reitera solicitação para que na próxima quarta-feira haja apreciação das matérias pendentes objetivando limpar a pauta, para a discussão e apreciação da LOA. Por fim, encerra a presente Sessão Extraordinária.

Esta Ata foi elaborada pelo Setor de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária.

(*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos; e em documentos e/ou xerox remetidos ao setor. NR.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2007.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Ata nº 64 – Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome

Câmara da cidade de João Pessoa

Ata da 81ª Sessão Ordinária do 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 27 dias do mês de setembro do ano de 2007.

Composição da Mesa Diretora

Presidente

Vereador Durval Ferreira Filho

1º Secretário

Vereador Geraldo Amorim de Sousa

2º Secretário

Vereador Valdir Dowsley-Dinho

Lista de Presentes

Vereador Aníbal Costa Marcolino Gomes

Vereador Padre Adelino

Vereador Aristávora Santos

Vereador Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro-Fuba

Vereador Fabiano Sales Vilar

Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá

Vereador Dr. Luiz Flávio Medeiros Paiva

Vereador Pastor Miguel Arcanjo

Vereador Watteau Rodrigues

Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte

Vereador Pedro Alberto Araújo Coutinho

Vereador Zezinho do Botafogo

Vereador João Carvalho-Corujinha

Vereador Professor Paiva

Vereador João Almeida

Licença médica: Vereador Potengi Lucena

Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente, abre os trabalhos desta Sessão Ordinária, determinando leitura das Atas 79ª e 80ª Sessões Ordinárias, apreciadas e aprovadas sem restrições.

Expediente em Mesa

Do Executivo Municipal:

Mensagem nº 053/07 – Autorização de abertura de crédito especial na Secretaria Municipal de Saúde, para fins que especifica.

Of. Câmara dos Deputados – Orçamento Fiscal e Seguridade Social – recursos do Orçamento da União destinados aos municípios em 2007.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

TELEGRAMAS nºs 006244 e 006392/07/MS/FNS – liberação de recursos nos valores respectivos: R\$ 2.322,28 e R\$ 67.924,45.

Of. 285, 295 e 296/07/OI; Of. 0200/07/PROGEM; Of. 0285/07/CGS; Of. 27 e 28/07/GVHB – justificando ausência do Vereador Hervázio Bezerra nas Sessões das Ordinárias dos dias 26 e 27/09; Of. 051/07/GVPA – justificativa de ausência do Vereador Padre Adelino, no dia 26 do corrente; Memo 84/07/GVJA – justificativa do Vereador João Almeida para essa Sessão Ordinária; Of. 76/07/GVAM – justificativa para ausência do Vereador Aníbal Marcolino no dia 27.09.

Aprovados os ROPs do nº 8894 ao 8945/07.

Inversão da pauta.

Grande Expediente

1º Orador

O orador Vereador Padre Adelino, saudou a todos os presentes e diz: “Nessa manhã registramos o julgamento ontem do ex-Deputado Aécio Pereira, no caso Márcia Barbosa. Em 1998 aconteceu o brutal assassinato da jovem Márcia Barbosa, moça humilde que veio de Cajazeiras com a promessa de empregos. Levada para o Motel Trevo foi estrangulada. Registro a coragem do delegado que apurou o crime, comprovando junto com o Ministério Público quem tirou a vida de Márcia Barbosa. Ele deveria ser condecorado pela Secretaria de Segurança. Finalmente o corpo de jurados julgou segundo os autos e não se intimidou pelo poder econômico. Mas, para a surpresa nossa, um voto ainda inocentou o réu. Para nossa tristeza o Código Penal estipula a pena máxima entre 12 e 30 anos... Lamentável justiça para a família de Márcia Barbosa. É lamentável que o cruel assassino tenha saído do fórum criminal em liberdade. A lei é fria e calculista... 16 anos e ainda podendo recorrer em liberdade”.

Em aparte, a Vereadora Paula Frassinete, ressalta: “Quando víamos pessoas do quilate de um ex-Deputado ser julgado? Margarida Maria Alves morreu e nunca vimos seus assassinos sendo julgados. E cada vez mais precisamos protestar contra atos como estes. A sociedade organizada precisa levar mais pessoas como o Deputado Aécio Pereira a julgamento”.

Retomando a palavra o orador Vereador Padre Adelino, enfatiza haver avanço. “Mas ainda vemos injustiças. Esperamos que os nossos desembargadores, homens justos e experientes, ratifiquem o que o corpo de jurados fez ontem, ou seja, o homem que tirou a vida de Márcia seja julgada como uma pessoa comum”.

O Vereador Waldir Dowsley – Dinho, no aparte, diz: “Não me cabe julgar o ex-Deputado Aécio Pereira. Mas hoje de manhã vi na televisão que o acusado das mortes das duas crianças em São Paulo estava no regime semi-aberto. O delegado responsável pelo caso informou que esse criminoso tinha fotos das crianças mortas no seu celular. Não podemos admitir isso. Enquanto sociedade, temos que pensar e exigir dos nossos representantes da bancada federal uma moção cobrando uma reforma penal”.

O orador Vereador Padre Adelino, diz que caso do ex-deputado Aécio Pereira tem que ser debatido. “Temos que enaltecer o delegado e o corpo de jurados pela postura. Quem matou uma moça inocente tem que ser preso como um homem comum”.

Aparteando o Vereador Watteau Rodrigues, destaca a coragem do orador. “V. Exa colocou um ponto importante como o da falta de celeridade processual no Judiciário. Outra questão é o número de recursos que permitem que um criminoso recorra em liberdade. Nós do PC do B, ainda estamos consternados com o assassinato do sindicalista Chaguinha, para que não aconteça o que aconteceu no caso de Margarida Maria Alves. V. Exa. está de parabéns”.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Finaliza o orador Vereador Padre Adelino: “Quero concluir minha fala com as palavras do Vereador Waldir Dowsley-Dinho, com toda a violência e barbaridade se encontra em todo o Brasil. Tem um versículo na Bíblia que diz: ‘... se eu não gritar, as pedras gritarão...’ Por isso precisamos nos manifestar sobre esses julgamentos. Um dia veremos reinar nessa terra a liberdade, quando a Justiça for implacável como no caso de Márcia Barbosa”. O Vereador encerra seu pronunciamento apresentando diversos requerimentos de sua autoria.

Em Questão de Esclarecimento, o Vereador Watteau Rodrigues solicita proceder a apreciação da OD e das atas.

2º Orador

O orador Vereador Geraldo Amorim faz leitura de seus requerimentos e destaca Voto de Aplausos pelo Dia do Idoso, em especial ao Vereador Fabiano Vilar, pelo trabalho que este realiza com os anciões.

Em aparte, Vereador Fabiano Vilar agradece ao Vereador Geraldo Amorim e parabeniza todos os idosos pela passagem da data.

O orador Vereador Geraldo Amorim retoma seu pronunciamento: “A Polícia Federal é formada por um quadro de agentes policiais e um quadro técnico. O Governo Federal negociou um quadro de salário em 36 meses, mas o pessoal técnico-administrativo não foi aquinhado com esse aumento, e o Governo tem se calado. Em todo o Brasil, este pessoal está parando, por isso a Polícia Federal inteira também pára, pois eles são a parte burocrática e administrativa. Aqui na Paraíba, a greve é de 100%, no Brasil é de 90%. Manifesto meu apoio ao comando de greve aqui do Estado e cumprimento o policial Hernande aqui presente.”

A Vereadora Paula Frassinete usa do aparte: “Eu sempre me solidarizei com a causa dos Policiais Federais e venho parabenizá-los com o trabalho que tem sido feito em todo o país. Encaminho minha solidariedade aos Policiais e parabenizá-los pelos serviço que nos orgulham, além disso, presto solidariedade aos funcionários do FISCO-PB, que, após terem audiência marcada com o Governador, voltaram a trabalhar e agora podem negociar o seu PCCR.

O Presidente Vereador Durval Ferreira, também se acosta ao pronunciamento do Vereador Geraldo Amorim e parabeniza o Prefeito Ricardo Coutinho pelos 1.000 dias de administração. Encerrando, **o orador Vereador Geraldo Amorim**, agradece à solidariedade de todos e despede-se.

3º Orador

O orador Vereador Zezinho do Botafogo, inicia seu pronunciamento, fazendo a divulgação da programação dos 76 anos do Futebol Clube Botafogo, ao mesmo tempo que convida a todos. “Os festejos terão início amanhã dia 28 às 9h30, com um jogo e entrega de faixas aos juniores pela conquista do Tricampeonato Paraibano, às 19h uma Missa em Ação de Graças, no sábado dia 28 às 7h30m, um torneio com as escolinhas de futebol, além de outro jogo a partir das 9h30m, com os vários jogadores que marcaram época e contribuíram muito com a divulgação do Clube em todo estado da Paraíba. Eventos serão realizados na Maravilha do Contorno, onde após os jogos, será mostrado o novo alojamento que já está em fase de acabamento”.

No aparte os Vereadores Paula Frassinete, Watteau Rodrigues, Aristávora Santos, Pedro Alberto Coutinho e Valdir Dowsley-Dinho, parabenizam o orador Vereador Zezinho do Botafogo, que muito bem representa o Clube de Futebol Botafogo, além do próprio Time que está comemorando os seus 76 anos de fundação. A Vereadora Paula Frassinete acrescenta que seria importante a volta do “Vale Legal”. O Vereador Watteau Rodrigues, acrescenta que



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

embora não tenho sido convidado para fazer parte das comemorações no aniversário dos 75 anos do Clube, mas agradece e confirma sua presença. Por fim o Vereador Aristávora Santos, fala da importância do Clube e o orgulho que trás para os paraibanos. Os Vereadores Valdir Dowsley – Dinho e Professor Paiva, desejam que o time do Botafogo traga mais títulos no próximo ano, e que as divisões internas deixem de existir para trabalharem irmanados em prol do bem do Clube. E se colocam a disposição para ajudarem.

O Presidente Vereador Durval Ferreira, diz que se o Clube do Botafogo tivesse mais apoio financeiro, mais inclusive por parte dos governos, galgaria maior êxito.

Retomando a palavra o orador Vereador Zezinho do Botafogo, agradece aos aparteante, e conta com a presença dos pares desta Casa, nas comemorações do aniversário do Clube do Botafogo.

O Vereador Aristávora Santos solicita que as matérias que não sejam polêmicas, como nomes de ruas, sejam apreciadas em bloco.

O Presidente Vereador Durval Ferreira inicialmente saúda a Sra. Tita e informa: “Os projetos de lei em que não constarem as assinaturas devidas serão retirados da pauta. Neste sentido determino ao Diretor de Arquivo que não aceite mais os projetos sem as assinaturas”.

Ordem do Dia

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Orçamento e Finanças e em 1ª e 2ª Discussão para os seguintes projetos:

Autor

Executivo Municipal

PLC 032/07 – Altera o art. 106 da Lei Complementar nº 02, de 17/12/1991 – Código Tributário do Município de João Pessoa.

PL 1001/07 – Dispõe sobre a utilização dos depósitos judiciais de origem tributária e Institui o Fundo Municipal de Depósitos Judiciais – FUNDEJ, no âmbito do município de João Pessoa.

PL 1026/07 – Autoriza a abertura de crédito especial nos encargos gerais do município /recursos sob a supervisão da Secretaria da Administração.

Aprovados por 17 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Políticas Públicas. Aprovado Salvo Emendas. Aprovado em 1ª e 2ª Discussão o seguinte projeto:

Autor

Executivo Municipal

PL 998/07 – Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da construção civil e demolição e o plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil e demolição de acordo com o previsto na Resolução CONAMA nº 307, de 08 de julho de 2002.

Emenda:

Autor

Vereador Benilton Lucena

Emenda Modificativa – Modifica o art 20 – Onde se lê “prevista no artigo 22”, leia-se “prevista no artigo 25”.

Aprovada a presente emenda pela unanimidade dos presentes.

Aprovado o projeto por 17 votos.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação para o seguinte projeto:

Autor

Executivo Municipal

PL nº 1068/07 – Autoriza o Poder Executivo a fazer abertura de crédito especial na Secretaria de Saúde.

Segue à COF.

Aprovado por 17 votos.

Aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Políticas Públicas e Orçamento e Finanças. Aprovado Salvo Emenda. Aprovado em 1ª e 2ª Discussão o seguinte projeto:

Autor

Executivo Municipal

PL 999/07 – Dispõe sobre a expedição de licença sanitária pela Secretaria Municipal de Saúde, revoga a Lei nº 8.193 de 20/12/1996.

Emenda:

Autor

Vereador Benilton Lucena

Emenda Modificativa – “Modifica a tabela do Anexo no item 4.2.07 de 57 para 25”.

Aprovada a presente Emenda por unanimidade.

Aprovado o projeto por 17 votos.

Para discutir:

O Vereador Luís Flávio, presidente da CPP e relator da matéria diz: “Como médico acho extremamente importante... A cidade ganha com aprovação dessa matéria...”

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Políticas Públicas e em 1ª e 2ª Discussão para os seguintes projetos:

Autor

Vereador Watteau Rodrigues

PL 822/07 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da Secretaria de Educação Cultura do Município apresentar trimestralmente relatório de evasão escolar aos Conselhos Tutelares, Vara da Infância e da Juventude e ao Ministério Público Estadual informando nomes dos alunos que deixaram de frequentar a escola.

Para discutir:

O autor Vereador Watteau Rodrigues acatar solicitação do Vereador Benilton Lucena substituindo a palavra “bimestralmente” por “trimestralmente”.

Autor

Vereador Padre Adelino

PL 1003/07 – Cria no âmbito das escolas públicas do município oficinas de reciclagem de papel.

Aprovados por 17 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Políticas Públicas para o seguinte projeto:

Autor

Vereador Flávio Eduardo-Fuba

PLC 029/07 – Dispõe sobre o disciplinamento do uso de equipamentos de som em porta malas de veículos particulares.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano
 Redação de Atas

Segue à CMA.

Para discutir:

O Vereador Flávio Eduardo-Fuba, como autor do referido projeto diz: “Os donos destes carros disponibilizam uma aparelhagem comparados a de trios elétricos. O projeto visa regulamentar essa situação”. Os Vereadores Durval Ferreira, Aristávora Santos, Luciano Cartaxo, Paula Frassinete, Watteau Rodrigues, Benilton Lucena e Zezinho do Botafogo parabenizam o autor pela iniciativa.

Aprovado por 17 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação para o seguinte projeto:

Autor

Vereador Padre Adelino

PL 1043/07 – Autoriza o Poder Executivo a criar o Sistema de numeração indicativo das paradas de ônibus - SISNIPO, no município de João Pessoa.

Segue à CPP.

Para discutir:

O Vereador Padre Adelino, autor do projeto, destaca a importância do acesso a informação, por parte dos moradores e dos visitantes do município de João Pessoa. Corroboram os Vereadores Flávio Eduardo-Fuba e Watteau Rodrigues.

Aprovado por 17 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação e em 1ª e 2ª Discussão para os seguintes projetos:

Autor

Vereador Geraldo Amorim

PL 983/07 – Reconhece de Utilidade Pública a Central de Idosos, pensionistas e aposentados do estado da Paraíba.

Autor

Vereador Zezinho do Botafogo

PL 1012/07 – Reconhece de Utilidade Pública a União Pública dos Estudantes Secundaristas da Paraíba – UESP.

PL's 927, 985, 986, 988, 990, 1010, 1019, 1022, 1033, 1034, 1035, 1037, 1041, 1046, 1047, 1049, 1056, 1054, 1057, 1058, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067/07.

Todos nomes de ruas.

Aprovados por 17 votos.

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação e em Discussão e Votação Única para os seguintes projetos:

Autor

Vereador Potengi Lucena

PDL nº 167/07 – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Sr. Antônio de Aracoeli Lopes Ramalho.

Autor

Vereador Padre Adelino

PDL nº 169/07 – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Sr. Raimundo Nonato Nunes.

PDL nº 170/07 – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Sr. Raimundo Nonato Costa.

Aprovados por 17 votos.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Benilton Lucena solicita **VISTAS** ao PL nº 1004/07 – Dispõe sobre a aquisição de passagens aérea pela administração pública municipal, de autoria do Vereador Pedro Coutinho. Concedido pela Mesa.

RETIRADOS de pauta pela ausência do autor os seguintes projetos:

REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI, LIDOS E ENCAMINHADOS, NA PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

Autor

Vereador Luís Flávio

PL - Denomina de Rua Raumira Nascimento de Castro.

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Dr. Marcelo Gentil Almeida Guedes.

Autor

Vereador Padre Adelino

PL – Dispõe sobre a fixação de placas ou cartazes orientadores sobre a Lei 1589/02 nos supermercados do município de João Pessoa.

Autor

Vereador Durval Ferreira

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense a Bispa Ana Lúcia Rodrigues Rocha Moreira.

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Bispo Edgard Fernando Moreira.

Autor

Vereador Padre Adelino

ROP 8946 ao 8960 /07 - Solicitação à EMLUR, no sentido de providenciar a limpeza da Rua Isaura Silveira Lira, no Água Fria; Idem da Rua José Raimundo Calado, em Água Fria; Idem à SEINFRA, no sentido de melhorar a iluminação Pública da Rua José Raimundo Calado, em Água Fria; Idem da Rua Isaura Silveira Lira, em Água Fria; Ide, idem, no sentido de consertar o calçamento (tapa-buracos) da Rua Isaura Silveira Lira, no Água Fria; Idem, idem, no sentido de calçar a Rua Yolanda Eloy de Medeiros, em Água Fria; Idem à EMLUR, no sentido de providenciar limpeza da Rua Yolanda Eloy de Medeiros, em Água Fria; Idem à SEINFRA, no sentido de calçar a Rua José Raimundo Calado, em Água Fria; Idem, da Rua Joana Batista Calado, no Jardim São Paulo; Idem, idem à EMLUR, no sentido de providenciar limpeza da Rua Joana Batista Cardoso, em Água Fria; Idem, idem à SEINFRA, no sentido de melhorar a iluminação Pública da Rua Yolanda Eloy de Medeiros, em Água Fria; Solicitação à SEINFRA, no sentido de calçar a Rua Josiara Telino, no Jardim São Paulo; Idem, no sentido de melhorar a iluminação Pública da Rua Josiara Telino, no Jardim São Paulo; Idem, idem à EMLUR, no sentido de providenciar a limpeza da Rua Josiara Telino, no Jardim São Paulo; Idem, idem à SEINFRA, no sentido de melhorar a iluminação pública da Rua Joana Batista Cardoso, no Água Fria.

Autor

Vereador Geraldo Amorim

ROP 8961 ao 8964 /07 - Solicitação à STTRANS, no sentido de que seja feita uma fiscalização nos estacionamentos com referência a vagas para idosos, nesta capital; Idem à SECRETARIA DE SAÚDE do Município, no sentido de que seja reaberto o posto de Saúde na Rua São Lucas, no Cristo; Idem, idem à SEINFRA, no sentido de que seja feito terraplanagem e o calçamento na Rua Alan Lourenço de Andrade , no Água Fria; Idem à STTRANS, no sentido de que seja colocado placa de sinalização na Rua Alan Lourenço de Andrade, no Água Fria.

Autor



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano
 Redação de Atas

Vereador João Corujinha

ROP 8965 ao 8971/07 - Solicitação à SEINFRA, no sentido de proceder a execução dos serviços de recuperação asfáltica da Rua Ana Cavalcanti de A. Teixeira Lima, em Mangabeira IV; Idem, no sentido de proceder recuperação de calçamento da Rua Alice Eliza de Melo, em Mangabeira IV; Idem, idem da Rua José B. de Oliveira, em Mangabeira IV; Idem da Rua Anaide Bento da Silva, em Mangabeira IV; Idem, idem, da Rua Celina V. dos Santos, em Mangabeira IV; Idem, da Rua Ireneu G. dos Santos, em Mangabeira IV; Idem, idem, da Rua Manoel Pires Bezerra, em Mangabeira IV.

Autor

Vereador Luís Flávio

ROP 8972/07 - Solicitação de Sessão Especial, para alterar sobre os problemas afetos aos idosos, em data e hora a serem confirmadas.

Autor

Vereador Aristávora Santos

ROP 8973/07 - Votos de Parabéns a Des. Dr^a. Fátima Bezerra Cavalcanti, pela passagem do seu aniversário nesse dia 26/09/2007.

Autor

Vereador Professor Paiva

ROP 8974 ao 8994/07 – Solicitação à SEINFRA, no sentido de realizar serviços de Recapeamento Asfáltico na Rua Violonista Rafael Rabelo, em Água Fria; Idem, no sentido de providenciar conserto do calçamento da Rua Luiza de Medeiros, no José Américo; Idem, da Rua José Real, no José Américo; Idem, no sentido de providenciar serviços de terraplanagem para Rua Comerciante Manoel Pereira Soares, no José Américo; Idem, idem para a Rua Sgt. Carlos Pontes de Araújo, no José Américo; Idem, idem, para a Rua Assis Mangueira da Costa, no José Américo; Solicitação de Sessão Especial, para o dia 09 de Outubro do corrente ano, às 15: 00hs, com o objetivo de discutir a coleta de lixo na cidade; Solicitação à SEINFRA, no sentido de realizar serviços de recapeamento asfáltico na Rua Tenente Esdras, no Funcionários III; Idem, da Rua Maria Geni, em Água Fria; Idem, idem na Rua investigador Apolônio Crispim, no Funcionários III, Idem na Rua Ivo José, no Funcionários III; Idem, no sentido de providenciar conserto do calçamento na Rua Haroldo Monteiro Freire, em Água Fria; Idem, idem da Rua Capitão José Pessoa, em Jaguaribe; Solicitação à SEINFRA no sentido de providenciar serviços de recapeamento asfáltico na Rua Maria A. Lacerda Cardoso, no Bairro de Água Fria; Idem, para que proceda com serviços de terraplanagem na Rua Maria Geni do Amaral Modesto, no Bairro do José Américo; Idem, para que providencie o conserto do calçamento da Rua Rosa de Paula Barbosa, no Bairro do José Américo; Idem, idem, no que se refere à Rua Alcides Mendes Henrique, no Bairro do José Américo; idem, idem, no que tange à Rua Leila Diniz, no Bairro do José Américo; Idem, idem, no que tange à Rua Violinista Rafael Rabelo, no Bairro de Água Fria; Idem, para que proceda com serviços de recapeamento asfáltico na Rua Maria Pequena de Lacerda, no Bairro do Funcionários III; Idem, idem, no que tange à Rua Valfredo Guedes P. Sobrinho, no Bairro de José Américo.

Autor

Vereador Benilton Lucena

ROP 8995 ao 8998/07 – Solicita Votos de Parabéns pelos 1.000 dias de governo ao Prefeito Ricardo Coutinho; Votos de Parabéns pela passagem do aniversário da Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, que ocorreu no dia 26 de setembro de 2007; Voto de Pesar a família do Prefeito Jairo Vieira Feitosa, pelo seu falecimento no último dia 26 de setembro; Votos de Solidariedade ao Ilustríssimo Senhor João Maria Gomes



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Coelho, que sofreu um atentado na última segunda-feira dia 24 de setembro em sua residência, no Conjunto Cidade Verde.

Autor

Vereador Durval Ferreira

ROP 8999/07 – Solicita Votos de Parabéns à Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, pela passagem do seu aniversário natalício, no ultimo dia 26 de setembro.

Autor

Vereador Geraldo Amorim

ROP 9000/07 – Solicita Voto de Aplauso à Central Estadual dos Inativos, Pensionistas e aposentados – CENIPA, pela passagem do Dia do Idoso.

Autor

Vereador Valdir Dowsley (DINHO)

ROP 9001 ao 9004/07 – Solicita Votos de Aplausos à Rede Record de Televisão pela inclusão da Programação “Record News” a ser emitido sinal a partir de 27 de setembro de 2007; Solicita o saneamento da Rua Rejane Freire, no Bairro Jardim Cidade Universitária; Faz Voto de Aplauso ao Sr. Walmir Rufino da Silva e à Sra. Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues pelo lançamento do livro “Motivação nas Organizações”; Solicita à EMLUR que seja extraída uma raiz de árvore na Av. Coremas 1069, em Jaguaribe.

Autor

Vereador Paula Frassinete

ROP 9005/07 – Solicita Sessão Especial às 15:00 horas do dia 23 de outubro, a fim de discutir e avaliar os procedimentos de transplantes realizados na Paraíba.

Encerrada a presente Sessão Ordinária fica marcada uma outra para este mesmo local, em dia e hora regimentalmente estabelecidos.

Esta Ata foi elaborada pelo Setor de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária.

(*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos; e em documentos e/ou xerox remetidos ao setor. NR.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 27 dias do mês de setembro do ano de 2007.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Ata nº 65 – Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto bíblico, em nome do povo de

Câmara da cidade de João Pessoa

Ata da 5ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2008.

Composição da Mesa Diretora

Presidente

Vereador Durval Ferreira Filho

1º Secretário

Vereador Geraldo Amorim de Sousa

Lista de Presentes

Vereador Aníbal Costa Marcolino Gomes

Vereador Pedro Alberto Araújo Coutinho

Vereador Valdir Dowsley – Dinho

Vereador Potengi Lucena

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

Vereador Professor Paiva

Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba

Vereador João Carvalho – Corujinha

Vereador Padre Adelino

Vereador Zezinho do Botafogo

Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá

Vereador Dr. Luís Flávio

Vereador Pastor Miguel Arcanjo

Vereador Watteau Rodrigues

Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte

Vereador Aristávora Santos – Tavinho

Vereador João Almeida

Ausentes com justificativas: Vereador Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti e Fabiano Sales Vilar

Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto bíblico, em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária determinando leitura das Atas da 3ª e 4ª Sessões Ordinárias, além da aprovação da Ata da 2ª Sessão Ordinária, todas apreciadas sem restrições.

Expediente em Mesa

Do Executivo Municipal:

Mensagem 011/08, ao PL que “Autoriza abertura de crédito especial na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção. Diretoria de Apoio à produção agrícola, para fins que especifica”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[Of. nº. 075, 078, 079 e 080/2008](#) – STTRANS; Of. 569, 570, 571, 572/08 – OI.

Memo 004/08/GVLF – justificativa de ausência do Vereador Luís Flávio no dia 21.02; Of. 004/08/GVHB – justificativa de ausência do Vereador Hervázio Bezerra no dia 21.02;

Memo 001/08/GVFFV – justificativa de ausência do Vereador Fabiano Vilar para os dias 20 e 21.02;

Of. 09/08/GVLC – justificativa de ausência do Vereador Luciano Cartaxo no dia 20.02;

Of. 001/08/GVPA – justificativa de ausência do Vereador Padre Adelino para o dia 20.02;

Of. 008/08/GVVD – justificativa de ausência do Vereador Valdir Dowsley – Dinho para o dia 20.02;

O Vereador Geraldo Amorim justifica ausência do Vereador Fabiano Vilar.

Em Questão de Ordem a Vereadora Paula Frassinete registra falecimento do ator, João Balula. “Hoje, nós que fazemos a sociedade civil organizada estamos de luto e neste momento externo nosso sentimento de perda”.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, registra falecimento do tio do Vereador Marconi Paiva, e encaminha Pesar à família.

O Vereador Benilton solicita que os requerimentos dos Vereadores que não estão presentes em plenário sejam retirados da pauta. Acatado pela Mesa.

Aprovados os ROP's do nº 10207 ao 10210; 10224, 10225; 10233; do 10246 ao 10271; 10282 e o 10283/08.

Ordem do Dia

Não houve

Grande Expediente

1º Orador

O orador Vereador Professor Paiva inicia seu pronunciamento abordando temas que foram pautados pela imprensa: “Na última terça-feira, tomei conhecimento através de telefonema de uma usuária do PSF localizado no Treze de Maio, que uma cidadã se acorrentou na unidade daquele Posto em protesto por falta do medicamento que a mesma necessita. Ficamos bastante preocupados com essa situação, tendo em vista que, no Governo passado, a população recebia os medicamentos pelo correio. Isso foi desarticulado pela atual Gestão Municipal, por motivos que nós discordamos. Registro ainda que a filosofia do PSF é fazer medicina preventiva”.

Em aparte, o Vereador Aníbal Marcolino parabeniza o orador pelo pronunciamento e ressalta: “Com muita competência, V. Exa. faz esse registro, e acrescento que está faltando também material odontológico, medicamentos, profissionais, além dos exames que os usuários não conseguem marcar. É lamentável o que vem ocorrendo na cidade de João Pessoa em relação à saúde. Destaco ainda que há medicamentos vencidos. Em virtude dos problemas, estarei encaminhando requerimento de Convocação à Secretária de Saúde, para vir prestar esclarecimentos, lembrando que, segundo Lei Federal e Lei Orgânica do Município, os Secretários devem vir à Câmara quatro vezes por ano para prestar informação à população e ao Poder Legislativo. Espero que a Secretária venha e faça os esclarecimentos devidos”.

Retomando a palavra, o orador Vereador Professor Paiva agradece ao apartante e passa a abordar outro tema. “Pedirei esclarecimento à PMJP sobre serviço de galeria pluvial no Bairro do Bessa, obra que iniciou há um ano e está sem conclusão, ocasionando transtorno à



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

população. Já o Governo do Estado está pavimentando sessenta ruas no mesmo bairro, com serviços de galerias de tratamento de esgoto. Outra solicitação é dirigida ao Secretário João Azevedo - SEINFRA - no sentido de encaminhar informação sobre a Licitação no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e meio de reais) para locação de máquinas. O Secretário encaminhou resposta ao Jornalista Rubens Nóbrega, e não respondeu ao ofício por mim encaminhado. Cito alguns casos: por exemplo, podemos adquirir um caminhão novo por R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), no entanto a Prefeitura alugou, para basicamente um período de vinte meses, por trezentos e poucos mil reais. Nós vamos pagar isso, já que estes recursos são frutos de impostos pagos por nós. Questionamos vários itens dessa Licitação. Queremos saber também qual foi a despesa nos anos de 2005, 2006 e 2007 com aluguel deste tipo de máquina. Reitero que entreguei ofício para obter estas informações, agora reforço este pedido através de requerimento. Outro questionamento diz respeito à Licitação do Lixo: estamos na expectativa de qual será a empresa ganhadora. Lembro que, no início da atual Administração Municipal, a coleta custava cerca de R\$ 50 milhões por ano. Esta despesa, em quatro anos, aumentou para algo em torno de R\$ 139 milhões. Fizemos um comparativo da cidade de João Pessoa com Porto Alegre: a coleta do lixo no ano passado na capital gaúcha custou R\$ 137.000.000,00 (cento e trinta e sete milhões de reais), de tal forma que a PMJP gasta R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) a mais. Fazendo um paralelo entre as duas cidades: Porto Alegre, segundo dados do IBGE do ano de 2000, tem população de aproximados 1.360.000 (um milhão e trezentos e sessenta mil habitantes), enquanto João Pessoa, 597.000 (quinhentos e noventa e sete mil). Em relação à área das duas cidades: Porto Alegre tem 476 km² e João Pessoa 210 km². Isso nos deixa, no mínimo, intrigados e merece reflexão. Reitero que estamos ansiosos para ver o resultado da Licitação.” Por fim, o orador encaminha requerimentos solicitando soluções para diversos problemas da cidade.

2º Orador

O orador Vereador Padre Adelino cumprimenta todos, lê e encaminha requerimentos seus, do Vereador João Almeida e do Presidente, Vereador Durval Ferreira, além de um PL seu, solicitando um busto do escritor José Américo de Almeida, na avenida homônima, conhecida como Beira-rio. O orador comenta a renúncia de Fidel Castro da Presidência de Cuba: “Muita gente comemora, mas não sabe dos avanços que houve naquele país. Vejam o sistema de saúde e de educação, e a agricultura, que, mesmo com o bloqueio econômico criminoso, cresce. O esporte, então, é uma grande força. É inegável que há problemas, mas os avanços são muitos. Apenas registro isso porque muita gente fala do que não conhece.” Tece comentário também sobre a renúncia do salário edil feita pelo Vereador João Almeida: “Parabéns a ele, mas, na imprensa, pelo que estou ouvindo, parece que ele é um herói, e os demais estão errados. Eu assumo que não tenho condições de fazer isso, pois não sou funcionário público, e os compromissos de um mandato não me deixam negar tal salário, mas, mesmo assim, louvo a atitude do Vereador.”

O Vereador João Almeida, em aparte, agradece pelo reconhecimento e diz: “Jamais passou pela minha cabeça ser herói nem denegrir a imagem de nenhum colega Vereador. Tomei esta decisão em 31/01, mas, só nesta semana, aqui nos corredores da Casa, os jornalistas me perguntaram se havia um requerimento neste sentido, e eu confirmei, então, a imprensa achou interessante e tornou notícia. Quero também parabenizar o que imprensa fez, afinal ela não dá apenas notícias ruins, mas divulga as atitudes boas.” O aparteante ainda registra que enalteceu, nas entrevistas, o trabalho dos colegas que optaram apenas por receber o salário de Vereador.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O orador Vereador Padre Adelino diz: “Como seria bom, se no dia da posse, a gente chegasse com um documento renunciando a isso, mas basta sair daqui, que há muitos movimentos sociais que nos procuram para ajudar. Eu só falei nisso, porque fiquei preocupado com a imagem dos demais Vereadores.”

Pela Ordem, o Vereador Potengi Lucena diz que a Sra. Valmira, presente nas galerias, está promovendo uma atividade para angariar recursos para o Lar da Providência. Passa a ler o ofício que lhe foi entregue por ela, no qual se divulga um evento na Bela Casa Recepções.

Na presidência, o Vereador Flávio Eduardo – Fuba – registra justificativa de ausência do Vereador Hervázio Bezerra.

3º Orador

O orador Vereador Geraldo Amorim saúda todos e inicia relatando: “tenho um posicionamento diferente a respeito desta questão levantada pela renúncia salarial do Vereador João Almeida. O parlamentar não deveria ter salário, mas sim ser reembolsado em suas despesas decorridas pelo desempenho do cargo. Assim é que ocorre em países de primeiro mundo, por isso é que existe uma verdadeira corrida ao parlamento no Brasil. Vejo muitas vezes, alguns novos candidatos revelando-se, pois, ao invés de estarem apresentando propostas novas, querendo arrumar “coisas” para os Vereadores atuais, a meu exemplo, No bairro onde moro, fui taxado de não fazer nada lá. Isso aqui é um serviço que deveria ser gratuito para a sociedade, aí sim eu queria ver quem queria estar aqui nesta Casa ou nos parlamentos.”

Aparteando, o Vereador Watteau Rodrigues diz: “V. Exa. abordou a questão salarial com muita propriedade. Atualmente com a renúncia de Fidel, a maioria da grande mídia revela que o ditador está deixando o poder. Haverá um dia em que não haverá a necessidade de se trocar mercadorias por salários. O Vereador João Almeida agiu com um grande gesto de grandeza ao abrir mão de seu salário embora haja divergências quanto a este procedimento, aqui na Casa. “

Retomando o discurso, o orador Vereador Geraldo Amorim, continua: “agradeço ao Vereador pelo seu posicionamento a respeito do tema. Temos exemplos aqui de 02 médicos, que compatibilizam seus horários e têm o respaldo legal para a acumulação de seus salários. O mesmo poderia continuar ocorrendo com o Vereador João Almeida desde que direcionassem seus plantões para o período noturno.” O orador apresenta alguns requerimentos de sua autoria. Passa, então, a falar sobre a violência: “teremos amanhã aqui, uma audiência pública para debater o tema, principalmente, no que está relacionado às casas lotéricas. Nós amanhã estaremos aqui, para, através do debate, encontrar uma solução e, ao mesmo tempo, levantarmos a questão de que a segurança pública é uma responsabilidade inerente ao Estado, e a iniciativa privada também tem o seu papel necessário para coibir conjuntamente com o Estado estes atos de violência, conforme estabelecido em lei.”

Em aparte, o Vereador João Almeida agradece ao orador pelo tratamento conferido consigo.

Encerrando seu discurso, o orador Vereador Geraldo Amorim diz: “temos uma série de leis em desuso: quer sejam elas referentes a ecologia ou a outros temas, e, participando de uma comissão para avaliar tais leis, em desuso, notamos a necessidade de incentivar o cumprimento destas.” Por último, apresenta seu projeto de lei complementar, que promove o incentivo à coleta seletiva.

4º Orador



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

A **oradora Vereadora Paula Frassinete** saúda todos os presentes, em especial os representantes do Lar da Providência: “pelo empenho que desenvolvem, os seus componentes estão de parabéns.” Fala também da sua tristeza pelo falecimento do amigo João Balula, cuja luta em prol da comunidade negra é exaltada pela oradora, que lê emocionada e encaminha requerimento de Voto de Pesar à família do falecido. Após isso, ela trata da prática política. “Sabemos da dificuldade que temos para fazer política, mas isso ocorre em qualquer seguimento da sociedade. Existe realmente esta dificuldade, mas sempre, em entrevistas ou mesmo aqui usando da tribuna, digo que nada é impossível, pois temos uma oportunidade ímpar de servir como voz para a população que tanto necessita de ajuda social. Todos sabem da minha insatisfação por, muitas vezes, não termos número suficiente de Vereadores para seguir com o trabalho legislativo aqui na Casa, não é direcionado críticas a A ou a B, mas muito me entristece ouvir populares falarem que os políticos são vagabundos, não querem trabalhar etc. Mas, não podemos deixar de falar que existem muitas pessoas comprometidas em fazer política com qualidade. Muitas vezes, sabemos do desagrado por parte de alguns, mas seremos julgados pelas nossas ações.”

Em aparte, o Vereador Watteau Rodrigues fala da honra de ter convivido com o seu querido Balula: “homem de posição firme exemplo de luta para todos nós, ele era o rei da alegria, sabemos da tristeza da família e da sociedade pessoense mas não podemos parar os trabalhos legislativos: a produção continua.”

Retornando a palavra, a **oradora Vereadora Paula Frassinete** agradece o aparte e complementa sua homenagem ao senhor Balula, dizendo que ele era um homem que tinha orgulho de ser negro e sempre trabalhou em prol dessa consciência para todos.

Em aparte, **o Vereador Luciano Cartaxo** diz que subscreve esse Voto de Pesar à família de Balula e ainda comenta: “toda grande João Pessoa lamenta a morte prematura do nosso amigo que sempre esteve envolvido com a cultura de nossa cidade. Encerrando seu pronunciamento, a **oradora Vereadora Paula Frassinete** lê Projeto de sua autoria que trata do uso da substituição de sacolas plásticas por sacolas de papel ou de material biodegradável em pequenos e grandes supermercados e conclama: “queremos que seja feita uma discussão com a população. Sabemos que está sendo para o globo terrestre um dos maiores problemas de poluição ambiental. Espero que seja discutido e aprovado.” Encerra e agradece.

5º Orador

O orador Vereador Aníbal Marcolino reitera colocações feitas pelo Vereador Professor Paiva sobre uma cidadã que, em protesto, se acorrentou no portão de PSF localizado no Treze de Maio. O orador continua fazendo leitura de artigo que relata o fato e acrescenta: “o sofrimento é grande. Não existem medicamentos, as consultas especializadas são marcadas para vários meses depois. Todos os dias ouvimos nas rádios várias críticas. Críticas construtivas que solicitam melhorias para os diversos aspectos da saúde no Município. Neste sentido, com base na Lei Federal 8689, art. 12, e no RI art 161, inciso 9º, encaminho convocação da Sra. Secretária de Saúde do Município no dia 11 de março, às 10:00h, para prestar esclarecimentos, por exemplo, sobre a reforma CAME/Cruz das Armas, dos hospitais do Valentina e Santa Maria. Solicito também toda a documentação sobre estas reformas. Espero que a Sra. Secretária venha prestar os esclarecimentos necessários dirimindo dúvidas. Espero que meu requerimento, convocando a Sra. Secretária, seja aprovado por unanimidade, caso contrário, acionarei novamente o Ministério Público”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI, LIDOS E ENCAMINHADOS, NA PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

Autor

Vereador Durval Ferreira

PL - Denomina de Rua Iractan Alves dos Santos

Autor

Vereador Padre Adelino

PL – Autoriza o Poder Executivo a colocar um busto e placa em homenagem ao escritor José Américo de Almeida em área urbana do município de João Pessoa.

PL – Reconhece de utilidade Pública o CEPAS – Centro Pastoral e Social “Senhora Sant'ana”, órgão vinculado a Paróquia Sant'ana no município de João Pessoa.

Autor

Vereador Geraldo Amorim

PL - Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder isenção do TCR – taxa de Coleta de Resíduos ao condomínios residenciais de João Pessoa, oportunidade a inclusão ambiental.

Autor

Vereadora Paula Frassinete

PL – Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas de papel ou sacolas plásticas bio-degradáveis em supermercados, mercados de pequeno porte e lojas de departamento.

Autor

Vereador Padre Adelino

[REQUERIMENTO Nº 10405/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA ARY BARROSO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10406/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA JOSÉ CLEMENTINO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10407/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA CARLOS ALEXANDRE, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10408/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA AROLD LOBO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10409/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA SANTA MARGARIDA, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10410/2008](#) - APELO À SEINFRA NO SENTIDO DE PROVIDENCIAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA COMPOSITOR LAMARTINE LOBO, BAIRRO DO ALTO DE MATEUS

[REQUERIMENTO Nº 10546/2008](#) - CONVOCAÇÃO DE SESSÃO ESPECIAL SOBRE O TEMA “FRATERNIDADE E DEFESA DA VIDA”.

Autor

Vereador Durval Ferreira

[REQUERIMENTO Nº 10411/2008](#) - APELO À SEINFRA – SANEAMENTO BÁSICO PARA O CONJUNTO COSTA E SILVA



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10412/2008](#) - APELO À STTRANS – SUBSTITUIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO/PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES, CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10413/2008](#) - APELO À STTRANS – RECOLOCAÇÃO DE LOMBADA ELETRÔNICA EM FRENTE DE ESCOLA MUNICIPAL, CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10414/2008](#) - APELO À SEINFRA – CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10415/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA ENG. NEMÉZIO PALMEIRA, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10416/2008](#) - APELO À SEINFRA – CONSTRUÇÃO DE POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10417/2008](#) - APELO À SEINFRA – COMPLEMENTAÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA ANTONIO CLAUDINO LEAL, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10418/2008](#) - APELO À SEINFRA – COMPLEMENTAÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA PADRE MANOEL DA NÓBREGA, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10418/2008](#) - APELO À SEINFRA – COMPLEMENTAÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA PADRE MANOEL DA NÓBREGA, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10419/2008](#) - APELO À SEINFRA – COMPLEMENTAÇÃO DA RUA LUIZ INÁCIO RIBEIRO COUTINHO, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10420/2008](#) - APELO À SEINFRA – COMPLEMENTAÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA FELLICI DI BELLI, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10421/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA EVANI VINA MACHADO, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10422/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA EVANDIL PESSOA, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10423/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA ELIAS DA COSTA RAMOS, NO CONJUNTO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10424/2008](#) - VOTOS DE APLAUSOS A IGREJA MISSIONÁRIA EVANGÉLICA BETEL BRASILEIRO, NO CONJUNTO VALENTINA I (PASTORA EDILENE)

Autor

Vereador Flávio Eduardo - Fuba

[REQUERIMENTO Nº 10425/2008](#) - SOLICITAÇÃO A STTRANS – MANUTENÇÃO DO COMANDO ELÉTRICO DO SEMÁFORO DA RUA BERNARDO DE ALBUQUERQUE

[REQUERIMENTO Nº 10426/2008](#) - SOLICITAÇÃO A SEDURB – CONSTRUÇÃO DE UM PALCO – PRAÇA AQUITES LEAL

[REQUERIMENTO Nº 10427/2008](#) - SOLICITAÇÃO A SEDURB – PODA DE ÁRVORES, NA AVENIDA JOÃO MACHADO – PRAÇA AQUITES LEAL

Autor

Geraldo Amorim

[REQUERIMENTO Nº 10428/2008](#) - VOTO DE APLAUSO AO TENENTE CEL. MARCUS MARCONI TORRES DE LIMA



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10429/2008](#) - SOLICITAÇÃO À SEINFRA – CONSERTAR O CALÇAMENTO DA RUA DR. ERNANI BORBA, BAIRRO JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA

Autor

Vereador João Almeida

[REQUERIMENTO Nº 10430/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MANOEL BATISTA FREIRE, BAIRRO JOÃO PAULO II.

[REQUERIMENTO Nº 10431/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA NILDO DE ANDRADE VAZ, BAIRRO FUNCIONÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10432/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA OLEGÁRIO FIGUEIRA LEÃO, BAIRRO JOÃO PULO II.

[REQUERIMENTO Nº 10433/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA VILA BOM JESUS, BAIRRO DE VARJÃO.

[REQUERIMENTO Nº 10434/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LUIZ JACINTO, BAIRRO ALTO DO MATEUS.

[REQUERIMENTO Nº 10435/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, JARDIM SÃO PULO.

[REQUERIMENTO Nº 10436/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LEANDRO CONCEIÇÃO LINO DOS SANTOS, FUNCIONÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10437/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LUIZ RIBEIRO DO AMARAL, BAIRRO ERNESTO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10438/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MAESTRO JOAQUIM CLAUDINO FERREIRA, JARDIM VENEZA.

[REQUERIMENTO Nº 10439/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA WALDEMAR DE OLIVEIRA LEITE, BAIRRO CASTELO BRANCO.

[REQUERIMENTO Nº 10440/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA UMA LIMPEZA GERAL E INSTALAÇÃO DE MEIO-FIO NA LATERAL DO CONDOMÍNIO OLÍVIA COSTA, Nº. 109, RUA CAETANO FIGUEIREDO, ESQUINA COM A RUA OLÍVIA DE ALMEIDA GUERRA

[REQUERIMENTO Nº 10441/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FERNANDO FERRARI, BAIRRO PEDRO GONDIM.

[REQUERIMENTO Nº 10442/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FRANCISCO DOMINGOS DE MENDONÇA, BAIRRO CASTELO BRANCO.

[REQUERIMENTO Nº 10443/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FRANCISCO VIGÁRIO, BAIRRO ROGER.

[REQUERIMENTO Nº 10444/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GEN. PEDRO GONÇALVES DE MEDEIROS, BAIRRO DE OITIZEIRO.

[REQUERIMENTO Nº 10445/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GERALDO QUIRINO, BAIRRO DE OITIZEIRO.

[REQUERIMENTO Nº 10446/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FRANCISCO BEZERRA, BAIRRO ERNANI SÁTYRO.

[REQUERIMENTO Nº 10447/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GEZIEL GONZANGA DE BARROS, BAIRRO DOS IPÊS.

[REQUERIMENTO Nº 10448/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GOV. LUIZ BRITO DE ALMEIDA, JARDIM VENEZA.

[REQUERIMENTO Nº 10449/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA GUIBALDO LEAL DE MENEZES, BAIRRO DOS IPÊS.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

- [REQUERIMENTO Nº 10450/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA TRAVESSA MARTINHO LUTERO ATÉ A AV. CHESF, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10451/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA VALFREDO GOMES CORREIA, BAIRRO DE JOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10452/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FRANCISCO RABELO, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10453/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA TENENTE HORÁCIO SALUSTINO, BAIRRO DE VALENTINA.
- [REQUERIMENTO Nº 10454/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA TEODOSIO OLIVEIRA TOLEDO, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10455/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA TEREZINHA BATISTA, BAIRRO DE JOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10456/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RECIFE, BAIRRO DE GROTAÃO.
- [REQUERIMENTO Nº 10457/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA REJANE FREIRE, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.
- [REQUERIMENTO Nº 10458/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SÕ JOÃO MARIA VIANEY, BAIRRO DO CASTELO BRANCO II.
- [REQUERIMENTO Nº 10459/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA ENG. SÉRGIO RUBENS DE ALBUQUERQUE LIMA, BAIRRO DO CRISTO.
- [REQUERIMENTO Nº 10460/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA MOURISE DE MIRANDA GUSMÃO, BAIRRO DO CRISTO.
- [REQUERIMENTO Nº 10461/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA CAETANO DE FIGUEIREDO, BAIRRO DO CRISTO.
- [REQUERIMENTO Nº 10462/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SARGENTO ALFEU CAVALCANTE DOS SANTOS, CUIÁ.
- [REQUERIMENTO Nº 10463/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SINDICALISTA PEDRO RIBEIRO, BAIRRO DE JOÃO PAULO II.
- [REQUERIMENTO Nº 10464/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SOLIDELANE DE FÁTIMA MONTEIRO, BAIRRO DE JOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10465/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SALUSTIANO B. DE MEDEIROS, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10466/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SANTA TEREZA, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.
- [REQUERIMENTO Nº 10467/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SÃO JOÃO BATISTA, ILHA DO BISPO.
- [REQUERIMENTO Nº 10468/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RISOMAR MACEDO SILVA, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10469/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA OLÍVIO RIBEIRO CAMPOS, BAIRRO DE MIRAMAR.
- [REQUERIMENTO Nº 10470/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA OTÁVIO COSTA, BAIRRO DE JOÃO AGRIPINO.
- [REQUERIMENTO Nº 10471/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA SANTA RITA DOS IMPOSSÍVEIS, BAIRRO DE VALENTINA.
- [REQUERIMENTO Nº 10472/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA, BAIRRO DE COSTA E SILVA.
- [REQUERIMENTO Nº 10473/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RONALDO ALVES DE TOLEDO, BAIRRO DE MANGBEIRA.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10474/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA, BAIRRO DO RÓGER.

[REQUERIMENTO Nº 10475/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA – TRAVESSA JOAQUIM CARVALHO, ILHA DO BISPO.

[REQUERIMENTO Nº 10476/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS OTÁVIO FELIX PEREIRA, PROJETADA E PEDRO LIMA PEREIRA, BAIRRO DE JOSÉ AMÉRICO (MÃE BIENGA).

[REQUERIMENTO Nº 10477/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PEDRO VIANA DA SILVA, COMUNIDADE SANTA BÁRBARA.

[REQUERIMENTO Nº 10478/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PERO VAZ DE CAMINHA, BAIRRO TREZE DE MAIO.

[REQUERIMENTO Nº 10479/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROFA. EUDÉZIA RIBEIRO, BAIRRO DOS ESTADOS.

[REQUERIMENTO Nº 10480/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROFA. LUIZA FERNANDES VIEIRA, BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10481/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROFA. MARIA PINHEIRO DE ALMEIDA, BAIRRO DO CASTELO BRANCO.

[REQUERIMENTO Nº 10482/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROF. ARCANJO CAVALCANTE, BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10483/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROF. FERNANDO MOTA, BAIRRO PEDRO GONDIM.

[REQUERIMENTO Nº 10484/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROF. JOSUÉ SILVEIRA, BAIRRO ERNESTO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10485/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA, CIDADE VERDE/MANGABEIRA.

[REQUERIMENTO Nº 10486/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA, BAIRRO ERNANI SÁTYRO.

[REQUERIMENTO Nº 10487/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PROJETADA, BAIRRO ERNESTO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10488/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MASCARENHAS DE MORAIS, BAIRRO DE MANDACARU.

[REQUERIMENTO Nº 10489/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MAURÍCIO DE OLIVEIRA, BAIRRO TREZE DE MAIO.

[REQUERIMENTO Nº 10490/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA NEUZA HILDA DE MEDEIROS, BAIRRO ERNESTO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10491/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA NEWTON LACERDA, BAIRRO TREZE DE MAIO.

[REQUERIMENTO Nº 10492/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CARTEIRO JOSÉ DE OLIVEIRA, BAIRRO DE OITIZEIRO.

[REQUERIMENTO Nº 10493/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA AURÍLIA LINS RABELO, BAIRRO DE COSTA E SILVA.

[REQUERIMENTO Nº 10494/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ÁUREO AMÉRICO, BAIRRO DO CRISTO REDENTOR

[REQUERIMENTO Nº 10495/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA AURÉLIO MORENO ALBUQUERQUE, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

[REQUERIMENTO Nº 10496/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ARSÊNIO MANGUEIRA DA COSTA, BAIRRO DO JOSÉ AMÉRICO.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

- [REQUERIMENTO Nº 10497/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ANITA GARIBALDI, COMUNIDADE SANTA BÁRBARA.
- [REQUERIMENTO Nº 10498/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ANTONIETA SÁTIRO, BAIRRO DJOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10499/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ARMANDO AFONSO BORDOUX, BAIRRO DO GEISEL.
- [REQUERIMENTO Nº 10500/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ABEL DA SILVA, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.
- [REQUERIMENTO Nº 10501/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA AGENOR LACET, BAIRRO DO JOÃO AGRIPINO.
- [REQUERIMENTO Nº 10502/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA AGRICULTOR INÁCIO SOARES DE PONTES, BAIRRO DE VALENTINA.
- [REQUERIMENTO Nº 10503/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA AGRICULTOR SEVERINO EVARISTO DE SOUZA, MUMBABA.
- [REQUERIMENTO Nº 10504/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALINE BERNARDO DA SILVA, BAIRRO DO ROGER.
- [REQUERIMENTO Nº 10505/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALZIRA PORTO MARIA DA CONCEIÇÃO, BAIRRO DO JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10506/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CELERINA PAIVA, BAIRRO DE MANDACARU.
- [REQUERIMENTO Nº 10507/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CASTRO ALVES, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.
- [REQUERIMENTO Nº 10508/2008](#) - SOLICITA QUE DESARQUIVE O PROJETO DE LEI Nº. 1184/2007 QUE DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE CÂMARAS FILMADORAS NAS PRINCIPAIS ARTÉRIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA
- [REQUERIMENTO Nº 10509/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CLAUDENOR FERREIRA DA SILVA, JARDIM SÃO PAULO.
- [REQUERIMENTO Nº 10510/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CARLOS DRUMONT DE ANDRADE, COMUNIDADE SANTA BÁRBARA.
- [REQUERIMENTO Nº 10511/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CAPITÃO SEVERINO CESARINO, JARDIM SÃO PAULO.
- [REQUERIMENTO Nº 10512/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CÂNDIDA FORMIGA DE SOUZA, BAIRRO DO JOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10513/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DA PRODUÇÃO, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.
- [REQUERIMENTO Nº 10514/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DAS DOMÉSTICAS, JARDIM VENEZA.
- [REQUERIMENTO Nº 10515/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CONSTANTINO PEREIRA DE LIMA, BAIRRO DO JOSÉ AMÉRICO.
- [REQUERIMENTO Nº 10516/2008](#) - SOLICITA A EMLUR LIMPEZA GERAL DE UM TERRENO BALDIO LOCALIZADO EM FRENTE A CASA Nº. 76 DA RUA CONSTANTINO PEREIRA DE LIMA, BAIRRO DO JOSÉ AMÉRICO
- [REQUERIMENTO Nº 10517/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA COMERCIANTE MANOEL PITOMBEIRA, BAIRRO DO GROTÃO
- [REQUERIMENTO Nº 10518/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA COMUNITÁRIO SEVERINO GONÇALVES DE ALMEIDA, BAIRRO DE MANGABEIRA



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10519/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DA CRUZ, BAIRRO DO OITIZEIRO.

[REQUERIMENTO Nº 10520/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA COMENDADOR SANTOS COELHO, BAIRRO DA PENHA.

[REQUERIMENTO Nº 10521/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA COMERCIANTE ARISTIDES COSTA, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

[REQUERIMENTO Nº 10522/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BELARMINO BENTO DA SILVA, BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10523/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ELIANE COUTINHO DE OLIVEIRA, BAIRRO DO BRISAMAR

[REQUERIMENTO Nº 10524/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ELOI MEDEIROS COSTA, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

[REQUERIMENTO Nº 10525/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DÁURA CABRAL DA NÓBREGA, BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10526/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DOLPHO FERREIRA SOARES, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

[REQUERIMENTO Nº 10527/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DOM LUIZ VASCONCELOS, JARDIM VENEZA.

[REQUERIMENTO Nº 10528/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DULCE PESSOA, CIDADE VERDE/MANGABEIRA.

[REQUERIMENTO Nº 10529/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DR. JOSÉ CARLOS CAVALCANTE, BAIRRO DO ERNANI SÁTYRO.

[REQUERIMENTO Nº 10530/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DOS CUIUBAS, MUÇUMAGRO

[REQUERIMENTO Nº 10531/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA FÁBIO JOSÉ DE SOUZA SANTOS, BAIRRO DOS FUNCIONÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10532/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ENFERMEIRA ANA MARIA BARBOSA DE ALMEIDA, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

[REQUERIMENTO Nº 10533/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA HONÓRIO SANCHO DE CARVALHO, BAIRRO DOS FUNCIONÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10534/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA HORTÊNCIO RIBEIRO, BAIRRO DO CASTELO BRANCO.

[REQUERIMENTO Nº 10535/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JARDIM PARAÍSO, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS (MUMBABA).

[REQUERIMENTO Nº 10536/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA IVANILDE PICORELLI, BAIRRO DO ROGER.

[REQUERIMENTO Nº 10537/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JUIZ AGRÍCOLA MONTENEGRO, BAIRRO DO MIRAMAR.

[REQUERIMENTO Nº 10538/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSÉ EUSTÁQUIO DA FONSECA, CIDADE VERDE/MANGABEIRA.

[REQUERIMENTO Nº 10539/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSÉ DA CUNHA, BAIRRO COSTA E SILVA

[REQUERIMENTO Nº 10540/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSÉ CARLOS DE FREITAS LINS, BAIRRO DO VALENTINA.

[REQUERIMENTO Nº 10541/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS, BAIRRO DOS FUNCIONÁRIOS.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10542/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOCIARA TELINO, JARDIM SÃO PAULO.

[REQUERIMENTO Nº 10543/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO MARINHO DA SILVA, BAIRRO ALTO DO MATEUS.

[REQUERIMENTO Nº 10544/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO GALDINO DE CARVALHO, BAIRRO TREZE DE MAIO.

[REQUERIMENTO Nº 10545/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MARIA DE LIMA FIDELIS, BAIRRO COSTA E SILVA.

Autor

Vereador Professor Paiva

[REQUERIMENTO Nº 10547/2008](#) - SOLICITA À CAGEPA FECHAMENTO DAS CAIXAS DE GALERIAS DA RUA GENERAL PEDRO MEDEIROS, BAIRRO DOS NOVAIS.

[REQUERIMENTO Nº 10548/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA TERRAPLANAGEM DA RUA TRAVESSA SÃO PAULO, COMUNIDADE DO TIMBÓ.

[REQUERIMENTO Nº 10549/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA DR. ASSIS CÂMARA, BAIRRO DO BESSA.

[REQUERIMENTO Nº 10550/2008](#) - SOLICITA À CAGEPA FECHAMENTO DE UM ESGOTO A CÉU ABERTO NA RUA MARIA DA GLÓRIA ALVES, BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10551/2008](#) - SOLICITA À CAGEPA FECHAMENTO DE UM ESGOTO A CÉU ABERTO NA RUA ANTONIO CAMILO DOS SANTOS, NA COMUNIDADE DO TIMBÓ.

[REQUERIMENTO Nº 10552/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA O SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM NA RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NA COMUNIDADE DO TIMBÓ.

[REQUERIMENTO Nº 10553/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA O SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM NA RUA BENTO MANOEL DE BARROS, NA COMUNIDADE DO TIMBÓ.

[REQUERIMENTO Nº 10554/2008](#) - SOLICITA À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA – SSP/PB POLICIAMENTO OSTENSIVO PARA O BAIRRO DO RANGEL.

Autor

Vereador Flávio Eduardo - Fuba

[REQUERIMENTO Nº 10555/2008](#) - VOTOS DE PESAR À AGREMIÇÃO CARNAVALESCA MALANDROS DO MORRO E FAMILIARES DE JOÃO BALULA.

Autor

Vereador Watteau Rodrigues

[REQUERIMENTO Nº 10556/2008](#) - VOTO DE APLAUSOS AO PROGRAMA “DEBATE VERDADE”, NA PESSOA DE ALEX ROBÉRIO DA COSTA, DA “TV O NORTE”.

[REQUERIMENTO Nº 10557/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA A CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA RUA JORNALISTA RUBEN CÉSAR, VALENTINA II.

[REQUERIMENTO Nº 10558/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA E CAPINAÇÃO NO CAMPO DE FUTEBOL JOÃO CIABAS, CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10559/2008](#) - SOLICITA À EMLUR RETIRADA DE ENTULHO NA RUA ELIAS C. DE ALBUQUERQUE, CRISTO REDENTOR.

[REQUERIMENTO Nº 10560/2008](#) - SOLICITA À EMLUR RETIRADA DE LIXO, LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA AVENIDA PRINCIPAL DO VALENTINA II.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10561/2008](#) - REQUER SESSÃO ESPECIAL EMCOMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

[REQUERIMENTO Nº 10562/2008](#) - SOLICITA À STTRANS A INSTALAÇÃO DE UM SEMÁFORO NA AV. ELIAS DE ALBUQUERQUE, ESQUINA COM ROMEU LEMOS, BAIRRO DO RANGEL.

Autor

Vereador Aristávora Santos

[REQUERIMENTO Nº 10563/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, PAVIMENTAÇÃO DA RUA PROFA. MARIA PINHEIRO DE ALMEIDA, CASTELO BRANCO I.

[REQUERIMENTO Nº 10564/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA WALDEMAR DE OLIVEIRA LEITE, CASTELO BRANCO III.

[REQUERIMENTO Nº 10565/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA FRANCISCO DOMINGOS DE MENDONÇA, CASTELO BRANCO II.

[REQUERIMENTO Nº 10566/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA HORTÊNCIO RIBEIRO, CASTELO BRANCO I.

[REQUERIMENTO Nº 10567/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA ELIANE COUTINHO DE OLIVEIRA, BRISAMAR.

[REQUERIMENTO Nº 10568/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA GUIBALDO LEAL DE MENESES, BAIRRO DOS IPÊS.

[REQUERIMENTO Nº 10569/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PROFA. EUDEZIA RIBEIRO, BAIRRO DOS ESTADOS.

[REQUERIMENTO Nº 10570/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, RUA DA PRODUÇÃO, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

[REQUERIMENTO Nº 10571/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, RUA JARDIM PARAÍSO, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

[REQUERIMENTO Nº 10572/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, RUA JOÃO MARINHO DA SILVA, BAIRRO DO ALTO DO MATEUS.

[REQUERIMENTO Nº 10573/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA, EM REGIME DE URGÊNCIA, RUA CARMEM MIRANDA E JOSÉ GOMES DE ABREU, BAIRRO DO ALTO DO MATEUS.

Autor

Vereador Benilton Lucena

[REQUERIMENTO Nº 10574/2008](#) - SOLICITA À STTRANS ORIENTAÇÃO DE VEÍCULOS NO CONTORNO PRÓXIMO A ALÇA DA BEIRA RIO, NO HORÁRIO DE PIQUE.

[REQUERIMENTO Nº 10575/2008](#) - SOLICITA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DA REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO.

[REQUERIMENTO Nº 10576/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA ESCOLA ÍNDIO PIRAGIBE, BAIRRO DE MANGABEIRA.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10577/2008](#) - SOLICITA SESSÃO ESPECIAL PARA DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO DO PROFESSOR EM NOSSA CIDADE, BEM COMO HOMENAGEAR ESTE TRABALHADOR.

Autor

Vereador Aníbal Marcolino

[REQUERIMENTO Nº 10578/2008](#) - CONVOCAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Autor

Vereadora Paula Frassinete

[REQUERIMENTO Nº 10579/2008](#) - VOTO DE PESAR À FAMÍLIA DE JOÃO BALULA.

Encerrada a presente Sessão Ordinária fica marcada uma outra para este mesmo local, em dia e hora regimentalmente estabelecidos.

Esta Ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária.

(*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos e em documentos e/ou reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2008.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário

Sn/ zu/ pesb/ ft/ cefl/ jab



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Ata nº 66 – Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do povo de

Câmara da cidade de João Pessoa

Ata da 6ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2008.

Composição da Mesa Diretora

Presidente

Vereador Durval Ferreira

1º Secretário

Vereador Hervázio Bezerra

Lista de Presentes

Vereador Aníbal Costa Marcolino Gomes

Vereador Geraldo Amorim de Sousa

Vereador Valdir Dowsley-Dinho

Vereador Potengi Lucena

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

Vereador Fabiano Sales Vilar

Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro-Fuba

Vereador João Carvalho-Corujinha

Vereador Padre Adelino

Vereador Zezinho do Botafogo

Vereador Pastor Miguel Arcanjo

Vereador Watteau Rodrigues

Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte

Vereador Aristávora Santos - Tavinho

Vereador João Almeida

Ausentes com justificativas: Vereadores Luciano Cartaxo Pires de Sá, Dr. Luís Flávio, Pedro Alberto Araújo Coutinho e Professor Paiva.

Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, após a leitura de texto Bíblico em nome do povo de João Pessoa, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária, determinando leitura da Ata 5ª Sessão Ordinária, apreciada e aprovada sem restrições.

Expediente em Mesa

Ofício Nº. 001/2008 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – DELEGACIA FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA PARAÍBA – MDA/DFDA-PB

Assunto: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS OPERAÇÕES DO CRÉDITO DO GRUPO “B” DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS INADIMPLENTES.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[Processo Nº. 00041.002726/2007- 85](#) – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR/PR

Assunto: APOIO FINANCEIRO PARA O PROJETO “MOJUBÁ – YMYRAPYTÃ: PRIMEIRO CURSO DE EXTENSÃO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS INDÍGENAS DO ESTADO DA PARAÍBA”.

[Ofício Nº. 06/2008](#) – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA

Assunto: ACUSA O RECEBIMENTO DO REQUERIMENTO Nº. 3837/2007 DO VEREADOR WATTEAU RODRIGUES E COMUNICA O ENCAMINHAMENTO DO REFERIDO EXPEDIENTE À STTRANS, POR SE TRATAR DE ASSUNTO DE SUA COMPETÊNCIA.

[Ofício Nº. 08/2008](#) – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA

Assunto: ACUSA O RECEBIMENTO DOS OFÍCIOS 3798/2007, 3800/2007 (VEREADOR VALDIR DOWSLEY) E 3854/2007 (VEREADOR DR. LUÍS FLÁVIO), E COMUNICA O ENCAMINHAMENTO DOS REFERIDOS EXPEDIENTES À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO, POR SE TRATAR DE ASSUNTO DE SUA COMPETÊNCIA.

[Ofício Nº. 10/2008](#) – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA

Assunto: ACUSA O RECEBIMENTO DO REQUERIMENTO Nº. 3831/2007 (VEREADOR BENILTON LUCENA), 3805/2007 E 3808/2007 (VEREADOR DR. ANÍBAL MARCOLINO), 4072/2007 (VEREADOR PADRE ADELINO), E COMUNICA O ENCAMINHAMENTO DOS REFERIDOS EXPEDIENTES À SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E RECREAÇÕES, POR SE TRATAR DE ASSUNTO DE SUA COMPETÊNCIA.

[Ofício Nº. 13/2008](#) – SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA

Assunto: ACUSA O RECEBIMENTO DOS REQUERIMENTOS Nº. 3178/2007, 3176/2007, 3177/2007, 3153/2007, 3148/2007 DO VEREADOR PADRE ADELINO.

Of. 018/08/GVPAAC – justificativa de ausência do Vereador Pedro Coutinho nesta Sessão;

Of. 0068/08/GVPP – justificativa de ausência do Vereador Professor Paiva no dia 26.02;

Memo 001/08/GVLC – justificativa de ausência do Vereador Luciano Cartaxo, nesta Sessão;

Memo 006/08/GVLF – justificativa de ausência do Vereador Luís Flávio no dia 26.02.

Aprovados os ROP's do 10405 ao 10232, do 10234 ao 10577 e o 10579/08.

Destaque para os seguintes requerimentos:

O ROP 10233/08, de Vereador Hervázio Bezerra, é posto em apreciação.

Para discutir:

O autor, Vereador Hervázio Bezerra, lembra que o Sr. Prefeito, em sua Mensagem de abertura dos trabalhos neste Poder, não mencionou a situação dos processos seletivos para Agentes de Saúde dos anos de 94 e 98. “Este requerimento apenas solicita a contratação dos Agentes, e a Situação vai derrotar, isso é lamentável. Todos os meses o Ministério da Saúde repassa R\$ 532,00 por cada agente, e este valor não vem sendo pago pela PMJP. As equipes estão desfalcadas, falta entre outras coisas medicamentos. Inclusive, encaminharíamos um requerimento de Aplausos à Sra. Secretária, Roseane Meira”. Corrobora o Vereador Aníbal Marcolino.

O Vereador Benilton Lucena faz leitura de trecho do discurso do Sr. Prefeito que fala sobre as contratações. “Como sabemos o Prefeito anunciou a contratação dos Agentes de Saúde em março, isso antes da solicitação de V. Exa, portanto o requerimento perde o sentido, por ser redundante a solicitação. Quanto ao Voto de Aplausos à Secretária, estamos receptivos”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Votação: Rejeitado por 09 votos contrários contra 03 favoráveis.

Destacado o ROP 10508/08, o autor, Vereador João Almeida, esclarece que solicita, através do requerimento, o desarquivamento de um projeto que foi arquivado tacitamente. Acatado pela Mesa.

Também destacado o ROP 10578/08, de autoria do Vereador Aníbal Marcolino que convoca a Sra. Secretária de Saúde.

Para discutir:

O Vereador Benilton Lucena, líder da Situação, orienta a bancada para votar contrário ao requerimento por entender que se trata de uma medida meramente política. “Ontem realizaram visitas aos PSF's. A Sra. Secretária virá a este Poder para debater as questões da saúde como um todo e não questões pontuais”. Corroboram os Vereadores Watteau Rodrigues, Paula Frassinete e Aristávora Santos.

O Vereador Hervázio Bezerra alerta: “O requerimento convocando a Sra. Secretária obedece a um dispositivo legal, assim determinação de legislação federal e municipal que determinam, trimestralmente, a vinda da Sra. Secretária para prestar contas à Câmara. Mas, o Líder da Situação, orienta a bancada para votar contra. Lembro: antigamente, o Ex-deputado Ricardo Coutinho, visitava os postos e hospitais e fazia críticas, hoje, não quer o debate nem o confronto. Queremos apenas fazer o debate e esclarecer dúvidas acerca dos vários problemas da saúde”.

O Vereador Aníbal Marcolino corrobora posicionamento do Vereador Hervázio Bezerra e acrescenta: “no que tange as visitas aos postos de saúde vão continuar e não vejo problemas com isso. Fiscalizar é uma prerrogativa do Vereador. Em postos que visitamos ontem não encontramos profissionais médicos. Constatamos que, quando a população reclama a falta de medicamentos e a demora nos exames, não está faltando com a verdade”.

O Vereador Geraldo Amorim lembra: “derrotar este requerimento é tirar a prerrogativa do Vereador. Qual o mal em convocar um secretário municipal? Ainda quanto a fiscalização dos PSF's, entendo que foi feito com a intensão de contribuir com a administração municipal apontando falhas e não apenas para 'bater' no Prefeito”.

votação: Rejeitado por 09 votos contrários contra 04 favoráveis.

Declaração de voto:

O Vereador Aníbal Marcolino informa: “encaminharei ao Ministério Público documento solicitando da Curadoria da Saúde providências no sentido da vinda da Sra. Secretária, já que está ferindo lei federal e municipal”.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “a Sra. Secretária esteve aqui no final do ano passado para prestar contas da SMS, agora, de forma oportunista querem trazê-la novamente”.

O Presidente Vereador Durval Ferreira informa: “os requerimentos deverão ser entregues até às 17:00h do dia anterior à apresentação em Plenário. Hoje, excepcionalmente, receberemos os requerimentos dos Vereadores Fabiano Vilar e Pastor Miguel Arcanjo”. Por fim, o Sr. Presidente registra a presença da Ex-vereadora Nadja Palitot.

Ordem do Dia

Não houve.

Grande Expediente

1º Orador



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

A **oradora Vereadora Paula Frassinete** informa da sua participação na 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, em que foram debatidos, por mais de quinhentas pessoas temas como: florestas, agropecuária, ecossistemas, saúde, resíduos, indústrias.

A sua proposta no evento foi que houvesse uma parceria entre as administrações municipal, estadual e federal e as Universidades, a fim de uma melhor política tecnológica nas indústrias. Além disso, foi lançada uma moção de repúdio à CAGEPA, pelo que tem feito nos rios.

Em seguida, a **oradora** registra o falecimento do escritor Altimar Pimental, cujo currículo é resumidamente lido e louvado. Chama atenção para o seu PL que propõe substituição do plástico por material biodegradável nas sacolas dos supermercados. Após apresentar requerimentos, informa que haverá licitação para o conserto dos calçamentos, salientando que há cerca de 2.800 (duas mil e oitocentas) ruas não calçadas, e se despede.

2º Orador

O **orador Vereador Fabiano Vilar** agradece aos colegas pelo Voto de Pesar que lhe fora encaminhado, em decorrência do falecimento de sua irmã Daura. Além disso, exalta as qualidades dela como mãe e esposa e registra que os desígnios de Deus lhe ajudam na resignação neste momento de dor.

Após ler requerimentos próprios, lembra que deixará o cargo no dia 31/03 e aproveita o ensejo para agradecer ao Vereador Edmilson Soares, por ter aceitado a Presidência do IPM, fato que proporcionou a vinda do orador para a CMJP durante esta Legislatura. Fala também que espera voltar à Casa como titular, para prosseguir seu trabalho em prol do idoso.

Em aparte, o **Vereador Padre Adelino e a Vereadora Paula Frassinete** expressam respeito ao orador, que, após agradecer-lhes, encerra seu discurso.

3º Orador

O **orador Vereador Padre Adelino** lembra que, no dia 29.02, haverá, na Casa, os lançamentos da Campanha da Fraternidade e da Frente Parlamentar em defesa da vida, formada pelos Vereadores Aristávora Santos – Tavinho –, Durval Ferreira, Fabiano Vilar, Geraldo Amorim, Aníbal Marcolino, Dr. Luís Flávio, Padre Adelino, Pedro Coutinho, Waldir Dowsley – Dinho – e João Corujinha.

Acerca da vinda da Secretária, diz que ela virá no tempo devido e enumera algumas obras, destacando a futura inauguração do CAIS no Cristo; os PSFs da rua Dom Bosco, do Colinas do Sul e do Ernani Sátiro, da reforma do prédio da SMS e da UTI do hospital Santa Isabel.

Em apartes, o **Vereador Watteau Rodrigues** diz que “não adianta criar factóides com a vinda da Secretária”; o **Vereador Benilton Lucena**, que oito PSFs ainda estão em construção, e o **Vereador Fabiano Vilar** agradece ao Vereador Padre Adelino pelo empenho na obra do hospital Fábio Mariz Maia.

Retomando a palavra, o **orador** diz que na próxima sessão tratará do mal atendimento oferecido pela TIM e pela TELEMAR aos seus usuários. Após o **aparteante Vereador Valdir Dowsley – Dinho** – dizer que já foi vítima disso, encerra seu pronunciamento.

4º Orador



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O orador Vereador Hervázio Bezerra diz que lamenta a não-aprovação do requerimento que solicita a contratação dos agentes de saúde assim como a do que convoca a Secretária de Saúde para debater o tema na Casa.

Lembra o tempo em que, juntamente com o então Vereador Ricardo Coutinho, fazia oposição ao Prefeito Chico Franca, testemunhando que, Secretário algum, ao ser convocado, era ofendido na CMJP. Diz ainda que o atual Prefeito, quando era parlamentar, também fazia visitas a hospitais e creches tal qual a Oposição faz hoje.

Após **aparte do Vereador Aníbal Marcolino** – que diz saber que alguns servidores da saúde sequer podem dar entrevistas, sob risco de demissão –, **o orador** afirma que quer contribuir: elogiando, mas também apontando falhas, quando necessário. Diz ainda que o Prefeito não aceita críticas e, sobre a Secretária de Saúde, fala que ela, quando veio à Casa pela última vez, apenas deu uma aula, mas não ficou para o debate.

5º Orador

O orador Vereador Benilton Lucena afirma que é uma inverdade dizer que o Prefeito Ricardo Coutinho não é coerente com os princípios que defendia. Registra que o que tem sido realizado nos últimos anos jamais foi sonhado por outros Prefeitos.

Elenca, então, uma série de realizações da atual gestão, entre as quais: o Centro Comercial de Passagem; o Orçamento Democrático; as Alças da Av. Beira-rio; a duplicação da Av. Pedro II; as Praças da Paz, do Caju e do Coqueiral; a Usina de Resíduos sólidos. O orador diz se emocionar, quando falar delas e que são tantas, que não dá para falar. Sobre a Secretária de Saúde, registra que ela veio à Casa e deu as devidas explicações.

Por último, dirige-se ao Secretário de Segurança do Estado, dizendo que este reveja seu posicionamento sobre o que disse do Prefeito, e afirma que, na próxima Sessão Ordinária, tratará da questão dos policiais civis que pedem audiência com o Secretário e com o Governador.

6º Orador

O orador Vereador Geraldo Amorim inicialmente diz que o Orçamento Democrático não está atendendo as necessidades dos bairros. Depois comenta que conversou com alguns policiais civis e diz que as decisões só chegarão à Assembléia, após o Governador ter ouvido a categoria.

Passa, então, a comentar sobre a disputa política entre Oposição e Situação, dizendo que não gosta muito disso e que é contra a reeleição de cargos majoritários. Fala que os melhores sistemas de educação e de saúde do mundo, respectivamente, na Finlândia e em Cuba, não possuem prédios maravilhosos, mas uma política séria e investimento no pessoal. Com isso, diz esperar que o Prefeito, caso se reeleja, viabilize a segunda etapa nos PSFs, que é a consideração da pessoa humana, e não da infra-estrutura.

Após **aparte do Vereador Benilton**, que o classifica de sério e diz que será bem-vindo na coligação, **o orador** lembra que já enviara requerimentos pedindo soluções na Av. Pedro II e que fica feliz de ver a obra acontecendo. Por último, faz apelos à STTRANS e à CAGEPA por obras no Jardim Cidade Universitária.

7º Orador

O orador Vereador Aristávora Santos – Tavinho – comenta sobre algumas obras citadas pelo Vereador Benilton anteriormente, entre as quais destaca que serão entregues, até o final desta gestão municipal, oito mil habitações.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Hervázio Bezerra, ao apartear, comenta que não há problemas em reconhecer as obras positivas, mas diz que as pessoas precisam também aceitar as críticas. Logo após, **o orador** afirma que o atual Prefeito está tentando resolver os diversos problemas que existem. Cita a compra de uma máquina para fazer exames com ressonância magnética, além da construção da Estação Ciência e Artes, arquitetada por Oscar Niemeyer, e da revitalização do Porto do Capim.

Os Vereadores Benilton, Watteau e Waldir – Dinho – se acostam ao pronunciamento do orador, salientando ainda os convênios com o Governo Federal e o Programa Empreender-JP, que já é exemplo para a Venezuela. Após isso, **o orador** ressalta o cuidado que se deve ter com a segurança pública e encerra seu pronunciamento.

Na presidência o Vereador Aníbal Marcolino lamenta: “a situação na hora da oposição falar se ausentar, mas não temos problemas, esperaremos o momento oportuno. Precisamos falar por exemplo das condições dos PSF's”. Encerrada a presente Sessão

REQUERIMENTOS E PROJETOS DE LEI, LIDOS E ENCAMINHADOS, NA PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

Autor

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho

PL - Denomina de Rua Josefa Ferreira da Fonseca artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereadora Paula Frassinete

PR – Dá a seguinte redação ao artigo 87 e parágrafo único, Resolução nº 05/2003, Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa, modificando expressão de abertura das Sessões.

Autor

Vereador Fabiano Vilar

PL - Denomina de Rua Professora Aldina Pires de Almeida, artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereador Pe. Adelino

PL - Denomina de Rua Antônio Bento Fernandes Filho, artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereador Valdir José Dowsley - Dinho

PL – Denomina de Rua Comerciante Terezinha Maria Alves, artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereador Pr. Miguel Arcanjo

PL – Torna obrigatório o plantio de árvores na calçada em frente a residências e prédios residenciais e/ou comerciais instalados no Município de João Pessoa e adota outras providências.

Autor

Vereador Benilton Lúcio Lucena

PL - Denomina de Rua Professora Lúcia Mendonça artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereador Geraldo Amorim



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

PL - Denomina de Rua Maria do Carmo dos Santos, artéria ainda sem denominação oficial e dá outras providências.

Autor

Vereador João Almeida

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao médico Damião Feliciano da Silva.

Autor

Vereador Durval Ferreira

[REQUERIMENTO Nº 10580/2008](#) - VOTOS DE APLAUSOS PELOS 42 ANOS DE EXISTÊNCIA DA CDL – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOÃO PESSOA.

[REQUERIMENTO Nº 10581/2008](#) - APELO À SEDEC – CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES NA ESCOLA DUARTE DA SILVEIRA, CONJUNTO COSTA E SILVA.

[REQUERIMENTO Nº 10582/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA FELIPE DOS SANTOS, BAIRRO DE MANDACARÚ.

Autor

Vereador Padre Adelino

[REQUERIMENTO Nº 10583/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA YOLANDA ELOY DE MEDEIROS, BAIRRO DE ÁGUA FRIA (BANCÁRIOS).

[REQUERIMENTO Nº 10584/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA PEDRO ALVES DE ANDRADE, BAIRRO DE ÁGUA FRIA (BANCÁRIOS).

[REQUERIMENTO Nº 10585/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, JARDIM SÃO PAULO.

[REQUERIMENTO Nº 10586/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA JOSIARA TELINO, JARDIM SÃO PAULO.

[REQUERIMENTO Nº 10587/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA CLAUDENOR FERREIRA DA SILVA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10588/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA EILZO AFONSO M. CARVALHO, EM ÁGUA FRIA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10589/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA PREFEITO FRANCISCO DE ASSIS NEVES NÓBREGA, EM ÁGUA FRIA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10590/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ FIRMINO FERREIRA, EM ÁGUA FRIA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10591/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ RAIMUNDO CALADO, EM ÁGUA FRIA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

[REQUERIMENTO Nº 10592/2008](#) - APELO À SEINFRA – CALÇAMENTO DA RUA CARTEIRO OLÍVIO PONTES, EM ÁGUA FRIA, BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

Autor

Vereador Luciano Cartaxo

[REQUERIMENTO Nº 10593/2008](#) - VOTO DE APLAUSO AO SENHOR JURANDIR GUEDES DE VASCONCELOS, PRESIDENTE DA CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS, BEM COMO A TODOS OS SEUS DIRETORES, PELOS 42 ANOS DE FUNDAÇÃO DA CDL.

Autor

Vereador Professor Paiva

[REQUERIMENTO Nº 10594/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA DA RUA SILVINO MONTENEGRO, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

[REQUERIMENTO Nº 10595/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA VICENTE COSTA, BAIRRO DO GEISEL.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

[REQUERIMENTO Nº 10596/2008](#) - SOLICITA À CAGEPA FECHAMENTO DAS CAIXAS DE GALERIAS DA RUA ANTÔNIO PEREIRA DE ANDRADE, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

[REQUERIMENTO Nº 10597/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA ZILDA LEAL FREIRE, BAIRRO DO RANGEL.

[REQUERIMENTO Nº 10598/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA MARLI VIEIRA DE SOUZA, BAIRRO DO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10599/2008](#) - SOLICITA À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA - SSP/PB POLICIAMENTO OSTENSIVO PARA O MERCADO DE JAGUARIBE.

[REQUERIMENTO Nº 1060/2008](#) - SOLICITA À SEDURB REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA DE JAGUARIBE.

[REQUERIMENTO Nº 10601/2008](#) - SOLICITA À SEINFRA REPAROS NO CALÇAMENTO NA RUA WILSON MOURA DE ALMEIDA, BAIRRO DO GEISEL.

[REQUERIMENTO Nº 10602/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA JOSÉ TAVARES, BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

[REQUERIMENTO Nº 10603/2008](#) - SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA FRANCISCO BARBOSA LINS, BAIRRO DE VALENTINA.

Encerrada a presente Sessão Ordinária, fica marcada uma outra para este mesmo local, em dia e hora regimentalmente estabelecidos.

Esta Ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária.

(*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos e em documentos e/ou reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2008.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário

Sn/ zu/ pesb/ ft/ cefl/ jab

Anexo da Ata da 6ª Sessão Ordinária do 1º Período da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura, contendo os discursos proferidos no Grande Expediente do dia 26.02.08.

Grande Expediente

1º Orador

A Oradora Vereadora Paula Frassinete saúda todos e diz: “antes de iniciar o pronunciamento cumprimento a Vereadora Nadja Palitot. Estive na 1ª Conferencia Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

do Meio Ambiente, onde o objetivo desta era discutir a qualidade de vida da população, viabilizando políticas públicas para melhorá-las. Este tema foi discutido por 500 pessoas onde os temas eram: florestas, agropecuária, ecossistemas, saúde, resíduos, indústrias, transporte, zona costeira e marinha, visando a analisar a situação atual em que se encontra a cidade de João Pessoa, bem como propor medidas para a sua melhoria. Naquela ocasião, propusemos que houvesse a parceria do municipal, estadual e federal, conjuntamente com as Universidades para que as tecnologias desenvolvidas sejam implantadas nas indústrias para que as mesmas não se tornem geradoras de mortes. As propostas foram amplamente discutidas e encaminhadas à Conferência Estadual, onde posteriormente será remetida à Conferência Nacional. Gostaria de registrar mais uma relevante perda cultural. Morre Altimar Pimentel, com o seu falecimento o Estado e o país tiveram uma relevante perda no cenário cultural. Encaminhamos um projeto na semana passada de trocas de sacolas plásticas por uma de material biodegradável. Esperamos estender este projeto para todo o Estado da Paraíba, uma vez que ontem, num incêndio de material reciclável, todos puderam ver os danos ambientais causados pelo fato. Recebemos muitos e-mails e telefonemas comentando e apoiando o projeto, e que possamos aprová-lo o mais breve possível. Apresento diversos requerimentos. É bom que a população saiba que está se processando uma licitação para o conserto de calçamentos, onde foram priorizados os grandes corredores para uma fluência melhor do trânsito e ficando para este momento os das ruas vicinais e secundárias. Há cerca de 2800 ruas sem calçamentos em João Pessoa, além de outras que necessitam de reparos. É impossível contemplar a todas de uma só vez, mas faremos o possível para que sejam atendidas, uma grande quantidade delas. No evento da Conferência foi levantada uma moção de repúdio por tudo que a CAGEPA tem feito em nossos rios. A população tem clamado muito em relação a isso e infelizmente os rios que cortam João Pessoa são verdadeiros esgotos a céu aberto. Nós todos temos que forçar, a população organizada tem que forçar para que esta situação possa se reverter.”

2º Orador

O orador Vereador Fabiano Vilar cumprimenta todos e registra seu agradecimento pelos votos de pesar e gestos de solidariedade hipotecados a ele e a sua família pelo falecimento de sua irmã Daura: “ainda bem, ficaram as suas virtudes entre nós: os gestos da irmã afetuosa, a ternura da boa esposa e a candura da mãe extremosa que foi. Além disso, existem os desígnios de Deus que nos ajudam a ter resignação, embora que a saudade fique ainda por muito tempo latejando dentro do peito. Deus nos dá sempre coragem num momento como este, para continuar tocando esse barco da vida, que muitas vezes fica singrando mares bravios e tempestuosos.” A seguir, o Vereador Fabiano Vilar lê requerimentos de sua autoria e continua seu discurso afirmando que a vida sempre foi para ele um eterno desafio e que este ano deixará a Câmara Municipal de João Pessoa, no dia 31 de março. Externa com antecipação o agradecimento ao Vereador Edmilson Soares, que aceitou o convite do Prefeito Municipal Ricardo Coutinho, para assumir o Instituto de Previdência do Município, fato que viabilizou a vinda do orador para a Casa de Napoleão Laureano, nesta Legislatura, e discursa: “Vou sustentar a mesma bandeira de sempre: a bandeira de luta, da lealdade, da honestidade e da ética. Não existirá a expressão de que já estou eleito, no entanto, haverá – e disso tenho certeza – a esperança, a confiança e a fé em Deus de poder continuar amparando – com a minha dedicação – os velhinhos abandonados pela sorte e pela desventura. E se Deus quiser e o tempo, esta tribuna será novamente o meu campo de batalha, e minha voz voltará a ser a evocação por um mundo mais justo, menos violento e mais voltado para a fé, para a fraternidade e para o enlevo da tão desejada paz entre os homens. O povo de João Pessoa não



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

queria que eu ficasse fora desta Casa. A população vem acompanhando minha vida, em Catolé do Rocha e aqui; quero assumir o compromisso de, retornando a esta Casa, como titular, dedicar minha vida à velhice. Depois que recebi as velhinhas da Casa da Vovozinha, milhares de pessoas têm me procurado para colocar seus velhos na Associação Promocional do Ancião – ASPAN. Isso me despertou essa disposição de trabalhar e lutar para ajudar aqueles que necessitam de nossa ajuda. A velhice não é fácil, quando o velho passa a não andar, a não ter uso da razão e a depender dos outros, as coisas mudam. Mantemos nossas casas com dificuldades, com a ajuda de muitos. Deus irá tocar as pessoas para que eu volte a esta Casa para continuar esta missão, que não é fácil.

Em aparte, o Vereador Padre Adelino externa sua gratidão pela presença do Vereador Fabiano Vilar entre o corpo atual de Vereadores.

Em aparte, a Vereadora Paula Frassinete expressa seu reconhecimento, carinho e respeito ao Vereador Fabiano Vilar.

Retomando a palavra, o Vereador Fabiano Vilar agradece as palavras proferidas pelos apartes.

3º Orador

O orador Vereador Padre Adelino lembra a todos que, na próxima sexta-feira, haverá a abertura da Campanha da Fraternidade e a implantação da Frente Parlamentar contra o Aborto, cujos integrantes cita: Vereadores Aristávora Santos – Tavinho –, Durval Ferreira, Fabiano Vilar, Geraldo Amorim, Aníbal Marcolino, Dr. Luis Flávio, Padre Adelino, Pedro Coutinho, Waldir Dowsley – Dinho – e João Corujinha. Passa, então, a falar sobre a discussão acerca da vinda da Secretária: “No devido tempo, ela virá. Gostaria de dizer que ela está muito ocupada com as obras, como a do CAIS, no Cristo, que será inaugurado em março. Quem passar pela lateral do cemitério e lembrar o que era aquele hospital em construção se surpreenderá com a essa estrutura. Será inaugurado também um PSF ao lado da Rua Dom Bosco, que está belíssimo. Não quero dizer com isso que não há problemas, mas que sinaliza para um novo rumo na administração da saúde. Serão inaugurados também PSFs no Colinas do Sul e no Ernani Sátiro, além da UTI no Santa Isabel, que já está pronta. O prédio da SMS, que era um desastre, está pronto, bem estruturado e informatizado. Está havendo muitas correções históricas, então, haverá um melhor atendimento à população, principalmente, no segundo semestre.

Em aparte, o Vereador Watteau Rodrigues comenta que o pronunciamento é pertinente, dizendo: “não adianta criar factóides políticos e forçar a vinda da Secretária. Para conseguir fitas de vídeo dos PSFs, a Oposição pode pedir à SECOM, ou a SEPLAN, que planejou todas as reformas, principalmente, a da própria Secretaria. A Oposição esperneia porque nem candidato tem. Eu gostaria que o candidato fosse o Senador Cícero Lucena, para que o pudessemos fazer o debate profundo sobre a saúde na cidade.

O Vereador Benilton Lucena, em aparte, acosta-se ao pronunciamento do orador, exaltando as obras e citando as recuperações e construções de diversos PSFs. Salienta ainda que 8 estão em construção, entre os quais destaca o do Conjunto Gervásio Maia, em Colinas do Sul: “antes se fazia um conjunto e o deixava lá jogado, mas este foi feito com toda uma estrutura que dá uma maior condições para habitação.”

O orador Vereador Padre Adelino diz: “o Vereador Fabiano Vilar deve estar muito feliz com a inauguração do CAIS, ou seja, obras estão sendo feitas, mas ainda assim existem críticas. Hoje mesmo eu escutei no rádio uma crítica à ampliação da Av. Pedro II. Quem entende a humanidade?



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Em aparte, o Vereador Fabiano Vilar, diz: “V. Exa. teve também uma participação efetiva na edificação do hospital Fábio Mariz Maia. Sabemos que funcionará como uma policlínica, a partir do mês de abril. Parabenizo-o pelo empenho nesta obra.

Retomando a palavra, o orador Vereador Padre Adelino agradece aos apartes e diz: “as dificuldades são imensas, mas o trabalho está sendo feito. Amanhã farei um pronunciamento sobre o péssimo atendimento da TIM e da TELEMAR. Só um exemplo: um cidadão passou 2 anos tentando mudar a linha pós-paga para cartão. Esta semana ele quebrou o próprio capacete no balcão da TIM, só assim ele foi atendido, e a linha cancelada. Esta Casa tem que tomar posição sobre isso.

Aparteando, o Vereador Valdir Dowsley – Dinho – diz que foi uma das vítimas: “Havia uma conta indevida no meu nome, pela TIM do Estado de Pernambuco. Eu passei meia hora no telefone para ser atendido. É um desrespeito o que elas fazem.”

O orador Vereador Padre Adelino se despede e diz que continuará o assunto na sessão seguinte.

4º Orador

O orador Vereador Hervázio Bezerra inicia dizendo que lamenta o que assistiu hoje nesta Casa quando foram derrotados os requerimentos que solicitam a contratação dos agentes de saúde e a vinda da Secretaria de Saúde para debater os problemas existentes na saúde. “Sabemos que o Prefeito Ricardo Coutinho é quem tem a caneta pra assinar, pois o que ontem era bom, era correto para o Prefeito, hoje é visto de modo errôneo. Em outro momento, ele fazia política contra ao Ex-prefeito Chico Franca, mas dou meu testemunho que ele nunca agrediu nenhum Secretário, tinha sua postura, seu pensamento próprio. Eu mesmo fui muitas vezes aqui vaiado, e Ricardo, quando Vereador, era aplaudido, mas hoje não nos deixa fazer visitas aos PSFs. Aqui nesta Casa foram muitos debates, e ele também queria melhoria na educação na habitação e na saúde: é o que nós também queremos. Antes ele só sabia fazer denúncias sobre seus antecessores e não reconhecia méritos que todos tiveram com as brilhantes obras, hoje existem obras faraônicas, mas gaiola bonita não dá de comer a canário, não existem médicos e nem remédios, não sou eu que denuncia, mas as pessoas que trabalham, e a população que precisa desse trabalho. Sabemos que existem cidadãos que necessitam de ultra-sonografia e somente consegue quando dá à luz, isso é um absurdo. Vamos cobrar das autoridades, seja estadual, municipal ou federal, que seja cumprida as responsabilidades para com os populares que precisam de atendimento médico, educacional e moradia, esse é um dever de todos nós. Sabemos que, em outro momento da vida de Ricardo Coutinho, ele fazia visitas em hospitais e creches etc. e nunca foi impedido, de tal modo que hoje nós da Oposição não o podemos fazer, pois é preciso uma autorização breve da PMJP se quisermos filmar para fazermos documentários. Eu entendo que seja atuação política o que fazemos.”

Em aparte, o Vereador Aníbal Marcolino diz: “Não concordo com a posição do Prefeito de não aceitar que façamos visitas nem possamos firmar algumas irregularidades existentes nos PSFs. O Prefeito Ricardo tenta proibir o que sempre fez no passado. Sabemos que os servidores foram proibidos de dar entrevista, porque correm risco de perder o emprego, isso é um absurdo, não concordamos com isso. Em outros momentos, ele mesmo trazia aqui vídeos e vídeos mostrando a problemática e as deficiências existentes na saúde, educação e habitação e nós não podemos, por que não? Se for preciso, chamaremos apoio policial para nos acompanhar. As filmagens que foram feitas tiveram a permissão dos profissionais da área. Deixo aqui meu protesto, pois trabalhamos com responsabilidade e respeito com todos os profissionais.”



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O orador Vereador Hervázio Bezerra agradece o aparte e concorda com o Vereador Aníbal. Continua falando: “queremos contribuir e ajudar a engrandecer a cidade de João Pessoa. Afirmando que as dificuldades são muitas na área de saúde, pois atendemos pacientes de outros estados, sei das dificuldades, pois já fiz parte dessa pasta, e continuo a dizer que saúde, educação e habitação não são patrimônios dos poderes, mas, sim, da população. Esse governo não aceita críticas: eu fui a favor da criação da pasta de habitação, enquanto outros foram contrários hoje são a favor. Quando é para aplaudir, eu aplaudo sim, e, quando é para criticar, eu critico sim. Hoje Ricardo choca com suas atitudes e não aceita críticas, diferentemente de Ricardo Coutinho Vereador e Deputado. Acho que a democracia não é só discurso, mas prática. A respeito da vinda da Secretária de Saúde, é muito complicado: ela vem à Sessão Especial, dá uma aula e vai embora sem nos dar a chance de fazer perguntas e tirarmos as dúvidas. Afirmando que as diferenças devem ser deixadas de lado, e devemos ter na Casa as responsabilidades nos debates que aqui fazemos.”

5º Orador

O orador Vereador Benilton Lucena inicia seu pronunciamento fazendo saudação como de praxe. Continuando, registra: “dizer que o Prefeito Ricardo Coutinho não é coerente com os princípios que antes defendia, e que não está em sintonia com a população, é uma inverdade. O que o Prefeito Ricardo Coutinho vem realizando nos últimos três anos de administração, os últimos prefeitos que passaram sequer sonharam em fazer, antes nem a ‘gaiola de ouro’ existia, imaginem o ‘canário’. Dizer que os camelôs querem ficar na rua? É só perguntar a eles! Construímos o Centro Comercial de Passagem e também está em fase de acabamento o Centro Comercial do Varadouro, que atenderá a mais de quinhentas pessoas, com toda infraestrutura, portanto, diferente dos outros Prefeitos, há sintonia e harmonia entre a PMJP e população. A prefeitura tem toda uma engrenagem em funcionamento, o Orçamento Democrático, Política Pública definida, o próprio Prefeito Ricardo Coutinho e Secretários participam das Plenárias Populares. É lá onde são feitas as devidas reivindicações pela população, o que antes não existia, hoje a política é outra. Mesmo diante de tantas ações que beneficiam a cidade e a população, a Bancada da Oposição vem falar que está faltando médicos e medicamentos. Quanto aos médicos, a Secretária de Saúde veio a esta Casa e deu as devidas explicações. Mas, dizer que a saúde não melhorou, isso não cabe na cabeça de ninguém, pois muito foi feito, mas, se no passado os administradores fizessem sua parte, a cidade seria outra hoje. Por exemplo, foi constatado que há duas mil e quinhentas ruas como calçadas, e o Prefeito Ricardo Coutinho propõe fazer o calçamento de duzentas e cinquenta dessas ruas. Vejam também os conjuntos habitacionais entregues pela PMJP, com toda infraestrutura, as praças públicas em vários bairros da cidade destacando a da Paz nos Bancários, a do Caju no Bessa, do Coqueiral em Mangabeira, dentre outras. Registro ainda a obra fenomenal de duplicação da Pedro II, que está sendo realizada, as Alças da Avenida Beira Rio, além das obras de saneamento em toda cidade; a Usina de Resíduos sólidos, de onde são aproveitados materiais para a construção de moradias populares e terraplenagem. Não podemos deixar de registrar que João Pessoa foi considerada a cidade mais limpa do Brasil. Isso tudo incomoda. Falo emocionado das ações que o Prefeito Ricardo Coutinho vem realizando, me sinto honrado em representá-lo nesta Casa. Por último, registro as creches que foram construídas e reformadas em vários bairros por esta Administração Municipal, abrangendo um total de três mil e seiscentas crianças. São tantas as obras, que fica até difícil citar todas, destaco ainda as obras de iluminação pública. Finalizo meu tempo dizendo ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr. Eitel Santiago, que reveja seus posicionamentos com relação ao que disse com o prefeito Ricardo Coutinho, pois segurança



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

pública é responsabilidade de Pasta. “Amanhã falarei sobre essa questão quando farei leitura de ofícios que a Polícia Civil enviou ao Secretário e ao Governador solicitando audiência, e eles não atendem à categoria.” O orador agradece a todos pela atenção.

6º Orador

O orador Vereador Geraldo Amorim saúda todos e diz: “o Orçamento Democrático não está atendendo as prioridades dos bairros. A respeito da segurança pública, fui aos policiais civis, pois eles queriam uma audiência com o governador. Solicitaram para fazer uma comissão e tiveram a palavra do governo que a Mensagem somente irá para a Assembléia após ser ouvida aquela categoria. Não gosto de entrar na disputa política entre a Situação e a Oposição. Acho que administrar é dar prioridades. Cada Prefeito governa através da priorização. A melhor educação do mundo não tem os melhores prédios, mas voltada para melhores salários a professores e capacitação. A melhor saúde do mundo, em Cuba, não tem os melhores prédios, mas, no entanto, serve de parâmetro inclusive para o nosso país. A melhor educação está na Finlândia. Por isso, eu sou contra a reeleição, pois temos uma péssima experiência em nosso Município. No primeiro mandato ele trabalha, porém no segundo ele se acomoda. Vim para aqui com um sonho de trabalhar em prol de minha cidade. Este ideal é o que temos que ter em comum, a união seja da Oposição ou Situação em benefício público. Em uma determinada situação, o Vereador João Corujinha serviu de exemplo para mim, pois, em uma vez, ele não quis votar com a bancada, licenciou-se para não ferir princípios pessoais. Admiro o seu posicionamento. Esperamos que, se reeleito for, o Prefeito Ricardo Coutinho possa fazer a 2ª etapa, que é a implantação das condições necessárias a operacionalização desses PSFs. O que deve ser levado em consideração é a vida da pessoa humana, e não infra-estrutura.”

Em aparte, o Vereador Benilton Lucena diz: “V. Ex. tem se demonstrado nesta Casa como Vereador coerente e que trabalha. Temos o projeto e ele é colocado em prática, tenho certeza que, caso V. Ex. queira se engajar, será bem-vindo, inclusive caso o seu partido também queira formar a nossa coligação será bem-vindo. Quanto ao governo Ricardo Coutinho, o povo tem sido ouvido, e, na sua reeleição, será continuado todo o trabalho iniciado e desenvolvido ao longo de sua primeira gestão.”

Retomando seu pronunciamento, o orador Vereador Geraldo Amorim diz: “obrigado pelo aparte, e inclusive V. Ex. estava brilhante em seu pronunciamento. Desde a época que aconteceram os problemas com a Pedro II, apresentei e encaminhei diversos requerimentos buscando a solução daquele problema e fico muito feliz de passar e ver que aquele local encontra-se em obras visando solucionar o problema. Mas, quem está fazendo não é o Vereador, e sim o gestor, Prefeito Ricardo Coutinho. Este trabalho como outros de infra-estrutura, não podemos deixar de reconhecer apesar de sermos oposição. Outro problema que trago hoje está no bairro Cidade Universitária. Espero que o calçamento de algumas ruas que solicitei sejam realizadas. Já estamos há 3 anos lutando por esse serviço naquele local. A Prefeitura informa que somente calçará após o saneamento. Faço aqui, então, um apelo à CAGEPA, que sempre atendeu aos nossos requerimentos. Inclusive já sabemos da existência de verbas carimbadas para essas obras, que possam ser priorizadas e sejam realizadas com a maior brevidade possível. Estamos também solicitando a colocação de alguns quebra-molas pelo STTRANS e a reposição de meios fios em algumas ruas do nosso bairro, obrigado a todos pela atenção.”

7º Orador



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O orador Vereador Aristávora Santos – Tavinho – fala sobre as obras que vêm sendo realizadas pela administração do Prefeito Ricardo Coutinho, a exemplo: a) da duplicação da Av. Pedro II, único corredor que dá acesso ao bairro dos Bancários e outras localidades; b) da construção da alça da Av. Beira Rio; c) da habitação popular, que chegará a oito mil habitações entregues até o final deste governo.

Em aparte, o Vereador Hervázio Bezerra lamenta pelo fato de o Vereador Benilton não lhe ter concedido aparte no momento em que discursava e acrescenta: “para mim, não há problema em reconhecer obras positivas. As pessoas precisam aceitar a crítica, pois a democracia tem mão e contramão”.

Continuando seu pronunciamento, o orador Vereador Aristávora Santos – Tavinho – diz que problemas existem, a exemplo daqueles que se relacionam à falta de médicos. Acrescenta que o Prefeito Ricardo Coutinho tem procurado resolver tais problemas, além de estar comprando uma máquina que faz exames com ressonância magnética, por 1 milhão de euros. “São muitos os investimentos realizados pela administração municipal atual, até mais do que a lei obriga. Estamos vendo as coisas avançando: a Estação Ciência, projetada pelo arquiteto mundialmente reconhecido, Oscar Niemeyer, será referência para o mundo. Hoje não é só disponibilizar quadro e giz, temos que proporcionar uma metodologia educacional moderna: precisa-se de um avanço, não só na estrutura física, mas avanço também na qualificação e remuneração dos profissionais da educação. Dentre outros investimentos, teremos a transformação do Porto do Capim, onde começou nossa cidade, em uma área de atração turística. São investimentos nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e habitação. Vamos dar um salto qualitativo e quantitativo na cidade João Pessoa”.

Em aparte, o Vereador Benilton Lucena expressa seu orgulho em ser filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em ser o atual líder de seu partido na Casa. Acrescenta que o atual governo municipal tem celebrado convênios com o Governo Federal, cujo atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, é também um componente do PT. Afirma que tais convênios visam a melhorar a qualidade de vida do povo pessoense.

Em aparte, o Vereador Valdir Dowsley – Dinho – diz que administrar é contrariar interesses, porém “o governo municipal atual acabou com o individualismo, pois tem dado prioridade ao coletivo, deixando isolada a questão individual.”

Continuando seu pronunciamento, o orador Vereador Aristávora Santos – Tavinho – informa que todas as vertentes estão sendo atacadas, a exemplo de licitações de ruas, bairros e estádio, que ocorrerão no próximo dia 17.

Em aparte, o Vereador Watteau Rodrigues lembra que os temas Habitação e Geração de Renda eram tabus para as administrações municipais anteriores, mas a administração atual criou a Secretaria de Habitação e também o Programa Empreender JP, hoje referência até para outros países, a exemplo da Venezuela, cujo embaixador teve interesse em conhecer o Programa. O Vereador lembra, ainda, a contribuição dada na área de ciência e tecnologia pelo Presidente Lula, que tem sido um parceiro do governo Ricardo Coutinho.

Retomando a palavra, o orador Vereador Aristávora Santos – Tavinho – diz que todos os Vereadores buscam uma melhoria da qualidade de vida do povo de João Pessoa e finaliza reforçando o caráter de prevenção que deve ter a área de Segurança Pública.

O Presidente da Sessão, Vereador Aníbal Marcolino, encerra a Sessão lamentando a falta de quórum de Vereadores para que a Sessão possa prosseguir, pois, de acordo com ele, quando a Oposição quer falar, não há quorum, mas, desta vez, nem mesmo os Vereadores ficaram para ouvir o Vereador Watteau Rodrigues, que é da Situação.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2008.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário

Sn/ zu/ pesb/ ft/ cefl/ jab



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Ata nº 67 – Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, em nome do povo pessoense, o Sr. Presidente abre

Câmara da cidade de João Pessoa

Ata da 101ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 02 dias do mês de dezembro do ano de 2008.

Composição da Mesa na abertura dos Trabalhos

Presidente

Vereador Durval Ferreira Filho

1º Secretário

Vereador Padre Adelino

2º Secretário

Vereador Benilton Lúcio de Lucena da Silva

Lista de Presentes

Vereador Zezinho do Botafogo
 Vereador Geraldo Amorim de Sousa
 Vereador Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti
 Vereador Pedro Alberto Araújo Coutinho
 Vereador Valdir Dowsley – Dinho
 Vereador Professor Paiva
 Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba
 Vereador Marconi Paiva
 Vereador Edmilson Soares
 Vereador João Bosco – Bosquinho
 Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sá
 Vereador Dr. Luís Flávio
 Vereador Pastor Miguel Arcanjo
 Vereador Watteau Rodrigues
 Vereadora Paula Frassinete Lins Duarte
 Vereador Aristávora Santos – Tavinho
 Vereador João Almeida

Ausente com justificativa: Vereador Potengi Lucena

Às 09:30 horas, sob as bênçãos de Deus, em nome do povo pessoense, o Sr. Presidente abre os trabalhos desta Sessão Ordinária convidando o 1º Secretário para proferir a leitura do texto bíblico. Após isso, determina a leitura da Ata da 100ª Sessão Ordinária, aprovada com restrição e ressalva de 16 Vereadores à expressão “delinqüente contumaz”, proferida no pronunciamento do 2º orador, Vereador Watteau Rodrigues. Apreciada e aprovada sem restrições a Ata da 99ª Sessão Ordinária, lida outrora.

Para discutir a ata da 100ª Sessão Ordinária:



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Aristávora Santos – Tavinho – diz: “o termo usado, 'delinqüente', foi muito agressivo, e esta Casa deveria fazer uma avaliação e retirar da Ata, pois isso fica nos anais da Casa”.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, diz: “irei colocar em votação a Ata e a pedido dos vereadores da Casa, retirar os dois termos 'delinqüente' da Ata”.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “digo e provo o que falei, porque, em 2002, tivemos suspeita de fraude na urna eletrônica; em 2004, tentou-se ganhar na marra as eleições em Campina Grande; em 2006 foi cassado, porque fraudou as eleições; em 2008, repetiu a dose, isso é uma delinqüência contumaz repetida. O Ex-governador não respeita a legislação, as leis do país, ele não respeita. Exijo que esta Casa preserve os termos que falei e afirmo que a tribuna é livre. Exijo que seja preservado integralmente as palavras proferidas por mim. Está acima de qualquer discussão e por elas respondo em juízo ou fora de juízo”.

O Vereador Valdir Dowsley – Dinho – diz: “não quero entrar no mérito da questão, tratar da postura do Governador, desejo apenas ater-me ao fato de preservar a questão moral e ética da Câmara, pediria, com todo respeito, ao colega Watteau Rodrigues excluir o termo 'delinqüente', se possível o vereador pondere o termo, o restante da Ata irá continuar o mesmo”.

O Vereador Marconi Paiva diz: “vou esperar o debate continuar, ouvir as palavras do Padre Adelino, para que eu possa me expressar com mais conhecimento de causa”.

O Vereador Zezinho do Botafogo diz: “Watteau Rodrigues é um dos melhores parlamentares da Casa, sou admirador do seu trabalho, mas também gostaria de registrar que não concordo com o termo usado em sua fala e me acosto ao pronunciamento do Vereador Dinho”.

O Vereador Benilton Lucena diz: “concordo que o pronunciamento é puramente vosso, mas não posso aprovar uma Ata com o termo 'delinqüente'. Está cassado, mas é o Governador da Paraíba. Mas, V. Ex^a. tem pleno direito de exigir que seu discurso seja preservado”.

O Vereador Padre Adelino diz: “também concordo com o Vereador Zezinho do Botafogo, tenho grande estima e admiro o trabalho do Vereador Watteau Rodrigues, só que sua manifestação não cabe, uma agressão dessa natureza não pode ser aprovada, peço que parta de V. Ex^a. a retirada do termo de agressão ao Governador do Estado”.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, pede que o Vereador Watteau Rodrigues retire a palavra e diz que o seu pronunciamento é válido.

Em resposta, o Vereador Watteau Rodrigues diz: “se eu retirar essa palavra, os atos cometidos pelo Ex-governador não vão estar retirados. O Dicionário Aurélio diz 'delinqüente – que ou quem delinqüiu; delinqüência – qualidade ou caráter de delinqüente'. Então, o termo significa aquele que cometeu o crime, e a delinqüência está provada pelo Superior Tribunal, a delinqüência contumaz é de quem repetiu os atos. Estamos vivendo o tempo onde é livre o direito de expressão e vedado o anonimato, estou assumindo meu pronunciamento, todas as palavras estou assumindo e me parece que não cabe nenhuma contradição em aprovar a Ata, porque sou eu o responsável pelas minhas palavras, não cabe aos vereadores não aprovar a Ata, dentro do meu pronunciamento são tecnicamente e livremente corretos os termos usados”.

O Vereador Edmilson Soares diz: “em nome de todos os pares estamos lhe pedindo para tirar o termo da ata, V. Ex^a. está ouvindo o clamor dos vereadores. Sabemos que V. Ex^a. é responsável pelo seu pronunciamento, contudo não acho justo isso, não devemos aprovar a ata dessa forma, acompanho o pronunciamento dos meus pares”.

O Vereador Marconi Paiva diz: “eu vejo uma posição muito forte do Vereador Watteau Rodrigues, mas não posso concordar, não se pode dar um termo dessa natureza a um cidadão que foi Prefeito, deputado federal, pai de família, Governador eleito e reeleito, devemos



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

respeitar acima de tudo o cidadão. Acho que o Vereador Watteau deveria dar um passo de grandeza e retirar o termo, não posso concordar”.

O Vereador Pedro Coutinho diz: “peço calma nessa hora e digo que V. Ex^a. é um homem defensor intransigente da democracia, V. Ex^a. vê e ouve um pedido de todos os colegas. A palavra 'delinqüente' é realmente incabível ao pronunciamento que V. Ex^a. fez. Tem todo direito de discordar do Governador, do processo que está passando, de tudo o que aconteceu, mas peço que V. Exa. concorde com os demais colegas, pois temos uma pauta extensa e precisamos continuar os trabalhos”.

A Vereadora Paula Frassinete questiona: “não se pode acrescentar a Ata que os demais vereadores não concordam com o termo?”

O Presidente, vereador Durval Ferreira, informa que a ata será aprovada com a restrição de todos os vereadores, menos do autor da frase, o Vereador Watteau Rodrigues.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “como afirma o companheiro Pedro Coutinho, sou um democrata e, por causa da democracia, posso falar o que penso. No Dicionário Aurélio o termo 'delinqüente' significa delinqüir, cometer falta, crime ou delito. É assim que o Ex-governador agiu com a Justiça Eleitoral”. O Vereador Watteau cita um trecho bíblico que trata de pagamentos e de atos delinqüentes e continua falando: “em primeiro lugar, se eu recuasse com a minha posição estaria negando a riqueza da língua portuguesa, culta e bela; em segundo, a minha condição de democrata. Analisando o termo jurídico e a língua portuguesa, o ato de cometer crime é delinqüente, repetir o ato é contumaz, registre-se”.

O Vereador Pedro Coutinho pede que se aprove a ata com a restrição dos vereadores.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, coloca em votação a ata com restrição dos outros vereadores, com a ressalva, permanecendo integralmente a palavra do Vereador Watteau Rodrigues. E diz: “a ata foi aprovada com restrição e ressalva, o pronunciamento do Vereador Watteau Rodrigues está mantido”.

Expediente em Mesa

Memo N° 052/2008 GVPL – Justificativa de ausência do Vereador Potengi Lucena para a Sessão Ordinária de hoje.

Telegrama N° 1327562/2008 – MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Assunto: Informa a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde – Beneficiário: Prefeitura Municipal de João Pessoa – Valor Bruto: R\$ 340.100,00 – Competência: 10/2008 – Programa: PAGAMENTO DE SAÚDE BUCAL – SB COMP 10/2008 MUNICIPAL UF PB.

Telegrama N° 1344983/2008 – MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Assunto: Informa a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde – Beneficiário: Prefeitura Municipal de João Pessoa – Valor Bruto: R\$ 33.382,78 – Competência: 09/2008 – Programa: PAGAMENTO DE INCENTIVO NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST COMP 09/2008 MUNICIPAL UF PB.

Telegrama N° 1348435/2008 – MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Assunto: Informa a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde – Beneficiário: Prefeitura Municipal de João Pessoa – Valor Bruto: R\$ 1.074.000,00 –



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Competência: 10/2008 – Programa: PAGAMENTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – SF COMP 10/2008 MUNICIPAL UF PB.

Telegrama Nº 1349261/2008 – MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Assunto: Informa a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde – Beneficiário: Prefeitura Municipal de João Pessoa – Valor Bruto: R\$ 56.006,75 – Competência: 09/2008 – Programa: PAGAMENTO DE PAB FIXO COMP 09/2008 MUNICIPAL UF PB.

Ofício Nº 1813/2008 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Assunto: EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 6698/2008 E AO REQUERIMENTO 12867/2008, DO VEREADOR DURVAL FERREIRA, SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS JUNTO À CRECHE MARGARIDA MARIA ALVES, INFORMA A IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO AO PLEITO, UMA VEZ QUE A MENCIONADA CRECHE PERTENCE À REDE PARTICULAR DE ENSINO.

Ofício Nº 036/2008 – ENERGISA

Assunto: INFORMA QUE OS OFÍCIOS DE Nº. 6483 e 6906/2008, REFERENTES A SERVIÇO DE MELHORIA DE IP NA RUA DESEMBARGADOR FLOSCOLO DA NÓBREGA, FUNCIONÁRIOS, E MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO DA RUA DR. ROBERTO VIEIRA BATISTA, JARDIM VENEZA, FORAM EXECUTADOS DE MODO QUE A CITADA REDE ELÉTRICA SE ENCONTRA, ATUALMENTE, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.

Ofício Nº 037/2008 – ENERGISA

Assunto: INFORMA QUE OS OFÍCIOS DE Nº. 5273 e 6753/2008, REFERENTES A SERVIÇOS DE MELHORIA NA ILUMINAÇÃO, FORAM EXECUTADOS DE MODO QUE A CITADA REDE ELÉTRICA SE ENCONTRA, ATUALMENTE, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.

Ofício Nº 792/2008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – STTRANS

Assunto: EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 6837/2008 E AO REQUERIMENTO 13013/2008, DO VEREADOR ZEZINHO BOTAFOGO, REQUERENDO IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ADEQUADA NA RUA RANIERE MAZZILI, CRISTO REDENTOR, INFORMA QUE O PLEITO FOI ATENDIDO EM 18/11/2008.

Ofício Nº 869/2008 – OI

Assunto: EM RESPOSTA AO ROP. 4768/08, INFORMA QUE OS DADOS FORNECIDOS PARA INSTALAÇÃO DE TELEFONE DE USO PÚBLICO NA QUADRA 80, LOTE Nº 370, LOTEAMENTO COLINAS DO SUL SÃO INSUFICIENTES PARA A DEVIDA ANÁLISE E SOLICITA O NOME DE UMA RUA PARALELA E O NÚMERO DE UM TELEFONE INSTALADO NAS PROXIMIDADES.

Aprovados os Requerimentos do nº 13.455 ao 13.559/2008; do 13.563 ao 13.575/2008 e, excepcionalmente, com mais de 10 assinaturas, os seguintes: 13.579, 13.580, 13.593 e 13594/2008.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, determina a inversão da pauta.

Pela ordem, a Vereadora Paula Frassinete diz: “solicitei ontem um desagravo em favor do pastor João Filho. A questão de ordem é para registrar a presença de agricultores do Engenho Velho e do Vale do Gramame para acompanhar a votação do Plano Diretor”.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Geraldo Amorim apresenta requerimento para realizar outra audiência para debater um pouco mais o código tributário.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “por uma questão de coerência para a votação do Código Tributário, seria necessário votar primeiro o Plano Diretor. Daí, porque, não há nenhum problema de realizar uma 2ª Audiência Pública. Solicito que seja aprovada desde já essa audiência, para as 10h da próxima sexta-feira, para que todos os vereadores tomassem ciência”.

Grande Expediente

1º Orador

O orador Vereador Padre Adelino saúda todos e ressalta: “a ata lida no dia de hoje tratou basicamente de agressões ao Arcebispo da Paraíba Dom Aldo Pagotto. Por isso, e por tudo que aconteceu durante esta semana, em torno das agressões a Dom Aldo, estamos apresentando uma moção de solidariedade à Arquidiocese nos seguintes termos: que seja enviado voto de solidariedade à Arquidiocese, na pessoa de Dom Aldo, pelos ataques que foram feitos a sua pessoa, em relação a seu posicionamento quanto ao processo de cassação do Governador Cássio Cunha Lima. Tentaram macular a imagem do representante da Igreja na Paraíba. Esta Casa rechaça todas as insinuações maldosas ao Arcebispo. Dom Aldo jamais se negou a vir aqui para debater todas as espécies de problemas. Cabe a esta Casa mostrar a toda comunidade o respeito e dignidade que lhe é merecido. Os diversos grupos políticos não devem servir para promover ataques pessoais, deferidos contra qualquer pessoa. Este requerimento está assinado pela maioria dos Vereadores desta Casa. Não entramos no mérito de cassação ou não, mas de solidariedade à Igreja Católica”.

Em aparte, o Vereador Marconi Paiva declara: “fiz questão de assinar este expediente, principalmente porque Dom Aldo vem sofrendo nos últimos dias. Poucos homens têm a coragem de dizer o que Dom Aldo diz. Ele foi prestar solidariedade a um amigo que ele considera. Ele vem sempre a esta Casa prestar solidariedade. Tem nos apoiado em todas as Sessões desta Casa. Padre Adelino toma uma atitude corajosa. Fiz questão de assinar esse requerimento”.

Aparteando, o Vereador Pedro Coutinho diz que o Vereador Padre Adelino está de parabéns. Acrescenta: “vou entregar ao Setor de Atas, para que fique registrado nesta Casa o conteúdo da carta que Monsenhor Virgílio entregou a Dom Aldo”.

Retomando a palavra, o orador Vereador Padre Adelino ressalta que os evangélicos Vereadores Durval Ferreira e Pastor Miguel Arcanjo também assinam o requerimento: “fato que mostra que não é questão de igreja católica ou evangélica. O fato é que não se pode atacar uma igreja, seja ela qual for.”

Em aparte, o Vereador Watteau Rodrigues diz: “o Vereador Padre Adelino é um homem de coragem e da maior estirpe. Ninguém aqui atacou a instituição Igreja Católica. O voto de solidariedade que o Vereador apresenta se funda em qual episódio? A Igreja Católica tem que passar incólume diante das falas de Dom Aldo Pagotto. Quem mistura política com religião é ele, que disse que o Vereador Padre Adelino não podia estar na política por ser padre. Em que se funda este voto de solidariedade? Se for sobre suas declarações de que devemos nos insurgir contra o TSE, não reconhecemos essa solidariedade. Tem em mim a maior resistência. Se for sobre o que Dom Aldo fez de bom, eu estarei solidário”.

Em aparte, o Vereador Professor Paiva diz: “entendo que Dom Aldo, desde que chegou aqui em João Pessoa, extrapolou as suas funções de dirigente da Igreja Católica”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

Os Vereadores Geraldo Amorim, João Bosco – Bosquinho – e Aristávora Santos – Tavinho – corroboram com o pensamento do Vereador Padre Adelino.

Finalizando seu pronunciamento, o Vereador Padre Adelino diz: “o Vereador Watteau Rodrigues está revoltado, mas batia palmas quando a Igreja dava cobertura aos partidos políticos de esquerda na época que precisaram. Todo ser humano tem falhas. Tenho Dom Aldo como meu pastor. Mandato eletivo nós exercemos por um tempo, não é a vida toda. Depois seguimos nossa vida”.

Em Questão de Ordem, o Vereador Valdir Dowsley – Dinho – solicita que se inicie a Ordem do Dia.

Ordem do Dia

Aprovado os Pareceres Favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Orçamento e Finanças, e em 1ª e 2ª discussão, para o seguinte Projeto:

Autor – Executivo Municipal

PLC –044/208 – Institui normas relativas à Micro-empresa e à Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.

Para discutir:

O Vereador Luís Flávio diz: “o SIMPLES foi um grande avanço, o qual veio para beneficiar as microempresas, e João Pessoa faz, em boa hora, a adequação. Conheço toda a política do SEBRAE e sei que teremos grandes avanços em relação a essa lei tributária”.

A Vereadora Paula Frassinete diz: “essa matéria é de enorme importância para o microempresário brasileiro. A prática desta administração Municipal é dar condições àqueles que querem trabalhar. A Prefeitura não foi transformada em cabide de emprego. João Pessoa transformou em obrigatório, o que havia de facultativo na lei maior, o que fortalece nossa micro-empresa”. A seguir, lê o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em que a própria Vereadora foi a relatora. Acrescenta: “no dia de ontem, quando houve uma Audiência Pública nesta Casa, para discutir sobre o novo código Tributário, chamei a atenção para a necessidade de cuidados quanto às empresas que representam alto risco de degradação ao meio ambiente. Naquele momento, o Secretário da Receita do Município, Sr. Nailton Ramalho afirmou que já havia uma lista de empresas consideradas de alto risco e que tais empresas terão seis meses para se adequar. Isso inibe empresas de risco se instalarem na cidade de João Pessoa”.

Votação

Favoráveis: 14

Contrários: 0

Abstenções: 0

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Orçamento e Finanças, e em 1ª e 2ª Discussão , para o seguinte Projeto:

Autor – Executivo Municipal

PL 1530/2008- Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio de 2006 a 2009 referente ao exercício financeiro de 2009 (atualiza a Lei nº 10.703/2005) e dá outras providências.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano
Redação de Atas

Votação

Favoráveis: 14

Contrários: 0

Abstenções: 0

Aprovado o Parecer Favorável da Comissão Especial para análise do Plano Diretor; e em 1ª e 2ª discussão, para o seguinte projeto:

Autor – Executivo Municipal

Substitutivo ao PLC 041/2008 – Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor do Município de João Pessoa, aprovado pela Lei Complementar Nº 031/1992, às Diretrizes e instrumentos para gestão urbana instituídos pela Lei Federal Nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade; cria o Conselho da Cidade e dá outras providências.

Para discutir:

O relator da matéria, Vereador Aristávora Santos – Tavinho –, faz considerações ao texto substitutivo ao Projeto do Plano Diretor e pede a atenção dos presentes, inclusive da imprensa, dizendo que é para mostrar a importância do trabalho de um parlamentar e diz: “esse plano trata da garantia e sustentabilidade da cidade. É instrumento importantíssimo. Esta é uma prova clara do que é ser um vereador. São leis e projetos que tratam da vida do cidadão. Houve diversas Audiências Públicas, com a participação de vários seguimentos da sociedade em conjunto com os vereadores. Esse projeto sofreu modificações, mediante sugestões de representantes da população, assim como de emendas de vereadores”. O relator lê o parecer do projeto. Durante a leitura, mediante abordagens informais, ele responde: “foi encaminhado a esta Casa emendas ao Plano que dizem respeito às áreas mais complexas, como por exemplo, o IPTU progressivo e a outorga onerosa. O IPTU progressivo não tem caráter tributário. Diante do que foi discutido aqui, esclareço que no substitutivo ao Plano Diretor, que fizemos para o imóvel construído, ficando nos seguintes percentuais: 1,5%, 3%, 5%, 7% e 10% a cada ano, no interstício de 5 anos progressivamente para o imóvel construído, e de 2%, 4%, 6%, 8% e 10% a cada ano, progressivamente, também no interstício de 5 anos, para o imóvel não construído”.

A Vereadora Paula Frassinete questiona o motivo da diminuição dos percentuais referentes ao IPTU progressivo constante no substitutivo, sugerida pelo SINDUSCON.

O relator, Vereador Aristávora Santos – Tavinho –, responde que o próprio Executivo, analisando todas as propostas, chegou à conclusão da viabilidade dos percentuais mencionados neste momento, independentemente do que sugeriu o SINDUSCON. Continua sua justificativa dizendo: “com esse novo Plano, o governo municipal não mais permitirá a ocupação de áreas de risco e nem em áreas de preservação ambiental. Com o plano, o governo municipal cria a Agência Municipal de Saneamento – AMUSA –, que fará a regulação do saneamento básico, com autonomia para atuar no âmbito do direito público e do direito privado, e terá participação de 1% no lucro da CAGEPA. Quanto à outorga onerosa, o Tribunal de Justiça, através da 3ª Câmara Cível composta por seus desembargadores, julgou constitucional a instituição da outorga onerosa. Houve a diminuição da alíquota de IPTU progressivo, para valor máximo de 10%”.

O Vereador Professor Paiva sugere que se faça a leitura do substitutivo no dia de hoje e que a matéria na próxima semana. Diz: “seria temerário votar a matéria sem ter conhecimento do texto substitutivo apresentado hoje”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, esclarece dizendo: “o Plano Diretor será votado hoje, devido o adiantado do tempo, restando pouco para aprovação do Orçamento e do Código Tributário”.

O Vereador Professor Paiva diz: “pedi ao relator as emendas apresentadas para ter conhecimento, mas não tive acesso”.

O relator, Vereador Aristávora Santos – Tavinho, diz: “só recebi 3 emendas de vereadores, sendo o restante encaminhadas pelas entidades representativas da sociedade”. Esclarece ainda: “o IPTU progressivo não tem caráter tributário, é de gestão urbana. O que o município quer é que quem tem seu terreno construa, fazendo cumprir sua função social. O IPTU progressivo já chegou no patamar mínimo possível, diante de sua funcionalidade”.

A Vereadora Paula Frassinete reforça o que diz o relator dizendo: “tudo está devidamente discutido e a dúvida existente era sobre a outorga onerosa e o IPTU progressivo, já devidamente esclarecidos. Devido à chegada do fim do período legislativo, acho que a votação deve ser realizada hoje, visto a necessidade de votar outras matérias”.

O Vereador Pedro Coutinho parabeniza o relator a respeito do trabalho efetuado e diz: “todo o trabalho é salutar, mas seria salutar dizer que vários substitutivos ao projeto, praticamente está mexendo nos pontos cruciais dos projetos, seria de bom tom analisar as emendas do vereador e colocar a votação em 24h”.

O Vereador Watteau Rodrigues parabeniza o relator diz: “as emendas já foram bem explicadas e relatadas pelo Vereador Aristávora Santos – Tavinho, e, da forma como está emendada pode ser alterada através de Lei Complementar, posteriormente”.

O Vereador Luciano Cartaxo parabeniza o relator e diz: “o projeto, quando chegou na Casa, já abrimos para haver Audiências Públicas, emendas, sugestões, participação da sociedade e, por ter sido muito bem conduzido, não é necessário adiar a votação”.

O relator, Vereador Aristávora Santos – Tavinho, diz: “tivemos todo o cuidado na preparação desse projeto. Fizemos um trabalho incansável de diálogo com todos os seguimentos. Esses seguimentos saíram satisfeitos com as emendas feitas”.

O Vereador Benilton Lucena fala: “as audiências foram feitas, as dúvidas foram esclarecidas, e esse projeto está na Casa desde o semestre passado. Portanto, não há dúvida a esclarecer sobre o Projeto, por isso, sou a favor da votação”.

O relator, Vereador Aristávora Santos – Tavinho –, diz: “com relação à outorga onerosa, ficou assim: a cota única ficou em 20%. O pagamento do valor integral poderá ser parcelado em até 24 parcelas, incidindo a atualização monetária do período. Atendendo a pedido referente à outorga onerosa, o construtor poderá pagar com imóvel”.

O Presidente, Vereador Durval Ferreira, destaca a presença do Ex-deputado Frei Marcelino. Retomando a discussão, o relator diz: “existem requisitos para o usucapião urbano, que é um instrumento incluso no Plano Diretor. Não foi fácil fazer um trabalho deste porte. Esse projeto é dinâmico, não é estático e pode ser alterado assim que se veja necessidade de se alterar o instrumento. Com a criação da AMUSA, permitiremos o zoneamento de preservação de bacias. Não foi fácil fazer o Projeto, lembro que o Projeto de Lei Complementar deveria ter sido feito em 2002, estamos em 2008, propomos que o prazo de revisão seja revisto, podendo ser alterado desde que seja necessário revisar o instrumento. A questão do zoneamento da cidade, do uso do solo, o zoneamento ambiental e outros irão dotar a cidade de João Pessoa de diversos instrumentos de melhorias. Com a criação da Agência Reguladora teremos o zoneamento da questão das bacias e outras mudanças. Também recebemos de Valberto Lira – Curador do Patrimônio do Conselho de Deficientes Físicos –, uma sugestão para o parágrafo único, artigo 11, tratando sobre o sistema de transporte urbanos, sobre a acessibilidade e a mobilidade urbana.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Geraldo Amorim diz: “é difícil elaborar uma matéria dessa complexidade e agradar a todos. Não fiquei satisfeito com a forma que foi apreciadas as emendas. As pessoas têm suas sugestões, mas o cidadão não pode chegar e apresentar emenda, tem que usar o vereador para isso. Informo, como muitos outros vereadores, também fui procurado por alguns segmentos que me apresentaram sugestões e, a partir delas, apresentei uma série de emendas ao Plano Diretor. Reconheço e parabenizo o trabalho do Vereador Aristávora Santos – Tavinho –, mas achei que as emendas deveriam vir para a Casa, os vereadores tomarem conhecimento, apreciarmos e aprovarmos ou não. Lembro que um projeto do Vereador Fuba cria um parque entre a Beira-Rio e a Epitácio Pessoa, em uma área particular que custa R\$ 20 milhões, é preciso que se indenize o proprietário. Deve-se respeitar a função social e a propriedade. Temos áreas desde a Beira-Rio até a Pedro II que podem ser transformadas para parques, sem indenizar ninguém pois já são áreas públicas. Tenho 10 emendas para apresentar e gostaria que as emendas fossem debatidas à exaustão”.

Em resposta, o Vereador Aristávora Santos diz: “o papel do relator é o de absolver ou não a emenda. Se os Vereadores não estiverem satisfeitos com o resultado final, então recorre-se ao Plenário”. Diz também que algumas das áreas tratadas pelo vereador Geraldo Amorim são áreas de preservação e fala ainda “desde que se passe por um projeto ambiental, pode-se construir mesmo em áreas de proteção”.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “o Projeto é de extrema importância para a capital, os valores da outorga onerosa já foram bem regulamentados e disciplinados. Sobre o IPTU progressivo, foco da discussão nas Audiências Públicas, a preocupação foi não perdermos a natureza do IPTU progressivo, entendo que deve funcionar para aquecer a construção civil. Chegou-se ao consenso de 10% após várias discussões. Há interesse real e efetivo da construção civil quanto a esse assunto.

O relator, Vereador Aristávora Santos, diz: “João Pessoa tem 52% de cobertura de rede de esgoto, próximo ano estaremos com 82% de cobertura, em Recife tem-se apenas 23%”.

A Vereadora Paula Frassinete diz: “os comentários do relator não podem tirar o tempo do orador. Parabenizo sobre os pontos fundamentais como a outorga onerosa. Quero chamar novamente a atenção para a vinda dos trabalhadores das áreas rurais de João Pessoa, muito interessados na discussão e quero dizer que aqui estivemos, discutimos e propomos as emendas que estão encampadas no Projeto”.

O Vereador Valdir Dowsley – Dinho – diz: “devemos adiantar e votar o Projeto ainda hoje. Apresento uma emenda ao artigo 13, inciso IV, modificando o texto quanto a desapropriação da área do Aeroclube de 75% para 100%”.

O Vereador Padre Adelino diz: “esta matéria já exaustivamente debatida. Eu vejo que já foram contempladas as emendas, o relator tem relatório, só temos que reconhecer o trabalho do Vereador Tavinho e votar logo o projeto.”

O Vereador João Bosco Filho – Bosquinho – diz: “ao Vereador Aristávora Santos, nunca é demais registrar seu empenho e parabenizá-lo. Eu estive presente em todas as Audiências Públicas. Fico muito feliz sobre a questão do aeroclube, porque, quando assumi vaga nesta Casa pela primeira vez, apresentei um projeto autorizando a Prefeitura a transformar aquela área em um parque e acabei sendo tachado de louco por alguns. Fico preocupado com o seguinte: a revogação de todas as licenças e autorizações expedidas pela PMJP após aprovação deste plano. Quero um esclarecimento sobre isso.

O relator, Vereador Aristávora – Tavinho – Santos responde: “independente de Plano Diretor, só se pode revogar licença mediante irregularidades. Se estiver atendendo as exigências legais, está tudo certo, na da é revogado”.



ESTADO DA PARAIBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Edmilson Soares diz: “estou vendo aqui que quem mais questiona o nosso relator é a base de sustentação. Estamos vendo um papel invertido. Isso deveria ser feito nas audiências. Quero parabenizar a postura da bancada de situação e perguntar ao nosso líder o porquê disso”.

O Vereador Benilton Lucena, líder da bancada de situação, diz: “não há nenhum questionamento por parte da bancada. Eles estão formatando e parabenizando o trabalho que o Vereador Tavinho fez.”

O Vereador João Almeida se acosta às palavras do Vereador Edmilson e diz: “a emenda do Vereador Dinho é muito boa, mas pode ter problemas por questões jurídicas. Eu tinha uma emenda em relação a um terreno que fica em frente ao Busto de Tamandaré, que é muito útil não só para o proprietário como para população. Minha idéia era fazer um grande largo naquele terreno, para aglomerar grandes eventos, movimentos culturais, políticos e religiosos. Eu gostaria de tempo para mandar esta emenda. Gostaria, então ,que saísse da Casa um entendimento para desapropriar aquela área.”

O Vereador Luís Flávio diz: “registro congratulações ao relator Aristávora, dizer que concordo com as alíquotas do IPTU progressivo e pedir que o relator acate a emenda do Vereador Dinho, pois aquela área do aeroclube é essencial para um parque no Bessa, que carece de uma área assim como há no bairro dos Bancários, por exemplo”.

O Vereador Professor Paiva diz: “acho que os questionamentos que o Vereador Edmilson Soares diz é o exemplo de que participar das discussões não quer dizer que leu o texto substitutivo. O que vai ser aprovado é o texto da Prefeitura com pouquíssimas alterações.”

Declarações de voto:

O Vereador Benilton Lucena, líder da bancada de situação, diz: “oriento votar favorável. Quero dizer que só há dúvida por parte do Vereador Professor Paiva, que não veio às Audiências Públicas. Todos da situação estamos a favor do relator. O Vereador Paiva se aproveita da fala do Vereador Edmilson para dizer que existe problema”.

O Vereador Professor Paiva, líder da bancada de oposição, diz: “esta discussão só está sendo hoje, porque eu fui o primeiro a alertar inclusive com ação no Ministério Público, senão esta matéria seria votada às pressas em junho, entre São João e São Pedro. Nossa orientação é de votar contra o projeto”.

O Vereador Geraldo Amorim diz: “alguém pode ter estudado até o ponto que fiz. Eu não me sinto mais com dúvida. Eu não estou satisfeito, porque não apreciaram minhas emendas, mas não se pode aproveitar tudo, porque é muito difícil. Devo uma satisfação ao líder da bancada, dizendo que estou seguro e que vou votar a favor do projeto”

A Vereadora Paula Frassinete diz: “voto favorável e não concordo com os comentários do Professor Paiva, notadamente quando diz que estamos de joelhos à administração.”

O Vereador Marconi Paiva diz: “eu acompanhei várias Sessões para se discutir este projeto. Eu respeito todos aqueles que têm dúvidas, mas a oportunidade foi dada. Parabenizo o trabalho do relator e voto favorável”.

O Vereador Watteau Rodrigues diz: “voto sim ao substitutivo pelas discussões. Não houve intenção de ser votado às pressas. Em um ano e meio nesta Casa, nunca vi matéria tão debatida.”

O Vereador Pedro Coutinho diz: “acho que o Vereador Geraldo Amorim está com razão. As emendas foram apresentadas por vários segmentos, e o relator, ao contemplar as emendas, contemplou a todos. Voto favorável.

O Vereador Padre Adelino diz: “sou favorável ao projeto substitutivo”

O Vereador Edmilson diz: “também sou favorável”.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

O Vereador Zezinho Botafogo: “há oito anos que estou nesta Casa, esta matéria foi uma das mais importantes, sem objeção de qualquer entidade, por isso voto a favor”.

O Vereador João Almeida: “me abstenho da minha emenda, mas aprovo o projeto”.

O Vereador João Bosco – Bosquinho – diz: “quero testemunhar que houve as Audiências, estive presente a todas elas, e tive, há pouco, minha dúvida sanada. Voto em favor do desenvolvimento da cidade, sou favorável ao projeto.”

O Vereador Luís Flávio diz: “fiquei feliz com as emendas e com o projeto, por isso sou a favor ao projeto.”

O Vereador Valdir Dowsley – Dinho – diz: “sou a favor, e ainda peço que avaliem minha emenda”.

Votação

Favoráveis: 17

Contrários: 01

Abstenções: 0

RETIRADA de pauta, com a anuência do autor, a seguinte emenda ao presente projeto:

Autor – Vereador Valdir Dowsley

Emenda modificativa – dá nova redação ao Art. 13 do PLC 041/2008, modificando redação do acrescentado inciso IV do Art. 23 da Lei Complementar 031/1992.

Aprovado os Pareceres Favoráveis da Comissão de Constituição Justiça e Redação, e em discussão e votação única, para os seguintes Projetos:

Autor – Vereador João Almeida

PDL 292/2008 – Título de Cidadão Pessoaense ao Poeta e Escritor Horácio de Almeida Lima.

Autor – Vereador Marconi Paiva

PDL 293/2008 – Título de Cidadão Pessoaense ao Empresário José Gomes de Souto.

PDL 294/2008 – Título de Cidadão Pessoaense ao Deputado Estadual Gervásio Agripino Maia.

Autora – Vereador Paula Frassinete

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Dr. João Ricardo Coelho, coordenador do FOCCO na Paraíba.

Votação em bloco:

Favoráveis: 17

Contrários: 0

Abstenções: 0

Requerimentos e Projetos de Lei, lidos e encaminhados, na presente Sessão Ordinária.

Autor – Vereador Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti

PL – Torna de Utilidade Pública a Entidade denominada de Associação comunitária Coração de Mãe e dá outras providências.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 Casa de Napoleão Laureano

Redação de Atas

REQUERIMENTO Nº. 13576/2008 – Autora PAULA FRASSINETE

Assunto: SOLICITA AO PLENÁRIO QUE SEJA VEICULADA, NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV CÂMARA, VINHETA PRODUZIDA PELA CENTRAL DE TRANSPLANTE, CONTENDO MATERIAL INFORMATIVO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ATO DE DOAR ÓRGÃOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, COMO ATO DE SALVAR VIDAS E TRANSFORMAR REALIDADES.

REQUERIMENTO Nº. 13577/2008 – Autor WATTEAU RODRIGUES

Assunto: REQUER VOTO DE SOLIDARIEDADE AOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA, NA PESSOA DO ILMO. SR. DOUTOR ISAÍAS OLEGÁRIO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA.

REQUERIMENTO Nº. 13578/2008 – Autor WATTEAU RODRIGUES

Assunto: REQUER VOTO DE APLAUSOS AO PROMOTOR DE JUSTIÇA DOUTOR GLAUBERTO BEZERRA, QUE ASSUMIU A PROMOTORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

REQUERIMENTO Nº. 13579/2008 – Autor GERALDO AMORIM DE SOUSA

Assunto: REQUER QUE ESTA CASA FAÇA CONSTAR NA ATA DOS TRABALHOS A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2008 PARA DISCUTIR A REFORMA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA A SER REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA ÀS 09:00h

REQUERIMENTO Nº. 13580/2008 – Autor: PADRE ADELINO

Assunto: REQUER QUE SEJA ENVIADO UMA MONÇÃO DE SOLIDARIEDADE À ARQUIDIOCESE DA PARAIBANA NA PESSOA DO BISPO DOM ALDO DI CILLO PAGOTTO PELOS ATAQUES QUE FORAM FEITOS NA IMPRENSA PARAIBANA NA ÚLTIMA SEMANA DEVIDO AO SEU POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE CASSAÇÃO DO GOVERNADOR CÁSSIO CUNHA LIMA.

REQUERIMENTO Nº. 13593/2008 – Autor PAULA FRASSINETE

Assunto: REQUER VOTO DE APLAUSO AO MAJOR DA PM DA PARAÍBA MARCOS SOBREIRA.

REQUERIMENTO Nº. 13594/2008 – Autor PAULA FRASSINETE

Assunto: REQUER SESSÃO SOLENE NO DIA 11/12/2008, ÀS 14:30, A ENTREGA DA COMENDA PARAHYBA DE MÉRITO CULTURAL À REVISTA ARTESTUDIO.

Encerrada a presente Sessão Ordinária fica marcada uma outra para este mesmo local, em dia e hora regimentalmente estabelecidos.

Esta Ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa(*), sob a orientação da 2ª Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação Plenária.

(*) Com base nos apanhados dos discursos proferidos e em documentos e/ou reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 02 dias do mês de dezembro do ano de 2008.

Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário